

TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DO INSTITUTO SICOOB

PREÂMBULO

PARTES:

I. ASSOCIADA MANTENEDORA

Nome da Cooperativa Central: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES;

CNPJ/MF: 32.428.294/0001-43;

Endereço: Rua Constante Sodré, nº 305, Santa Lúcia, Vitória/ES, CEP 29056-310;

Nome do(s) representante(s): Sr. Nailson Dalla Bernadina, CPF 077.720.547-50, Diretora Executivo, e Sra. Sandra Helena Rosa kwak, Diretora de Recursos Humanos e Sustentabilidade, CPF de nº 763.748.747-49;

II. SINGULAR ASSOCIADA

Nome da Cooperativa Singular: COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO – SICOOB CONEXÃO;

CNPJ/MF: 32.430.233/0001-10;

Endereço: Av. Prefeito Samuel Batista Cruz, 2.905, Nossa Sra. da Conceição, Linhares/ES, CEP 29900-527;

Nome do(s) representante(s): Sr. Alair José Giuriato, CPF nº 931.067.267-68, Diretor Executivo, e Sra. Michelle Sabaini Calmon Manzoli, Diretora Operacional, CPF nº 009.854.567-10;

III. instituição parceira

Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LINHARES;

CNPJ/MF: 27.167.410/0001-88

Endereço: Av. Presidente Costa e Silva, nº 150, Novo Horizonte, Linhares-ES, 29902-120;

Nome do(s) representante(s): MARIA DA PENHA VALANI GIURIATO

CPF(s): 007.943.287-50

(X) Filiais ou escolas vinculadas à INSTITUIÇÃO PARCEIRA, ora indicadas no Anexo Único se vinculam a este Termo, aderindo integralmente a todas as suas cláusulas e condições

PROGRAMAS:

IV. Este Termo tem por objeto a implantação do(s) Programa(s) a seguir assinalado(s):

(X) Programa Finanças nas Escolas

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PARTES:

V. o Instituto Sicoob, como organização de investimento social estratégico do Sicoob, tem por finalidade, dentre outras, realizar e fomentar ações socioambientais que promovam a intercooperação e desenvolvimento sustentável; realizar e fomentar projetos e programas de desenvolvimento socioeconômico e justiça social; realizar e fomentar, de forma complementar ao poder público, de maneira gratuita e custeada com recursos próprios, projetos e programas de educação, em especial cooperativista, empreendedora e financeira, elaborando as seguintes ações: fomentar e elaborar estudos, pesquisas, programas, projetos, desenvolvimento de tecnologias alternativas, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnico-científicos, e atividades voltadas ao desenvolvimento econômico, de interesse geral, que sejam de natureza institucional ou não, mas sempre voltados à melhoria da qualidade de vida da população nas áreas de sua atuação, promovendo e impulsionando centros de treinamentos, oficinas de pesquisas, de qualificação profissional e de inclusão digital, bem como de graduação e pós-graduação na forma de universidade corporativa; contribuir para o desenvolvimento profissional e empreendedor por jovens; promover a cultura da inovação e a criatividade empreendedora e estimular a prática do capitalismo consciente;

VI. a Associada Mantenedora e a Singular Associada atuam na implementação, em âmbito regional, de ações, programas e projetos do Instituto Sicoob, garantindo o atendimento integral das diretrizes e finalidades institucionais estabelecidas pelo Instituto Sicoob, conforme Estatuto Social e Regimento Interno disponível para acesso em: [https://www.institutosicoob.org.br/documentos-institucionais](https://www.institutosicoob.org.br/documentos-institucionais;);



VII. a Instituição Parceira, que poderá ser uma pessoa jurídica de direito público ou privado, tem interesse em desenvolver valores de cooperação, sustentabilidade e de cidadania, por meio dos programas educacionais disponibilizados pelo Instituto Sicoob e poderá credenciar, a depender de sua natureza jurídica, suas filiais ou escolas vinculadas.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Resolvem as partes, de comum acordo, estabelecer os parâmetros para a regência deste Termo de Parceria e Cooperação, conforme as cláusulas delineadas a seguir:

DO OBJETO

Cláusula primeira. O presente Termo de Parceria e Cooperação, formalizado a título gratuito, tem como objeto a implantação do(s) Programa(s) assinalado(s) no preâmbulo deste instrumento.

Parágrafo Único: Cada Programa será desenvolvido em conformidade com as orientações metodológicas de implantação e desenvolvimento didático-pedagógico, conforme estabelecido no Portfólio do Instituto Sicoob, disponível para acesso em: <https://www.institutosicoob.org.br/portfolio>.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Cláusula segunda. São consideradas atribuições das partes na implementação dos programas selecionados:

I. Da ASSOCIADA MANTENEDORA:

- a) estruturar com a **SINGULAR ASSOCIADA** a parceria com a **INSTITUIÇÃO PARCEIRA**, garantindo a boa execução do(s) Programa(s);
- b) contribuir na elaboração e execução do plano de ação e cronograma de atividades do(s) Programa(s), conforme recomendações e orientações do Instituto Sicoob;
- c) dar suporte às atividades realizadas, com base nas recomendações e orientações do Instituto Sicoob, como: orientação, sugestão, fornecimento de cartilhas educativas e outros materiais de apoio;
- d) disponibilizar peças de divulgação e acompanhar o trabalho de divulgação, fiscalizando o uso da logomarca do Instituto Sicoob e da logomarca da **INSTITUIÇÃO PARCEIRA** como parceira, nas campanhas e divulgações do(s) Programa(s).

II. Das SINGULARES ASSOCIADAS:

- a) promover todas as atividades relacionadas ao(s) Programa(s) objeto deste Termo;
- b) repassar à **INSTITUIÇÃO PARCEIRA** todas as informações necessárias para implementação do(s) Programa(s), mediante capacitações e disponibilização de materiais;
- c) garantir infraestrutura adequada e pessoal capacitado para desenvolvimento e realização do(s) Programa(s);
- d) designar profissional da equipe técnica para acompanhar e desenvolver, de forma efetiva, o(s) Programa(s), inclusive para a realização de ações relacionadas à educação financeira, educação cooperativista e educação empreendedora, a depender do(s) Programa(s) a ser(em) implementado(s);
- e) Anexar o Termo de Cooperação formalizado, bem como os demais documentos comprobatórios de realização da(s) ação(ões), no Cadastro da Ação no SINS - Sistema do Instituto Sicoob e manter sob sua guarda o original, para fins de acompanhamento e controle;
- f) acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades relacionadas à implementação do(s) Programa(s).

III. Da INSTITUIÇÃO PARCEIRA:

- a) promover, facilitar e incentivar a participação do público-alvo no(s) Programa(s);
- b) indicar o(s) responsável(is) pela implementação do(s) Programa(s);
- c) responsabilizar-se pelo cumprimento da metodologia e obrigações de cada Programa a ser implementado, conforme previsto no Portfólio do Instituto e materiais pedagógicos respectivos;
- d) disponibilizar espaço físico e infraestrutura adequada para realização das atividades do(s) Programa(s);
- e) apoiar a divulgação do(s) Programa(s), utilizando as peças de divulgação disponibilizadas pelo Instituto Sicoob, conforme manual de uso da marca disponibilizado em <https://www.sicoob.com.br/marca/>;
- f) desenvolver atividades relacionadas ao(s) Programa(s), sempre em comum acordo com a **SINGULAR ASSOCIADA**;
- g) garantir o bom atendimento e as informações necessárias aos participantes do(s) Programa(s);



- h) enviar relatório das atividades desenvolvidas e desempenho do(s) projeto(s) à **ASSOCIADA MANTENEDORA**, para repasse ao Instituto Sicoob, sempre que solicitado;
- i) responsabilizar-se pelas instalações e equipamentos disponibilizados, bem como por todas as questões afetas aos seus colaboradores, quando aplicável;
- j) coletar as autorizações necessárias perante o titular dos Dados Pessoais bem como pela legitimação de quaisquer processamentos, tratamentos ou armazenamentos dos Dados Pessoais que sejam realizados no âmbito do(s) Programa(s), quando aplicável;
- k) cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente e aplicável.

DO COMPROMISSO MÚTUO

Cláusula terceira. As partes se comprometem a zelar mutuamente pela imagem e bom nome umas das outras, ficando esclarecido expressamente que não há qualquer vínculo comercial ou responsabilidade solidária por qualquer ato de todas as partes, e vice-versa.

Cláusula quarta. As partes se comprometem ainda a: (i) agir dentro das leis e regulamentos aplicáveis e obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na condução dos negócios conjuntos, incluindo, mas não se limitando a, evitar relações, contatos e/ou parcerias comerciais com quaisquer agentes que por qualquer meio sabidamente participem ou tenham participado em atividades ilícitas, de qualquer espécie; (ii) possuir todas as autorizações e licenças para operar seu negócio da forma como atualmente é operado e manter, durante o período de vigência deste Termo de Cooperação, todas as aprovações, permissões, registros e autorizações governamentais ou não governamentais exigidos para a consecução dos objetivos deste instrumento, sem quaisquer restrições ou condições; (iii) não prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada com o propósito de influenciar qualquer ato ou decisão desse agente público no exercício de seu ofício; (iv) não realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, bem como respeitarão os padrões éticos estabelecidos no Pacto de Ética do Sicoob, disponível online em: <https://www.bancoob.com.br/publicacoes/category/73-codigo-de-etica-do-sicoob>, ou em qualquer outro sítio que venha a substituí-lo.

DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Cláusula quinta. Faz parte deste Termo de Parceria e Cooperação, como parte integrante e complementar, o Portfólio do Instituto Sicoob, bem como, o Manual da Marca e outros manuais complementares.

Cláusula sexta. As partes asseguram o total desenvolvimento da metodologia do(s) Programa(s), conforme os materiais que o(s) compõe(em) e manuais complementares, acompanhando as atualizações que esses arquivos podem vir a sofrer ao longo do tempo.

Parágrafo primeiro: As atividades decorrentes do presente Termo e da metodologia de cada Programa serão executadas fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo segundo: Cada parte indicará um gestor/responsável e seu respectivo substituto para acompanhar a execução das atribuições e responsabilidades ora assumidas.

DOS MATERIAIS

Cláusula sétima. Todos os materiais elaborados para o(s) Programa(s), que contenham as marcas Sicoob e Instituto Sicoob, deverá passar pelas respectivas áreas de comunicação e pelas **ASSOCIADAS MANTENEDORAS**, para verificação de sua adequação e conformidade normativa.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

Cláusula oitava. As Partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Termo de Parceria e Cooperação em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física (“Titular”) identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados. Comprometem-se ainda a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para



garantir a segurança dos dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.

Parágrafo Primeiro. Os Dados Pessoais, se e quando tratados no âmbito da execução do(s) Programa(s), deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para outros fins alheios ao referido objeto.

Parágrafo Segundo. Cada Parte continuará sendo a titular e proprietária de seus dados (“Dados”), bem como será responsável por quaisquer dados de terceiros, inclusive Dados Pessoais, compartilhados, a qualquer título, no âmbito da execução do objeto deste Termo de Parceria e Cooperação, obrigando-se, ainda, a monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e operadores, com as respectivas obrigações relativas à proteção de Dados Pessoais.

Parágrafo Terceiro. As **PARTES** deverão tratar os Dados Pessoais de forma confidencial e com o mesmo nível de segurança que tratam seus dados e informações de caráter confidencial, ainda que este instrumento venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que deram causa ao seu término ou resolução.

Parágrafo Quarto. Cada Parte é responsável por garantir o exercício e cumprimento dos direitos dos Titulares, em observância à legislação de proteção de dados pessoais, tais como, mas não se limitando a:

- a) Informação ao Titular de existência de tratamento de Dados Pessoais, de forma clara e de fácil acesso;
- b) Acesso pelo Titular aos Dados Pessoais submetidos ao tratamento;
- c) Correção, requerida pelo Titular, de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- d) Portabilidade dos Dados Pessoais mediante requerimento expresso do Titular e de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- e) Bloqueio ou eliminação, requerido pelo Titular, dos Dados Pessoais.

Parágrafo Quinto. Se uma das **PARTES** receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar a Parte responsável para providências sobre a solicitação do Titular recebida

Parágrafo Sexto. As **PARTES** comprometem-se a auxiliar uma à outra no cumprimento de suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e demais normas aplicáveis, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução deste Contrato.

Parágrafo Sétimo. Caso a legislação aplicável exija modificações na execução do Programa, as Partes deverão, se possível, renegociar as condições vigentes e, se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Termo conforme as disposições acordadas, este deverá ser resolvido sem qualquer penalidade.

Parágrafo Oitavo. Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável aos Dados tratados (incluindo armazenados) no âmbito do Programa vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as Partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.

Parágrafo Nono. A **ASSOCIADA MANTENEDORA** e a **SINGULAR ASSOCIADA** se comprometem a não guardar, armazenar ou reter os Dados por tempo superior ao prazo legal ou necessário para a execução Programa.

DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

Cláusula nona. As partes declaram e reconhecem que todos os fatos, documentos, dados e quaisquer outras informações que vierem a tomar conhecimento, seja por meio verbal ou escrito, no tocante à outra parte, o serão em caráter confidencial, razão pela qual se obrigam a manter essas informações sob o mais absoluto sigilo e confidencialidade.

Parágrafo único. Para os fins desta cláusula, informação confidencial significa toda e qualquer informação relativa a: operações, processos, planos ou intenções, produções, instalações, equipamentos, sistemas, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, desempenho das atividades laborais, entre outros.

Cláusula décima. As partes se obrigam a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos às informações confidenciais que lhes venham a ser reveladas.

Cláusula décima primeira. Todas as informações e documentos confidenciais revelados por uma parte à outra permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo único. A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo terá validade enquanto a informação não for comprovadamente de conhecimento público no momento da revelação, ou mediante autorização escrita, concedida pela parte interessada.



Cláusula décima segunda. Em caso de descumprimento das cláusulas de sigilo e confidencialidade, a parte infratora está ciente de que sofrerá as sanções judiciais cabíveis, incluindo o pagamento ou a recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela parte prejudica, os quais englobam danos ou perdas de ordem material, moral ou concorrencial.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula décima terceira. Não haverá transferência de recursos pelo MUNICÍPIO ao Parceiro Sicoob Conexão, arcando essa última com todas as despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado.

DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

Cláusula décima quarta. O presente Termo de Parceria e Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da sua formalização, quando se renovará automaticamente por igual período, caso nenhuma das partes se manifeste contrariamente, de forma expressa, no prazo de 30 (trinta) dias.

Cláusula décima quinta. Qualquer das partes poderá rescindir este Termo de Cooperação por meio de comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A eventual rescisão deste Termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

Parágrafo Único: Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

DO FORO

Cláusula décima sexta. Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília – Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Termo de Cooperação.

Assim, por estarem justas e em pleno acordo, as partes formalizam e assinam o presente Termo de Parceria e Cooperação em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo subscritas.

Opcionalmente, poderá ser admitida como válida a formalização deste Termo de Cooperação mediante assinatura eletrônica, utilizando sistema capaz de comprovar a autoria e integridade dos documentos eletrônicos, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001

Linhares/ES, 07 de Maio de 2024.

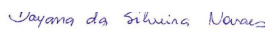

CENTRAIS ASSOCIADAS
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO


SINGULARES ASSOCIADAS
COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO – SICOOB CONEXÃO

MARIA DA PENHA
VALANI
GIURIATO:00794328750

Assinado de forma digital por
MARIA DA PENHA VALANI
GIURIATO:00794328750
Dados: 2024.05.08 15:09:18 -03'00'

INSTITUIÇÃO PARCEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LINHARES



TESTEMUNHAS:

Nome Legível: Dayana da Silveira Novaes
CPF: 032.239.196-27
RG: 10139740

Assinado eletronicamente

Sabrina Piske Cavassani Mozzer
073.387.577-71
1508452



ANEXO ÚNICO

Nome da Instituição de Ensino	EMEF PRESIDENTE CASTELO BRANCO
CNPJ	Conselho de Escola da EPG Presidente Castelo Branco - 03.353.575/0001-86
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	MARIA REGINA TAQUETI FÁVARO
Contato telefônico da instituição/representante	27 99984-9123
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
EMEF PROFª EFIGÊNIA SIZENANDO	
Nome da Instituição de Ensino	EMEF PROFª EFIGÊNIA SIZENANDO
CNPJ	Conselho de Escola da EMEF Professora Efigenia Sizenando - 03.379.059/0001-20
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	TANIA HELENA NASCIMENTO SALOMÃO
Contato telefônico da instituição/representante	027 995733163
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
EMEF AUTO GUIMARÃES E SOUZA	
Nome da Instituição de Ensino	EMEF AUTO GUIMARÃES E SOUZA
CNPJ	Conselho De Escola Da Emef Auto Guimaraes E Souza - 03.354.879/0001-68
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	MARIA TERESA GAYGHER PIANISSOLI
Contato telefônico da instituição/representante	27 99966-5610
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas



Nome da Instituição de Ensino	EMEF LUIZ DE CAMÕES
CNPJ	Conselho de Escola EMEF Luiz de Camões - 03.355.836/0001-05
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	ISABEL CHRISTINA COSSETI
Contato telefônico da instituição/representante	27 99907-1927
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
Nome da Instituição de Ensino	EMEF PROFª. MARIA APARECIDA LAVAGNOLI
CNPJ	Conselho de Escola EMEF Professora Maria Aparecida Lavagnoli - 36.022.549/0001-24
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	ROSIENE FIRME DE ALMEIDA
Contato telefônico da instituição/representante	27 99966-2261
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
Nome da Instituição de Ensino	EMEF PROFª ELIANA CORRÊA PINAFO
CNPJ	Conselho de Escola Professora Eliana Correa Pinafo - 07.679.449/0001-77
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	MARCIO TOMAZ DOS SANTOS
Contato telefônico da instituição/representante	27 99943-5495
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
Nome da Instituição de Ensino	EMEF ROBERTO MOREIRA
CNPJ	EMEF – Roberto Moreira - 03.361.352/0001-60



Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	CATIA CIRLENE MACETE DOS SANTOS
Contato telefônico da instituição/representante	27 99725-1007
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
Nome da Instituição de Ensino	EMEF MARIA SOUZA MATIAS
CNPJ	Conselho de Escola EMEF Maria Souza Matias - 20.395.103/0001-05
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	SISLEY APARECIDA PEREIRA
Contato telefônico da instituição/representante	27 99758-5688
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas
Nome da Instituição de Ensino	EMEF OROZIMBO LEITE
CNPJ	Conselho Escolar Orozimbo Leite - 03.109.060/0001-35
Classificação da Instituição	(X) Instituição de Ensino Pública () Instituição de Ensino Privada () Cooperativa Educacional () Organização da Sociedade Civil
Nome do representante da instituição	INGRID MANCINI DEL PIERO AGUIAR
Contato telefônico da instituição/representante	27 99603-5073
Estado	Espírito Santo
Cidade	Linhares
Nome do programa(s) aderido(s)	Programa Financinhas nas Escolas



Página de assinaturas

Dayana da Silveira Novaes

Dayana Novaes
032.239.196-27
Signatário

Sandra Kwak

Sandra Kwak
763.748.747-49
Signatário

Michelle Manzoli

Michelle Manzoli
Diretora Operacional
Signatário

Nailson Bernadina

Nailson Bernadina
077.720.547-50
Signatário





Assinado eletronicamente

Sabrina Mozer
073.387.577-71
Signatário

Alair G

Alair Giuriato
931.067.267-68
Signatário

HISTÓRICO

- 08 mai 2024** 17:04:04  **Dayana da Silveira Novaes** criou este documento. (E-mail: dayanas.novaes@sicoob.com.br, CPF: 032.239.196-27)
- 08 mai 2024** 17:04:04  **Dayana da Silveira Novaes** (E-mail: dayanas.novaes@sicoob.com.br, CPF: 032.239.196-27) visualizou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 08 mai 2024** 17:04:08  **Dayana da Silveira Novaes** (E-mail: dayanas.novaes@sicoob.com.br, CPF: 032.239.196-27) assinou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 13 mai 2024** 10:58:31  **Alair José Giuriato** (E-mail: alair.giuriato@sicoob.com.br, CPF: 931.067.267-68) visualizou este documento por meio do IP 177.54.108.242 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil



- 13 mai 2024**
10:58:38  **Alair José Giuriato** (E-mail: alair.giuriato@sicoob.com.br, CPF: 931.067.267-68) assinou este documento por meio do IP 177.54.108.242 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil
- 08 mai 2024**
18:19:17  **Michelle Sabaini Calmon Manzoli** (Empresa: *Diretora Operacional*, E-mail: michelle.manzoli@sicoob.com.br, CPF: 009.854.567-10) visualizou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 08 mai 2024**
18:29:58  **Michelle Sabaini Calmon Manzoli** (Empresa: *Diretora Operacional*, E-mail: michelle.manzoli@sicoob.com.br, CPF: 009.854.567-10) assinou este documento por meio do IP 177.54.108.242 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil
- 09 mai 2024**
07:39:56  **Nailson Dalla Bernadina** (E-mail: nailson.bernadina@sicoob.com.br, CPF: 077.720.547-50) visualizou este documento por meio do IP 131.255.23.61 localizado em Cariacica - Espírito Santo - Brazil
- 09 mai 2024**
07:40:01  **Nailson Dalla Bernadina** (E-mail: nailson.bernadina@sicoob.com.br, CPF: 077.720.547-50) assinou este documento por meio do IP 131.255.23.61 localizado em Cariacica - Espírito Santo - Brazil
- 08 mai 2024**
17:19:44  **Sandra Helena Rosa Kwak** (E-mail: sandra.rosa@sicoob.com.br, CPF: 763.748.747-49) visualizou este documento por meio do IP 189.23.117.99 localizado em Cotia - São Paulo - Brazil
- 08 mai 2024**
17:19:49  **Sandra Helena Rosa Kwak** (E-mail: sandra.rosa@sicoob.com.br, CPF: 763.748.747-49) assinou este documento por meio do IP 189.23.117.99 localizado em Cotia - São Paulo - Brazil
- 09 mai 2024**
10:24:34  **Sabrina Piske Cavassani Mozer** (E-mail: sabrina.mozer@sicoob.com.br, CPF: 073.387.577-71) visualizou este documento por meio do IP 177.54.97.18 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil
- 09 mai 2024**
10:24:53  **Sabrina Piske Cavassani Mozer** (E-mail: sabrina.mozer@sicoob.com.br, CPF: 073.387.577-71) assinou este documento por meio do IP 177.54.97.18 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil



ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO: PROGRAMA FINANCINHAS NAS ESCOLAS

PARCEIRO: COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO – SICOOB CONEXÃO, CNPJ/MF: 32.430.233/0001-10;
Endereço: Av. Prefeito Samuel Batista Cruz, 2.905, Nossa Sra. da Conceição, Linhares/ES, CEP 29900-527.
Representada por seus Diretores Executivos, os Srs. Sr. Alair José Giuriato, CPF nº 931.067.267-68,
e Michelle Sabaini Calmon Manzoli, CPF n.º 009.854.567-10.

Representante legal: Sra. MICHELLE SABAINI CALMON MANZOLI, Diretora Operacional, DECLARA, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a ORGANIZAÇÃO por mim representada cumpre plenamente os requisitos legais para a celebração do Acordo de Cooperação, e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei nº 13.019, de 2014, conforme descritas abaixo:

- I. não está suspensa de participar de licitação, nem impedida de contratar com a administração;
- II. não está declarada inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- III. não está suspensa temporariamente da participação em chamamento público nem impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município;
- IV. não está declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
- V. não possui contas de parcerias anteriores rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;
- VI – não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- VII. não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- VIII. não possui, entre seus dirigentes, pessoas:
 - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
 - b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitadas para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
 - c) consideradas culpadas por ato de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
 - d) membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, nem seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Declaro, também, que não há existência no Quadro Diretoria da ORGANIZAÇÃO de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.



Por fim, declaro que dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas.

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

Responsável técnico pelo projeto: Dayana da Silveira Novaes, Especialista Operacional da Instituição. Administradora, com MBA em Gestão de Pessoas, MBA em Secretariado Executivo e Comunicação, com Certificação Internacional em PNL Advanced e Certificação Profissional Anbima – CPA 10.

Breve histórico da ORGANIZAÇÃO: O Sicoob Conexão é uma Instituição Financeira Cooperativa, com Sede em Linhares/ES, com 35 anos de atuação, 45 Agências físicas, bem como Agência virtual, e mais de 220 mil Cooperados. Visando a prática dos Princípios Cooperativistas, sobretudo, o 7º Princípio, o Interesse pela Comunidade, a Cooperativa tem investido significativamente nos projetos da área de Responsabilidade Social, principalmente no tange à Educação Financeira, que é sua maior vocação.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO: 07/05/2024

TÉRMINO: 10/12/2024

DESCRIÇÃO DO OBJETO GERAL: O Programa tem o objetivo de **Disseminar a educação financeira nas escolas de educação básica**, de forma gratuita, transversal e com metodologia exclusiva, através da formação e acompanhamento de professores dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental.

Foi desenvolvido em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, através da sua metodologia exclusiva, trabalha três temas transversais: cooperação, consumo e cidadania, a partir de três pilares pedagógicos, quais sejam: PRÁTICAS COOPERATIVAS; FORMAÇÃO INTEGRAL e DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA.

DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO ESPECÍFICO DO CONTRATO: A educação financeira supõe, mais do que informações e aconselhamento sobre finanças, a construção de conhecimentos que capacitem crianças e adultos a planejar a vida financeira a curto, médio e longo prazo, ensinando a ganhar, consumir, poupar e investir, de acordo com recursos disponíveis. Na escola, quando os alunos são ainda pequenos e dependem dos pais, boas práticas de educação financeira, relacionadas ao consumo consciente e a cooperação, funcionam como base para aprendizagem sobre o tema, como consequência ensinarão estes alunos a terem uma maior autonomia financeira pessoal no futuro.

PÚBLICO-ALVO BENEFICIADO: Alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Todo o trabalho terá como base os Livros da Coleção Financinhas. Eles abordam conceitos sobre educação financeira para crianças e jovens de 6 a 12 anos de forma lúdica.

DESCRIÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MENSURÁVEIS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES/PROJETOS A SEREM EXECUTADOS: Na Fase 2 – Planejamento, após a realização das Trilhas de Formação online e Workshop Presencial, os Professores deverão criar um Plano de Ação para a execução do Programa, onde serão descritas de 3 a 5 Ações que deverão desenvolver com os Alunos, durante a fase de Execução.



FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES: O Programa Financinhas, segue uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Sicoob, e se propõe a desenvolver a educação financeira de forma lúdica, contextualizada e prática, respeitando as questões que são próprias da escola com o propósito maior de educar para a cidadania. Com metodologia única e completa de educação financeira, o programa visa apoiar professores, facilitando o diálogo sobre finanças com o público infantil. Para isso, o conteúdo é apresentado em linguagem lúdica e acessível ao repertório da infância, abordando temas como sonhos, necessidades e desejos relacionados ao contexto financeiro.

Cada criança participante do Programa, receberá 1 livro (conforme a série do aluno), além de 1 Caderno de Desenho e 1 Cofrinho:

- Alunos do 1º e 2º ano – Receberão 1 livro do Caiu Achou um Moedinha, 1 Caderno de Desenho e 1 Cofrinho;
- Alunos do 3º ano – Receberão 1 livro Miguel, Aninha e Dede, ganharam um dinheirinho, 1 Caderno de Desenho e 1 Cofrinho;
- Alunos do 4º ano – Receberão 1 livro Margo e Davi foram ao Mercadinho, 1 Caderno de Desenho e 1 Cofrinho;
- Alunos do 5º ano – Receberão 1 livro Marina Esqueceu de Desligar a Televisão, 1 Caderno de Desenho e 1 Cofrinho.

METODOLOGIA DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES: Além do acompanhamento constante dos Professores, no tocante ao desenvolvimento das atividades previstas na Plano de Ação, ao final do trabalho, na Fase de Monitoramento, os Professores deverão preencher um relatório, cujo modelo será fornecido pelo Sicoob, informando sobre os resultados alcançados pelos alunos com a aplicação do Programa, durante o ano letivo.

METAS E FASES (CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO):

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade de medida	Quantidade	Início	Término
Definir as Escolas que farão parte do Programa;	Fase 1 Apresentação	Apresentação do programa para a Secretaria Municipal de Educação;	Escolas admitidas no Programa;	Quantidade de Escolas no Programa;	Dezembro /2023	Fevereiro /2024



Preparação de Documentos e Assinatura do Termo de Parceria;	Fase 1 Habilitação	Formalização e Assinatura do Termo de Cooperação firmado entre Secretaria de Educação, Sicoob Conexão e Sicoob Central ES;	Escolas admitidas no Programa;	Quantidade de Escolas no Programa;	Março /2024	Março /2024
Cadastro e Formação dos Professores envolvidos no Programa;	Fase 2 Formação	Os Professores acessam a Plataforma do Instituto Sicoob, fazem seu Cadastro , acessam e realização a Trilha on-line , com Carga horária de 8h;	Professores capacitados;	Quantidade de Professores Capacitados;	Abril /2024	Maio /2024
Realização de Integração ao Programa, por meio do Workshop;	Fase 2 Integração	Workshop (presencial ou virtual) para Professores, com duração de até 3 horas realizado pelo Sicoob Conexão;	Professores capacitados;	Quantidade de Professores participantes;	Abril /2024	Maio /2024
Elaboração e envio de Plano de Ação;	Fase 2 Planejamento	Os Professores enviam o Plano de Ação criado durante a etapa de integração, com 4 ou 5 ações para o ano;	Planos de Ação construídos	Quantidade de Planos de Ação enviados ao Sicoob;	Maio /2024	Maio /2024
Despachar Material para Escolas;	Fase 2 Despache de materiais	O Sicoob despacha o material para as Escolas, conforme quantidade de alunos por série informada pela Secretaria;	Alunos atendidos no Programa;	Quantidade de Materiais enviados;	Maio /2024	Maio /2024



Apresentar o Projeto a Comunidade Escolar;	Fase 3 Apresentação	Apresentação do plano de ação, com as atividades que serão executadas para comunidade escolar;	Pais ou Responsáveis pelos alunos	Quantidade de Pais ou Responsáveis;	Junho /2024	Junho /2024
Execução das Ações previstas;	Fase 3 (Execução)	Distribuição do Material para as Crianças e Execução das ações previstas no plano de ação;	Alunos atendidos pelo Programa	Quantidade de Alunos atendidos pelo Programa;	Junho /2024	Outubro /2024
Elaborar Declaração de Resultados;	Fase 3 (Resultados)	Envio dos resultados alcançados ao final do ano letivo através de declaração de resultados emitida pela escola;	Declarações de Resultado emitidas pelas Escolas;	Quantidade de Declarações enviadas;	Novembro /2024	Novembro /2024
Fazer Avaliação dos Resultados;	Fase 3 (Avaliação de Resultados)	O Sicoob aplica pesquisa de avaliação do programa junto aos Professores e Equipe pedagógica.	Professores envolvidos no Programa;	Quantidade de Professores respondentes;	Novembro /2024	Novembro /2024

COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO

SICOOB CONEXÃO



Alair José Giuriato
Diretor Executivo



Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional



Página de assinaturas

Michelle Manzoli
Diretora Operacional
Signatário

Alair Giuriato
931.067.267-68
Signatário

HISTÓRICO

- 08 mai 2024**
17:05:38 **Dayana da Silveira Novaes** criou este documento. (E-mail: dayanas.novaes@sicoob.com.br)
- 13 mai 2024**
10:59:00 **Alair José Giuriato** (E-mail: alair.giuriato@sicoob.com.br, CPF: 931.067.267-68) visualizou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 13 mai 2024**
10:59:11 **Alair José Giuriato** (E-mail: alair.giuriato@sicoob.com.br, CPF: 931.067.267-68) assinou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 08 mai 2024**
18:18:16 **Michelle Sabaini Calmon Manzoli** (Empresa: Diretora Operacional, E-mail: michelle.manzoli@sicoob.com.br, CPF: 009.854.567-10) visualizou este documento por meio do IP 189.42.250.114 localizado em Juiz de Fora - Minas Gerais - Brazil
- 08 mai 2024**
18:29:52 **Michelle Sabaini Calmon Manzoli** (Empresa: Diretora Operacional, E-mail: michelle.manzoli@sicoob.com.br, CPF: 009.854.567-10) assinou este documento por meio do IP 177.54.108.242 localizado em Sao Gabriel - Espírito Santo - Brazil



PROGRAMA

FINANÇINHAS

GUIA pedagógico

VISUALIZAÇÃO

*Maria Denise Crespo Nunes
Ana Mariza Filipouski*

Brasília
2020

GUIA

pedagógico

SUPERINTENDÊNCIA

Luiz Edson Feltrim

GERÊNCIA

Emanuelle Marques de Moraes

CONSELHO FISCAL

Antonio Claudio Rodrigues
Carlos Augusto de Macedo Chiaraba (Secretário)
Jacson Guerra Araújo (Coordenador)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu
José Alves de Sena
Luiz Ajita (Conselheiro)
Nábia dos Santos Jorge

PARTICIPANTES

José Alves de Sena
Luiz Ajita
Marco Aurélio B. de Almada Abreu
Nábia dos Santos Jorge
Neilson Santos Oliveira
Sandra Helena Rosa Kwak

PRESIDENTE

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu

VICE PRESIDENTE

Nábia dos Santos Jorge

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nunes, Maria Denise Crespo
Guia pedagógico [livro eletrônico] / Maria Denise
Crespo Nunes, Ana Mariza Filipouski ; ilustração
Natália Mastrela. -- 1. ed. -- Brasília, DF :
Instituto Sicoob Para o Desenvolvimento Sustentável,
2021.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia

ISBN 978-65-88056-06-6

1. Cooperativismo 2. Economia doméstica 3.
Educação financeira 4. Finanças pessoais I.

Filipouski, Ana Mariza. II. Mastrela, Natália. III.

Título

21-61556

CDD-332.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação financeira : Economia 332.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1 - Cooperativismo e
temas do Programa Financinhas

1.1 Cooperativismo: eixo central
do Programa Financinhas

1.2 Cooperação, consumo e cidadania:
temas transversais do Programa

Capítulo 2 - Aprendizagem e
competências em contextos
de educação financeira

2.1 Aprendizagem cooperativa e
competências socioemocionais

2.2 Educação financeira no ensino
fundamental - 1º ao 5º ano

2.3 Conhecimentos, competências
e habilidades/valores do
Programa Financinhas

2.4 Coleção Financinhas e
sustentabilidade financeira
pessoal e familiar

Capítulo 3 - Práticas pedagógicas e
atividades de educação financeira

3.1 Cooperação - Ano: 1º e 2º

3.2 Consumo - Ano: 3º e 4º

3.3. Cidadania

Referências

VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Programa *Financinhas* se propõe a desenvolver a educação financeira de forma contextualizada e prática, respeitando as questões que são próprias da escola e sua finalidade maior de educar para a cidadania. Igualmente, dá destaque à cultura cooperativista, considerando o compromisso com a comunidade de forma sustentável, bem como conhecimentos que fortaleçam a inclusão financeira dos alunos e familiares, investindo na melhoria da qualidade da vida coletiva.

A escola é um lugar privilegiado para tratar da educação financeira na perspectiva da cooperação, já que lhe compete problematizar maneiras de ser e agir no ambiente e na vida social, considerando o desenvolvimento da cidadania, o consumo consciente e responsável e a sustentabilidade ambiental e cultural.

Por isso, este *Guia Pedagógico* oferece subsídios aos professores e profissionais do Sicoob para adotarem práticas características da educação pela cooperação, oportunizando que os alunos conectem aprendizagens escolares com a vida, desenvolvam competências, compartilhem informações e tomem decisões que fomentem a responsabilidade e a solidariedade, valores do cooperativismo, que são capazes de formar, desde a infância, para a cidadania financeira.

As competências e habilidades requeridas para agir criticamente a respeito de temas relacionados à educação financeira têm a cidadania, o consumo e a cooperação como pano de fundo. Elas orientam a prática na escola, definindo a natureza das atividades de aprendizagem.

Do ponto de vista pedagógico, a educação financeira aqui proposta depende da ação de três pilares interligados: prática cooperativa, formação integral e desenvolvimento da cidadania.

A prática cooperativa instrumentaliza o professor para formar a partir de valores, privilegiando atividades que favoreçam a interação e o trabalho coletivo, a cooperação e a participação em projetos comuns, a exposição de ideias e a negociação. Trabalhos em grupo e rodas de conversa, entre outros, tomam a cooperação como base para decisões que envolvem o bem-estar pessoal e comunitário, constituindo práticas frequentes nas propostas deste Guia.

A formação integral considera o aprender como relação complexa que habilita a agir no contexto, a refletir a respeito dos papéis individual e coletivo, a participar da vida social, como condição para a cidadania plena.

Por ser integral, desenvolve o sujeito em diferentes dimensões (intelectual, física, emocional, social e cultural) e se constitui como projeto coletivo, com potencial para ser compartilhada por alunos, famílias, educadores e comunidades.

O desenvolvimento da cidadania, por se concretizar em processo, ambiciosa que cada um se reconheça como quem vive em sociedade, convivendo com diferenças, interage, realiza projetos comuns. Ao ser praticada desde a infância, dá consistência ao valor do coletivo e orienta para escolhas comprometidas com o contexto, a ética e a sustentabilidade. Isso possibilita que os alunos aprendam a ser, a conviver, a conhecer, a cooperar, a fazer, sempre a partir do seu lugar e de valores que reforcem que cada um deve ser capaz de tomar decisões pessoais sem ignorar a qualidade de vida de todos.

Ao ocorrer na escola, a educação financeira dialoga com outras aprendizagens responsáveis pelo processo de descoberta do mundo e do lugar. Isso requer a inclusão de temáticas e/ou situações-problema que possam ser reconhecidas pelos alunos em sua vida cotidiana e tenham o potencial de desenvolver a criatividade a partir da compreensão de conhecimentos (por exemplo, os econômicos, ou financeiros) capazes de impactar a vida pessoal e comunitária.

A ideia é que, a partir do estudo de temas transversais, como o consumo e o ambiente, sejam estudados conceitos básicos de economia e finanças capazes de despertar o interesse por saber mais e agir de forma cooperativa, com vistas ao bem-estar coletivo e o consumo responsável.

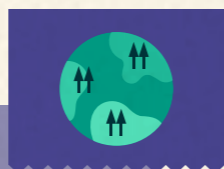
O Programa *Financinhas*, então, consiste em oportunidade de parceria solidária com escolas interessadas em promover a educação financeira como tema transversal e interdisciplinar, cujo intercâmbio de experiências tem, como ponto de apoio, de um lado, a implementação da BNCC, que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes têm direito e, de outro, os valores cooperativistas, que estabelecem a ênfase pretendida desse Programa para contribuir com o projeto de vida, a organização, o planejamento, os sonhos, as metas e as aspirações que estão no escopo da educação financeira.

Os temas destacados do *Programa Financinhas* são transversais e se prestam a uma abordagem por diferentes componentes curriculares. São temas complexos, inerentes às condições do mundo contemporâneo e podem ser compreendidos a partir de um contexto próximo, ainda que tenham desenhos e dimensões globais.

Como o interesse maior deste Programa é tratar de educação financeira visando à cidadania financeira, um viés significativo adotado foi abordar todos os temas a partir de pressupostos do cooperativismo, eixo central a partir do qual se torna possível pensar a cooperação, o consumo e a cidadania como práticas que se nutrem de valores cooperativistas.

1.1 COOPERATIVISMO: EIXO CENTRAL DO PROGRAMA FINANCINHAS

O cooperativismo é um sistema socioeconômico e também uma filosofia de vida, capaz de unir bons resultados econômicos e bem-estar coletivo. Como tal, pode também ser considerado uma ferramenta que, associada a valores e princípios universais, é capaz de constituir um movimento social que contribui com a educação inclusiva e o desenvolvimento do senso de comunidade.



BREVE HISTÓRICO

O cooperativismo, como movimento social, surgiu a partir da visão de que seria possível atuar de forma colaborativa e solidária em busca de objetivos e benefícios comuns. As primeiras cooperativas do mundo apareceram durante a revolução industrial, quando grupos de trabalhadores da cidade inglesa de Rochdale se associaram em uma cooperativa de consumo. Juntos, os cooperados compravam ingredientes, como farinha, manteiga, açúcar e velas, a preços mais em conta, repassando esses produtos a preços mais baratos para seus cooperados.

(Guia Sizob para a Cidadania Financeira, p. 26).

A escola pode propagar a cultura da cooperação e o cooperativismo, pois ambos privilegiam valores e práticas participativas e cooperativas que se propõem a formar para a cidadania responsável, ideal da educação hoje em dia e que está na base do que o Programa pretende ao promover a educação financeira.

Valores orientam a convivência humana e se manifestam em atitudes ou padrões de conduta. Eles revelam modos de ser, aparecem em escolhas diárias, expressam sentimentos, razão, experiências e decorrem de ações humanas.

Os valores do cooperativismo se mantêm desde a fundação da primeira cooperativa da história e definem a conduta pessoal e coletiva dos cooperados, o que dá concretude às suas ações. Em qualquer lugar do mundo, as cooperativas agem orientadas por eles, que extrapolam o âmbito restrito do cooperativismo.

A representação que segue, já apresentada no *Guia Metodológico*, destaca alguns valores cooperativistas considerados indispensáveis à formação integral dos alunos participantes do *Programa Financinhas*.



Princípios decorrem da aplicação de valores de forma coerente com o modo de pensar, dizer ou fazer na vida social. No cooperativismo, eles orientam a prática de valores, transformando-os em atitudes. Nas cooperativas, eles se concretizam, expressando as formas de organização e gestão dos serviços que oferecem.

Os princípios cooperativistas, com base no estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844), considerada marco inicial do movimento, continha sete artigos que são ainda hoje referência, embora sejam sempre relidos a partir de influências dos novos tempos. Graças a isso, em 1995, foram assim enunciados pela Aliança Cooperativa Internacional/ACI:

ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA	As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como membros, sem qualquer discriminação.	<i>Este princípio se relaciona, entre outros, aos valores equidade e igualdade.</i>
GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS SÓCIOS	Nas cooperativas, todos participam das decisões e são representados por gestores, que periodicamente prestam contas de suas ações aos associados. As decisões são tomadas em assembleia por voto.	<i>Está relacionado aos valores: democracia, igualdade, transparência e responsabilidade.</i>
PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS SÓCIOS	Todos contribuem para o capital da cooperativa e parte dele é tornado propriedade comum. Os sócios recebem, se houver sobra, remuneração proporcional ao capital integralizado na adesão.	<i>O princípio torna efetivos valores como responsabilidade, solidariedade e equidade.</i>
AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA:	As cooperativas são organizações autônomas controladas por seus membros. Ao firmarem acordos com outras organizações, não podem comprometer o controle democrático nem a autonomia, ainda que, em casos graves, possam sofrer intervenções externas.	<i>O princípio recorre, predominantemente, à democracia e à transparência.</i>
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	As cooperativas promovem educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e trabalhadores. Também informam a sociedade em geral das vantagens da cooperação, difundindo seus benefícios.	<i>Este princípio relaciona-se com os valores democracia, transparência e responsabilidade.</i>
INTERCOOPERAÇÃO	As cooperativas servem com maior eficácia aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo quando trabalham em colaboração. Isso viabiliza a prestação de melhores serviços e investe na sustentabilidade das suas ações.	<i>A intercooperação valoriza a ajuda mútua e a solidariedade.</i>
INTERESSE PELA COMUNIDADE	As cooperativas visam o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, em ações de educação, esporte, saúde, segurança, ecologia, comprometidas com o desenvolvimento integral de todos e do ambiente.	<i>Este princípio está diretamente associado à responsabilidade socioambiental.</i>

Ao tomar o cooperativismo como eixo, o *Programa Financeiras* se organiza a partir de princípios e valores apoiados na cooperação. Considerando a educação financeira, acrescenta ainda os temas consumo consciente e cidadania, capazes de contextualizar as aprendizagens na escola e ampliar o potencial do cooperativismo para contribuir com a formação dos estudantes, como ilustra a tabela a seguir.

COOPERATIVISMO		
O QUE É?	COMO SE APLICA?	O QUE PREDOMINA?
Uma filosofia de vida	Pelo esforço próprio e a ajuda mútua – pertencimento	Solidariedade e democracia como princípios de vida
Uma ferramenta	Desenvolvimento social e educativo com vistas à formação integral – emancipação	Valores emancipatórios: igualdade e equidade
Um modo de organização social	Reflexão/ação em torno de um projeto coletivo de inclusão financeira - senso de comunidade	Valores que subsidiam a educação financeira: participação, transparência e honestidade
Um movimento social	Satisfaz necessidades educativas, culturais, sociais e econômicas dos participantes - acesso à cidadania	Valores colaborativos orientam escolhas e decisões: consumo consciente e sustentável

Adaptado de: FERREYRA; GALLO; ZECCHINI, 2007.

NOTA

Valores colaborativos: para o cooperativismo, agir de forma individual apenas agrava as distâncias sociais, ao passo que ações que visam o bem-estar financeiro coletivo melhoram toda uma comunidade, de forma ampla e com um efeito cascata positivo. Guia Sicoob para a cidadania financeira, p. 29.

Logo, pretende-se inserir nas escolas com vistas a dar significado às aprendizagens dos estudantes, além de construir um lastro para desenvolverem atitudes colaborativas na vida cotidiana e obterem melhores atitudes financeiras na vida adulta.

1.2 COOPERAÇÃO, CONSUMO E CIDADANIA: TEMAS TRANSVERSAIS DO PROGRAMA

Os temas do *Programa Financinhas* pretendem oportunizar que a escola, ao tratar transversalmente de cooperação, consumo e cidadania, promova a relação entre educação, economia e finanças, valorizando a dimensão comunitária e o potencial para desenvolver competências e habilidades viabilizadoras de formação integral e cidadania financeira.

COOPERAÇÃO



A cooperação esteve presente entre os seres humanos desde o início dos tempos, na luta pela sobrevivência, enfrentamento de crises econômicas, políticas e sociais, e defesa das comunidades. Em todos os povos, há vestígios de solidariedade em costumes que revelam ser a cooperação necessária à vida social da humanidade.

Ao longo do tempo, práticas cooperativas adquiriram novos significados no processo de produção capitalista, o que deu lugar a uma sociedade individualista, baseada na competição, e gerou níveis baixíssimos de mútua ajuda. Para fazer frente à exploração extrema dos trabalhadores, nasceram ideais baseados na organização coletiva, e constituíram uma modalidade específica de trabalho em cooperação – o cooperativismo.

Caracterizada como forma de interação social que prevê o compartilhamento de ações e conta com o empenho das pessoas para alcançar objetivos comuns, a cooperação é um meio de realizar atividades conjuntas cujos benefícios são distribuídos entre todos.

É também um valor que pressupõe solidariedade e se efetiva na prática, na atitude cooperativa, na disponibilidade de compartilhar um projeto comum para atender necessidades de um coletivo. Viver a cooperação significa adotar a ajuda mútua, o diálogo e a abertura para perceber o outro como sujeito de direitos, atitudes que visam ao bem-estar individual, sem perder de vista o bem comum.

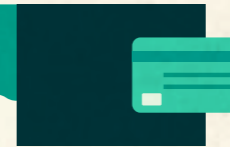
Nesse contexto, a cooperação favorece a cidadania, uma vez que é voltada ao coletivo, não se dá no vazio e nem ignora o lugar em que ocorre. Experiências recentes referem-se a ela como incentivo às populações para colaborarem com os ecossistemas ambientais locais, já que o futuro depende mais de cooperação do que de competição.

Educar pela cooperação estimula o envolvimento dos alunos da primeira etapa do ensino fundamental, destinatários do *Programa Financinhas*, com questões que ultrapassam interesses individuais e inserem a perspectiva do coletivo, seja por meio do diálogo com as diferenças, de desafios ou resolução de problemas comuns.

Aprender a agir cooperativamente, a traçar objetivos que atendam necessidades ou desejos da coletividade, pode levar os alunos - mesmo os muito jovens - a

fazerem escolhas refletidas. Ao planejarem a aquisição conjunta de um jogo ou brinquedo que beneficie a todos, ao tomarem decisões financeiras fortalecidas pelo grupo e pela capacidade de reconhecerem as possibilidades de investimento imediato ou de poupança da turma, o compartilhamento tem reflexo positivo no ambiente e remete a um consumo sustentável, se subsidiado por conhecimentos de educação financeira.

CONSUMO



Eclodida no século XX, a sociedade de consumo resulta do desenvolvimento industrial capitalista e da quantidade de produtos e serviços disponibilizados no mercado, o que impulsiona as pessoas a consumirem sem que haja, necessariamente, relação entre esse ato e necessidade.

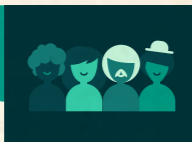
O consumo se torna um modo de vida, facilitado pelo desenvolvimento de grandes cidades, com boas formas de comunicação entre o centro e as periferias. Mercadorias são produzidas em série, o que barateia o custo de produção, serviços e facilidades. O hábito de consumir se estende para toda a sociedade. É o chamado consumo de massas que, a rigor, dissocia o ato de consumir do quanto de dinheiro possui quem tem disposição para comprar.

Isso acaba por caracterizar um comportamento associado a *status* social, desenvolve a noção de moda (música, roupas, programas de lazer) e também estimula a publicidade. A identidade individual é enfraquecida e o quanto cada um pode ter parece valer mais do que cada um é. Com a globalização, na virada do século XXI, o consumo se relaciona mais estreitamente com a sociedade capitalista e, em algumas realidades, ser consumidor chega a se confundir com ser cidadão.

A escalada do consumo tem efeitos perversos, ainda que impacte positivamente a produção. Diminui a qualidade dos produtos (os plásticos substituem materiais mais duráveis, são descartáveis, muitos não biodegradáveis), produz muito lixo e degrada a qualidade de vida, comprometendo a sustentabilidade do planeta.

Numa sociedade de consumo, valores comunitários são suplantados pela disposição de ter, pela capacidade de crédito que cada um possui. Necessidade e desejo tornam-se demandas exteriores e impelem muita gente a se endividar para ter mais, desvinculando o consumo da ideia de planejar as próprias finanças, o que provoca impactos pessoais e coletivos característicos do consumismo.

Nesse contexto, a educação financeira, trabalhada desde a infância, é capaz de apontar outros caminhos, propondo o reconhecimento de fragilidades do sistema e buscando fortalecer a ideia de comunidade, capaz de refletir sobre os impactos coletivos do consumo sobre a sustentabilidade do grupo e do ecossistema. Amplia-se, assim, a mobilização social para o consumo consciente, a mudança de comportamento dos consumidores e a consequente melhoria da saúde financeira individual, que também pode impactar positivamente o contexto em que cada um vive.



O conceito de cidadania está permanentemente em construção. Aprender a ser cidadão e cidadã é participar, tornar-se membro de um conjunto de pessoas que habita um estado. Num país democrático, participa quem vota para escolher seus representantes (participação política), mas também quem sabe agir com respeito na vida cotidiana, é justo, solidário, responsável, sabe dialogar, comprometendo-se com o coletivo e com o ambiente. A cidadania possibilita a participação ativa, inclui na vida social e na tomada de decisões.

Ser cidadão ou cidadã supõe ter direitos e, em contrapartida, deveres. O acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer - considerados direitos de cidadania -, está condicionado ao dever de cumprir as leis, eleger os governantes e pagar tributos que possibilitem a implementação de políticas públicas para viabilizá-los. Isso significa que os deveres são importantes para assegurar que os direitos sejam exercidos e tenham efetividade.

Deveres nem sempre colocam as pessoas em relação ao Estado. Muitas vezes eles resultam de iniciativas espontâneas da sociedade em geral, ou de grupos de cidadãos que compartilham de um mesmo projeto que vise ao bem comum. É o caso da sustentabilidade, que começou a ser construída com ações economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas bem antes de se tornar objeto de política pública. Isso envolveu práticas de preservação do meio ambiente, redução do consumo, reutilização de materiais, formas de separação e descarte correto de resíduos, atitudes decorrentes de iniciativas coletivas em favor do equilíbrio ambiental.

Uma comunidade que se volte para aspectos econômicos do seu lugar pode gerar benefícios a muita gente que aprende a olhar para o contexto a partir de critérios próprios da sustentabilidade financeira. Para atribuir valor a um lugar, por exemplo, é mais significativo consumir o que é produzido no entorno, o que é comercializado por lá, em vez de recorrer a grandes mercados, nem sempre preocupados com a sustentabilidade, a ética ou o exercício de direitos humanos. A decisão de empoderar o lugar também repercute sobre cada um, dá mais clareza sobre os impactos coletivos de ações individuais, valoriza quem coopera, participa ativamente de uma coletividade e, a partir disso, pode ser motivado a repensar suas decisões financeiras.

Nesse contexto, a educação financeira torna-se instrumento útil para consolidar a cidadania, pois destaca aspectos relacionados tanto à inclusão financeira quanto à proteção do consumidor. Ensina a controlar o próprio dinheiro, a poupar, a planejar a aquisição de bens e serviços sem o risco do consumismo imediatista e sem provocar endividamento descontrolado.

Na escola, desde muito cedo a cidadania financeira pode começar a ser consolidada, pela prática de atitudes cooperativas e o exercício no dia a dia, ensinando a agir em cooperação. Assim, pela experimentação e pelo afeto, os alunos começam a aplicá-la à vida social, primeiro passo para vivenciá-la.

Para tornarem-se efetivos, os temas referidos precisam se concretizar em práticas adequadas às necessidades, aos interesses e às aspirações dos estudantes já que, quanto mais a educação formal estiver ligada à vida tal como ela é, mais poderá ganhar sentido, ressignificando a educação financeira e compreendendo-a como um tema transversal às demais aprendizagens do currículo escolar.



Aprender é desenvolver a capacidade de pensar, de operar com dados da realidade, compreendidos como produto das relações humanas em permanente transformação. Quem aprende se apropria de novos significados, aprofunda relações entre conceitos já consolidados e outros em processo de aquisição, aplica o aprendido em situações reais da vida pessoal e social, tornando-se capaz de ir além, fazer escolhas, tomar decisões, participar, posicionar-se crítica e criativamente.

**2.1 APRENDIZAGEM COOPERATIVA E
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS**

Em contextos que valorizem a cooperação, aprender possibilita selecionar informações significativas para a tomada de decisões coletivas. O trabalho em grupo, que decorre de interação, prepara para a convivência democrática com pensamentos divergentes e para assumir responsabilidades frente a questões de interesse comunitário de forma colaborativa.

APRENDER:



**de forma
cooperativa**

Valoriza a natureza social da aprendizagem e possibilita tratar dos valores do cooperativismo para tornar as aprendizagens mais significativas.

a interagir

Constrói a convivência grupal a partir do diálogo e do respeito mútuo, para a resolução conjunta de problemas.

por competências

Favorece a educação integral, nos aspectos intelectual, afetivo, social e ambiental.

**com a
comunidade**

Percebe a comunidade como a expressão de valores e práticas que influenciam a construção e vivência de cidadania.

A aprendizagem cooperativa também colabora para a interação entre as pessoas, valorizando o diálogo e a resolução de problemas comuns. Isso a torna mais significativa, conectando os alunos ao contexto onde vivem pelo exercício de competências socioemocionais.

Estas competências possibilitam aprender a controlar emoções, alcançar objetivos, demonstrar empatia, manter relações sociais positivas e tomar decisões com responsabilidade. Somadas às cognitivas (interpretar, comparar, relacionar, generalizar, entre outras), habilitam a agir no presente, a partir do seu lugar, e a enfrentar desafios sociais futuros, transformando sonhos em ações, dentro e fora da escola.

Orientadas para a coletividade, algumas são essenciais e dão concretude às demais competências relacionadas ao conhecimento, ao pensamento científico ou à formação de repertório cultural, entre outras.

LIDAR CONSIGO MESMO

- ◆ Autoconhecimento
- ◆ Autocontrole
- ◆ Autoestima
- ◆ Resiliência

LIDAR COM OS OUTROS

- ◆ Comunidade
- ◆ Sociabilidade
- ◆ Respeito
- ◆ Empatia

LIDAR COM OS DESAFIOS

- ◆ Criação de estratégias
- ◆ Escolhas socialmente responsáveis

As competências socioemocionais têm impactos positivos:

- na **aprendizagem**, porque geram ambiente mais favorável à interação, necessária para a construção coletiva do conhecimento;
- no **desenvolvimento integral**, porque habilitam a estar no mundo, apropriar-se da realidade, ter autocontrole, agir cooperativamente, compreender diferenças, fazer escolhas, assumir responsabilidades;
- na **promoção da equidade**, porque preparam para perceber necessidades comunitárias, respeitar diferenças e valorizar a diversidade, buscar soluções conjuntas para problemas que afetam a qualidade de vida de todos;
- na **mudança cultural**, porque estimulam a atitude cidadã, o consumo consciente e responsável e contribuem para a vivência de valores cooperativos.

No contexto do *Programa Financinhas*, competências socioemocionais são fundamentais para orientar as atividades propostas adiante, já que, por meio delas, os alunos aprendem a se comunicar melhor, solucionam problemas, enfrentam com autonomia novas experiências e vivenciam práticas democráticas e éticas que dão sentido ao que aprendem e promovem um clima escolar saudavelmente desafiador e colaborativo.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO

Durante a primeira etapa do ensino fundamental, os estudantes tornam-se progressivamente mais autônomos, ampliam o horizonte de observação, apreciam formular hipóteses sobre diferentes fenômenos e testá-las para elaborar conclusões, procedimento que subsidia a construção de conhecimentos, na escola e além dela.

Suas experiências nos contextos familiar, social e cultural são fonte de curiosidade e os capacitam a fazer perguntas, avaliar respostas, argumentar a partir de hipóteses, o que possibilita ampliarem a compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações entre os seres humanos e com a natureza.

As aprendizagens mais significativas nessa faixa etária estão fortemente carregadas de informações das vivências mais imediatas, a partir das quais mobilizam operações cognitivas para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar.

Graças a isso, desde os anos iniciais do ensino fundamental, a educação financeira pode ser parte da formação integral, habilitando a interagir com a natureza e a cultura. Ela é, como já foi dito, um saber transversal, capaz de promover o desenvolvimento de competências relacionadas a diferentes componentes curriculares, o que a caracteriza também como interdisciplinar.

Competências são mobilizadas sempre que conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores auxiliam a resolver demandas da vida cotidiana e envolvem o exercício da cidadania.

Elas atuam sobre situações complexas da vida real, o que o *Programa Financinhas* propõe ao sinalizar a necessidade de desenvolver conhecimentos de base financeira desde os anos iniciais do ensino fundamental.

As habilidades, por sua vez, referem-se ao fazer e indicam etapas de um processo de aquisição de competências. No âmbito do Programa, entre o 1º e o 5º ano da educação básica, as habilidades socioemocionais (conviver, participar de forma tolerante, solidária e respeitosa em diferentes grupos, ser crítico e cooperativo), cognitivas (analisar, organizar, planejar, criar, comunicar) e práticas (saber fazer, interpretar e apresentar as informações, aplicando o aprendido à vida pessoal e familiar) estão fortemente ligadas às vivências próximas.

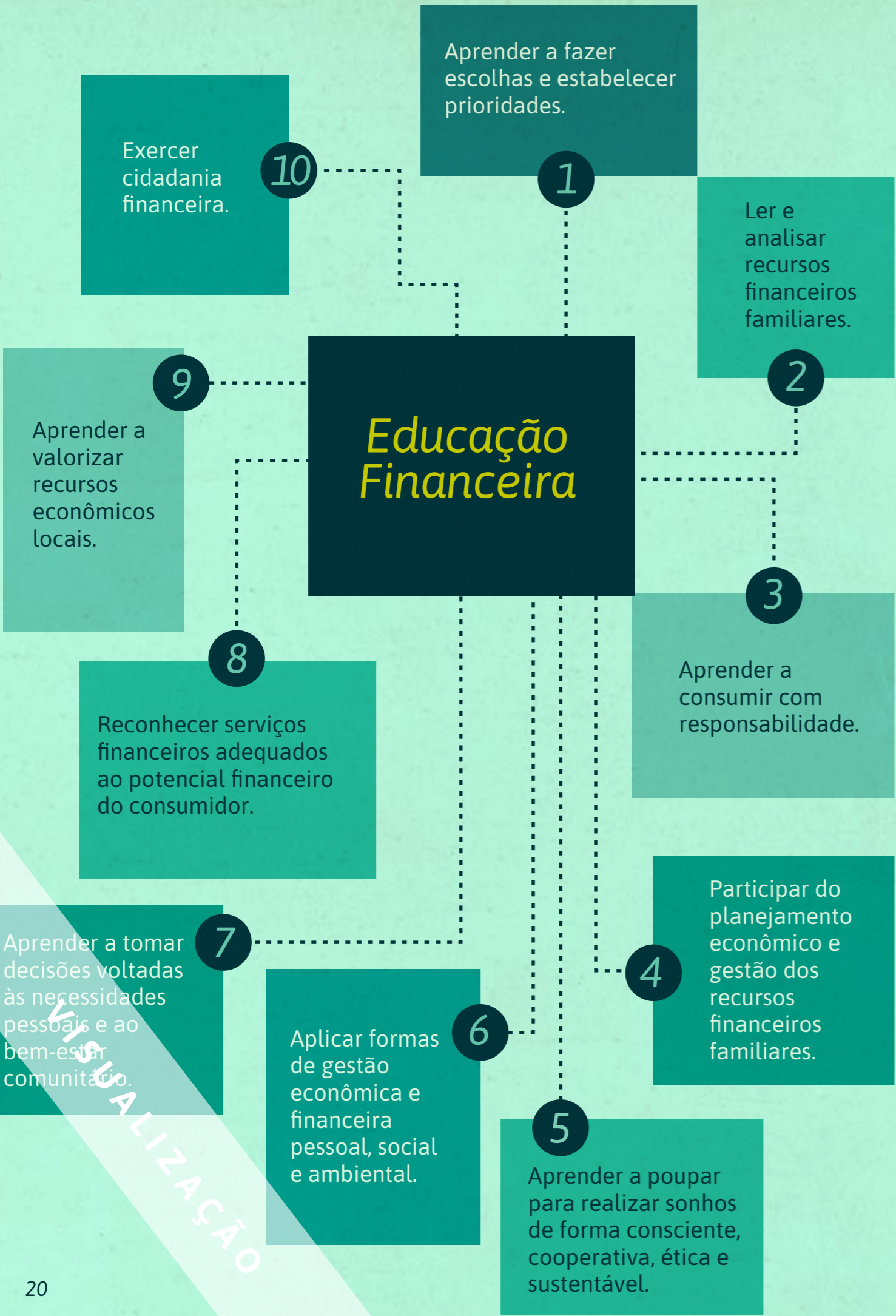
Por meio delas, os estudantes aprendem ao serem desafiados a alcançar objetivos, manter relações sociais positivas, agir com responsabilidade ao tomar decisões, entre outras. Tais habilidades são consideradas parte do processo de formação integral e transformam o conhecimento em algo significativo e prazeroso, ligado com a vida na comunidade.



Relativamente à educação financeira, a intenção é oportunizar que os alunos adquiram conhecimentos e os compreendam em sua aplicação prática, concretizando o valor de aprender para saber ser, conviver, conhecer, fazer. Isso tem o potencial de melhorar o bem-estar financeiro pessoal e habilitar à participação ativa, dando-lhes condições para usufruir de cidadania financeira.

Na escola real, a figura que segue ilustra a relação existente entre as aprendizagens de base financeira e as práticas que elas produzem. Todos os números ímpares se referem a aprendizagens; os números pares, por sua vez, caracterizam fazeres. Ainda, considerando a ordem crescente da numeração, é possível constatar a complexidade gradativa das ações requeridas. Elas indicam que a cidadania financeira decorre de um processo que inicia com a leitura/análise dos recursos financeiros pessoais e familiares, habilita a valorizar o contexto familiar para a gestão de recursos, estende o aprendido para o contexto social e ambiental, reflete a respeito da própria condição financeira e toma decisões apoiadas no senso de comunidade, ou seja, parte do particular para o geral, do pessoal para comunitário.

VISUALIZAÇÃO



Com base nisso, é possível pensar em atividades que respeitem os processos de escolarização e sejam capazes de produzir soluções adequadas às diferentes demandas e realidades dos alunos. É o que será feito adiante, como alternativa para viabilizar a ampliação do alcance da educação financeira, nesse caso, apoiada em pressupostos comuns ao cooperativismo.



VISUALIZAÇÃO

2.3- CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES/VALORES DO PROGRAMA FINANÇAS

As tabelas que seguem contêm itens a serem complementados a partir das diferentes realidades e interesses concretos de cada turma, cada escola. A ideia é indicar conhecimentos, competências e habilidades/valores relacionados à educação financeira com aprofundamento gradativo, desde o 1º até o 5º ano do ensino fundamental.

No 1º e 2º anos, os alunos são apresentados ao universo das questões relativas às finanças a partir da escolha e vivência de um repertório vocabular que propicie aproximação afetiva e exercícios de cooperação na vida cotidiana, que reconheça atitudes e explore valores cooperativistas, como a cooperação e a sustentabilidade, ambos portadores de cidadania (experimentação e afeto).

1º e 2º anos

CONHECIMENTOS	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
Vida individual e coletiva (direitos de cidadania, consumo sustentável, ambiente limpo e saudável).	- Conhecer direitos básicos de cidadania para todos (casa, comida, escola, água, ar puro; saúde, lazer etc.) e o uso responsável de recursos econômicos e financeiros.	- Respeitar bens de uso coletivo - Fazer escolhas de forma responsável - Identificar práticas de consumo sustentável - Adotar hábitos econômicos e financeiros saudáveis
Cooperação: com vivência social, benefício individual e coletivo, trabalho colaborativo	- Conhecer a origem dos recursos econômicos e financeiros, zelar e fazer bom uso de recursos comuns. - Cooperar para a otimização das despesas, colaborando com a gestão financeira familiar/ a modificação de hábitos	- Recorrer ao agir cooperativo para resolver conflitos - Ser solidário, cuidar e proteger o que é de todos - Ser cooperativo, participar e cumprir acordos que beneficiem ao coletivo familiar

Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores.	- Conhecer valores monetários (moedas e cédulas) em situações de compra. - Analisar e compreender a correlação entre ter e gastar/comprar.	- Fazer a equivalência de moedas e cédulas para resolver situações cotidianas - Reconhecer possibilidade de ter algo com base em valores monetários disponíveis - Compreender a moeda como meio de pagamento de bens e serviços, preço/valor, caro/barato
	- Apropriar-se do significado de termos utilizados pela educação financeira, reconhecendo-os na prática com autonomia crescente (precisar e querer; ganhar, trocar, compartilhar, doar, comprar, tomar emprestado, poupar).	- Identificar o que é preciso para realizar determinada ação - Realizar transações demandadas de forma adequada - Relacionar poupança com guardar dinheiro para realizar um desejo mais adiante

No 3º e 4º anos, são desafiados a agir, aprofundando conceitos antes experimentados e aplicando-os à vida pessoal e familiar. Nesse contexto, ampliam o repertório e o espectro de ação, começam a integrar conceitos e valores do universo financeiro à vida pessoal e coletiva, considerando, por exemplo, as repercussões do planejamento em relação ao consumo e à qualidade de vida, especialmente em relação ao uso responsável, ético e sustentável do dinheiro (cooperação).

3º e 4º anos

CONHECIMENTOS	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
<p>Cidadania: significado, direitos e deveres; consumo sustentável; cuidado e preservação ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer direitos básicos de cidadania para todos (casa, comida, escola, água, ar puro; saúde, lazer etc.) e deveres (uso responsável de recursos ambientais, econômicos e financeiros). 	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar bens de uso coletivo - Fazer escolhas de forma responsável - Identificar práticas de consumo sustentável - Aplicar hábitos econômicos e financeiros saudáveis
<p>Cooperação: convivência social, ajuda mútua, benefício individual e coletivo</p> <p>Trabalho colaborativo: gestão financeira familiar (entradas e saídas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem dos recursos econômicos e financeiros, zelar e fazer bom uso de recursos comuns. - Utilizar conhecimentos de gestão para otimizar despesas e colaborar com a modificação de hábitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser solidário, cuidar e proteger o que é de todos. - Cooperar, participar e cumprir acordos que beneficiem o coletivo familiar
<p>Sistema monetário brasileiro: equivalência de um mesmo valor na utilização de diferentes cédulas e moedas História do dinheiro.</p>	<p>“Reconhecer a equivalência entre valores monetários (moeda e cédulas).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Comparar valores monetários em situações de compra, venda e troca

<p>Consumo: necessário e supérfluo; necessidade e desejo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar capacidade de compra, valor das coisas e necessidade. - Compreender e avaliar a importância de gastar o necessário, mas também guardar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar o necessário de supérfluo. - Identificar situações de compras que podem ser desnecessárias.
<p>Preço, quantidade e qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender as relações entre preço, quantidade e qualidade de produtos disponibilizados para consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer escolhas de acordo com recursos. - Reconhecer prioridades de consumo para o bem-estar pessoal e familiar.
<p>Produção, consumo, descarte: valor das coisas e necessidade de ter coisas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar formas responsáveis e solidárias de produzir e consumir, gerando benefícios familiares e sociais voltados à sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agir de forma responsável em relação ao consumo e uso de recursos financeiros familiares e socioambientais. - Comparar qualidade e benefícios financeiros antes de tomar decisão de consumir.
<p>Planejamento (curto, médio e longo prazos), desejo e sonho (vender, comprar, orçar, poupar)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer objetivos de curto, médio e longo prazos relacionados a desejos e sonhos. - Entender a finalidade de planejar (listar e orçar) antes de consumir. 	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar poupança com planejamento para alcançar objetivos de médio e longo prazos.

No 5º ano, competências e habilidades antes construídas atingem um patamar de maior complexidade, e os alunos podem experimentar e agir de forma refletida frente ao contexto em que vivem, compreendendo o impacto que gastos desnecessários possuem sobre orçamentos pessoais e/ou familiares (mesada, planejamento coletivo de férias familiares, ou aquisição de um bem, uso sustentável de água e de energia etc.). Entendem, a seu modo, que o aprendido tem um significado para as suas vidas. Conhecem, ainda, alguns serviços financeiros disponibilizados aos consumidores em geral, habilitando-se a contribuir com suas famílias no presente e a consolidar a cidadania financeira pessoal, mais adiante.

5º ano

CONHECIMENTOS	COMPETÊNCIAS	HABILIDADES
<p>Cidadania: direitos individuais e coletivos, deveres; consumo sustentável; cuidado e preservação ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber o acesso à cidadania e à educação financeira como direito. - Compreender a diferença entre direitos individuais e coletivos. - Inferir que a manutenção e preservação de recursos comuns é responsabilidade de todos. - Compreender e cumprir deveres em relação às questões econômicas e financeiras (pessoais e coletivas) - Desenvolver a consciência e a responsabilidade ambiental com base em princípios éticos, sustentáveis e solidários. - Perceber o uso responsável de recursos ambientais, econômicos e financeiros como dever de cidadania. 	<ul style="list-style-type: none"> - Respeitar bens de uso coletivo. - Fazer escolhas de forma responsável. - Identificar práticas de consumo sustentável. - Aplicar hábitos econômicos e financeiros saudáveis. - Investigar características do lugar e associar possibilidade de mudanças individuais e/ou coletivas (direitos e deveres). - Reconhecer impacto dos deveres e direitos de cidadania sobre os recursos ambientais, econômicos e financeiros - Posicionar-se frente à escassez de recursos e a necessidade de tomar decisões relacionadas a problemas básicos da economia. - Identificar canais de participação social responsáveis pelo exercício de direitos e deveres relacionados à cidadania e educação financeira.
<p>Cooperação: convivência social, ajuda mútua, benefício individual e coletivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem dos recursos econômicos e financeiros comuns, zelar e fazer bom uso deles. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ser solidário, cuidar e proteger o que é de todos.
<p>Trabalho colaborativo: gestão financeira familiar (entradas e saídas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar conhecimentos de gestão, elaborar regras de consumo sustentável, colaborando com a modificação de hábitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participar, cooperar e cumprir acordos relacionados a hábitos de consumo que beneficiem o coletivo familiar.

<p>Sistema monetário brasileiro: Valor do Real. Poder de compra. Salário mínimo. Cesta básica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber a relação entre valores monetários, direitos de cidadania e qualidade de vida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comparar valores monetários e atendimento às necessidades básicas. - Calcular porcentagens (cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira).
<p>Consumo: necessário e supérfluo; necessidade e desejo</p> <p>Preço, quantidade e qualidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e avaliar a importância de gastar o necessário, mas também guardar, evitando desperdício. - Compreender as relações entre preço, quantidade e qualidade dos produtos disponibilizados para consumo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar consumo necessário e supérfluo. - Fazer escolhas conscientes, gastar o necessário e guardar as sobras (se houver) - Organizar e planejar prioridades de consumo para o bem-estar pessoal e familiar.
<p>Produção, consumo, descarte: valor das coisas e necessidade de ter coisas</p> <p>Gestão das finanças pessoais - planejamento, orçamento e poupança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar formas responsáveis e solidárias de produzir e consumir, gerando benefícios familiares e sociais voltados à sustentabilidade. - Compreender consumo e poupança como direitos de todos, que decorre de acesso à educação financeira. - Entender a finalidade de planejar (elaborar listas e orçamentos) antes de consumir. - Compreender poupança como forma de alcançar objetivos de médio e longo prazos, tendo em vista o consumo consciente de recursos, a sustentabilidade e a qualidade de vida. - Conhecer direitos e deveres do consumidor relacionados às questões financeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Agir de forma ética, responsável e sustentável em relação ao consumo e uso de recursos pessoais e coletivos. - Adotar hábitos financeiros saudáveis, persuadindo outras pessoas a fazer o mesmo. - Contribuir para o hábito familiar de planejar o consumo e poupar recursos financeiros. - Participar do planejamento financeiro doméstico e fazer escolhas de acordo com a capacidade familiar de consumo e poupança. - Analisar preços à vista e a prazo, concluindo a respeito de poupar para comprar à vista. - Relacionar poupança com planejamento, consumo responsável e/ou precaução, tendo em vista o bem-estar pessoal e coletivo. - Recorrer às informações para resolver problemas referentes ao consumo: prazo de devolução, troca por defeito etc.
<p>Serviços financeiros: conta (corrente e poupança), cartão de débito e crédito (juros).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer serviços financeiros que favorecem a inclusão, a participação, a proteção e a cidadania financeira. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar bancos públicos, privados, virtuais e cooperativas financeiras. - Identificar operações com instituições financeiras (recebimento, depósito, pagamento, poupança). - Distinguir serviços financeiros para reconhecer os mais adequados a cada pessoa, família, comunidade. - Compreender como funciona o cartão de débito e sua relação com a conta bancária. - Relacionar cartão de crédito com pagamento de taxa de manutenção ou de juros.

2.4 COLEÇÃO FINANCINHAS E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA PESSOAL E FAMILIAR



Destinada à primeira etapa do ensino fundamental, a Coleção Financinhas colabora com muitos aspectos que interessam à vida financeira pessoal e familiar sustentável. São textos paradidáticos que apresentam de forma ficcional o universo da educação financeira e constituem um ponto de partida para os leitores crianças pensarem a respeito de problemas que envolvam planejamento financeiro e os habilitem a fazer escolhas que os tornem mais aptos a consumir e a colaborar para a sustentabilidade econômica pessoal e familiar, no presente e no futuro.



Livros paradidáticos são, em sua maioria, produzidos com a finalidade prática de ensinar ao leitor um conhecimento específico. Eles recorrem à estrutura narrativa ficcional para apresentar informações, no caso da Coleção Financinhas, às crianças. Nos três livros que constituem a coleção, aparecem conceitos úteis à formação e à qualificação de práticas sociais atuais e futuras relacionadas à educação financeira.

Os textos da coleção também recorrem a ilustrações, aproximando-se das competências leitoras das crianças que estão em fase de alfabetização.



Livros paradidáticos são objetos objetos de cultura que não se propõem, como a leitura literária, a ampliar o imaginário do leitor criança, nem as possibilidades de experimentação estética oferecidas pelo envolvimento dos leitores. Sua finalidade é dar a conhecer conteúdos, valores e diferentes aspectos que também colaboram, a seu modo, para desenvolver competências de leitura, entendidas como responsabilidade de todos os componentes curriculares na escola.

Considerando o destinatário, convém observar uma caracterização geral dos leitores.

1º E 2º ANOS (6 -7 ANOS) – LEITOR INICIANTE

Nessa etapa da escolaridade, em geral as crianças não leem com independência, estão em fase inicial de letramento, mas manifestam interesse pela cultura escrita e já compreendem que a leitura é condição de acesso e ampliação de conhecimento do mundo, além de forma de inclusão.

Quando leem sozinhos, predominam textos curtos, geralmente em letra de forma (bastão) e com muitas ilustrações. A leitura de textos mais longos costuma ser feita com a mediação de um adulto, em voz alta. Nesse caso, a presença de imagens (também um texto a ser lido) é grande elemento de atração infantil.



Ao ler para crianças em fase de alfabetização, um mediador deve realizar uma leitura expressiva, ler pausadamente, intercalar a leitura das palavras com a das imagens, fazer pausas para perguntas que sejam essenciais para a compreensão da sequência da narrativa (Quem? O quê? Quando? Onde?) e ir destacando palavras e expressões relativas ao tema que o livro apresenta. Por exemplo, ao ler *Caio achou uma moedinha*, convém escrever no quadro, em letra de forma (bastão), ou ir construindo um cartaz que possa permanecer na classe, ajudando a fixar o significado de *desejo*, *necessidade*, *objetivo de curto, médio e longo prazos*; *poupança*, termos próximos ao universo das finanças que interessam ser compreendidos.

Será ainda mais interessante se os alunos puderem recortar ou desenhar, indicando, ao lado das palavras, o que elas significam. Também vale a pena explorar o faz de conta, ou cenas individuais, já que as crianças, nessa faixa etária, começam a estabelecer limites entre o eu e o mundo. Propor que se coloquem no lugar das personagens pode ser estimulador (será que vale comprar qualquer coisa só porque achou/ganhou uma moedinha? É legal ter um animal de estimação? Será que dá muita despesa? Existem algumas condições para se ter um gatinho?).

Além da inserção de termos simples do universo econômico e financeiro, a colaboração é também uma prática capaz de contextualizar os problemas colocados pela leitura e conduzir os alunos à compreensão do problema e suas formas de solução.



Ao propor atividades a partir da leitura, convém dar preferência a práticas cooperativas, brincadeiras de fazer juntos, desafios coletivos, como juntar tampinhas ou latinhas de alumínio, para doar ou vender e, mais adiante, realizar um projeto que beneficie a todos, como fazer um passeio no zoológico.

Perguntas simples e objetivas auxiliam os alunos a se situarem em relação à educação financeira. Pedir que observem as ilustrações e as relacionem com os conhecimentos em construção, explicando-as, é uma forma de compartilhar

procedimentos que um leitor proficiente costuma usar quando lê um texto para saber mais a respeito de um assunto. Para fixar algumas passagens, é importante reler alguns parágrafos e comentá-los, fazer perguntas, pedir e fornecer detalhes e explicações que ajudem a entender os conceitos financeiros e econômicos presentes no texto. Para marcar alguns trechos, vale recorrer ao tom da voz. Concluída a leitura comentada, é hora de ouvir os comentários dos alunos, verificar se identificam os conceitos mais relevantes, provocar que estabeleçam comparações e falem se gostaram do que leram.

No 2º ano, mais acostumadas às rotinas acadêmicas, as crianças adquirem maior autonomia em relação à leitura e começam a se envolver naturalmente com questões do universo financeiro (conhecem o sistema monetário brasileiro, exercitam algumas equivalências, sabem o que significa caro e barato). Ao lerem, ainda há muito apoio nas imagens, e as narrativas mais atraentes são as que apresentam ação, que propõem e resolvem um problema. A leitura expressiva de textos longos feita pelo professor ainda predomina, mas já é possível, em alguns casos, contar com a colaboração dos alunos. Relativamente à educação financeira, a experiência vivenciada pelas personagens pode ser aproximada das experiências dos leitores, ampliando a consideração do consumo e valorizando a sustentabilidade e a autonomia na busca de soluções. É importante que desenhem, recortem ou escrevam palavras, frases ou cenas relacionadas à preocupação com a sustentabilidade ao consumir.

Alguns desafios coletivos de organização e planejamento podem ser abordados, propiciando que observem um antes e um depois (podem desenhar ou dramatizar cenas criadas por eles ou propostas pelo mediador da leitura, problematizar o compartilhamento de objetos ou espaços, discutir regras básicas de convívio social).

Também jogos e brincadeiras de caça-palavras com o vocabulário econômico-financeiro trazido pela leitura e a realização de rodas de conversa para debater a respeito do que leram pode chamar a atenção para os novos conceitos aprendidos.

3º E 4º ANOS (8-9 ANOS) – LEITOR EM PROCESSO

Nessa etapa da escolarização, os alunos dominam o código escrito e já leem com maior desenvoltura, mas ainda requerem supervisão. As crianças adquirem fluência de ler, se descolam da simples decodificação e começam a interpretar as ideias do texto. Há interesse progressivo por histórias que apresentem o mundo como ele é, questões que despertem curiosidade e permitam a busca por informações. Consideram prós e contras, são capazes de prevenir e avaliar consequências de suas ações e tornam-se responsáveis por elas. Isso possibilita que comecem a agir de modo mais independente e que valorizem participar e cooperar com o cotidiano dos adultos. Aprenderam a ler e sabem que a leitura é capaz de possibilitar que aprendam ao ler.



Dão preferência à leitura em voz baixa, modo como habitualmente se lê na sociedade letrada. Nessa faixa etária, começam a ser delineados problemas de ordem individual, dúvidas e incertezas sobre si mesmos e sobre o mundo. Os temas preferidos são relacionados à escola, às amizades, aos valores, e a leitura facilita a apropriação da realidade. É, então, oportuno propor reflexões a respeito dos valores cooperativistas, ou da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Conforme o interesse e maturidade dos leitores, é bom disponibilizar também outros textos informativos que tratem do mesmo tema, ampliando a possibilidade de acesso a diferentes fontes. Depois, é possível falar das diferenças entre os textos, possibilitando refletirem a respeito de preferência e pertinência das escolhas das fontes de informação. Durante a discussão dos destaques relacionados à educação financeira, convém observar os procedimentos que os alunos utilizam para situar a informação que interessa, além de provocá-los a dar exemplos com situações da vida cotidiana, pessoal ou familiar.

O trabalho coletivo, a busca de aprofundamento em duplas ou trios, as rodas de conversa sobre o que aprenderam e sobre o que serve ou não para a vida pessoal e familiar possibilitam avançarem nas compreensões sobre o tema, a lerem mais sobre ele e a transferirem o que aprendem para a vida fora da escola.

Especialmente com alunos do 4º ano, nas questões que envolvem a educação financeira, presentes nos livros da Coleção Financinhas, é possível propor que reflitam a respeito da ação cooperativa e que proponham e até realizem, no âmbito escolar ou familiar, ações cooperativas que se apoiem no planejamento e na mudança de atitudes.

5º ANO (10 ANOS) – LEITOR EM PROCESSO

Em geral, essa idade é marco inicial da pré-adolescência. Ainda que continue em processo, o leitor apresenta melhores condições de interpretação (relações de causalidade, influência de tempo, espaço e contexto etc.) e já possui fluência no ato de ler. As formas de interação social e de participação são ampliadas, prefere trabalhar em grupos, sente-se desafiado a resolver problemas coletivamente, desenvolve raciocínio lógico e manifesta maior resiliência, indicando preocupação com o futuro, especialmente em relação a projetos de futuro, onde a vivência de poupar adquire significado e relevância.

As leituras adequadas a essa faixa etária aprofundam as formas de compreensão do mundo e das relações interpessoais, possibilitando conhecer e problematizar aspectos relacionados a direitos e deveres que sejam significativos para ele e para seu contexto próximo.

Se, por um lado, os livros da Coleção Financinhas podem não ser tão atraentes a leitores com cerca de 10 anos pelo universo familiar e escolar que apresentam (os personagens são crianças pequenas, as soluções que encontram são pueris frente ao interesse das crianças maiores), a educação financeira como tema começa a encontrar as condições ideais para serem efetivamente integradas à vida pessoal e coletiva desses leitores. Uma boa alternativa será estimular o protagonismo característico dessa faixa etária e aliá-los à tarefa de dar sentido à leitura dos pequenos.



VISUALIZAÇÃO

Para aprofundar conceitos presentes nos textos, os alunos do 5º ano podem ser desafiados a ler mais textos relacionados ao tema, a produzir textos que considerem as preocupações características de sua faixa etária, a considerar aspectos da educação financeira em outros suportes, como o jornal, as revistas e a internet, por exemplo. Também podem: agir de forma espontânea e refletida, cooperando com a construção de brincadeiras que exercitem a cooperação; ser mediadores de tarefas que supunham o planejamento financeiro; criar exemplos próximos que chamem a atenção para aspectos da comunidade e envolvam conhecimentos econômicos ou financeiros; propor desafios em que todos sejam convocados a pensar na própria situação financeira e nas condições pessoais para colaborarem com o bem-estar coletivo.

Ao ser trabalhada na escola, a Coleção Financinhas colabora para tratar de educação financeira desde cedo, amplia a capacidade de os estudantes pensarem a respeito de ganhar, gastar, guardar, e agirem com responsabilidade frente a sustentabilidade econômica e financeira de seu lugar.



O capítulo orienta pedagogicamente o trabalho de professores e profissionais do Sicoob, trata dos conceitos básicos da educação financeira em diferentes faixas etárias e propõe formas cooperativas de aprendizagem.

Apresenta os três temas do Programa abordados a partir da educação financeira como tema transversal, aprofundados de acordo com o destinatário (1º e 2º; 3º e 4º; 5º ano). Contém, ainda, as possibilidades de integração com a Coleção Financinhas e outras áreas do currículo a partir da BNCC. Por fim, sugere meios de tratar conhecimentos da educação financeira de forma prática em atividades adequadas aos anos escolares a que se destinam, conforme tabelas do item 2.3 - Conhecimentos, competências e habilidades/valores do Programa Financinhas.

3.1 COOPERAÇÃO - ANO: 1º E 2º

CONVERSA COM PROFESSOR

A competência geral 9 da BNCC - *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza* - está na base do desenvolvimento individual dos estudantes e supõe atitudes que cada um deve ter em relação ao outro. Essa competência se apoia em valores de solidariedade, colaboração e empatia, além de considerar a importância do diálogo, da interação, do cuidado com o outro, da convivência.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, alunos entre 6 e 8 anos começam a compreender os limites do eu e do mundo. Nesse momento, as situações ficcionais - ou o faz de conta -, oferecem condições para experimentarem sentimentos alheios, pensar sobre eles e se voltarem para o outro, propondo-se a oferecer auxílio, sugerir modos de enfrentamento dos problemas observados com apoio no diálogo, mesmo que ainda cultivem uma mentalidade mágica.

Na escola, rodas de conversa, trabalhos em grupo e a disposição das classes na sala, para colocar todos em situação que favorece trocas, são recursos que promovem a interação, possibilitando que se socializem e compreendam o sentido de buscar consenso, ter empatia pelos problemas alheios, compartilhar. Quando isso ocorre, começam a perceber os sentimentos envolvidos, propõem soluções, desenvolvem atitudes de participação e cooperação, ampliando a compreensão individual do sentido de viver em sociedade.

O QUE É COOPERAÇÃO

Cooperação é um conceito que decorre da forma como cada um se posiciona e atua no mundo. Seres cooperativos fazem projetos em grupos, procuram realizá-los juntos e possuem maior autoestima, já que estão mais apoiados para assumir riscos, fazerem a sua parte para alcançar um objetivo comum. A cooperação não elimina a individualidade, mas é um instrumento das relações interpessoais, quando cada um se abre para os outros com base no respeito e na importância do agir coletivo.

COOPERAÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEL

A cooperação, alicerce do cooperativismo, pressupõe a união de pessoas com interesses comuns para posterior compartilhamento do resultado do esforço coletivo. Para realizar um consumo consciente, é preciso que exista consciência comunitária, característica de coletivos com projetos comuns e comprometidos com a sustentabilidade do ambiente, e que todos ajam orientados pelos mesmos valores para consumir e viver de forma solidária e sustentável.

COOPERAÇÃO E CIDADANIA

Cooperação presume interação social, estabelece objetivos a serem alcançados com o envolvimento de todos, que também compartilham resultados do esforço comum. A cooperação é considerada instrumento valioso de cidadania, já que propicia que cada um se reconheça como quem está com os outros, em um espaço partilhado com base no respeito e no agir coletivo.



COOPERAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira supõe, mais do que informações e aconselhamento sobre finanças, a construção de conhecimentos que capacitem a planejar a vida financeira a curto, médio e longo prazos, ensinando a ganhar, consumir, poupar, investir e doar de acordo com recursos disponíveis. Investe no alargamento das experiências pessoais e coletivas, protege os consumidores e promove o crescimento econômico responsável e sustentável, que valoriza cada indivíduo como cidadão.

Nesse sentido, atende necessidades de públicos diferentes que começam a se constituir desde a infância. É um processo contínuo e permanente, que acontece em diferentes fases da vida humana.

Na escola, quando os alunos são ainda pequenos e dependem dos pais, boas práticas de educação financeira chamam a atenção para iniciativas familiares ou locais relacionadas ao consumo responsável, à cooperação, e alicerçam para aprenderem a ganhar, planejar, reservar, consumir ou doar. O primeiro passo é destacar o tema como transversal, colocando-o entre as demais aprendizagens que constituem a socialização e a cidadania, já que habilita a agir no contexto e a valorizar as circunstâncias pessoais que promovem bem-estar individual e responsabilidade social. Com base nisso, os alunos começam a aprender a cooperar com o controle financeiro familiar e a dar fundamento à autonomia financeira pessoal no futuro.

COOPERAÇÃO E A COLEÇÃO FINANCINHAS

A leitura de *Margô e Davi foram ao mercadinho* coloca alunos do primeiro e segundo anos do ensino fundamental em contato com a cooperação como um tema que dá suporte à educação financeira. Eles são confrontados com a ideia de limite (um orçamento a ser cumprido) e com a necessidade de organizarem prioridades que contrapõem necessidades e desejos.



Identificados com as personagens, os leitores também são seduzidos pela chaleira esquisita, mas aprendem com elas que a família precisa ter prioridades, se organizar e cooperar para possuírem qualidade de vida.

O debate organizado a partir da leitura orientada pode destacar o agir cooperativo para a solução do conflito, explorar as ações, os sentimentos e as atitudes das personagens, pedir que exemplifiquem o que aprenderam com o relato de situações que possivelmente vivam no dia a dia, quando acompanham os pais nas compras, ou quando desejam o brinquedo da moda mostrado na propaganda da tevê.

A ficção é recurso para contrapor necessidade a desejo, verificar a importância de planejar a curto, médio e longo prazos (respeitando a faixa etária e a capacidade de abstrair a noção de tempo), de pesquisar preços e cooperar para atingir um objetivo. A ideia é que a leitura e a exploração oral do texto valorizem a escolha final das personagens, apoiada na cooperação: realizar uma programação coletiva é muito bom!



POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO

O tema cooperação, organizador da presente abordagem de educação financeira, também está presente nas demais áreas do conhecimento, como indica a BNCC.

Na área de **Linguagens**, a competência geral 2 é: “Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.” (BNCC, p.65). Com base nela, **Língua Portuguesa** valoriza o trabalho cooperativo com colegas e o professor. A **Educação Física** dá destaque à cooperação ao classificar as modalidades esportivas em categorias e a **Arte** se propõe, em sua competência geral 8, a desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo.

Em **Matemática**, a educação financeira pode contextualizar situações do cotidiano do estudante que envolvem o reconhecimento e o relacionamento de valores de moedas e cédulas do sistema monetário. O tema também aparece na construção de fatos básicos da adição e subtração, e nas ações de juntar, acrescentar, separar, retirar, conceitos que são aprendidos ao utilizarem estratégias pessoais ou coletivas.

A área de **Ciências da Natureza**, por sua vez, preocupa-se em exercitar e ampliar a curiosidade, aperfeiçoando a capacidade de observação, de raciocínio lógico e de criação. Apoia-se no desenvolvimento de posturas cooperativas para sistematizar as primeiras explicações sobre o mundo natural e tecnológico e sobre o próprio corpo, sua saúde e bem-estar.

Na área de **Ciências Humanas**, há ênfase sobre a formação ética, considerada fundamental para formar novas gerações e auxiliar os alunos a construírem um sentido de responsabilidade que valorize: “os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo, voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais.”(BNCC, p. 354), propósitos que se apoiam na cooperação. Especialmente nos anos iniciais, dão destaque às vivências individuais e familiares, constituindo um espaço de trocas que privilegiam práticas cooperativas, trabalho de campo, entrevistas e observações, capazes de fundamentar análises e descobertas.



VISUALIZAÇÃO

ATIVIDADES

As atividades que seguem estão organizadas em sequências que concretizam as habilidades previstas para o tema cooperação e se destinam a estudantes de 1º e 2º anos do ensino fundamental. Elas não pretendem ser exaustivas, nem se limitam às sugestões aqui contidas. Sua finalidade é sugerir práticas a professores que desejem trabalhar com educação financeira, diversificando experiências e desenvolvendo conhecimentos que tornarão seus alunos mais preparados para a vida.



CUIDAR DO QUE É DE TODOS

Habilidades

- Ser solidário, cuidar e proteger o que é de todos;
- Ser cooperativo, participar e cumprir acordos que beneficiem ao coletivo.

1. Convide a turma para caminhar pela sala e observar se está organizada. *Os materiais estão no lugar? Os brinquedos e os jogos estão completos? São cuidados? Por quem? Cada coisa tem seu lugar? Quem guarda? Como é possível melhorar a organização?*

NOTA

Os materiais estão no lugar?
Adotar a pergunta como estratégia de exploração de uma situação-problema, o professor auxilia a reflexão dos alunos, aguça a curiosidade, mobiliza atitudes, cria ambiente colaborativo, conduzindo-os na direção da aprendizagem significativa.

- 2.** Escute os comentários e proponha um desafio: combinar uma forma cooperativa de cuidar do que é de todos. Providencie com antecedência duas caixas grandes para armazenar brinquedos e jogos, mostre-as à turma e sugira que planejem uma forma de decorar cada uma, diferenciando-as.
- 3.** Na sequência, explique o que é trabalho coletivo e desafie o grupo a verificar as condições de cada jogo (Está completo ou faltam peças? A caixa está inteira ou precisa de reparos?) e cada brinquedo (Tem partes que precisam ser coladas? Falta alguma rodinha? Os legos estão na caixa certa? E o quebra-cabeças?). Auxilie a separação em “bom estado” e “para reparo” e enfatize que a cooperação vai tornar a tarefa mais agradável e rápida. Afinal, a arrumação das caixas é um projeto comum para beneficiar a todos.
- 4.** Finalizado o trabalho, fale que precisam planejar um jeito de continuar cuidando do que é de todos. Peça que escolham um dia da semana para organizar as caixas, colocar tudo no lugar certo, verificar como estão, procurar peças perdidas e consertar o que for necessário.
- 5.** Forme grupos para se ocuparem de manter as coisas no lugar após o uso nos outros dias, oportunidade em que podem aprender a ser solidários e a cumprir acordos entre eles mesmos.



LEMBRE-OS DE QUE OS BRINQUEDOS E JOGOS, ASSIM COMO OUTROS MATERIAIS DA ESCOLA, SÃO DE USO COLETIVO. SE FOREM PRESERVADOS, SERÃO USADOS POR MAIS CRIANÇAS E AUMENTARÃO SUA VIDA ÚTIL. COMO É POSSÍVEL CUIDAR DELES PARA QUE DUREM BASTANTE E MAIS CRIANÇAS POSSAM BRINCAR?



VAMOS BRINCAR DE FAZER COMPRAS?

Habilidades

- Fazer a equivalência de moedas e cédulas para resolver situações cotidianas.
- Fazer escolhas de acordo com recursos disponíveis.
- Resolver problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto.

1. Projete imagens das cédulas e moedas do Sistema Monetário Nacional uma a uma, frente e verso, pergunte se sabem o nome da moeda brasileira (escreva no quadro juntamente com o símbolo R\$), para que serve o dinheiro e de onde vem (cite o trabalho como fonte de acesso a ele), se já usaram em alguma situação de compra. Incentive que relatem experiências pessoais e aproveite para perguntar se costumam guardar pequenas quantias para usar mais tarde e realizar algum desejo.

NOTA

Chame atenção para a diferença de tamanho das notas e explique que é para conter tentativas de falsificação e facilitar a identificação por deficientes visuais. A nota de 200,00, lançada no ano de 2020, tem o mesmo tamanho da de 20,00, o que atrapalha as transações comerciais de quem não enxerga.



As crianças, nesta etapa de vida, trazem consigo diferentes conhecimentos associados ao Sistema Monetário Brasileiro, daí a importância de ouvir seus relatos, problematizá-los e incluir informações que extrapolem a simples vivência, inserindo aspectos da educação financeira capazes de formá-los para o uso consciente de recursos disponíveis.

2. Distribua pequenas cartelas, para que cada aluno resolva os desafios propostos. Podem ser feitas diferentes escolhas, mas o importante é que os alunos se deem conta de que poderão fazer uma coisa ou outra. A ideia é que façam cálculos mentais antes de assinalar as escolhas e percebam as sobras, ou o troco, caso a compra fosse de verdade.



a) Com uma nota de 2,00 posso comprar:

- () Um picolé – R\$ 2,00
- () Um pacote de figurinhas – R\$ 0,50
- () Um lápis – R\$ 1,00
- () Um pão de queijo – R\$ 3,00

Quanto sobrou? _____

b) Com uma nota de 5,00 posso comprar:

- () Um iogurte de morango – R\$ 3,00
- () Dois pacotes de figurinhas – R\$ 1,00
- () Uma barra de cereal – R\$ 2,00
- () Quatro barrinhas de giz branco – R\$ 1,00

Quanto sobrou? _____

c) Com uma nota de 10,00 e quatro moedas de 1,00 posso comprar:

- () Um saquinho de pipoca – R\$ 6,00
- () Um pacote de adesivos brilhantes – R\$ 2,50
- () Um chaveiro do time de futebol – R\$ 4,50
- () Duas bolinhas de borracha – R\$ 5,00

Quanto sobrou? _____

d) Com uma nota de 20,00 e duas moedas de 0,50 posso comprar:

- () Um enfeite de cabelo – R\$ 12,00
- () Uma fatia de bolo de chocolate – R\$ 4,50
- () Um tiranossauro rex pequeno – R\$19,50
- () Uma bola de praia colorida – R\$ 14,50

Quanto sobrou? _____

3. Forme duplas e oriente que cada um some as suas sobras, e depois o que teriam juntos para comprar um só produto. A ideia é que identifiquem uma prioridade que atenda ao interesse da dupla. Peça que compartilhem com a turma o que comprariam juntos e digam se sobrou algum dinheiro para ser guardado.
4. Distribua entre as duplas dinheiro de brinquedo (disponível para ser impresso e reproduzido). É interessante que tenha uma boa quantidade de cédulas e moedas de todos os valores para a execução dessa atividade. Depois, entregue duas planilhas (conforme modelos) para que classifiquem de acordo com o valor pedido. Preveja situações em que trabalhem com quantias menores e utilizem moedas.

CLASSIFICAÇÃO DE CÉDULAS

			
Temos _____ notas de R\$2,00 Então temos _____	Temos _____ notas de R\$5,00 Então temos _____	Temos _____ notas de R\$10,00 Então temos _____	Temos _____ notas de R\$20,00 Então temos _____

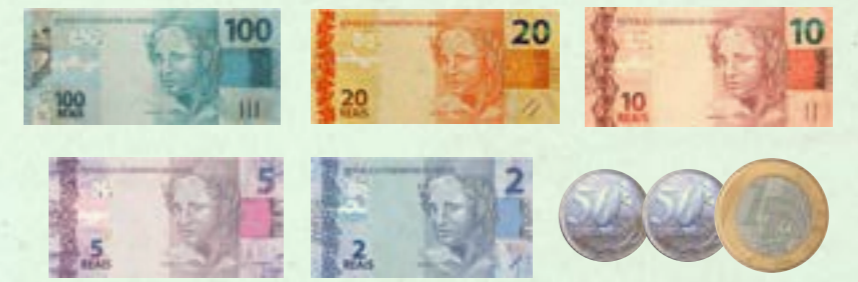
CLASSIFICAÇÃO DE MOEDAS


			
Temos _____ moedas de R\$1,00 Então temos _____	Temos _____ moedas de R\$0,50 Então temos _____	Temos _____ moedas de R\$0,25 Então temos _____	Temos _____ moedas de R\$0,10 Então temos _____

INVESTIGUE SE RECONHECEM O CENTAVO COMO PARTE DE 1 REAL E QUE O VALOR ANTES DA VÍRGULA INDICA O NÚMERO EXATO DE REAIS, DEPOIS DA VÍRGULA, OS CENTAVOS.



5. Proponha que relacionem a quantia (cédulas + moedas) com seu valor escrito, conforme o Sistema Monetário Nacional, ligando as colunas.

	R\$ 68,00
---	---------------------

	R\$ 139,00
--	----------------------

	R\$ 69,00
---	---------------------

6. Combine com os alunos a organização de uma lojinha. Fale sobre a importância da cooperação para o sucesso do trabalho coletivo, solicite que tragam objetos de casa que possam ser vendidos, trocados, doados (brinquedos de quando eram menores, livros que já leram muitas vezes, jogos repetidos, boné que não serve mais).

7. Forme grupos e distribua tarefas como separar e organizar os objetos, fazer listas (brinquedos, jogos, roupas), colocar preço no que vai ser vendido, produzir etiquetas, elaborar tabela para registro das vendas e arrumar os produtos de forma cooperativa. Assim, cada um faz a sua parte para realizar um projeto coletivo, desenvolvem o espírito de grupo e dão os primeiros passos para a vivência da cidadania.
8. Disponibilize cédulas e moedas para brincarem simulando compras e vendas e proponha a confecção de uma carteira para guardar o dinheiro de brinquedo (informe quantos reais receberam e peça que anotem usando o símbolo da moeda nacional). Solicite que a turma escolha um colega para ser o caixa da lojinha, entregue a ele notas de R\$10,00, R\$5,00 e R\$2,00 e moedas para troco, quando necessário, lembre-o de anotar o total de reais de abertura do caixa. Alerta que fiquem atentos ao troco. Se achar adequado, combine descontos na compra de mais de um objeto.
9. Finalize a brincadeira da lojinha com duas tarefas simultâneas. Comece orientando os participantes a somarem o dinheiro que ainda têm na carteira para verem quanto gastaram e o que sobrou. Questione por que alguns estão com a carteira vazia e outros ainda têm dinheiro, se compraram objetos que já possuem, se precisam deles ou se fizeram as compras porque tinham dinheiro na carteira. Por que há diferença de sobras? A ideia é que os alunos aprendam sobre a finitude do dinheiro e reflitam sobre decisões de consumo. Depois, convide duas crianças para somarem o dinheiro das vendas junto com o caixa, orientando para que separem as notas e moedas em montinhos por valor, somem o total de cada um e anotem. Auxilie a contagem do total geral, descontando o valor de abertura do caixa.
10. Forme uma roda para as crianças fazerem a prestação de contas do caixa ao grupo, explicando a importância de agirem com responsabilidade, honestidade e transparência.



ENTÃO, CONVERSE SOBRE A EXPERIÊNCIA, PEÇA QUE DIGAM O QUE APRENDERAM, O QUE FARIAM COM OS OBJETOS DE QUE NÃO PRECISAM, O QUE SERIA DIFERENTE SE ESTIVESSEM COM A FAMÍLIA EM UMA LOJA DE VERDADE, PARA ONDE VÃO AS COISAS ACUMULADAS EM CASA DEPOIS DE USADAS, O QUE É POSSÍVEL FAZER COM ELAS PARA COOPERAR COM UM MEIO AMBIENTE LIMPO E SAUDÁVEL PARA TODOS.

3.2 CONSUMO - ANO: 3º E 4º

CONVERSA COM O PROFESSOR

Cuidar do entorno, como condição para qualificar o presente e investir em um planeta sadio à disposição das futuras gerações, já foi um objetivo de longo prazo para a humanidade. Entretanto, o desleixo e a procrastinação têm encurtado cada vez mais o futuro, e é responsabilidade de todos proteger o ambiente já.

Isso está bastante relacionado ao modo como se vive, com o que se consome, com a consciência do impacto que os hábitos de consumo individual possuem sobre a vida coletiva. O que é consumido e comprado (alimentos, vestimentas, água, energia, entre outros) não pode contribuir para o esgotamento da qualidade de vida no planeta, daí ser urgente e necessário falar de consumo responsável.

Desenvolver uma cultura que se proponha a refletir sobre os hábitos de consumo não apenas conecta a escola com a comunidade, mas também favorece o protagonismo dos estudantes, integrando-os à vida lá fora e dando significado ao que aprendem. Simultaneamente, uma ação dessa natureza dá voz aos pequenos, valoriza sua autoestima e dá eco às suas ações coletivas.

O QUE É CONSUMO RESPONSÁVEL?

Consumo responsável é quando produtos e serviços consumidos possuem, além de qualidade e preço, impacto ambiental, social e ético. Um impacto ambiental observa o cuidado com o ambiente e com os recursos naturais; um impacto social está atento para as condições de trabalho de quem produz e a saúde de quem consome e um impacto ético considera valores do consumidor, aprendidos em casa, na escola e na convivência social. Consumir com responsabilidade implica considerar que o planeta não possui recursos infinitos.

CONSUMO RESPONSÁVEL E COOPERAÇÃO

Consumir com responsabilidade é uma alternativa racional para o consumo de massas, em que vale mais ter do que ser. Está baseado em valores, no cuidado com os recursos e o meio ambiente, na responsabilidade, na confiança e na cidadania de quem vive em interação social. A cooperação envolve ação conjunta para atingir um objetivo comum e, em várias circunstâncias, não é preciso ser proprietário de um bem ou serviço para poder usufruir dele. Quanto mais as ações de consumo forem solidárias, maior será a qualidade de vida de todos.

CONSUMO RESPONSÁVEL E CIDADANIA

Um consumidor consciente faz escolhas de consumo, considerando os impactos dos produtos ou serviços no ambiente e no meio social, tão importantes quanto a qualidade ou o preço. Nessa perspectiva, revela sua cidadania, pois suas ações se tornam sustentáveis. O consumo responsável combate o consumismo (que gera supérfluos), envolve mudanças que alteram atitudes e ressignifica valores cooperativos. É, por isso, expressão de cidadania.

CONSUMO RESPONSÁVEL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O consumo consciente evita o desperdício e favorece a escolha de produtos e serviços sustentáveis. Um consumidor consciente opta por apagar a luz em ambientes vazios, não imprime qualquer documento, valoriza produtos recicláveis, controla o gasto de água ao lavar as mãos ou tomar banho. Assim, vive em harmonia com a natureza, evita poluir o meio ambiente, observa a responsabilidade social e ecológica das empresas que produzem o que precisa, favorecendo o seu bolso e a qualidade de vida.

Ao ser estudado no 3º e 4º anos do ensino fundamental, o tema propõe que os estudantes estejam atentos ao consumo doméstico, percebam o que é caro ou barato, constatem que existem coisas de que precisamos e que necessitam ter prioridade de compra sobre outras menos necessárias. Essas percepções, ao serem contextualizadas na vida de cada família, permitem que os alunos vejam criticamente o consumo e comecem a compreendê-lo como um aspecto que diz respeito a toda a família. Habilitam-se, assim, a contribuir com o orçamento, especialmente ao saberem avaliar os impulsos, as emoções e até a pressão social que interfere na decisão de comprar.

Ainda que nem todas as famílias brasileiras tenham recursos para consumir, desenvolver na escola competências de base financeira dá condições para os estudantes pensarem na importância de se organizarem, planejar, produzir, consumir, poupar, como condição para viver com dignidade e poderem desenvolver projetos de futuro.

Propiciar reflexão e mudanças de atitudes frente ao consumo, destacando sua proximidade com a economia e as finanças, possibilita planejar o futuro, a melhor administração de recursos pessoais e coletivos e o consumo apoiado em decisões sustentáveis e responsáveis.

CONSUMO E A COLEÇÃO FINANCINHAS

A leitura de *Miguel, Aninha e Dedé ganharam um dinheirinho* possibilita explorar alguns aspectos econômicos e financeiros, considerando que, no terceiro e no quarto anos, os alunos começam a integrar conceitos e valores do universo financeiro à vida pessoal e coletiva.

Explorar a situação ficcional apresentada, perguntar o que os alunos fariam se fossem as personagens, ou como eles podem cooperar em vivências familiares como as que foram apresentadas na leitura são formas de aproximar as crianças do contexto da história.

Problematicar situações em que se deparam com a dualidade querer/precisar, em relação ao brinquedo da moda, à roupa ou ao jogo que “todo mundo tem” e que investiguem a respeito do sentido de “ter” como um valor, sobre a qualidade dos produtos, aprofunda a compreensão dos conceitos que circulam no texto. A ideia é compreenderem que, numa sociedade de consumo, o “querer” nasce de

muitos artifícios que impelem as pessoas a consumir, mas isso compromete a sustentabilidade do planeta. Ter atitudes de consumo envolve compreender alguns conceitos básicos de educação financeira, como é o caso da disponibilidade de recursos e seu uso com parcimônia.

POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO

O tema consumo é organizador da presente abordagem de educação financeira e também está presente nas demais áreas do conhecimento, tomando por base o que indica a BNCC.

Na área de **Linguagens**, a **Língua Portuguesa** valoriza a leitura/escuta compartilhada e autônoma, habilitando, por exemplo, a ler e compreender boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana que envolvem educação financeira, e a planejar e produzir textos do campo político-cidadão que apresentem resultados de observações, com imagens, gráficos ou tabelas. Em **Arte**, as artes visuais propõem a experimentação de diferentes formas de expressão artística com uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas de modo individual, coletivo e colaborativo, o que também ocorre no teatro, na música e na dança e é uma preocupação compartilhada por **Educação Física**.

Na área de **Matemática**, problemas que utilizem o sistema monetário brasileiro e envolvam situações de compra, venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco, desconto, podem enfatizar o consumo ético, consciente e responsável.

NOTA

Se as crianças mais velhas demonstrarem curiosidade sobre o PIX, explique que é o novo sistema de pagamentos e transferência de valores, instantâneo, mais simples e gratuito para pessoas físicas, sem restrição de horário ou dia da semana.

Em **Ciências da Natureza**, é possível considerar aspectos que decorrem do consumismo e afetam a saúde auditiva e visual das pessoas ou os usos do solo.

Na área de **Ciências Humanas**, a noção de público e privado, as cidades e suas áreas de conservação ambiental, a circulação das pessoas e a influência sobre as transformações do ambiente são objetos de estudo de **História** também relacionados ao consumo. Em **Geografia**, estudar a natureza, o ambiente e a qualidade de vida habilitam os alunos a relacionar produção de lixo a problemas de consumo excessivo e a contrapor isso ao consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reuso, reciclagem ou descarte de materiais. Também investigam os usos dos recursos naturais, com destaque para a água e discutem os problemas provocados por eles, o que envolve avaliar o impacto da ação humana na conservação ou degradação do ambiente.



ATIVIDADES

As atividades que seguem estão organizadas em sequências que concretizam as habilidades previstas para o tema consumo e se destinam a estudantes de 3º e 4º anos do ensino fundamental. Elas não esgotam o tema, mas ilustram o potencial que ele contém. Sua finalidade é sugerir práticas a professores que desejem trabalhar com conhecimentos e elementos financeiros facilitadores da compreensão, da tomada de decisões e da aquisição de valores éticos para enfrentar cenários de ordem financeira.

QUERER É PODER?

Habilidades

- Agir de forma responsável em relação ao consumo e uso de recursos financeiros familiares e socioambientais.
- Comparar qualidade e benefícios financeiros antes de tomar decisão de consumir.

1. Escreva a pergunta *Querer é poder?* bem grande no quadro e proponha que os alunos formem uma roda de conversa para falar sobre ela. Enfatize o valor do diálogo durante a conversa e, à medida que forem se posicionando, acrescente perguntas que os levem a pensar a respeito do que *podem ter* e do que *necessitam ter*.

NOTA

Roda de conversa é uma atividade cooperativa que coloca seus participantes em interação para apresentar ideias, argumentar, negociar. Na roda, seus participantes aprendem a falar e a ouvir, respeitar a sua vez e a do colega, a cooperar e a pensar no coletivo, já que todos colaboram para realizar uma tarefa, o que é facilitado pela organização da classe em formato circular.

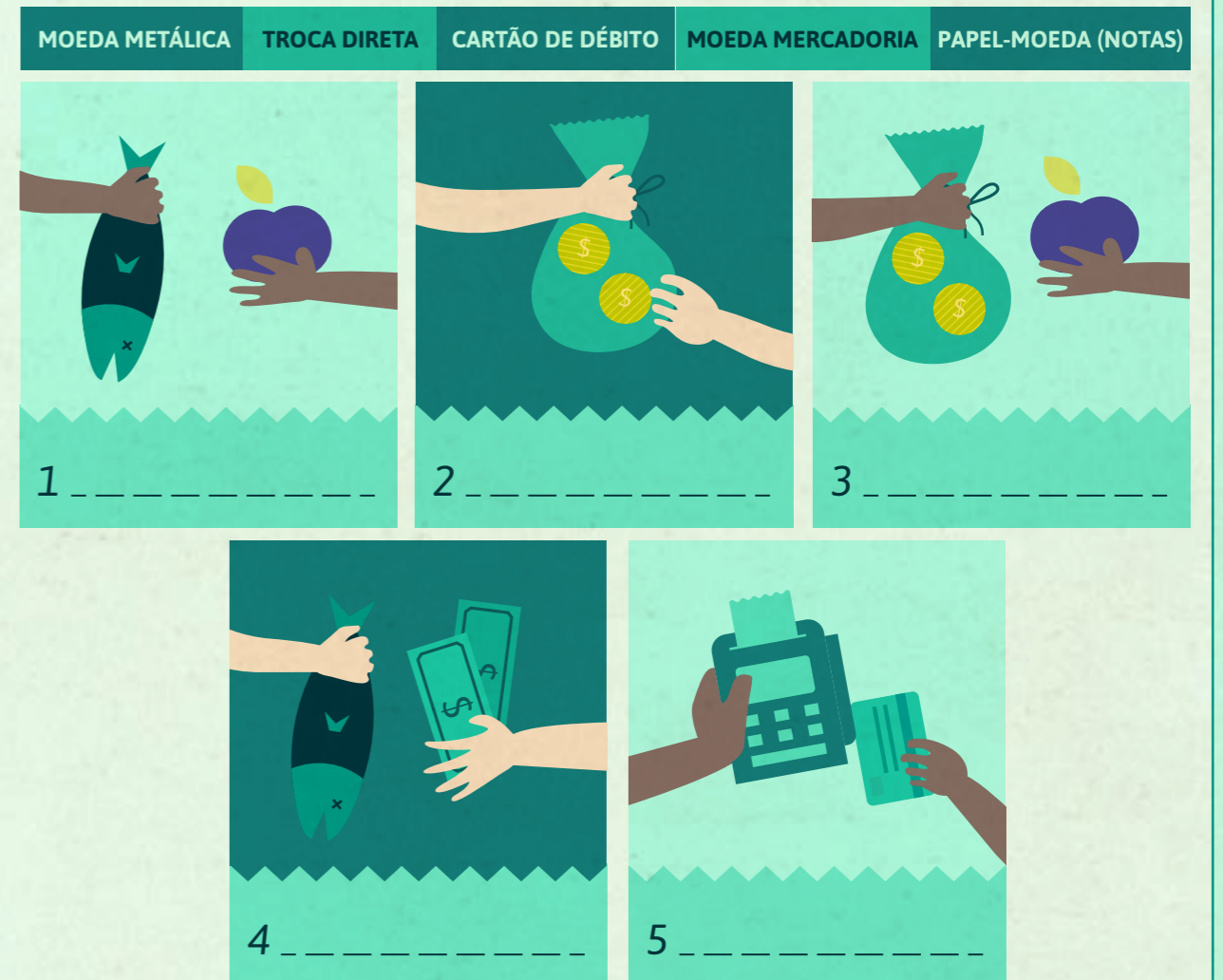
2. Recorte algumas imagens (de revista, jornal ou Internet) com crianças que têm em demasia (muitos brinquedos, celulares sofisticados, excesso de roupas) e mostre para a turma. Anote no quadro o que eles observam nas imagens e as justificativas que dão para o que estão vendo, de forma a orientá-los para a resposta à questão inicial. De destaque às referências que fizerem ao consumo, relacionando-o ao uso consciente de recursos familiares e socioambientais.

DICA

Ver Instituto Akatu: Conheça os 12 princípios do consumo consciente: <https://www.akatu.org.br/noticia/conheca-os-12-principios-do-consumo-consciente/> Acesso em Dez. 2020.

3. Pergunte então: o que é preciso ter para poder *consumir com qualidade*? Espere-se que, entre as respostas, apareça a necessidade de ter dinheiro, que o consumo depende de recursos financeiros existentes. Reforce que escolher produtos de boa qualidade, com preço adequado às condições familiares (noção de caro e barato), é uma atitude responsável que pode ser aprendida.

4. Aproveite a ocasião para contar a história da invenção do dinheiro, que permitiu estabelecer um valor para cada produto, um preço, o que nem sempre aconteceu. Consulte o endereço eletrônico www.casamoaeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html, ou outro de sua preferência, e faça as adaptações necessárias à compreensão dos alunos. Ao falar do cartão de débito, informe que ele é uma forma de pagamento cômoda e segura, mas não dispensa ninguém de ter dinheiro no banco para pagar o que consome. Com o *cartão de débito* é possível consultar o saldo, saber se houve algum depósito na conta e pagar serviços, como água, eletricidade, internet. Então, proponha que escrevam a legenda adequada junto de cada imagem, de acordo com a evolução da história do dinheiro ao longo do tempo.



5. Debata com o grupo, selecione e mostre propagandas (tevê, jornal, panfleto) que evidenciem o estímulo ao consumo infantil e coloque na roda o conceito de *consumismo*, por oposição a consumo. “A ideia não é denegrir o consumo, mas levar em consideração condições de um consumo responsável.

NOTA

No caso da educação financeira de crianças entre 6 a 10 anos de idade, a mediação do professor é fundamental para promover a reflexão sobre práticas que se refiram ao uso do dinheiro. Ao criar situações de aprendizagem que envolvam acontecimentos reais, seja por meio de relatos de experiência como uma ida ao mercado com a família, circo ou restaurante, ou a partir de histórias cujos personagens são levados a fazer escolhas financeiras, o professor pode questionar, orientar, apresentar conhecimentos que precisam ser sistematizados, para posteriormente serem colocados em ação.

6. Por fim, anote no quadro a pergunta: *por que se diz que um consumidor responsável se importa com a qualidade dos produtos que compra e cuida bem dos recursos financeiros familiares e da natureza?* Peça que, em duplas, conversem, concluam e registrem suas ideias. Então, proponha que as duplas socializem suas respostas com o grande grupo.

TER E PRECISAR

Habilidades

- Diferenciar o necessário de supérfluo;
- Identificar situações de compra que podem ser desnecessárias.

1. No exercício que segue, peça que marquem com N despesas necessárias de uma família, indicando que reconhecem que existem coisas de que precisamos e têm prioridade, outras que são desnecessárias e podem ficar para depois.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> RESTAURANTE | <input type="checkbox"/> MATERIAL ESCOLAR |
| <input type="checkbox"/> ÁGUA E LUZ | <input type="checkbox"/> INGRESSO PARA PARTIDA DE FUTEBOL |
| <input type="checkbox"/> CELULAR NOVO | <input type="checkbox"/> VALE-TRANSPORTE |
| <input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DA BICICLETA DO PAI | <input type="checkbox"/> COMIDA DO GATO |
| <input type="checkbox"/> ALIMENTAÇÃO/SUPERMERCADO | <input type="checkbox"/> VESTIDO PARA A FESTA DE ANIVERSÁRIO DA AMIGA |

2. Sugira que, individualmente, escrevam ou desenhem cinco coisas de que necessitam ter para aprender bem na escola.
3. Forme trios para que juntem as três listas, eliminem o que estiver repetido, negociem e coloquem em ordem de importância. Enfatize o valor da participação de todos durante as etapas de construção da atividade. Oriente para que, na sequência, analisem cada item: *algum é desnecessário, faz mal à saúde, ao meio ambiente, dificulta a reciclagem como acontece com os lápis que têm ponta de metal e borracha embutida? O grafite é durável ou quebra fácil (de tanto apontar, o lápis termina logo e é preciso gastar para comprar outro), o estojo é de plástico (melhor reduzir o consumo)?*

NOTA

As atividades em grupo favorecem a interação e a troca horizontal (aluno/aluno), mas não exigem o professor de mediação antes, durante e depois. Ao observar o desempenho de todos no processo e a natureza do trabalho, é bom variar a composição e o tipo de agrupamento. A modificação permanente (ora dupla, ora trio ou quarteto) auxilia na interação entre alunos com habilidades diferentes, fazendo com que o grupo compartilhe saberes e seja produtivo.

4. Circule nos trios e ajude-os a tomar as decisões pensando no futuro do planeta. Questione: *de onde vêm os produtos que necessitam? De que são feitos (o plástico do petróleo, as roupas do algodão [ou não!], o papel da árvore etc.)? Que impacto causam no meio ambiente?* Então, peça que retirem cinco itens da lista e repensem a ordem de importância que deram anteriormente.

DICA

Assista com as crianças ao vídeo *De onde vem? Para onde vai? - sacolas plásticas*
<https://edukatu.org.br/cats/3/posts>

5. Por fim, desafie o trio a pensar sobre o que gostariam de ter, mas que na verdade não precisam, facilitando a identificação do que não é sustentável e, além disso, é supérfluo e a partir de agora evitariam comprar, antes de redigirem a lista coletiva final.
6. Reúna todo o grupo e solicite que cada trio fale sobre os itens que necessitam para aprender bem na escola e quais consideraram não sustentável, supérfluo, dizendo por quê.

DE ONDE VEM O DINHEIRO?**Habilidades**

- Reconhecer prioridades de consumo para o bem-estar pessoal e familiar.
- Agir de forma responsável em relação ao consumo e uso de recursos financeiros familiares e socioambientais.

1. Planeje uma roda de conversa para debater com os alunos algumas questões auxiliares à compreensão da origem dos recursos econômicos familiares. Pergunte: *sabem por que é necessário que as pessoas trabalhem? Em que lugares é possível trabalhar para ganhar o dinheiro que precisam para satisfazer suas necessidades? Como as pessoas que trabalham podem contribuir para a qualidade de vida de todos? Acham que trabalhar é uma coisa legal?* Incentive que levantem hipóteses sobre a influência do trabalho na realização de sonhos e projetos de vida, contextualizando e problematizando as respostas. Explique que o trabalho é uma necessidade humana, é um direito que inclui socialmente, pode dar prazer e favorece a qualidade de vida, tanto para quem trabalha quanto para sua família.
2. Forme pequenos grupos, distribua imagens de revistas ou jornais, peça que identifiquem aquelas que representam situações de trabalho a que se dedicam as pessoas das famílias, outros membros das suas comunidades (sala de aula, escritório, posto de gasolina, banco, hospital, supermercado, loja, feira livre, posto policial). Lance outras perguntas: *o que fazem as pessoas que trabalham nesses lugares? Qual a importância que elas possuem para a comunidade? Como recebem pelo seu trabalho? Gostariam de fazer a mesma coisa? Por que?* Reserve um bom tempo para que conversem entre si, troquem informações, tenham contato com a diversidade de experiências e alarguem seu entendimento acerca da multiplicidade de tarefas relacionadas ao trabalho, oferecendo informações que achar pertinentes sobre a diferença de valor pago às distintas atividades laborais, o que impacta na quantidade de recursos econômicos disponíveis para satisfazer necessidades básicas e causa desigualdade social.
3. Reúna o grande grupo e explique que adquirir recursos econômicos exige esforço e trabalho de uma ou mais pessoas da família, por isso é tão importante usá-los com cuidado, participar, planejar e cooperar para reduzir gastos/despesas. Poupar recursos é uma das atitudes que favorece a economia familiar. Pergunte, então, como imaginam que poderiam colaborar com o bom uso dos recursos familiares ao consumir energia, água, alimentos, brinquedos, roupas, material escolar.

4. Proponha uma chuva de ideias para que as crianças pensem sobre como as famílias podem controlar seus gastos de acordo com os rendimentos a partir de perguntas disparadoras: *como a sua família obtém recursos econômicos? Quem trabalha? Quem controla os rendimentos e despesas familiares? Que despesas, todos podem reduzir, se agirem cooperativamente?* Utilize o exercício que segue para que apliquem o que aprenderam sobre rendimento e despesa a partir de situações da vida real.

Assinale **R** para rendimento e **D** para despesa

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> GÁS E ELETRICIDADE | <input type="checkbox"/> SALÁRIO DA MÃE |
| <input type="checkbox"/> ÁGUA | <input type="checkbox"/> PRESTAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DO CARRO |
| <input type="checkbox"/> APOSENTADORIA DA AVÓ | <input type="checkbox"/> VENDA DE ARTESANATO QUE A FAMÍLIA PRODUZ |
| <input type="checkbox"/> REMÉDIOS | <input checked="" type="checkbox"/> SEGURO DA CASA E DO CARRO |
| <input type="checkbox"/> ALIMENTAÇÃO/SUPERMERCADO | <input type="checkbox"/> PASSEIO NA PRAIA |
| <input type="checkbox"/> CONserto DE FERRO ELÉTRICO | <input type="checkbox"/> COROAS DE NATAL FEITA PELA AVÓ PARA VENDER |
| <input type="checkbox"/> CONserto DO ÓCULOS DO PAI | <input type="checkbox"/> CONSULTA URGENTE NA CLÍNICA VETERINÁRIA |
| <input type="checkbox"/> SALÁRIO DO PAI | <input type="checkbox"/> BOLO DE CHOCOLATE |
| <input type="checkbox"/> TROCA DA FECHADURA | |
| <input type="checkbox"/> SEMANADA DA MÁRCIA | |
| <input type="checkbox"/> CAPA NOVA PARA TABLET | |



5. Na sequência, peça que transcrevam as despesas no caderno, separando-as em dois grupos.

Despesas necessárias (aquelas que a família não pode dispensar)	Despesas desnecessárias/supérfluas (aquelas que a família pode dispensar)

SUGIRA QUE, EM CASA, CONVERSEM COM A FAMÍLIA SOBRE A CLASSIFICAÇÃO QUE FIZERAM, QUESTIONEM SE NO ÚLTIMO MÊS TIVERAM ALGUMA DESPESA INESPERADA QUE “PESOU” NO ORÇAMENTO E, EM CASO POSITIVO, PERGUNTEM COMO PODEM COLABORAR PARA REDUZIR O CONSUMO E EQUILIBRAR AS CONTAS DA CASA. Ao IDENTIFICAREM, EM CONJUNTO COM A FAMÍLIA, ALGUMAS ESTRATÉGIAS QUE PODEM SER IMPLEMENTADAS COLETIVAMENTE, PARTICIPAM DO CONTROLE FINANCEIRO FAMILIAR, PODENDO ASSUMIR RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS QUE BENEFICIAM A TODOS. SUGIRA QUE SOCIALIZEM COM OS COLEGAS AS ESTRATÉGIAS QUE PENSARAM (NÃO DESPERDIÇAR ÁGUA, NÃO DEIXAR COMIDA NO PRATO, DESLIGAR A TV, APAGAR A LUZ, CUIDAR DO MATERIAL ESCOLAR).



6. Trate de forma ampla sobre a importância da economia e da tomada de decisões a partir da realidade econômica de cada pessoa ou família. Decisões mal pensadas levam a despesas desnecessárias, a compras por impulso, o que pode ser evitado. O planejamento financeiro pessoal e familiar de curto prazo propicia equilíbrio financeiro, permite tomar decisões, saber se é possível poupar (quanto?) e que esforços são necessários para garantir as necessidades básicas de todas as pessoas da família. Para que os alunos conheçam a sua realidade e a de suas famílias e a educação financeira seja significativa, precisam lidar com dados concretos.

7. Encaminhe uma tarefa de investigação a respeito dos rendimentos familiares (receitas/entradas) e despesas (saídas) básicas principais. Entregue a cada aluno uma tabela para registrarem os *rendimentos* (salários, horas extras, vale-transporte, aposentadoria do avô, venda de doces e salgadinhos) e as *despesas* (podem ser fixas como o aluguel ou variáveis como o conserto da geladeira). Oriente para que contem em casa o que estão aprendendo na escola e peça ajuda para completarem a tabela. O trabalho conjunto tem potencial para mobilizar as famílias e revelar a importância de participarem de ações voltadas ao seu bem-estar e da comunidade, regulando o consumo para que seja responsável e sustentável.

RECEITAS	MENSAL	DESPESAS	MENSAL
TOTAL		TOTAL	
Saldo (receitas – despesas) =			

8. Solicite que, após a realização da tarefa familiar, alguns alunos apresentem as tabelas elaboradas e expliquem como fizeram. Os demais comparam com as suas e verificam se há correções a fazer. Acompanhe e faça as observações necessárias, certificando-se de que compreenderam a relação entre receita e despesa, a importância de terem saldo positivo e se reconhecem algumas estratégias de *equilíbrio financeiro* ligadas ao consumo e uso consciente de recursos financeiros e socioambientais (planejar compras/ fazer listas, comprar apenas o necessário, reutilizar produtos e embalagens, pesquisar qualidade e preços, usar sacolas de pano, evitar receber troco em mercadorias, tipo “uma balinha” etc.).



9. Proponha um desafio para que pratiquem a *organização, controle e planejamento*. Comece lembrando a turma de que começaram a tratar do assunto perguntando: *De onde vem o dinheiro?* Agora é hora de pensarem: *Como gastar o dinheiro?* Forme duplas e combine algumas regras para que apliquem os conhecimentos aprendidos e trabalhem cooperativamente em uma compra imaginária, simulada.

- **Regra 1-** Elaborar uma *lista de compras* com produtos sustentáveis (não agredem o meio ambiente), que colaborem para uma alimentação saudável e tenham preço bom (fazem bem à saúde e são compatíveis com o dinheiro disponível), sejam duráveis e reutilizáveis (não estragam facilmente, podem ser usadas outras vezes e com outra finalidade), privilegiem o comércio local (contribuam com a economia e o bem-estar da comunidade);
- **Regra 2 -** Pesquisar preços na internet (no mercadinho perto da escola ou no site, em panfletos e propaganda) e comparar preços, qualidade, quantidade antes de decidirem o que comprar;

NOTA

A pesquisa é uma importante ferramenta didática que possibilita a aprendizagem autônoma e significativa e não pode prescindir da mediação do professor.

- **Regra 3 -** Planejar compras levando em conta: prioridades da dupla, orçamento da lista/preço dos produtos, uso responsável, ético e sustentável do dinheiro (R\$50,00 por dupla) e um saldo positivo de R\$2,00 para iniciarem uma poupança coletiva da turma com o objetivo de se divertirem juntos no final do ano.

Ao referir a poupança coletiva, aproveite a oportunidade para falar sobre planos de curto, médio e longo prazos, dê exemplos, considerando a noção de tempo já construída pelas crianças da turma (curto prazo/na próxima semana, médio prazo/nas férias de julho, longo prazo/no ano que vem).

10. Encerre o trabalho em grande grupo, para que cada dupla tenha a oportunidade de compartilhar: quais foram suas descobertas e escolhas, quais estratégias escolheram para cumprir as regras, por que escolheram este caminho, quais mudanças perceberam durante a elaboração da lista de compras.

NOTA

A socialização dos trabalhos ao grande grupo proporciona o desenvolvimento de habilidades como expressar-se e comunicar-se selecionando dados que justificam decisões, o que favorece a sistematização dos conhecimentos.

3.3. CIDADANIA

ANO: 5º - CONVERSA COM PROFESSOR

A competência geral 10 da BNCC – *Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários* – é, entre todas, a que mais investe em cidadania. Ela envolve diferentes valores e está centrada na ação, capaz de eliminar a distância entre direitos de papel e aqueles efetivamente praticados.

No final do ensino fundamental 1, os alunos apresentam melhores condições para tratar desse tema, pois desenvolvem processos de pensamento lógico, sentem-se desafiados por problemas que demandem solução criativa e argumentam com correção, descentrando suas percepções e acompanhando as transformações. Também se socializam mais, interagem pela linguagem, e percebem que um mesmo problema apresenta diferentes alternativas de solução. Em situação de conflito, usam o raciocínio para resolvê-lo.

A prática da cidadania possibilita refletir sobre ela e orienta a convivência e a interação, na escola e fora dela. Assim, os alunos aprendem a se relacionar, a serem conscientes, éticos e solidários, valorizando o senso de coletividade. Desse modo, é possível formar cidadãos, que pensam a respeito do mundo e de seus atos, posicionam-se e assumem responsabilidades, considerando o bem comum. Isso indica que não são apenas cumpridores de deveres e conhecedores de direitos.

O QUE É CIDADANIA

A cidadania decorre da vida em sociedade, da convivência entre humanos e do exercício dos direitos e deveres civis de cada um para assegurar uma boa relação entre todos. É um conceito em permanente mutação, o que justifica também que sempre seja buscada uma forma plena de cidadania, o que envolve a luta por direitos, a inclusão social, a equidade, o bem-estar de cada cidadão e o fortalecimento da coletividade.



CIDADANIA E CONSUMO RESPONSÁVEL

O consumo tende a transformar a cidadania em um conceito individual, onde cada um toma decisões em função do próprio bem-estar. No entanto, é prioritário um ideal coletivo, que assegure como valor o enfrentamento em cooperação dos problemas humanos, com responsabilidade pelas consequências de suas ações. A cidadania se manifesta, entre outras coisas, pelo consumo responsável, que busca aperfeiçoar o convívio com os outros e com a natureza, impactando positivamente o futuro de todos.

CIDADANIA E COOPERAÇÃO

A cidadania não existe descolada de processos coletivos. Graças a eles, e à cooperação que os subsidia, tornando possível que pessoas sejam capazes de impactar positivamente a sociedade, praticar valores como a solidariedade, a empatia, o respeito ao outro, relacionados à convivência social sustentável. Ser cidadão, por isso, envolve agir, cooperar, cumprir um papel social.



CIDADANIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A cidadania contribui para a educação de cidadãos conscientes, que pensam coletivamente e são capazes de tomar decisões financeiras autônomas, promovendo o bem-estar individual e coletivo.

A educação financeira constrói conhecimentos que favorecem, por exemplo, a compreensão de que o endividamento de uma pessoa, uma família ou um grupo pode ter efeito negativo sobre uma comunidade. Ao contrário, o controle de gastos e o planejamento podem conduzir à sustentabilidade financeira, fazendo surtir consequências positivas na comunidade e colocando a roda a girar em direção afirmativa.

No 5º ano do ensino fundamental, por apresentarem capacidade de classificar, numerar e ordenar, os alunos podem relacionar valores monetários, direitos de cidadania e qualidade de vida, sabendo definir o valor necessário para atender necessidades básicas, pessoais ou familiares, ou fazendo a escolha da alternativa mais responsável e sustentável sempre que for consumir. Também se mostram aptos a decidir a respeito de comprar a prazo e pagar juros ou poupar antes e comprar à vista.

Capazes de descentrar percepção e ação, nessa etapa de operações concretas aprendem noções mais complexas, como a relação entre cidadania, direitos e deveres; cidadania e responsabilidade socioambiental; direitos de cidadania e qualidade de vida. Tornam-se então mais aptos a gerir a mesada (finanças pessoais), compreendem consumo e poupança como direitos de todos, decorrentes de planejamento e acesso à educação financeira. Podem ainda aprender como funcionam serviços e produtos que favorecem a inclusão e a participação na vida financeira, também com vistas à cidadania.

CIDADANIA E A COLEÇÃO FINANCINHAS

Ainda que, pela faixa etária das personagens e pelas circunstâncias que vivem, os textos da *Coleção Financinhas* possam não interessar aos “grandes do quinto ano”, estes alunos têm potencial para se tornarem aliados importantes na difusão dos conceitos de educação financeira que os livros apresentam. A partir da leitura, desafie-os a produzirem vídeos de animação que destaquem os conceitos financeiros mais importantes, transformando-os em auxiliares das aprendizagens dos mais jovens. Com esse recurso, certamente eles poderão entrar em contato com as aprendizagens que se quer fortalecer, serão valorizados em sua autoestima e colaborarão para qualificar a educação financeira que interessa consolidar.

POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM OUTRAS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO

O tema cidadania é abordado em diferentes disciplinas, o que reforça sua amplitude e as diversas aplicações no cotidiano de quem aprende, como indica a BNCC.

Na área de **Linguagens**, a **Língua Portuguesa**, ao valorizar o campo da vida pública, possibilita destacar situações de leitura e escrita de textos das esferas jornalística ou publicitária, por meio de temas que impactam a cidadania e o exercício de direitos. Em **Arte**, alunos entram em contato com a complexidade do mundo, favorecendo o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, e a **Educação Física**, ao promover a aprendizagem de valores e normas relacionados à cultura do movimento, problematizam o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

Em **Matemática**, conhecimentos da área podem auxiliar os alunos a refletir sobre o funcionamento de pesquisas que fazem coleta e análise de dados, ou a calcular juros em uma compra a prazo, habilitando-os a consumir com consciência e a compreender informações que circulam nos meios de comunicação. Isso evidencia que a Matemática está presente em diversas atividades do cotidiano e que a disciplina pode auxiliar as demais na compreensão sobre a sociedade em que o aluno está inserido.

A área de **Ciências da Natureza** desenvolve competências que capacitam a atuar no e sobre o mundo, o que é importante para o exercício pleno da cidadania.

Na área de **Ciências Humanas**, a **História** se propõe a estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar em que vivem, o que favorece a diversidade e estimula o pensamento crítico e a autonomia. Já a **Geografia**, ao desenvolver o pensamento espacial, estimula o raciocínio geográfico, para representar e interpretar o mundo em permanente transformação, e relaciona componentes da sociedade e da natureza, espaço privilegiado para o exercício da cidadania.



ATIVIDADES

As atividades que seguem estão organizadas em seqüências que concretizam habilidades previstas para o tema cidadania e se destinam a estudantes do 5º ano do ensino fundamental. Elas não esgotam os conhecimentos a serem construídos, sua finalidade é sugerir práticas que abordem a educação financeira. Oportunizam a vinculação entre trabalho, desenvolvimento pessoal e profissional para fortalecer o propósito social gerador de recursos financeiros para a sociedade, as famílias e os indivíduos que precisam saber geri-los mediante planejamento prévio e controle permanente. Por isso, a educação financeira é vista como um direito de cidadania, capaz de assegurar uma vida digna para todos.

POUPAR...POUPAR: O QUÊ? PRA QUÊ?

Habilidades

- Identificar práticas de consumo sustentável.
- Aplicar hábitos econômicos e financeiros saudáveis.
- Participar do planejamento financeiro doméstico e fazer escolhas de acordo com a capacidade familiar de consumo e poupança.

1. Proponha uma chuva de ideias a respeito de serviços oferecidos por bancos e por cooperativas financeiras, identificando quais existem em sua comunidade e o que fazem.

NOTA

O brainstorming ou chuva de ideias é uma atividade que permite explorar a potencialidade de um grupo, uma espécie de criatividade em equipe que colabora com o desenvolvimento integral.

2. Apresente a tabela que segue e sugira que, em pequenos grupos, a completem. Refira que existem diferenças entre ambos, como é o caso do público que atendem, as cooperativas prestam serviços exclusivamente aos cooperados/associados e os bancos operam com o público em geral. Os bancos possuem donos e captam clientes, que não participam das decisões. Nas cooperativas financeiras, os cooperados são os donos, participam e escolhem democraticamente os gestores. Proponha que pesquisem na Internet, que observem propagandas de tevê, que consultem adultos de referência (funcionários, cooperados etc.). Promova, então, a exposição dos achados.

EIXOS DE OBSERVAÇÃO	BANCOS	COOPERATIVAS
O que é?		
Quais existem na comunidade?		
Que serviços oferecem?		
Tem vantagens?		
Tem desvantagens?		

3. Proponha que façam uma roda de conversa que trate de poupar (guardar, aplicar, investir). *O que é? Para que serve? Por que é importante? Quem pode ter uma poupança? De onde ela vem? Onde costuma ser guardada?*

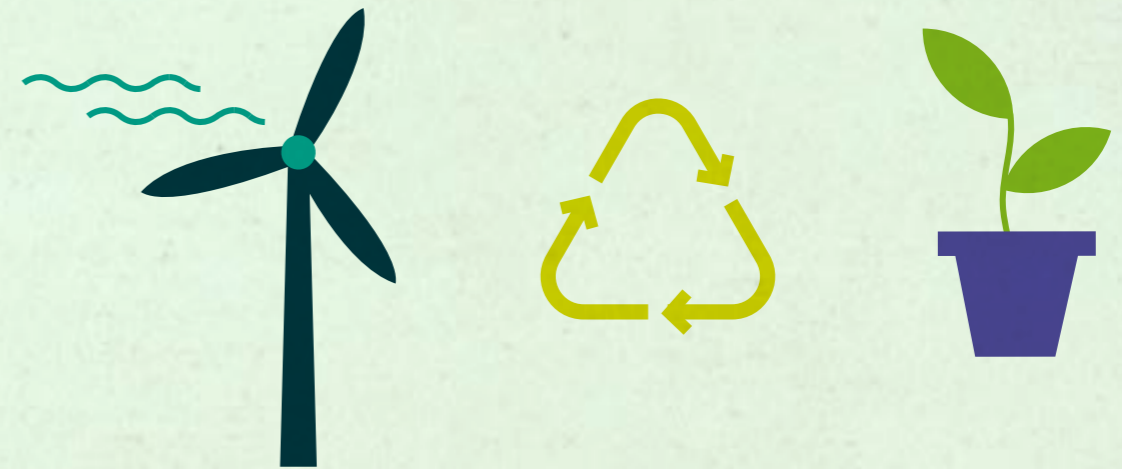
4. Discuta a noção de *poupança individual* das crianças e mostre que ela depende de dinheiro obtido e não gasto. A poupança de crianças decorre de dinheiro ganho, de pequenas tarefas realizadas, de mesada guardada. Toda poupança tem origem em dinheiro, em geral decorrente do trabalho de alguém. Quando envolve pequenos valores, em geral o que é poupado é guardado em casa, em cofrinhos, e as crianças fazem planos de usá-la para comprar um brinquedo mais caro, ajudar na prestação da bicicleta nova ou outro objetivo final de médio prazo. Investigue: *quem tem uma poupança? O que pretende fazer com ela? Falta muito?* Sugira que, para possibilitar o controle desse objetivo, desenvolvam o hábito de registrar todos os gastos pessoais.

5. Depois, considere a noção de *poupança familiar*. Isso é coisa só de adultos? Considerando sua família, como é possível poupar? Uma maneira simples de começar um planejamento financeiro é fazer um orçamento com tudo o que uma família ganha e tudo que ela gasta. Assim, é possível ter uma visão clara da forma como o dinheiro está sendo usado e cuidar da saúde financeira. Explique que orçamento é uma previsão de receitas e despesas de uma família, ou de despesas necessárias para realizar uma obra, calcular os custos de uma viagem. Um bom planejamento financeiro equilibra receitas (entradas) e despesas (saídas), e tem saldo positivo (quando sobra dinheiro). Então, saldo é a diferença entre a receita e a despesa. Quando o saldo é negativo é porque a despesa ultrapassou a receita.

Projete a tabela ilustrativa que segue e examine com os alunos como ela é construída: o que aparece como receita/entrada? E como despesa/saída? Considerando que isso é a síntese de um mês, apresenta todas as entradas e todas as saídas (necessidades básicas, capacitação e recreação) pergunte: *essa família tem condições de poupar? Por quê?*

ORÇAMENTO FAMILIAR MENSAL- MODELO ILUSTRATIVO			
Receitas/Entradas		Despesas/Saídas	
Salário mãe	R\$ 1.000,00	Alimentação	R\$ 600,00
Aposentadoria avó	R\$ 1.050,00	Água	R\$ 90,00
Venda de artesanato	R\$ 200,00	Luz	R\$ 110,00
Vale-alimentação	R\$ 240,00	Mensalidade Inglês	R\$ 210,00
		Prestação celular	R\$ 130,00
		Transporte	R\$ 140,00
		Farmácia	R\$ 84,00
		Conserto chuveiro	R\$ 85,00
		Recreação	R\$ 160,00
		Brinquedos	R\$ 95,00
		Roupas	R\$ 150,00
TOTAL	R\$ 2.490,00		R\$ 1.854,00
SALDO (entradas-saídas)		R\$ 2.490,00 - R\$ 1.854,00 = R\$ 205,00	

6. Apresente a ideia de *poupança de recursos* e pergunte: *como fazer?* Forneça endereços eletrônicos que orientam a respeito da redução do uso de energia e desafie a turma a produzir uma campanha a ser divulgada entre as famílias para reduzir o consumo de itens fixos, como água, luz, gás e outros. *Problematize então: mediante a redução de gastos fixos, é mais fácil uma família destinar algum recurso para realizar um projeto a longo prazo, como uma viagem? E as necessidades não previstas, ficam mais fáceis ou mais difíceis de serem enfrentadas?*
7. Por fim, pergunte: *apenas quem consegue poupar recursos destinados às necessidades essenciais é beneficiado?* Recorte alguma reportagem adequada aos alunos e publicada em sua região relativa ao ambiente e à finitude dos recursos naturais, mostre e ressalte que, ao poupar, ganham as pessoas, as comunidades e o ambiente, por isso poupança tem a ver com educação financeira e com cidadania!



SUA PEGADA É SUSTENTÁVEL?

Habilidades

- Investigar características do lugar e associar possibilidade de mudanças individuais e/ou coletivas (direitos e deveres).
- Reconhecer impactos dos deveres e direitos de cidadania sobre os recursos ambientais, econômicos e financeiros.

1. Desafie o grande grupo com perguntas: *como economizar, seja em dinheiro, seja no uso sustentável do que existe na comunidade, poupando recursos? Qual é a relação entre ser disciplinado e atingir um objetivo?*

As respostas às questões indicarão se têm o hábito individual de poupar e planejar gastos na vida cotidiana. Ouça-os atentamente e peça exemplos que fundamentem o que disserem. Enquanto exemplificam, anote no quadro as palavras e expressões da educação financeira que utilizarem, mapeie os saberes de ordem financeira que já possuem.

2. Depois peça que relacionem as duas colunas, considerando conceitos já estudados:

1	Registro de receitas e despesas
2	O que entra no orçamento recebido por trabalho
3	Tipo de instituição
4	Guardar dinheiro
5	A poupança serve para
6	Onde se guarda dinheiro com segurança numa instituição financeira
7	Fazer boas escolhas em relação ao uso do dinheiro
8	O que se gasta em alimentação, aluguel, água, luz...
9	Gastar com consciência, poupar, reduzir consumo, reutilizar
10	Abrir conta, usar cartão de débito, transferir dinheiro

10	Inclusão financeira
7	Importante característica da saúde financeira
2	Rendimento
1	Orçamento familiar
4	Poupar
9	Consumo sustentável
8	Necessidades básicas
3	Cooperativa financeira
5	Separar recurso para médio e longo prazos
6	Conta corrente ou poupança

3. Distribua entre os grupos folhetos ou endereços eletrônicos que refiram maneiras de economizar recursos. Peça que os leiam e que, a partir deles, reúnam algumas despesas fixas recentes (contas de água, luz e gás) e calculem quanto gasta, em média, cada pessoa. Por exemplo:

Aluno	Família	Conta luz	Média pessoa/mês
Eduardo	5 pessoas	350,00	70,00
Maria	7 pessoas	430,00	61,42
Eduardo	5 pessoas	150,00	30,00
Maria	7 pessoas	253,00	36,14
Eduardo	5 pessoas	120,00	24,00
Maria	7 pessoas	180,00	25,71

4. Considerando as recomendações dos folhetos, a importância do consumo consciente e o que cada um conhece dos hábitos familiares, *é possível planejar a redução do consumo em 2/3 meses?* A ideia é que a discussão migre para a família e todos estabeleçam uma forma de atingi-la.
5. Depois, em uma reunião plenária, peça que socializem com a turma os argumentos utilizados, a decisão familiar e os propósitos assumidos.



6. Então, proponha que elaborem uma planilha-síntese que ficará exposta na classe. Mensalmente cada aluno terá a incumbência de atualizá-la.

R = reduziu M = manteve A = aumentou

Nome do aluno	Nº de pessoas	Média pessoas mês 1	Média pessoas mês 2	Média pessoas mês 3	Síntese final

7. No final do período estabelecido, promova um balanço geral das pegadas deixadas no planeta pela redução do consumo (ou não) das famílias. Refira que o conceito de pegada representa a relação entre consumo, a exploração e utilização de recursos naturais e a capacidade que o planeta tem de repor os elementos consumidos sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações futuras. Com base nisso, debata: *houve colaboração para a sustentabilidade do ambiente?* Realize com os alunos um levantamento dos dados acompanhados durante o período convencional e calculem se o resultado foi positivo ou é necessário haver ainda mais empenho e consciência coletiva. *Houve ganho familiar com o resultado, indicando a redução de gastos fixos?* Destaque os casos afirmativos e a colaboração de cada um para o sucesso de todos, o que também ilustrará um compromisso com o ambiente e a cidadania. Se o objetivo final não for alcançado, proponha que planejem juntos outras formas de contribuir com a sustentabilidade ambiental e com o planejamento familiar.



8. Reproduza um quadro semelhante ao que segue com as perguntas em branco e peça que, em duplas, os alunos discutam a relação existente entre ambiente, direitos humanos e deveres. Depois anotem o que compreenderam, destacando valores envolvidos (respeito, cooperação, democracia, igualdade) na determinação de direitos e deveres de cidadania relacionados com recursos ambientais, econômicos e financeiros

COMO DIMINUIR UMA PEGADA ECOLÓGICA ? POR QUÊ?

AÇÃO	DIREITO	DEVER
Usar carro ou bicicleta?	Todos têm direito de desfrutar de ar puro, sem comprometer energia finita	Sempre que possível, preferir andar a pé ou de bicicleta
Consumir ou ser sustentável?	Todos têm direito ao consumo essencial, mas também a um ambiente ecologicamente equilibrado	Comprar o que for necessário, evitar desperdício, não ser consumista
Tomar banhos longos ou regulados?	Todos devem ter acesso à água para o uso pessoal e familiar	Poupar água e energia pela sustentabilidade do ambiente
Cuidar dos resíduos ou descartar todos juntos?	Ter acesso à coleta seletiva	Reduzir consumo, tratar resíduos sólidos, separar materiais recicláveis, reutilizar
Poupar energia elétrica ou desperdiçar?	O acesso à energia elétrica é um direito de dignidade humana	Apagar a luz, reduzir tempo do banho, desligar a tevê para poupar energia e cuidar do meio ambiente

Então, sistematize os achados, referindo os resultados que obtiveram ao acompanhar o consumo familiar.

DICA

Pegada ecológica
Para saber mais sugira que acessem
<https://www.footprintcalculator.org/undermaintenance>

9. Se houver disponibilidade e interesse, outras despesas do orçamento familiar também poderão ser discutidas, considerando sempre a adequação aos valores e interesses de cada família. Por exemplo, é legítimo que algumas estejam investindo mais na capacitação, outras valorizem a recreação, algumas poupem para emergências, outras para alguma realização a longo prazo, como uma viagem, embora outras nem consigam poupar. Esteja atento às peculiaridades de cada família. O que mais importa é que os alunos considerem a importância de tratar dessas questões e aprendam que o planejamento permite tomar decisões, faz parte da educação financeira e é, por isso, portador de cidadania.

INCLUSÃO FINANCEIRA: O QUE É ISSO?

Habilidades

- Identificar operações com instituições financeiras (recebimento, depósito, pagamento, poupança, empréstimo, investimento).
- Compreender como funciona o cartão de débito e sua relação com a conta bancária.

1. Questione a turma a respeito da finalidade dos bancos comerciais e das cooperativas financeiras: *o que fazem? Para que servem? São úteis à população em geral?*

Deixe os alunos se manifestarem livremente. Aparecerão, por certo, indicações de que nem todos usam bancos. Refira o acesso a esses serviços como direito e forma de inclusão financeira. Destaque o papel que os bancos públicos podem ter em ações de proteção dos cidadãos, como o pagamento de auxílios, benefícios sociais, bolsas etc. Faça a distinção entre bancos públicos e privados (uma diferença está na gestão: no banco público, o controle é feito por um agente público; no privado, por uma empresa) e refira as cooperativas (gestão democrática, com mandatos eleitos pelos associados - cada cooperado, um voto).

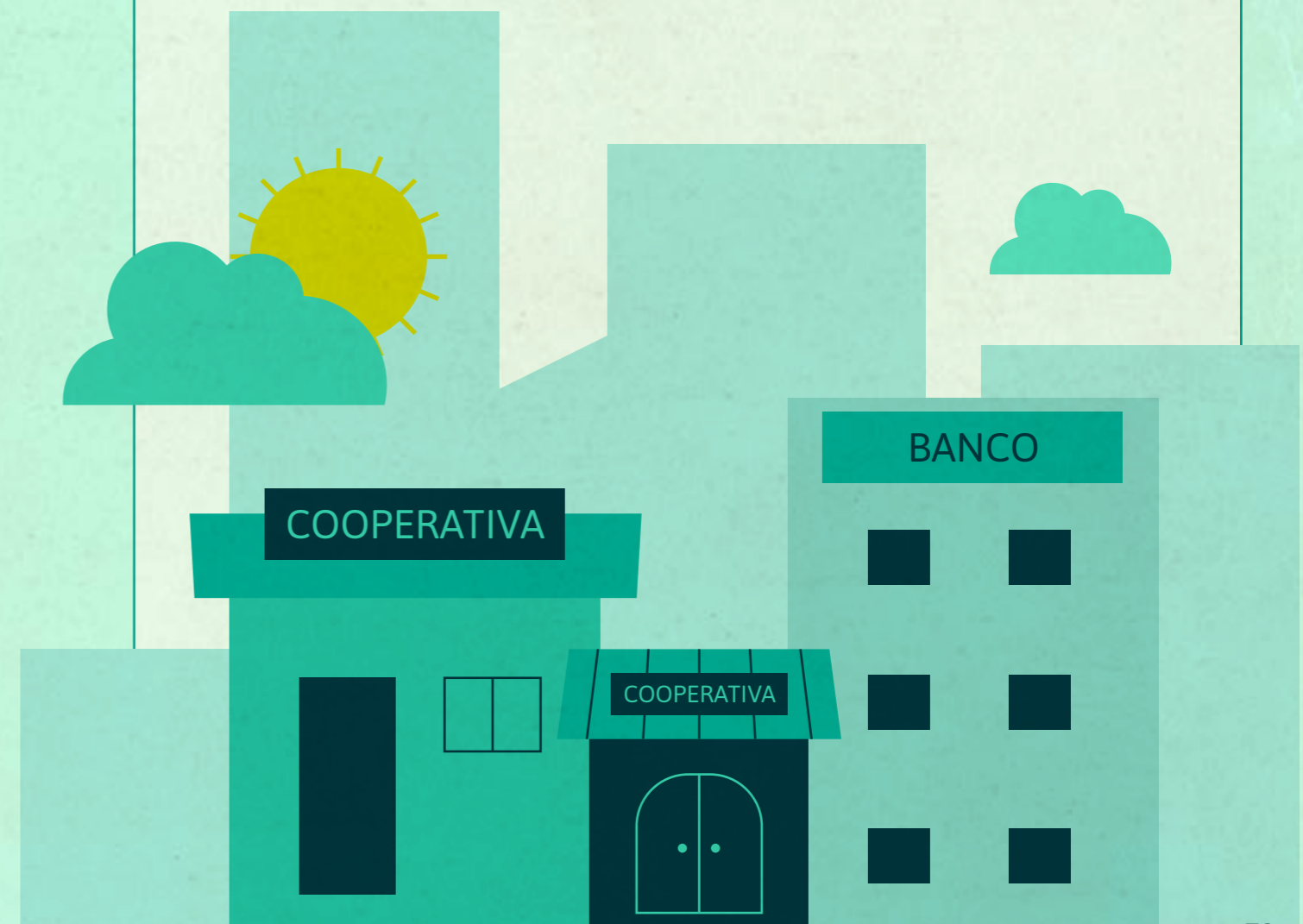
NOTA

Bancos comerciais e cooperativas são as instituições financeiras mais conhecidas pelo consumidor comum. Existem, entretanto, outros tipos (banco de desenvolvimento e banco de investimento etc.) que fazem a intermediação entre o cliente e a prestação de serviço financeiro e não são objeto dessa atividade.

2. Para compreenderem melhor a utilidade dessas instituições, peça que imaginem se eles não existissem. Retome a história do dinheiro e sua importância para as transações interpessoais e explore a complexidade das transações atuais, muito maior, envolvendo empresas, diferentes países. É notório que a humanidade evoluiu desde o escambo até a moeda e dela até os serviços financeiros que existem, mas por quê? Dê um tempo para anotarem o que pensam, exemplificando.

3. Proponha que alguns alunos imaginem diferentes situações em que a mudança foi muito benéfica e as socializem com os colegas. Paralelamente, vá anotando os comentários e os aspectos em que há mais evidências de melhoria a respeito da circulação de dinheiro: portabilidade, segurança, praticidade, universalidade, variedade de serviços.

4. Sugira então que formem grupos e façam uma síntese das discussões. Depois, que apresentem o que fizeram ao grande grupo. Refira a relação entre as instituições e o cartão de débito, destacando uma exigência para usá-lo: *é preciso ter conta e dinheiro na conta!* Promova o fechamento da discussão, indicando que complementem as anotações com as contribuições de todos.
5. Apresente uma lista dos principais serviços financeiros disponibilizados aos correntistas (conta corrente e conta poupança, transferência entre contas, recebimento de salários e aposentadorias, pagamento de tributos, contas e boletos, débito automático, depósito, consulta a saldo e extrato, saque). Distribua-os entre os alunos e dê algum tempo para que pesquisem individualmente em computadores da escola ou em seus celulares (se a realidade de sua classe recomendar, forme pequenos grupos em torno dos alunos que possuem celular). Então peça que anotem: *o que é? Como funciona? Quem tem acesso? Para que serve? Quais benefícios? Quais riscos?*
6. Depois, forme grupos a partir dos serviços e diga que consolidem as informações obtidas e criem uma forma de apresentá-las ao grande grupo. Se possível, recomende que utilizem o computador, ou que montem cartazes e exponham em classe.
7. Então, promova uma apresentação de todos ao grande grupo, tendo em vista a socialização dos achados. Acompanhe e faça as complementações que achar necessárias. Cuide para que compreendam e anotem a síntese final.



8. Proponha que, em duplas, realizem o exercício que segue, ele indica que aprenderam a finalidade de alguns serviços oferecidos por instituições financeiras:

UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE DÉBITO	SERVIÇOS PRESTADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
1- Transferir sobra para conta poupança.	() Saque
2- Verificar se o salário da mãe já foi depositado.	() Transferência
3- Entregar R\$30,00 à filha para ir lanchar com a amiga.	() Pagamento de tributos
4- Depositar na conta do filho valor prometido como presente.	() Consulta de extrato
5- Pagar Internet, telefone e tevê.	() Pagamento de serviços
6- Pagar IPTU	() Depósito

NOTA

Em futuro próximo, o PIX poderá afetar o mercado das maquininhas de cartão, ameaçadas pelas transferências e pagamentos instantâneos nas compras à vista com cartão de débito. Ao usar o PIX, o cliente poderá pagar uma compra por meio do celular, lendo o QR Code sem tirar o cartão do bolso.

9. No fechamento, pergunte se alguém da família utiliza esses serviços, se há bancos comerciais ou cooperativas financeiras perto de casa e quais. Proponha que relacionem os serviços disponibilizados com a noção de cidadania financeira, evidenciando que são ferramentas que auxiliam a aprender sobre responsabilidade, dignidade, convivência e efetividade, importantes em uma economia atenta à comunidade, ao ambiente e ao conhecimento de cada um/de cada família sobre a própria situação financeira.



As práticas acima sugeridas têm a intenção de pontuar a importância de desenvolver bons hábitos e auxiliar a gestão financeira pessoal e familiar. Nesse sentido, elas apresentam ações que se propõem a construir conhecimentos em processo, capazes de instrumentalizar os alunos a aprenderem sobre a própria situação financeira, a aplicarem conhecimentos adquiridos no seu dia a dia e no ambiente familiar, a participarem e cooperarem com a comunidade, tendo em vista a sustentabilidade ambiental. Assim, poderão se tornar pessoas organizadas financeiramente.

De acordo com os objetivos do Programa Financinhas, as práticas se estruturam de forma a harmonizar cooperação, consumo e cidadania, temas que estão próximos da escola, da vida cotidiana e das famílias e que, por meio da educação, são capazes de formar pessoas mais conscientes de seus direitos e deveres, bem como das consequências advindas de suas escolhas financeiras.

Esse percurso, por se apoiar no autoconhecimento, na sustentabilidade comunitária e na prática contextualizada de situações que envolvem finanças, investe na cidadania financeira por via da participação e do diálogo. Em consequência, almeja a construção continuada e crítica da cidadania, incentiva o pertencimento social e a criação de um lastro para a emancipação coletiva, capazes de assegurar cidadania financeira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília, MEC / SEF, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em Dez. 2020.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel.; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRUNNER, J. *Cultura da educação*. Lisboa: Edições 70, 2000.

COCHITO, Maria Isabel. *Cooperação e aprendizagem: educação intercultural*. Porto, ACIME / Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004.

DARLING-HAMMOND, Linda. (Org.). *Preparando professores para um mundo em transformação*. Porto Alegre: Penso, 2019.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). *Educação financeira nas escolas: ensino fundamental*. Livro do professor. Brasília: CONEF, 2014.

FERREYRA, Horacio; GALLO, Griselda; ZECCHINI, Ariel. (Orgs.) *Educar en la acción para aprender a emprender*. Buenos Aires: Noveduc, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO SICOOB. *Educação Financeira: coopere com o seu dinheiro* - Instituto Sicoob. Instituto Sicoob. pdf. 2018.

INSTITUTO SICOOB. *Guia Sicoob para a cidadania financeira*. PDF. (Não publicado)

LOPES, Julio Aurélio Viana. *Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade*. Brasília: Confabras, 2012.

Ministerio de Educación Nacional. *Mi plan, mi vida y mi futuro* - Orientaciones pedagógicas para la educación económica y financiera. Bogotá. D.C., 2014. Disponível em www.mineducacion.gov.co/1621/articles-340033_archivo_pdf_Orientaciones_Edu_economica_financiera.pdf Acesso Nov. 2020.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NUNES, Maria Denise Crespo; LUCIO, Kátia Chagas. *Iniciando a cooperação*. Brasília: SESCOOP Nacional, 2011.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Guia do professor orientador*. Maringá / PR: Instituto Sicoob, 2017.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Guia do associado mirim*. Maringá / PR: Instituto Sicoob, 2018.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Boas práticas de educação cooperativa*. Florianópolis: SESCOOP-SC, 2018.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Programa cooperativismo na escola: caderno do professor*. Goiânia: SESCOOP/GO, 2020.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Programa cooperativismo na escola: caderno do estudante*. Goiânia: SESCOOP/GO, 2020.

PEREIRA, Débora Hilário; [et al.]. *Educação Financeira infantil: seu impacto no consumo consciente*. São Paulo. 2009. Disponível em <http://www.educacao financeira.com.br /tcc/impactoconsumoconsciente.pdf> Acesso Nov. 2020.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VICENTE, Maria da Conceição e RIBEIRO, João Manuel Ribeiro. *Caderno de Educação Financeira 1*. Lisboa/Portugal: Editora Trinta Por Uma Linha, 2015. Disponível em <http://www.todoscontam.pt/sites/default/files/SiteCollectionDocuments/Caderno EducaoFinanceira1.pdf> Acesso Nov. 2020.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

<https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/95789/GUIASEF-6PRIMARIA.pdf> Acesso Dez.2020

https://www.researchgate.net/publication/339146551_Educacion_Financiera_Nivel_Primer_Grado_Guia_Profesorado Acesso Dez.2020

http://cse.go.cr/sites/default/files/documentos/vida_cotidiana_i_y_ii.pdf Acesso Dez. 2020

<https://es.slideshare.net/JoseLopez181/guia-familiar-de-finanzas> Acesso Dez. 2020

https://intranet.adicae.net/img-news/uploader1/Manual_Educaci%C3%B3n_Financiera_81.pdf Acesso Dez.2020

<http://www.coachfinanceiro.com/portal/educacao-financeira-familiar> Acesso Dez.2020

[https://www.oecd.org/daf/fin/financal-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financal-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf) Acesso Nov. 2020

<https://www.akatu.org.br/tag/educacao-financeira/> Acesso Dez.2020

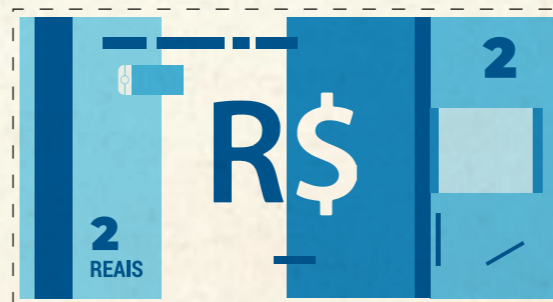
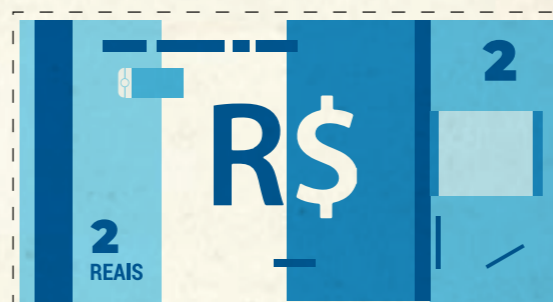
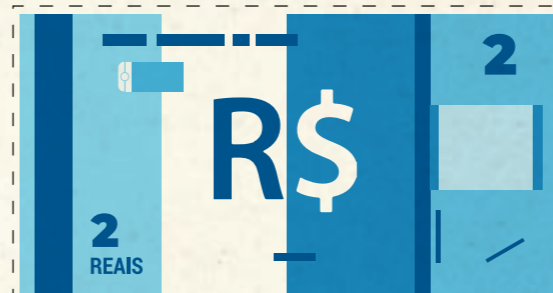
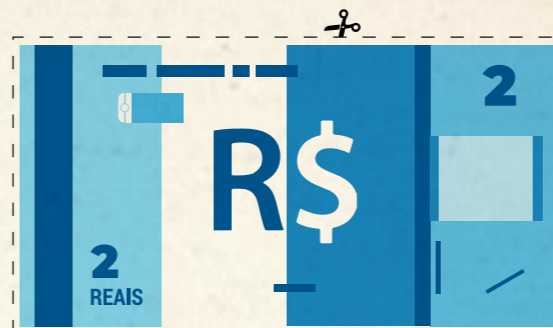
https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf Acesso Dez. 2020

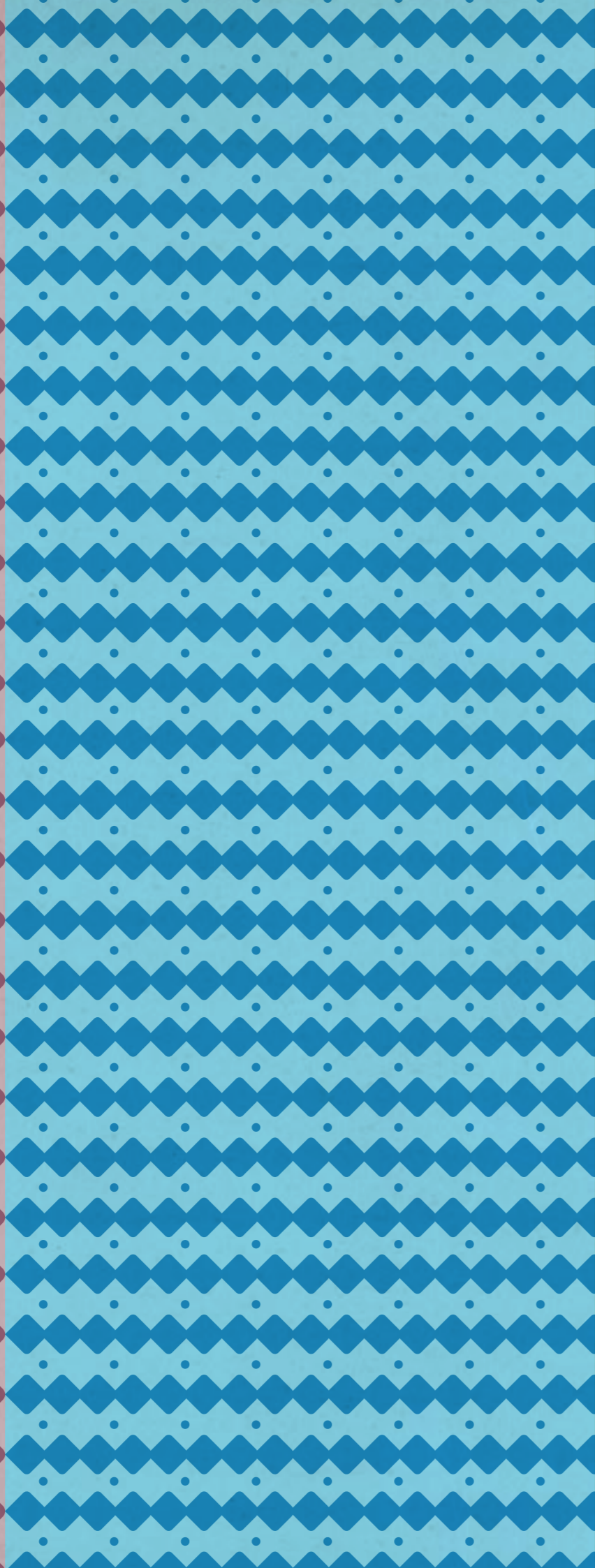
<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf> Acesso Dez.2020.

<https://novaescola.org.br/conteudo/7911/educacao-financeira-desde-cedo> Acesso Nov. 2020.

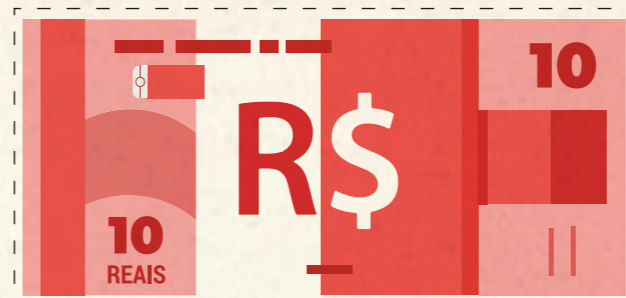
CÉDULAS E MOEDAS *para recortar*

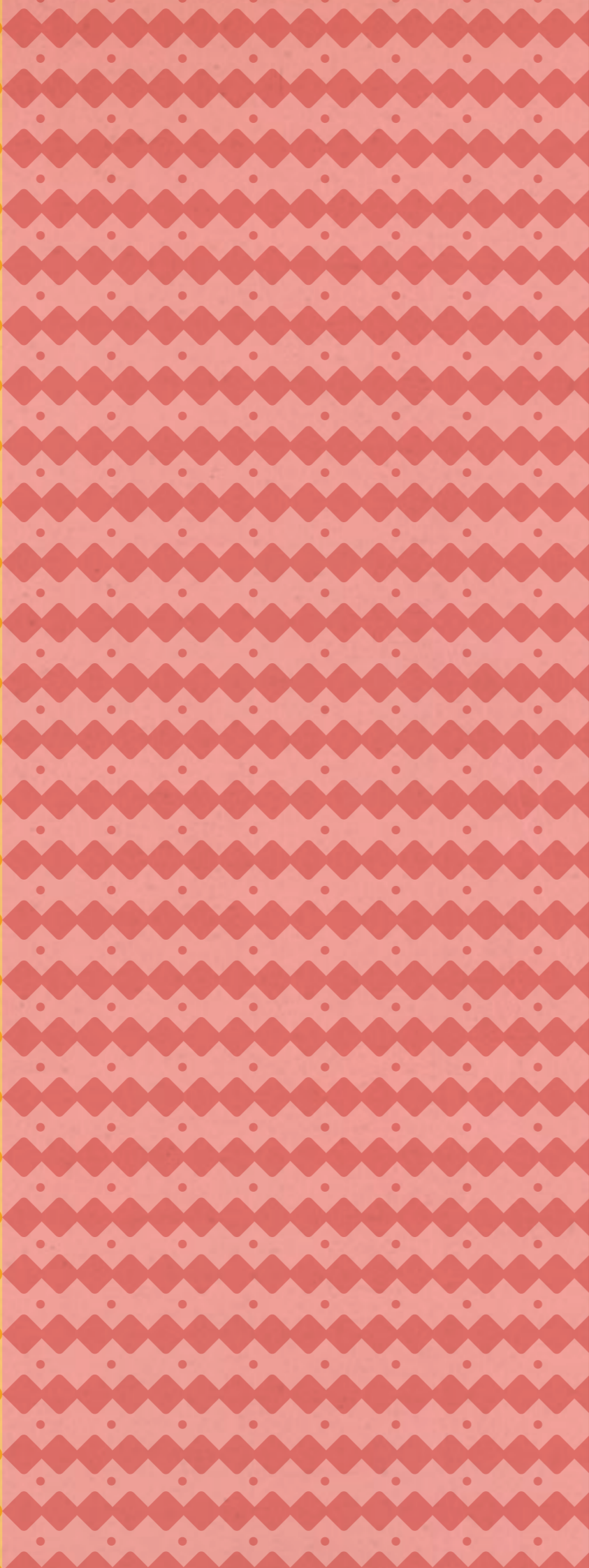
VISUALIZAÇÃO



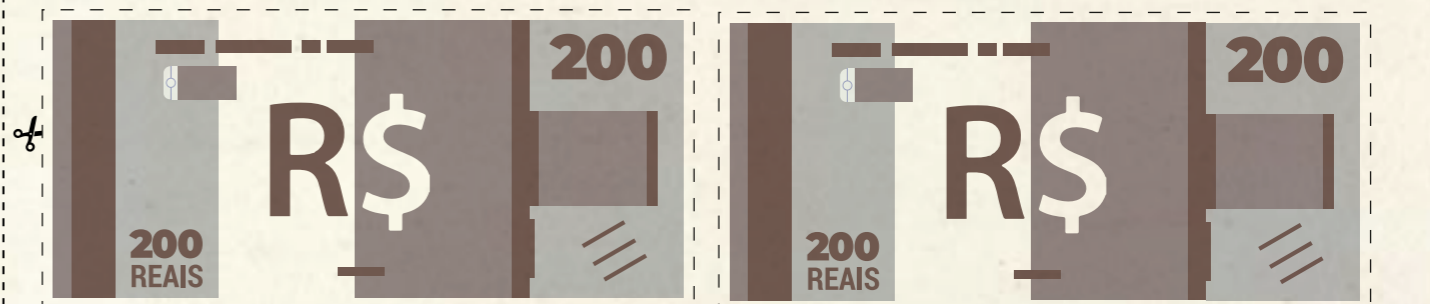
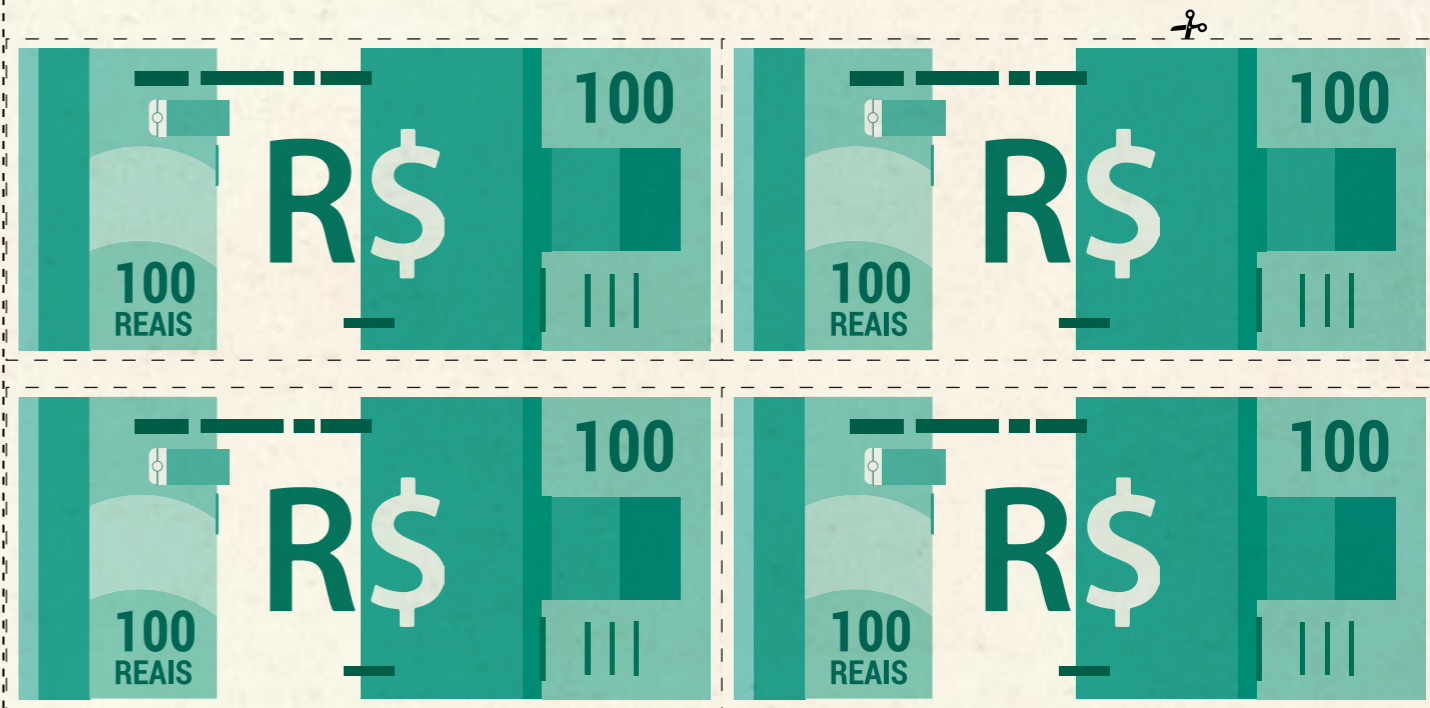


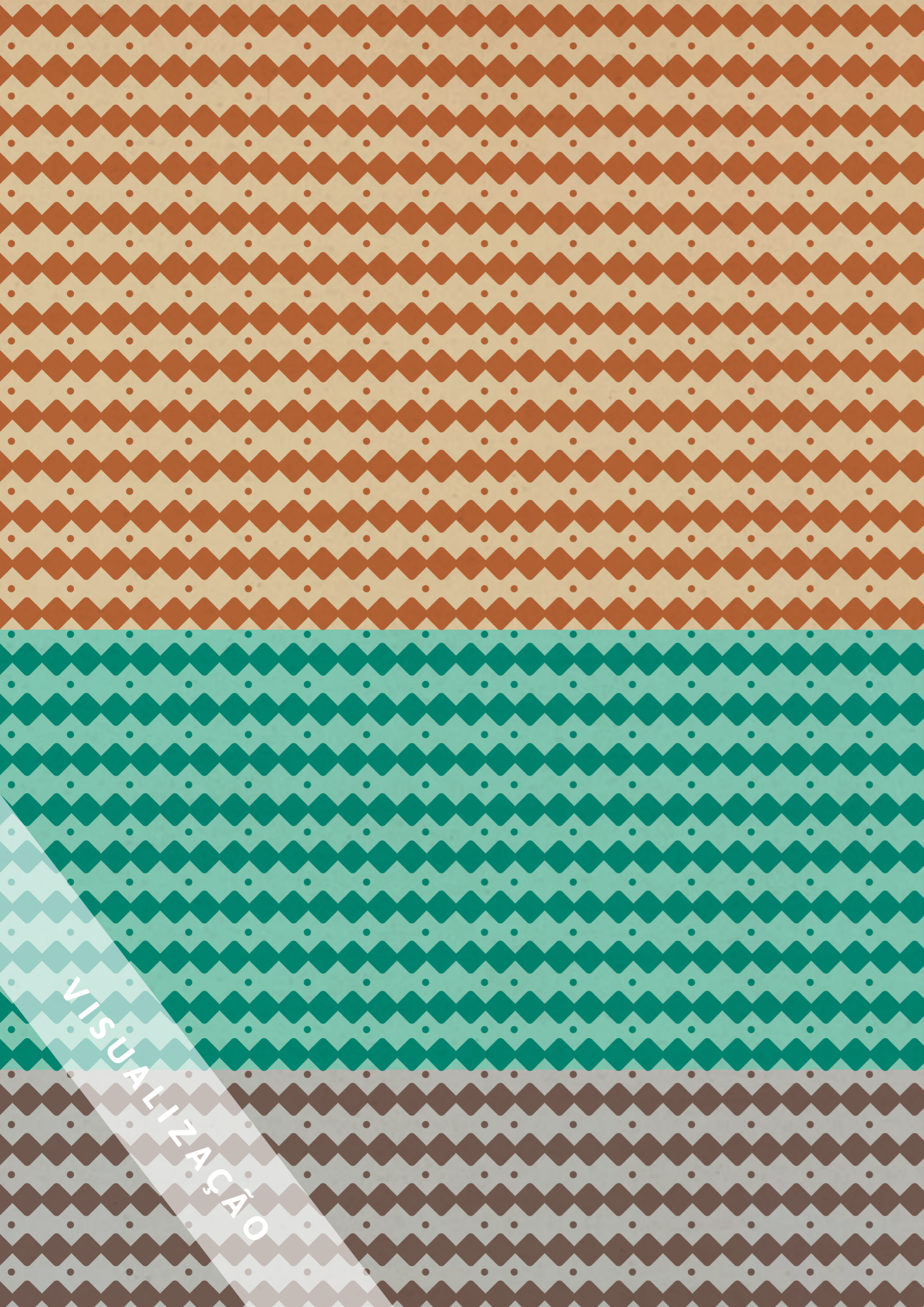
VISUALIZAÇÃO





VISUALIZAÇÃO





BRASIL
2014

VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

ISBN: 978-65-88056-06-6

CDL



9 786588 056066

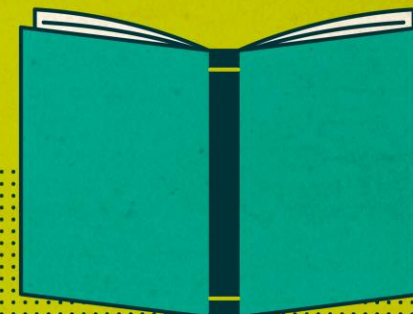
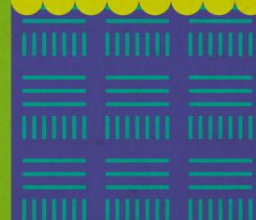
PROGRAMA

FINANCINHAS

 **SICOOB**
Instituto



FINANCINHAS NAS ESCOLAS



ABC





Oi! Eu sou o Caio,

Eu sou um dos personagens da [Coleção Financinhas](#) e hoje, quero te contar como tudo aconteceu.

A Coleção Financinhas foi desenvolvida em 2009 pelo Instituto Sicoob e, em 2021, percebemos que era possível levar a Coleção Financinhas para dentro de sala de aula.

Como? Através dos professores! Foi assim que surgiu o **Programa Financinhas nas Escolas**, um programa com metodologia e materiais paradidáticos exclusivos, desenvolvidos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.



NOSSO OBJETIVO

Disseminar a educação financeira nas escolas de educação básica, de forma gratuita, transversal e com metodologia exclusiva, através da formação e acompanhamento de professores dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental.

O programa foi desenvolvido em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, através da sua metodologia exclusiva, trabalha três temas transversais: cooperação, consumo e cidadania, a partir de três pilares pedagógicos, quais sejam:

- PRÁTICAS COOPERATIVAS
- FORMAÇÃO INTEGRAL
- DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA





QUEM PODE PARTICIPAR



178,3 mil

escolas de educação básica

- Em 2022, foram contabilizadas 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil. Quase a metade dos alunos matriculados são atendidos pelos municípios brasileiros (49%). Em 2022, a rede privada teve uma participação de 19% e a União de 0,8% na educação básica. Fonte: [Censo Escolar 2022 – Inep](#).
- O Programa Financinhas nas Escolas pode ser implementado em **escolas de educação básica, públicas ou privadas, através da formação e acompanhamento de professores dos anos iniciais (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental**, com apoio de uma cooperativa singular filiada ao Sicoob naquela região.

FASES DO PROGRAMA – CRONOGRAMA PREVISTO



CONTINUIDADE NO PRÓXIMO ANO LETIVO

Inscrições para a trilha on-line

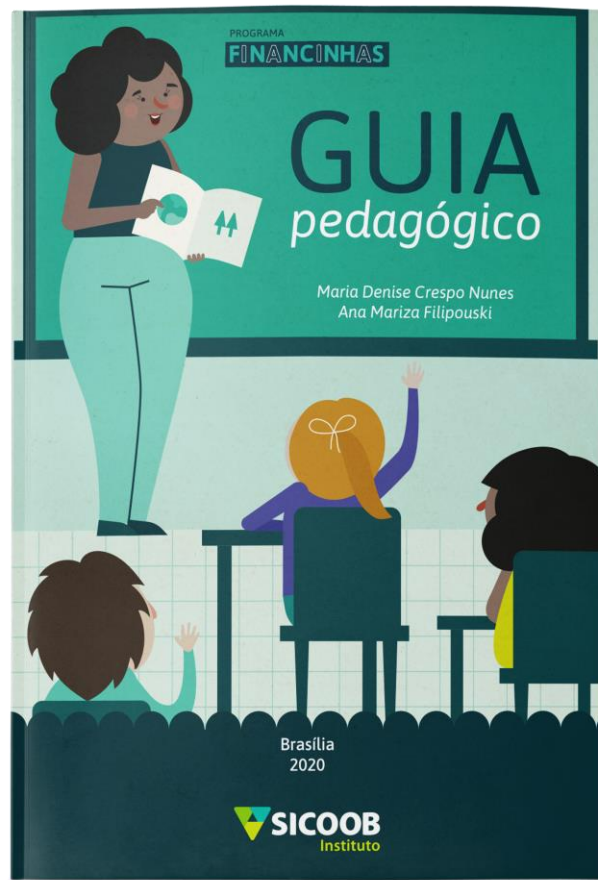
Após firmado o Termo de Cooperação com a Secretaria Municipal de Educação ou com a Escola, a Instituição de Ensino será habilitada em até 7 (sete) dias corridos na página de inscrição (financinhas.institutosicoob.org.br).

No ato de inscrição, o professor deverá indicar o nome da instituição parceira a qual está vinculado.

Profissionais do Sicoob deverão informar, no ato de inscrição, o e-mail corporativo e o nome da cooperativa a qual está vinculado.

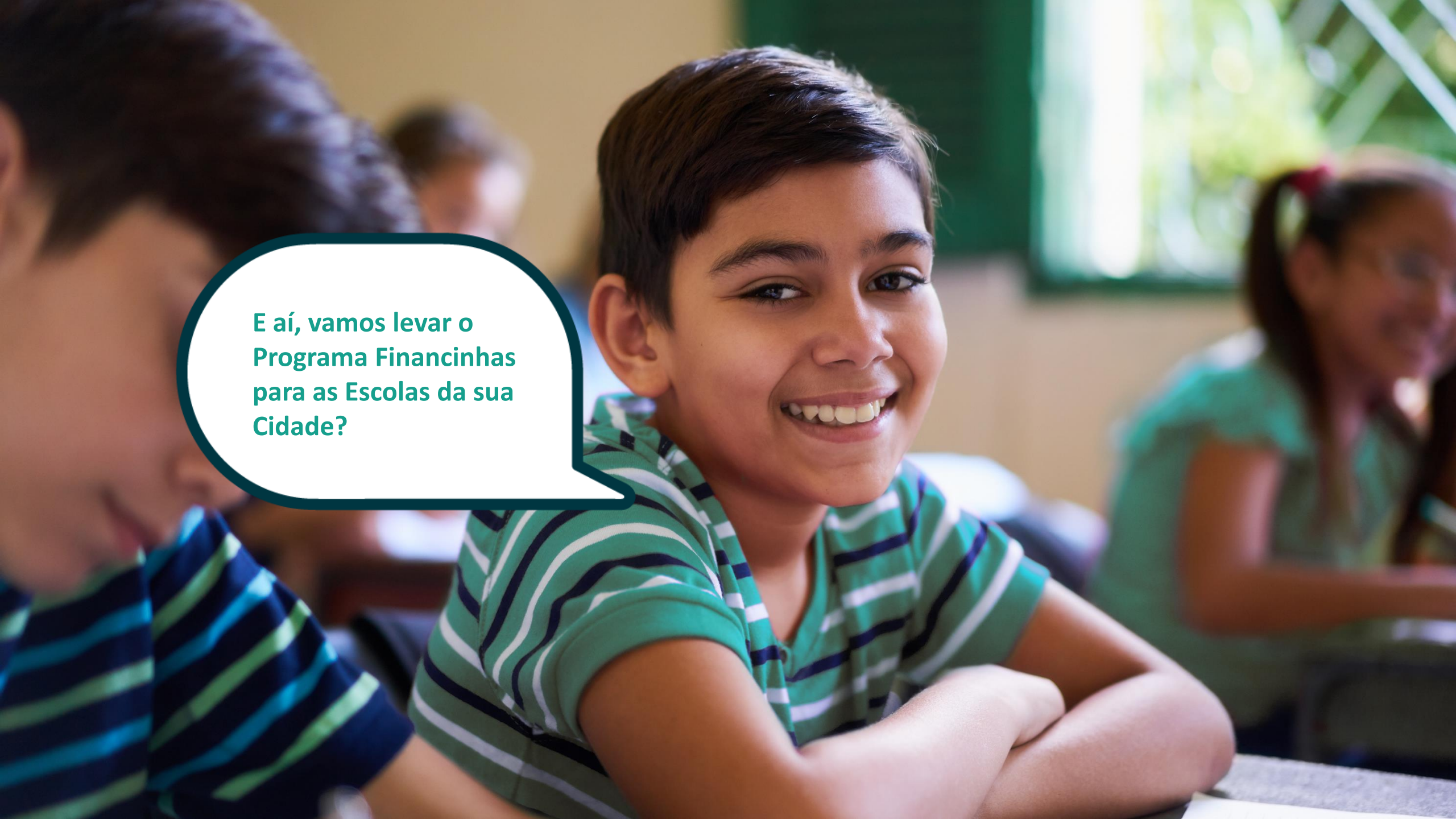


MATERIAIS DO PROGRAMA



MATERIAIS DO PROGRAMA



A young boy with short brown hair, wearing a green and white striped t-shirt, is smiling broadly and looking towards the right. He is sitting at a desk in a classroom. In the background, other students are visible, including a girl with a ponytail. A speech bubble is overlaid on the left side of the image.

**E aí, vamos levar o
Programa Financinhas
para as Escolas da sua
Cidade?**

FASES DO PROGRAMA – Calendário previsto



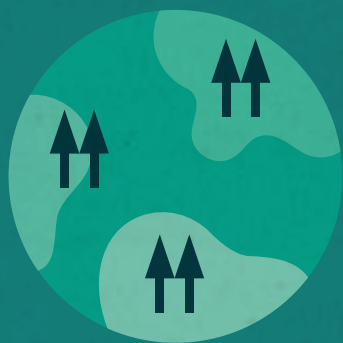
CONTINUIDADE NO PRÓXIMO ANO LETIVO

PROGRAMA

FINANÇINHAS



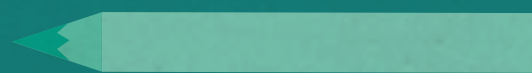
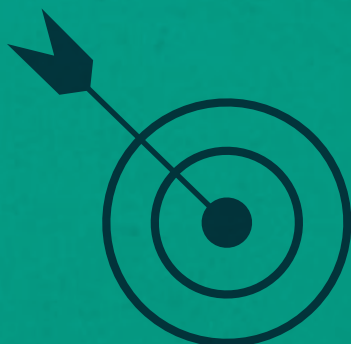
VISUALIZAÇÃO



GUIA

metodológico

Maria Denise Crespo Nunes
Ana Mariza Filipouski



Brasília
2020



GUIA

metodológico

SUPERINTENDÊNCIA

Luiz Edson Feltrim

GERÊNCIA

Emanuelle Marques de Moraes

CONSELHO FISCAL

Antonio Claudio Rodrigues

Carlos Augusto de Macedo Chiaraba (Secretário)

Jacson Guerra Araújo (Coordenador)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu

José Alves de Sena

Luiz Ajita (Conselheiro)

Nábia dos Santos Jorge

PARTICIPANTES

José Alves de Sena

Luiz Ajita

Marco Aurélio B. de Almada Abreu

Nábia dos Santos Jorge

Neilson Santos Oliveira

Sandra Helena Rosa Kwak

PRESIDENTE

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu

VICE PRESIDENTE

Nábia dos Santos Jorge

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nunes, Maria Denise Crespo

Guia metodológico [livro eletrônico] / Maria

Denise Crespo Nunes, Ana Mariza Filipouski ;

ilustração Natália Mastrela. -- 1. ed. -- Brasília,

DF : Instituto Sicoob Para o Desenvolvimento

Sustentável, 2021.

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia

ISBN 978-65-88056-07-3

1. Cooperativismo 2. Economia doméstica 3.

Educação financeira 4. Finanças pessoais 5.

Professores - Formação profissional I. Filipouski,

Ana Mariza. II. Mastrela, Natália. III. Título.

21-61595

CDD-332.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação financeira : Economia 332.6

Aline Graziete Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

Introdução	4
1. Por uma educação de qualidade: alguns fundamentos	6
2. Pilares pedagógicos de um programa de educação financeira	8
3. O Programa Financinhas na escola	18
4. Financinhas em ação: aspectos metodológicos	24
Referências	32

VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Instituto Sicoob incentiva a ação de agentes transformadores junto às comunidades, cultiva valores e princípios cooperativistas, promove o empreendedorismo, a cidadania financeira e o desenvolvimento sustentável de forma inovadora, humana e coletiva. Isso dá fundamento à proposição de um programa como o *Financinhas*, que oferece subsídios para tratar transversalmente da educação financeira nos anos iniciais da educação básica, sem abrir mão de pressupostos que alicerçam o pensamento crítico e criativo, indispensável para a construção de uma sociedade inclusiva e solidária.

O Programa, ao ser implementado nas escolas, cumpre o sétimo princípio do cooperativismo - o interesse pela comunidade - e fomenta o desenvolvimento de lideranças comunitárias afinadas com a cultura cooperativista. Contribui para educar cidadãos capazes de pensar coletivamente, tomar decisões financeiras autônomas adequadas ao bem-estar individual e coletivo e fazê-los conhecer os pressupostos da educação financeira.

A preocupação com o tema tem longa data no país. Iniciativas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2005, ampliaram o incentivo para que países membros e parceiros criassem estratégias nacionais de educação financeira (ENEF) a serem implementadas nas escolas. Por sua vez, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) acrescentou esses conhecimentos em suas avaliações, colaborando para que eles fossem incluídos nos currículos do ensino médio no Brasil.

Essas atitudes tornaram-se indicadoras de que a construção de conhecimentos de base monetária, econômica e financeira, seguida de orientações claras, possuem o potencial de desenvolver competências que favorecem a tomada de consciência das oportunidades e dos riscos de lidar com dinheiro, tendo em vista o bem-estar e a proteção pessoal e coletiva.

A educação financeira, implementada de modo piloto no Ensino Médio, estendeu-se ao ensino fundamental, com apoio do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), hoje substituído pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), promove a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), como uma política de Estado de caráter permanente, contando com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira.

Em 2010, recomendações do Conselho Nacional de Educação/Comitê de Educação Básica (Parecer nº 11/2010 e Resolução nº 7/2010) incorporaram aos currículos e às propostas pedagógicas nacionais a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana, apostando na capacidade de os alunos tornarem-se agentes da mudança de hábitos familiares. Mais tarde, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento oficial aprovado em 2018, passou a referir a Educação Financeira como tema transversal, estruturado desde os anos iniciais da educação básica. Trata-a também como tema interdisciplinar, ou seja, que pode ser realizado pela ação coordenada de várias disciplinas, sendo capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica frente ao consumo.

Ao abordar questões ligadas à vida real, ao querer e ao precisar à tomada de decisão, à sustentabilidade, ao papel da mídia no consumo, muitas das ações da escola estão ligadas a conhecimentos, comportamentos, atitudes e valores que possibilitam aos alunos fazer escolhas financeiras seguras e efetivas, no presente e quando se tornarem adultos. Isso os habilita a exercer um papel formador e influenciador junto às famílias.

O Banco Central do Brasil (BCB), desde os anos 2000, vem destacando a importância da educação financeira, da inclusão social e da proteção do consumidor de bens e serviços. Com base nisso - e a partir do debate sobre a necessária articulação entre educar, proteger e incluir -, propôs a sistematização do conceito de cidadania financeira, hoje presente na agenda de muitas instituições. Entretanto, ainda que seja considerada desejável, a inclusão financeira não é sinônimo de cidadania financeira, que é mais ampla e agrega, entre outros direitos, a oportunidade de participar e de influenciar em decisões em prol da sustentabilidade e da qualidade de vida.

Os valores e princípios que orientam o *Programa Financinhas* estão fundados no cooperativismo, tendo em vista o desenvolvimento de uma educação integral para a cidadania. Nesse sentido, a educação financeira trata de conhecimentos do campo das finanças - como consumo, poupança, planejamento, investimento - sem perder de vista a realidade e um modo ético, cooperativo e responsável de agir, capazes de favorecer atitudes pessoais e coletivas que projetem as bases para ações presentes e futuras bem informadas e refletidas.

A culminância desse processo poderá resultar em cidadania financeira “quando for trabalhada como uma construção contínua de reconhecimento do indivíduo como cidadão. E isso só poderá ser feito por meio de boas práticas de educação financeira reflexiva, que incentive o pertencimento social e a emancipação coletiva”.

Este é o contexto do *Programa*, cuja metodologia contempla *formação* de professores e profissionais do Sicoob, *educação* de estudantes para o desenvolvimento de competências e habilidades previstas para o conhecimento do tema, e *informação* às famílias, com vistas à mudança de hábitos, o que reforça sua natureza comunitária.

Essas iniciativas dão concretude ao quinto e ao sétimo princípios do cooperativismo, ou seja, valorizam os benefícios da cooperação para a sociedade em geral e incentivam a transparência e a responsabilidade, além de manifestarem interesse pela comunidade, o que requer responsabilidade socioambiental. Assim, caracterizam um diferencial entre as múltiplas práticas de educação financeira implementadas no país.

1

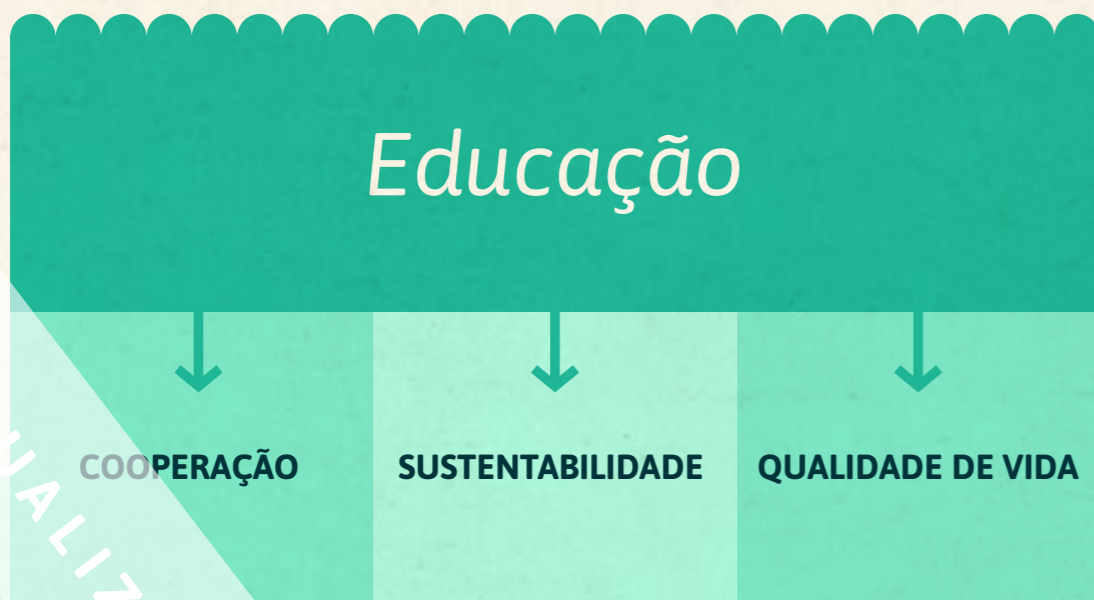
**POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE:
ALGUNS FUNDAMENTOS**

Uma educação de qualidade almeja formar pessoas cooperativas, que possuam valores éticos e convivam com os outros e com o ambiente de forma responsável e sustentável. Isso implica saber relacionar-se tanto com a natureza quanto com a cultura, entendidas aqui como alternativas decorrentes de relações sociais que constituem o cotidiano da vida humana.

É nesse contexto que interessa tratar da Educação Financeira na escola. O tema, então, é compreendido como parte de relações mais complexas - compostas por aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais - que envolvem direitos humanos e demandam uma vida digna para todos. Está fundamentado, entre outras coisas, em decisões de ordem financeira, capazes de contribuir para a independência individual, familiar e comunitária.

Isso significa que, a partir de aprendizagens individuais, torna-se possível desenhar projetos coletivos de futuro que incluam conhecimentos promotores de modos de viver de maneira saudável, onde conceitos relacionados à economia e às finanças são problematizados e aplicados à vida de cada um.

Na escola, uma abordagem dessa natureza favorece que os alunos, desde os anos iniciais, sejam capazes de identificar situações que envolvam relações econômicas, analisá-las e tomar decisões apoiadas em valores que privilegiem a cooperação, a sustentabilidade e a qualidade de vida.



Esses valores são aprendidos pelo exercício de práticas que não estão tradicionalmente relacionados à educação financeira, mas são alicerces para futuras escolhas econômicas. Assim, a *cooperação* pode valorizar o lanche coletivo, a *construção* de brinquedos de uso comum; a busca de *sustentabilidade* pode conduzir à redução do consumo, ao cuidado com os brinquedos, à destinação adequada dos resíduos, à reutilização de materiais descartados para criar brincadeiras, e a *qualidade de vida* dá acesso ao brincar, à fantasia, à contação de histórias e demais vivências coletivas. Desse modo, alteram práticas tradicionais, pautadas no individualismo e na competição, como é frequente observar no mundo contemporâneo.

A questão que se impõe é: como fazer? Em que bases desenvolver uma educação com tais características?

NOTAS

Inclusão financeira - O cidadão tem acesso a serviços financeiros que se adequam às suas necessidades.

Educação Financeira - O cidadão tem oportunidade de desenvolver capacidades e autoconfiança para gerenciar bem seus recursos financeiros.

<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>



Valores se manifestam ao sentir, escolher, decidir ou agir nesta ou naquela direção. Cada ação tem um valor que a precede e a explica.



2

PILARES PEDAGÓGICOS DE UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira, a ser desenvolvida na escola, se apoia em conceitos de raiz econômica e, do ponto de vista pedagógico, para se concretizar, depende da ação de três pilares interligados: práticas cooperativas, formação integral e desenvolvimento da cidadania.



PRÁTICAS COOPERATIVAS

Na escola, elas contribuem para o exercício de uma consciência cooperativa, pois conduzem a atitudes solidárias, à construção coletiva. Decorrem de ajuda mútua, igualdade, equidade e denotam o compromisso com os outros, com a cultura, com a natureza. Nesse contexto, a palavra de ordem é cooperação, os ganhos sociais que dela derivam beneficiam muita gente e são capazes de promover um desenvolvimento harmônico e autossustentável, sem sacrifício de pessoas ou da natureza.

Para viver em um ambiente saudável, por exemplo, do ponto de vista da cooperação, é preciso que a escola reconheça seu potencial para formar pessoas capazes de usar os recursos naturais com responsabilidade, protegendo-os e conservando sua sustentabilidade. Isso significa, na perspectiva de uma educação financeira, formar para a cidadania, valorizar a noção de preservação ambiental, mais do que os ganhos financeiros que sua exploração predatória poderá gerar. Logo, a responsabilidade socioambiental adquire prevalência sobre aspectos financeiros e investe no desenvolvimento das pessoas e do ambiente.

COOPERATIVISMO COMO PRÁTICA COOPERATIVA

O cooperativismo é um sistema diferenciado que se apresenta como a mais autêntica expressão socioeconômica de caráter comunitário. Participação democrática, independência, solidariedade e autonomia orientam as ações daqueles que se unem de forma voluntária para alcançar objetivos comuns. As decisões são coletivas e os resultados distribuídos com equidade, de acordo com a participação de cada indivíduo, tendo em vista que a meta é atender às necessidades do grupo e garantir o bem-estar de cada participante.



VISUALIZAÇÃO



Para alcançarem seus resultados, as cooperativas se orientam por valores cooperativos e princípios que viabilizam sua sustentabilidade:

- Ao praticarem a **adesão livre e voluntária, a autonomia e independência**, buscam ser *socialmente justas*.
- A adesão **sem discriminação** reforça que são *culturalmente diversas*.
- O **interesse pela comunidade** tem também viés ambiental e caracteriza uma postura *ecologicamente correta*.
- A **participação econômica** e a **gestão democrática** objetivam serem *economicamente viáveis*.

Organizado a partir de valores e princípios éticos, que influenciam a conduta pessoal e coletiva, o cooperativismo possui uma abrangência que extrapola o próprio movimento. Por isso, a cooperação desponta como forma de incentivar cada um e a coletividade a cooperar com os ecossistemas locais, por exemplo, indicando que o planeta depende mais da cooperação do que da competição e que esse é o único caminho seguro para a sustentabilidade ambiental.

Portanto, é legítimo que as questões relativas à responsabilidade socioambiental representem o compromisso das cooperativas com as comunidades do seu entorno, interaja com as escolas e colabore com a consolidação de valores que representem interesses comuns.

NOTAS

Buscar resultados economicamente viáveis, ecologicamente corretos, socialmente justos e culturalmente diversos são práticas cooperativistas que conduzem a ações sustentáveis.



Sustentabilidade: ver <https://www.oseudinheirovalem.com.br/o-que-o-cooperativismo-tem-ver-com-sustentabilidade/>



Especialmente em um mundo tão volátil, incerto, complexo e ambíguo como o atual, precisamos aprender mais sobre o cooperativismo como potência e força dentro desse modelo social de sucessivas mudanças. (...) Cooperar e se dispor a aprender nunca foram tão contemporâneos. Guia Sicoob para a cidadania financeira, p.66.

Logo, como prática cooperativa, o cooperativismo tem muito a contribuir com a educação, pois é capaz de promover a integração social e a participação ativa dos alunos, capacitando-os a agir criticamente frente a aspectos da educação financeira.

A forma particular como encaminha a gestão e o usufruto dos produtos e serviços econômicos e sociais oferecidos pelas cooperativas torna-se exemplo de convivência social e de democratização de oportunidades, estendendo seus resultados à sociedade em geral.

Nesse sentido, a cooperação se fortalece como possibilidade de reconhecimento e enriquecimento mútuo das pessoas, fundada em saberes compartilhados e na participação coletiva.

FORMAÇÃO INTEGRAL

No recente cenário mundial, favorecer que os alunos se reconhecem em seu contexto histórico e cultural, se comuniquem, sejam criativos, críticos, participativos, colaborativos, produtivos e responsáveis exige, mais do que o acúmulo de informações, o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com responsabilidade frente às informações, recorrer a conhecimentos para resolver problemas, tomar decisões com autonomia, conviver e aprender com as diferenças e a diversidade.

Tudo isso corresponde à formação integral, que compreende a complexidade do desenvolvimento humano, rompe com a redução a aspectos cognitivos ou afetivos e considera quem aprende de forma plural.

A escola, como espaço de aprendizagem e de inclusão, é responsável por promover aprendizagens sintonizadas com essas necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes, instrumentalizando-os para lidar com os desafios da sociedade contemporânea.

Uma formação dessa natureza investe no desenvolvimento das dimensões física, intelectual, emocional, social e cultural de cada um. Os alunos são vistos como sujeitos de direito que vivem em sociedade, interagem com os outros, produzem e consomem cultura. Por isso a educação é chamada de integral, sua ação formativa extrapola o sentido escolar, estende-se para a comunidade e vai além dela.

Em consequência, lugares, pessoas, situações e objetos são valorizados em seu potencial educativo, daí a necessidade de pensar a respeito das experiências de convívio e das relações nos espaços de vivência. Por exemplo, como as crianças são consideradas em relação ao consumo, tema que tem forte viés econômico e financeiro? Como as propagandas da tv se reportam à infância?

Formar para agir com crítica e responsabilidade, frente a qualquer ação que coloque a criança e o adolescente sem discernimento frente ao consumo, é investir na centralidade desses sujeitos, incluindo-os como quem precisa ser visto em sua condição e não como seres moldáveis aos desejos e necessidades impostos pelo mercado.

CONCEITOS ESTRUTURANTES DO PROGRAMA PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL

Interdisciplinaridade - Decorre de um modo de pensar, da necessidade de interligar diferentes áreas do conhecimento, ou componentes curriculares, já que a realidade não é disciplinar. Há interdisciplinaridade quando um assunto é abordado sob múltiplas perspectivas, as fronteiras disciplinares são rompidas e criam-se elos entre diferentes áreas do conhecimento para estudar um fato ou fenômeno. Para realizar a educação financeira, na perspectiva da formação integral de crianças entre 6 e 10 anos de idade, por exemplo, é preciso recorrer a diferentes saberes para compreender aspectos sociais, emocionais, culturais, éticos, políticos, ambientais que incidem na relação e uso do dinheiro, cada um pertencente a uma área do conhecimento.

Transversalidade - Institui, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade). A transversalidade favorece relações entre campos de conhecimento, propõe práticas educativas que consideram, na educação financeira, sua relação com o contexto histórico, cultural e geográfico, bem como com as consequências socioeconômicas e ambientais. Nesse sentido, dialoga com diversos componentes curriculares e com outros temas transversais, como consumo, influência da mídia e meio ambiente e tem potencial para transformar o modo de ser dos estudantes, produzindo mudança de valores e padrões de conduta.

Contextualização - Insere uma dimensão histórica ao objeto de investigação e aproxima-o da realidade, abre espaço para relações que favorecem a compreensão do que acontece em determinado tempo e espaço. Para contextualizar, é possível problematizar o cotidiano, oferecer informações claras para a compreensão do dia a dia, situar quanto a valores e regras, o que proporciona um ambiente favorável à aprendizagem, amplia o repertório de significados e promove novas experiências.

Contextos que simulem transações comerciais como brincar de loja, de banco, feiras de troca-troca, cujas regras reproduzem experiências econômicas e financeiras e os problemas são resolvidos com base em conhecimentos escolares, dão sentido às aprendizagens. As saídas a campo, como pesquisas em mercados, contribuem para a apropriação de conhecimentos de base financeira e a reflexão sobre o impacto de escolhas econômicas ou ambientais.

Problematização - É um estágio da construção do conhecimento elaborado que possibilita o questionamento da realidade, a busca de explicações e a interpretação de conflitos, contradições e diversidades, contribuindo para a compreensão do contexto. Para problematizar, é importante questionar a realidade vivida; formular problemas que exigem reflexão e posicionamento; ampliar a compreensão da realidade local e inserir a perspectiva global. No caso da educação financeira, é possível investigar a forma como cada um percebe a função do dinheiro na realização de sonhos e na qualidade de vida, estabelece prioridades e faz planos.

Competências - Referem-se à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores frente a problemas da vida diária. Elas são necessárias para enfrentar desafios, expor opiniões e tomar decisões com autonomia promovendo avanços na vida pessoal e coletiva. As competências socioemocionais habilitam a fazer escolhas, enfrentar incertezas, agir cooperativamente, compreender e conviver com diferenças, colocando em prática melhores atitudes e relações sociais mais positivas. Ninguém nasce sabendo como ser cidadão, influenciar mudanças na sociedade, mas a escola tem um papel essencial para favorecer essa construção. O desenvolvimento de competências em educação financeira pode indicar melhores condições de decidir a respeito do uso do dinheiro e de consumir de forma consciente.

Habilidades - Indicam o processo cognitivo envolvido e estão associadas ao “saber fazer”. Referem-se à capacidade de aplicar o conhecimento financeiro na vida diária, por exemplo, reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano, priorizar demandas, planejar e elaborar um orçamento pessoal.



VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

A cidadania está vinculada ao surgimento da vida na cidade e à habilidade das pessoas em exercerem direitos e deveres. Sua força está na coletividade, mas cada um, individualmente, pode colaborar para a construção da cidadania de todos.

Exercer cidadania significa ter acesso à educação de qualidade, saúde, trabalho, moradia, segurança, alimentação saudável, água potável, saneamento; informação, participação, igualdade de oportunidades, inclusão financeira etc. Essas condições expressam um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida pública e do governo do seu povo. Quem não tem esse direito está à margem ou excluído da vida social e da tomada de decisões.

NOTA

A aproximação entre inclusão financeira e exercício pleno da cidadania colabora para o alcance de, pelo menos, quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de qualidade (ODS 4); Água potável e saneamento (ODS 6); Consumo e produção responsáveis (ODS 12) e Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

A cidadania se desenvolve a partir de um conjunto de práticas capazes de caracterizar um indivíduo que se reconhece como parte do coletivo, sabe viver em sociedade, convive com diferenças, interage com os outros, realiza projetos comuns. É um conceito que está em constante movimento, requer vigilância e reflexão permanentes.

Na escola, aprender a sentar em roda, respeitar o turno da palavra, compartilhar materiais, respeitar as regras de convivência, participar de atividades cooperativas e propor sugestões para melhorar a comunidade escolar são práticas que contribuem para a construção da cidadania. Entender como se organiza a família, a escola, o lugar de moradia, como são administrados, quem lidera, que problemas possuem, que relação existe com questões de ordem política, econômica, cultural etc. contribui para que a cidadania se consolide.

Ela é adquirida mediante a interação social, que habilita cada um a ter atuações éticas, respeitadas e autônomas. Na perspectiva da educação financeira, ser cidadão implica adotar atitudes responsáveis frente ao consumo, por exemplo, ou à distinção entre necessidade e desejo, à poupança e ao planejamento, aspectos que também revelam compromisso ético com a vida em cooperação.

DICA

É o cidadão educado financeiramente que acessa a cidadania financeira. É na escola, no caso do Financinhas, que as crianças poderão iniciar o processo de construção dessa cidadania.



DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA FINANCEIRA

A cidadania financeira é capaz de construir uma sociedade com cidadãos mais bem informados, cientes de seus direitos e responsabilidades em relação à vida financeira, em que o hábito de poupar, o uso do crédito, a gestão dos recursos pessoais e coletivos são embasados e conscientes. Nesse sentido, ao dispor de cidadania financeira, um cidadão poderá se relacionar de forma saudável com o Sistema Financeiro Nacional, além de ter mais clareza de sua condição e estar mais preparado para agir colaborativamente, percebendo que suas escolhas afetam a comunidade.

Para o Instituto Sicoob, a cidadania financeira será possível “a partir de três pilares: a devida educação financeira; um maior autoconhecimento, que leve à reflexão sobre os próprios anseios e possibilidades; e com a compreensão de que o ecossistema financeiro é, sobretudo, feito por uma comunidade”.

O desenvolvimento da cidadania financeira, segundo o Banco Central do Brasil, ocorre em contextos que articulam quatro elementos complementares: inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor de serviços financeiros e participação no diálogo sobre o sistema financeiro.

- **Inclusão financeira:** consiste no acesso efetivo a serviços financeiros (depósito, pagamentos, transferências, poupança, crédito, seguro, previdência, investimento) que atendam necessidades de consumidores financeiramente excluídos a um custo acessível (ao cliente) e sustentável (à instituição). A inclusão financeira se concretiza pelo uso dos serviços e não apenas pelo acesso.

NOTA

Inclusão financeira: condição para o exercício da cidadania financeira, que engloba direitos, responsabilidades, transparência, participação e protagonismo.

- **Educação financeira:** inclui conhecimentos relativos ao valor do dinheiro, a saber manter uma relação saudável com ele. Com educação financeira, aprende-se a controlar o orçamento pessoal, a planejar financeiramente, a poupar, a fazer bom uso do crédito, a evitar endividamento e a comparar as diversas opções de serviços financeiros disponíveis.
- **Proteção do consumidor de serviços financeiros:** dá acesso a uma boa proteção, proporciona que o uso crescente de serviços financeiros traga benefícios, assegure a geração de confiança, contribua para a estabilidade financeira e forneça informações claras e simples para a tomada de decisões com minimização de riscos. Isso se torna possível com a criação de normas mais transparentes e soluções adequadas a eventuais conflitos.

■ **Participação no diálogo sobre o sistema financeiro:** consiste na compreensão e possibilidade de posicionamento sobre o serviço financeiro ofertado. Isso depende de canais que objetivem a participação (ouvidoria ou outros canais específicos de atendimento ao cliente para manifestar dúvidas, sugestões, elogios e reclamações), que estejam disponíveis para todos, sejam eficientes e conhecidos pela população.

Segundo o Instituto Sicoob, a cidadania financeira almejada pelo Banco Central do Brasil poderá ser alcançada se os cidadãos forem educados financeiramente conforme sua realidade, classe social e objetivos; quando se conhecerem bem, e se reconhecerem como parte de uma comunidade econômica cujas atitudes de consumo e decisões individuais impactam a coletividade e o planeta.



VISUALIZAÇÃO

NOTA

“Os pilares propostos pelo Instituto Sicoob para o desenvolvimento da cidadania financeira funcionam de maneira interconectada: a educação financeira só é plena quando o aprendiz consegue ter clareza da sua própria situação (autoconhecimento) e quando está preparado para agir de forma colaborativa (a partir do senso de comunidade). (...) Ao atuarem de forma complementar, podem ajudar a aprofundar a capacidade de transformação social que é possível por meio da promoção da Cidadania Financeira”.
Guia Sicoob para a Cidadania Financeira, p.64-65.

3

O PROGRAMA FINANÇINHAS NA ESCOLA

A educação é uma importante ferramenta social, capaz de promover mobilidade, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Por isso, a escola é um espaço de socialização por excelência, responsável por propor e disseminar a reflexão a respeito de formas de ser e agir no ambiente e na vida social.

Cabe à escola capacitar para pensar a respeito do cuidado e sustentabilidade ambiental e cultural, orientando a partir de pressupostos que valorizem mais a cooperação do que a competição, paradigmas que envolvem diferentes pressupostos de educação financeira e podem sinalizar variadas perspectivas de futuro.

O Programa objetiva instrumentalizar os professores para adotarem a cooperação como base do trabalho em sala de aula, oportunizando a construção de valores coletivos para produzir comportamentos que conectem os saberes escolares com a vida, incentivem o compartilhamento de informações e a tomada de decisões que resultem em condutas esperadas pela educação financeira.

OBJETIVOS

GERAL

Desenvolver competências e habilidades para agir de forma crítica a respeito de temas relacionados à educação financeira, enfatizando o consumo, o uso responsável de recursos, o impacto de ações financeiras familiares sobre a comunidade, o meio ambiente e a cidadania, tendo em vista o bem-estar social e individual.

ESPECÍFICOS

- Oportunizar conhecimentos que possibilitem entender, analisar e propor alternativas relacionadas à compreensão de conceitos e valores financeiros presentes na vida pessoal e familiar.

NOTA

Conceitos: do ponto de vista da aprendizagem, conceitos são generalizações que evoluem e são representados através do significado das palavras, que uma vez aprendidos são aplicados na compreensão da realidade e na trajetória de vida. Cada novo conceito conduz a novas relações.

- Incentivar o consumo refletido e consciente dos recursos naturais, recorrendo a outros conhecimentos de ordem financeira, que possibilite a tomada de decisão para a sustentabilidade da vida cotidiana responsável.
- Favorecer o uso de recursos individuais, coletivos e ambientais de forma ética, mantê-los e melhorá-los, promovendo o desenvolvimento pessoal e manifestando competências relacionadas ao “saber ter”.

O QUE É?

Promoção de conhecimentos e orientações capazes de tratar, na escola, das bases conceituais que subsidiam relações, produtos e práticas financeiras. Propõe o desenvolvimento de valores – cooperação, responsabilidade, respeito, entre outros – e de competências que envolvam conceitos financeiros e coloquem os estudantes como sujeitos diante da vida prática, pautados em alternativas éticas, informadas e situadas diante do ambiente e da cultura.

PARA QUÊ?

Habilitar, desde a infância, para o discernimento entre ações individuais, em prol da cooperação e da preservação do ambiente e da comunidade próxima, por exemplo, e ações predatórias, que colocam em risco até mesmo a vida humana. A abordagem da educação financeira na perspectiva da cidadania e da responsabilidade socioambiental acentua o valor do coletivo e orienta para “aprender a escolher” situações que possam fazer o bem para muita gente.



A QUEM SE DESTINA?

Alunos do 1º ao 5º anos, professores de escolas que aderirem ao Programa, famílias das respectivas comunidades escolares.

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS?

A implementação do Programa nas escolas tem como principais responsáveis os profissionais das Cooperativas e os professores das escolas que aderirem ao Programa.

ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA COOPERATIVA:

- ◆ Formalizar parceria entre escola e cooperativa, através do termo de cooperação;
- ◆ Acompanhar o desenvolvimento das etapas que compõem o programa;
- ◆ Planejar e realizar o encontro de integração entre escola e cooperativa;
- ◆ Auxiliar no desenvolvimento do plano de ação e acompanhar a realização das atividades propostas;
- ◆ Orientar, quando necessário, os professores e demais envolvidos, com base nos materiais do programa.

ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES:

- ◆ Realizar Trilha de Formação On-line do programa;
- ◆ Participar do encontro de integração entre escola e cooperativa;
- ◆ Desenvolver, com apoio do profissional da cooperativa, o plano de ação;
- ◆ Executar as atividades previstas no plano;
- ◆ Realizar os registros pertinentes, após execução de cada atividade.

VISUALIZAÇÃO



VISUALIZAÇÃO

MATERIAIS

a) Guia Metodológico - Destaca a cooperação, a sustentabilidade e a qualidade de vida como lastros para a reflexão acerca de práticas cooperativas capazes de valorizar uma educação integral e para o desenvolvimento de competências voltadas ao exercício pleno da cidadania. Privilegia valores e princípios do cooperativismo ao tratar de conceitos que fundamentam uma educação financeira na escola. Apresenta a sequência de etapas e ações pedagógicas decorrentes de cada uma. Caracteriza o potencial de cada livro da Coleção Financinhas para desenvolver conhecimentos relacionados à educação financeira.

b) Guia Pedagógico - Oferece subsídios para a promoção da educação financeira, tema transversal que compõe as recomendações da Base Nacional Comum Curricular (2018). Apresenta competências e habilidades, a serem desenvolvidas a partir da Coleção Financinhas em diferentes componentes curriculares, e outros conhecimentos que incentivem o uso consciente de recursos financeiros. Sugere atividades adequadas aos alunos do 1º ao 5º anos do ensino fundamental. Orienta pedagogicamente o trabalho de profissionais do Sicoob e de professores a respeito do tratamento dos conceitos básicos da educação financeira em diferentes faixas etárias e propõe formas cooperativas de aprendizagem. Apresenta ainda um encarte, com ações que valorizam o trabalho conjunto e podem ser estendidas à comunidade escolar.

c) Coleção Financinhas - Aborda, em livros paradidáticos infantis, questões relacionadas à educação financeira que servem como disparadores ficcionais para o tratamento de conceitos que favorecem a construção de uma cidadania financeira desde a infância:

- Livro 1- *Caio achou uma moedinha* – valor das coisas e necessidade de ter coisas; ter dinheiro/guardar dinheiro; poupar/economizar; desejo, sonho/tempo de poupança para realizar; desejo de curto, médio e longo prazos; desejo individual/coletivo x investimento individual/coletivo; consumo sustentável; notas e moedas do sistema monetário brasileiro.



- Livro 2 – *Miguel, Aninha e Dedé ganharam um dinheirinho* – desejo x necessidade (querer e precisar); empreender para gerar recursos; aplicar criativamente as sobras; vender, trocar, doar, conservar; propagar do e estímulo ao consumo; reduzir, reutilizar, reciclar; resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra (caro/barato).



- Livro 3 – *Margô e Davi foram ao mercadinho* – desejo x necessidade; a gestão do dinheiro no mercadinho (lista de compras); preço x quantidade x qualidade; orçamento (planejamento para controle de gastos); relação custo/benefício; produto/marca/preço; dinheiro, organização e prioridades; moeda brasileira/Real, cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro e o que simbolizam (frente e verso); troco; economia.



4

**FINANCIHAS EM AÇÃO:
ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A presente metodologia caracteriza uma proposta de trabalho a ser desenvolvida por profissionais do Sicoob e por professores de escolas que aderirem ao Programa Financinhas. Adota os princípios da interdisciplinaridade e transversalidade, segue as orientações contidas na BNCC, na perspectiva da cidadania financeira, e apresenta um viés comunitário que concretiza ideais cooperativistas ao incluir as famílias da comunidade escolar em atividades complementares sobre educação financeira.

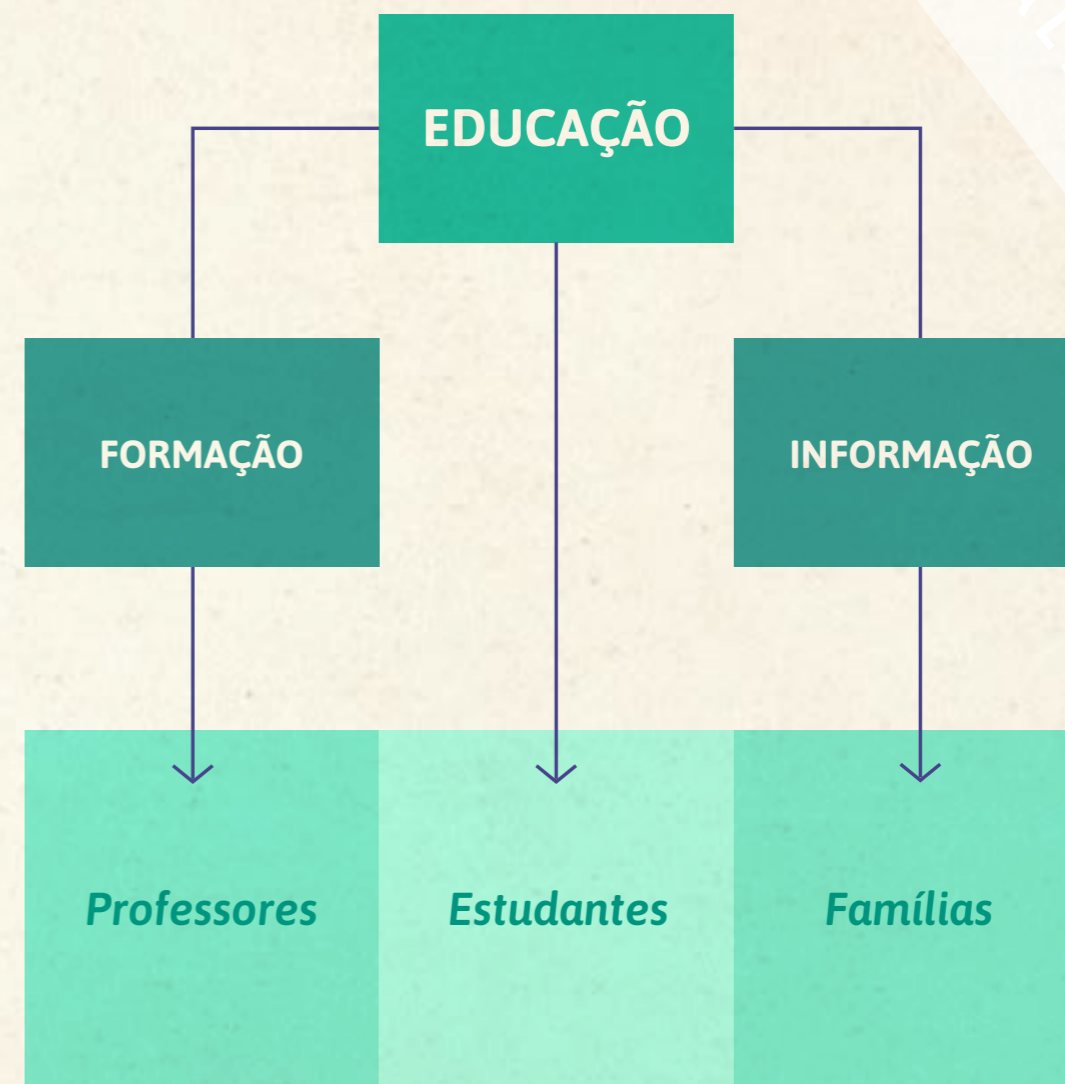
O programa é desenvolvido conforme as etapas que seguem:

- ▲ Assinatura do termo de cooperação entre escola e cooperativa;
- ▲ Acesso dos professores à trilha de formação on-line do programa;
- ▲ Integração entre professores e cooperativa;
- ▲ Construção do Plano de Ação;
- ▲ Execução das atividades previstas no Plano de Ação;
- ▲ Realização de registros, após execução de cada atividade.

Na sequência, acontece o desenvolvimento das etapas, conforme representação e detalhamento seguintes, tendo como beneficiários professores, alunos e a comunidade escolar, especialmente representada pelas famílias.

DICAS

Recebimento do Guia Metodológico: esta ação habilita a escola a conhecer melhor o Programa, a se organizar para decidir coletivamente sobre a adesão à educação financeira na perspectiva do cooperativismo e instalar a comissão gestora de acordo com o seu contexto.



VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

DETALHAMENTO DAS ETAPAS

FORMAÇÃO

Objetivo: Sensibilizar e instrumentalizar professores para a promoção de aprendizagens relacionadas à educação financeira como conhecimento transversal, com o intuito de desenvolver a capacidade de ler, analisar, gerir e comunicar aspectos relativos à condição financeira pessoal e coletiva, além de ensinar as bases de uma vida financeira sustentável, capaz de afetar o bem-estar material e a qualidade de vida.

Ponto de partida: Através da Trilha de Formação On-line, onde serão apresentados os seus objetivos e pilares de sustentação, com vistas a introduzir aspectos da educação financeira na vida diária e relacioná-la com a ética cooperativista.

Público: professores do 1º ao 5º anos do ensino fundamental

Formato

ETAPA	RESPONSÁVEIS	FORMATO
<ul style="list-style-type: none"> Trilha de Formação 	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Sicoob 	<ul style="list-style-type: none"> On-line
<ul style="list-style-type: none"> Integração entre cooperativa e escola 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativa e professores 	<ul style="list-style-type: none"> Presencial
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do Plano de Ação 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativa e professores 	<ul style="list-style-type: none"> Presencial

NOTA

Caso necessário, as etapas apresentadas em formato presencial poderão ser realizadas através de ferramentas digitais, de forma síncrona.



VISUALIZAÇÃO



VISUALIZAÇÃO

EDUCAÇÃO

Objetivo: Os professores realizarão as atividades previstas no Plano de Ação desenvolvido juntamente com a Cooperativa.

Ponto de partida: Apresentação, contação/leitura e exploração dos livros da Coleção Financinhas, possibilitando que as crianças entrem em contato com a educação financeira. Os três títulos recorrem à ficção para apresentar conhecimentos que possibilitam ao leitor: aprender conceitos básicos da educação financeira; desenvolver o espírito crítico sobre práticas de vida; identificar atitudes comprometidas e informadas frente ao consumo; fazer escolhas, cooperar e planejar a vida pessoal e familiar a partir de pressupostos característicos desse tema transversal.

Público: estudantes do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental

Formato: “presencial ou on-line, durante as aulas

PRESENCIAL	RESPONSÁVEIS	CONTEÚDOS	MATERIAIS
<ul style="list-style-type: none"> ■ Apresentação da Coleção Financinhas ■ Contação, leitura e exploração das histórias 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Cooperativa e professores 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Conceitos básicos econômicos e de educação financeira presentes nos três livros paradidáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Livros e atividades da Coleção Financinhas
<ul style="list-style-type: none"> ● Rodas de conversa ● Realização de atividades coletivas ● Saídas de campo 	<ul style="list-style-type: none"> ● Professores 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sistema monetário brasileiro: cédulas e moedas. ● Conceitos básicos : econômicos e financeiros, aplicados a diferentes componentes curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Atividades do Guia Pedagógico e Cidadania Financeira em Família

DICA

Você encontrará um modelo de Plano de Ação na Trilha de Formação On-line, mas não se preocupe, pois para o desenvolvimento do Plano você receberá apoio da Cooperativa.

INFORMAÇÃO

Objetivo: Promover o acesso a conhecimentos básicos de educação financeira para organizar as finanças familiares, modificar atitudes e procedimentos do dia a dia, favorecer o reconhecimento de direitos e a tomada consciente de decisões, com a participação de toda a família.

Ponto de partida: Apresentação do Programa, seus objetivos, benefícios da organização e planejamento financeiros, importância da participação das crianças na identificação de necessidades familiares. Recurso aos livros da Coleção Financinhas e ao Encarte Cidadania Financeira em Família para ilustrar formas de inserção da criança num contexto colaborativo de educação financeira.

Público: famílias da comunidade escolar

Formato

ETAPA	RESPONSÁVEIS	FORMATO
■ Apresentação do Programa, da Coleção Financinhas e da Cartilha Cidadania Financeira em Família	■ Professores e Cooperativa	■ Presencial

DICA

"Caso necessário, a etapa apresentada em formato presencial poderá ser realizada através de ferramentas digitais, de forma síncrona."

A metodologia proposta investe na mudança de comportamentos a partir da escola, valoriza o contexto próximo e propicia que professores, alunos e demais membros da comunidade escolar problematizem a realidade pessoal e coletiva, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades que se relacionem ao uso ético, responsável e sustentável dos recursos econômicos e financeiros.

Assim, colocam em questão diferentes cenários que tratam de consumo ou dos diferentes produtos financeiros colocados à disposição da população desde a infância, seja como quem guarda, gasta, ganha ou gera recursos.

Os valores cooperação, participação, responsabilidade e respeito, denotam o compromisso com os outros, com a cultura, com a natureza. Nesse contexto, importa a participação individual na vida da coletividade, o que favorece aprendizagens nas quais o cooperativismo moderno é capaz de dar sustentabilidade a práticas inclusivas, apontando para soluções que tragam efeitos positivos sobre a qualidade de vida individual e coletiva.

Nessa perspectiva, as pessoas poderão ter acesso a conhecimentos e tomar melhores decisões econômicas, relacionadas à gestão das finanças pessoais, ao consumo consciente e uso responsável de recursos naturais, condição de cidadania financeira e social que fará bem para todos.

O exercício de práticas cooperativas, operacionalizadas nos diferentes materiais que constituem o Programa, possibilitam que se concretize a transversalidade do tema e seu tratamento interdisciplinar. Por se apoiarem na vida real, as práticas dão destaque a uma concepção de ensino integral e inclusivo, capaz de favorecer o pensamento crítico e reflexivo, a formação para a cidadania e a construção de conceitos e práticas que subsidiam a educação financeira desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Uma formação financeira assim constituída possibilitará refletir a respeito das articulações entre os direitos humanos e suas relações com a natureza e a sociedade, problematizar conflitos pautados na concorrência e no individualismo e contrapor a eles um caminho alternativo que se apoia na prática cooperativa.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE. *As leis, a publicidade e as crianças – O que é preciso saber. O que dá pra fazer.* Disponível em: www.abap.com.br/pdfs/03-leis.pdf Acesso em Out. 2020.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Base nacional comum curricular.* Brasília, MEC / SEF, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em Out. 2020.

BUFFA, Ester.; ARROYO, Miguel.; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COCHITO, Maria Isabel. *Cooperação e aprendizagem: educação intercultural.* Porto, ACIME / Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2004.

DARLING-HAMMOND, Linda. (Org.) *Preparando professores para um mundo em transformação.* Porto Alegre: Penso, 2019.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (CONEF). *Educação financeira nas escolas: ensino fundamental.* Livro do professor. Brasília: CONEF, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO SICOOB. *Educação Financeira: coopere com o seu dinheiro - Instituto Sicoob.* Instituto Sicoob. pdf. 2018. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/397467765/Educacao-Financeira-Coopere-Com-o-Seu-Dinheiro-2018>. Acesso: Nov. 2020.

INSTITUTO SICOOB. *Guia Sicoob para a cidadania financeira.* PDF. (Não publicado)

LOPES, Julio Aurélio Viana. *Cooperativismo contemporâneo: caminho para a sustentabilidade.* Brasília: Confedbras, 2012.

MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação do futuro.* São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NUNES, Maria Denise Crespo; LUCIO, Kátia Chagas. *Iniciando a cooperação.* Brasília: SESCOOP Nacional, 2011.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Guia do professor orientador.* Maringá / PR: Instituto Sicoob, 2017.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Guia do associado mirim.* Maringá / PR: Instituto Sicoob, 2018.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza. *Boas práticas de educação cooperativa.* Florianópolis: SESCOOP-SC, 2018.

PEREIRA, Débora Hilário; [et al.]. *Educação Financeira infantil: seu impacto no consumo consciente.* São Paulo. 2009. Disponível em <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/impactoconsumoconsciente.pdf> Acesso Out. 2020.

PERRENOUD, Philippe. *Dez novas competências para ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 2000.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf) Acesso Out. 2020

<https://jusprev.org.br/educacao-financeira-de-criancas-e-jovens-como-fazer/> Acesso Nov. 2020.

http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_FIN598.pdf Acesso Out. 2020.

<https://www.oseudinheirovalemais.com.br/o-que-o-cooperativismo-tem-ver-com-sustentabilidade/> Acesso Out. 2020.

<https://brasil.un.org/> Acesso Out. 2020.

<http://caixa.gov.br/educacao-financeira/voce/cidadania-financeira/Paginas/default.aspx> Acesso Out. 2020.

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf Acesso Out. 2020.

https://www.bcb.gov.br/Nor/relincofin/conceito_cidadania_financeira.pdf Acesso Out. 2020.

<https://novaescola.org.br/conteudo/7911/educacao-financeira-desde-cedo> Acesso Nov. 2020.

<http://escolaweb.com.br/blog/sustentabilidade-na-escola/> Acesso Out. 2020.

<https://www.educafinanceira.com.br/educacao-financeira-para-criancas-de-quem-e-essa-responsabilidade/> Acesso Out. 2020.

<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf> Acesso Out. 2020.

<https://prima.org.br/sustentabilidade-na-escola> Acesso Out. 2020.

<https://prima.org.br/consumo-sustentavel/> Acesso Out. 2020.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/referencial_de_educacao_financeira_final_versao_port.pdf Acesso Nov. 2020.

<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/sustentabilidade-na-escola.htm> Acesso Out. 2020.

<https://blog.unicep.edu.br/como-montar-e-manter-organizado-um-grupo-de-estudos-no-whatsapp/> Acesso Out. 2020.

http://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/sistema-monetario-brasileiro/ Acesso Nov.2020.

https://www.mineducacion.gov.co/1621/articles-340033_archivo_pdf_Orientaciones_Edu_economica_financiera.pdf Acesso Nov. 2020.

VISUALIZAÇÃO

VISUALIZAÇÃO

PROGRAMA
FINANÇINHAS

ISBN: 978-65-88056-07-3

CD



9 786588 056073

 **SICOOB**
Instituto

Portfólio de Programas do Instituto



SICOOB

Título	1 – Apresentação	3
Título	2 – Apresentação do Programa.....	4
Capítulo	1 – Modelo de Canvas do Programa	4
Título	3 – Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo	5
Capítulo	1 – Programa Cooperativa Mirim.....	6
Capítulo	2 – Programa Concurso Cultural	20
Capítulo	3 – Programa Conexão Sicoob.....	31
Título	4 – Eixo Cidadania Financeira.....	37
Capítulo	2 – Programa Se Liga Finanças	47
Capítulo	3 – Programa Financinhas	54
Título	5 – Eixo Desenvolvimento Sustentável	61
Capítulo	1 – Apresentação	61
Capítulo	2 – Selo Instituto Sicoob.....	62
Capítulo	3 – Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável	65
Capítulo	4 – Programa de Incentivo à Doação Coopera	69
Título	6 – Programas e Soluções Transversais.....	73
Capítulo	1 – Programa Conhecimento em Foco.....	73
Capítulo	2 – Programa Voluntário Transformador	80
Título	7 – Programas e soluções transversais.....	86
Capítulo	1 – Prêmio Cooperar para Transformar.....	86
Título	8 – Referências Bibliográficas	90

Título 1 – Apresentação

1. O *Portfólio do Instituto Sicoob* tem por finalidade apresentar os programas e as soluções que compõem os seus três eixos de atuação: *Cooperativismo e Empreendedorismo; Cidadania Financeira; e Desenvolvimento Sustentável*.
2. Os eixos de atuação do Instituto Sicoob foram definidos a partir do alinhamento entre o retorno social do negócio e os desafios do cooperativismo de crédito, na promoção da justiça social e da inclusão financeira.
3. Desse alinhamento, emergiram os três pilares que pautam a agenda social baseada em temas nos quais o Sicoob pode impactar positivamente as localidades em que atua, bem como soluções transversais que estão diretamente relacionadas aos três eixos de atuação do Instituto Sicoob.
4. Para cada eixo, foram elaboradas as estratégias de atuação, e desenvolveram-se programas e soluções que compõem um portfólio de iniciativas que podem alavancar o desenvolvimento sustentável das comunidades ao disseminar o cooperativismo de crédito como um importante instrumento de inclusão financeira, promovendo, assim, a cidadania financeira e o empreendedorismo.
5. Os eixos de atuação do Instituto Sicoob estão amparados no 5º (quinto) e no 7º (sétimo) princípios do cooperativismo – respectivamente, *Educação, Formação e Informação e Interesse pela Comunidade*. Eles possibilitam que as ações sociais estejam alinhadas tanto em relação aos objetivos e diretrizes estratégicos do Sicoob como quanto aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como no que é pertinente à agenda dos reguladores – em especial, da Estratégia Nacional de Educação Financeira.
6. Esse alinhamento mantém o foco e os investimentos direcionados às suas diretrizes de Responsabilidade Socioambiental, e responde às perspectivas interna e externa do negócio: o que a organização entrega para a sociedade e o que a sociedade espera da organização. O Instituto Sicoob congrega conhecimento, experiência e profissionais especializados para qualificar, unificar e tornar mais efetiva a gestão do investimento social estratégico do Sicoob, e para fortalecer seu engajamento comunitário.

Título 2 – Apresentação do Programa
Capítulo 1 – Modelo de Canvas do Programa

Programa		
Objetivo O que se almeja alcançar com a realização do programa.	Partes interessadas Partes, internas ou externas, que serão afetadas, positivamente ou não.	Documentos Apresenta a documentação (material metodológico, normativos etc.) que orienta a execução do programa.
Produto Principal entrega realizada.	Requisitos O que é indispensável para a implementação do programa.	Canais Como entregamos nossos programas. Exemplo: plataformas.
Público-alvo Apresenta o foco do programa.		

Título 3 – Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo

1. O cooperativismo é um movimento socioeconômico capaz de unir o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade.
2. No Brasil, existem em torno de seis mil cooperativas, com mais de 18 (dezoito) milhões de associados, abrangendo os sete ramos do cooperativismo:
 - a) Agropecuário;
 - b) Consumo;
 - c) Crédito;
 - d) Infraestrutura;
 - e) Trabalho, Produção de Bens e Serviços;
 - f) Saúde;
 - g) Transporte.
3. O Instituto Sicoob sabe que há pessoas com forte espírito empreendedor, em diferentes lugares e situações, em nossas comunidades. Por entender que empreender de forma cooperativa é a melhor estratégia para a promoção do desenvolvimento econômico local, o Instituto Sicoob definiu Cooperativismo e Empreendedorismo como um dos seus eixos de atuação. Uma sociedade bem-sucedida contribui para negócios prósperos, e é esse o ciclo que o instituto quer impulsionar.
4. O Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo contempla programas e projetos que visam a difusão da cultura e dos valores cooperativistas, disseminando os princípios de democracia, solidariedade e autonomia, desenvolvendo o espírito empreendedor e de cooperação entre os diversos públicos envolvidos. Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias por meio da congruência entre conhecimento e criatividade.
5. Programas:
 - a) Cooperativa Mirim;
 - b) Concurso Cultural;
 - c) Conexão Sicoob.

Título 3 – Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo
Capítulo 1 – Programa Cooperativa Mirim

Programa Cooperativa Mirim		
<p>Objetivo</p> <p>Desenvolver uma educação comprometida com valores de cooperação e participação, promotores de cidadania, em ações de formação de professores e de empoderamento de crianças e jovens por meio da criação de Cooperativas Mirins.</p>	<p>Partes interessadas:</p> <p>a) secretarias de educação; b) escolas públicas ou privadas; c) cooperativas educacionais; d) Organizações de Sociedade Civil (OSC); e) comunidade.</p>	<p>Documentos</p> <p>São materiais que subsidiam a prática operacional e educativa do Programa Cooperativa Mirim:</p> <p>a) Guia de Execução; b) Guia Metodológico; c) Guia do Professor Orientador; d) Guia do Associado Mirim – de 8 a 12 anos; e) Guia do Associado Mirim – de 13 a 17 anos; f) Guia de Atividades – Pós-constituição; g) materiais complementares.</p>
<p>Produto</p> <p>Formação de cooperativas em instituições de ensino que atendam crianças e adolescentes.</p>	<p>Requisitos:</p> <p>a) adesão do Programa por meio do Termo de Parceria e Cooperação; b) indicação e capacitação de, ao menos, três professores orientadores para a condução da metodologia junto aos estudantes; c) execução do programa em contraturno escolar; d) asseguramento do total desenvolvimento da metodologia Cooperativa Mirim, conforme os materiais que compõem o programa; e) assembleia de constituição da Cooperativa Mirim; f) acompanhamento e monitoramento, pela cooperativa central do Sicoob responsável pelas atividades e oficinas propostas; g) registro das ações correspondentes no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).</p>	<p>Canais</p> <p>Plataforma digital, acesso público em: cooperativamirim.institutosicoob.org.br.</p> <p>A plataforma digital oferece trilha <i>on-line</i> para formação de professores orientadores.</p> <p>A trilha <i>on-line</i> foi organizada em módulos e dividida em tópicos que orientam uma jornada que perpassa os princípios da cooperação até o pleno desenvolvimento de uma Cooperativa Mirim. São sete módulos de conteúdo, os quais possuem uma videoaula, materiais de apoio e atividades para facilitar a aprendizagem.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Crianças e adolescentes, entre 8 e 17 anos de idade, e professores/educadores sociais.</p>		

1. Justificativa

1.1. O Programa Cooperativa Mirim, desenvolvido pelo Instituto Sicoob, tem finalidade educacional e se ampara na Lei nº 8.069, de 13/7/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e na Lei nº 5.764, de 16/12/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo. Sua proposta é incentivar a constituição de cooperativas em escolas e instituições que atendam crianças e adolescentes.

- 1.2. O programa está voltado para a formação de crianças e adolescentes, e seu foco de atuação é a experiência comunitária, contribuindo para o desenvolvimento da cooperação, do protagonismo e da autonomia – habilidades requeridas para a participação na vida pública e para a prática da cidadania. Para realizar seus objetivos, o Programa Cooperativa Mirim promove aprendizagens que favoreçam a iniciativa, a comunicação, a sociabilidade, a liderança e a reflexão dos estudantes sobre a sua prática, a partir de pressupostos cooperativistas.
- 1.3. O programa compreende as instituições de atendimento a crianças e adolescentes como estratégicas para a disseminação da cultura cooperativista e empreendedora de forma local e territorial. O espírito curioso, a motivação para descobertas, bem como a disposição para criar, decidir, escolher e produzir são características comuns em crianças e adolescentes em ações espontâneas, muitas vezes ignoradas em espaços educativos. Nas cooperativas mirins, é desenvolvido o empreendedorismo, indispensável aos associados, e os beneficiados são estimulados a criar e pensar por meio de ações sugeridas na *Coletânea Trajetórias Cooperativas*.
- 1.4. Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), criou-se a parte diversificada do ensino, concebida para que as escolas pudessem ter conteúdos que refletissem a realidade local na qual estão inseridas, sem prejuízo da *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, o que está em consonância com o quinto e o sétimo princípios do cooperativismo.
- 1.5. O processo de educação deve ser entendido como fator crucial na formação holística dos indivíduos. É o momento de descobertas, questionamentos, curiosidades, constituição de lembranças, formação de opiniões e caráter. A filosofia e os fundamentos cooperativistas visam a união de pessoas para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, sempre objetivando a coletividade. Como descreve Andrioli (2009), “o cooperativismo é decorrente de uma necessidade humana comum e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefícios aos que cooperam”. Diante disso, o ensino da filosofia e da prática cooperativista pode contribuir para a forma de enfrentamento de problemas e da realidade social futura dos alunos beneficiados.
- 1.6. Dessa forma, com o Programa Cooperativa Mirim pretende-se trabalhar, também, conceitos importantes de cidadania, a fim de construir uma sociedade mais humana que respeite e valorize os direitos, bem como os deveres das pessoas que nela estão inseridas.
- 1.7. O programa busca, ainda, despertar nos alunos a consciência das suas responsabilidades, de forma que se tornem mais críticos e reflexivos, colaborando para que suas ações sejam pautadas na justiça social e na consciência coletiva, como salienta Andrioli: “a prática social da educação é geradora de consciências e a formação da cultura humana é o que mantém ou transforma a estrutura da sociedade”. As Cooperativas Mirins, por meio da educação cooperativa, pretendem oportunizar a construção de algo coletivo, vivência fundamental para uma formação mais consciente, solidária e colaborativa, como bem enaltecem Schneider e Hendges (2006, p. 38):

A tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros. Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, por ser de cunho social e cultural, também requer alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes.

2. Objetivo

- 2.1. Desenvolver uma educação comprometida com valores de cooperação e participação, promotores de cidadania, em ações de formação de professores e de empoderamento de crianças e adolescentes, por meio da criação de Cooperativas Mirins.

3. Objetivos Específicos

- 3.1. Contribuir para o estímulo à cultura da cooperação na escola e fora dela, com vivência prática e reflexão sobre os princípios da cooperação e da participação, presentes na doutrina cooperativista.
- 3.2. Desenvolver a cidadania, o cuidado com o ambiente, com o bem-estar da coletividade e com a qualidade de vida do ser humano.
- 3.3. Estimular o desenvolvimento de competências de negociação, de coordenação e de liderança, capazes de valorizar o trabalho em grupo e otimizar estratégias de cooperação.
- 3.4. Valorizar o exercício do diálogo, a troca de ideias e a atitude flexível, necessárias para a construção de conhecimentos compartilhados a criação de Cooperativas Mirins.
- 3.5. Oportunizar a interação entre as diversas atividades e a comunidade, apoiada nos valores e princípios do cooperativismo.

4. Público-alvo

- 4.1. O programa tem dois destinatários principais:
 - a) estudantes/educandos de 8 a 17 anos;
 - b) professores/educadores sociais.
- 4.2. Os estudantes constroem aprendizagens para se tornarem empreendedores, protagonistas e criadores de Cooperativas Mirins, uma forma de compreender o mundo, o trabalho e a convivência social a partir da colaboração para a sustentabilidade.
- 4.3. Os professores são os responsáveis pela transposição didática dos conhecimentos que possibilitam esses resultados, mediante formação que oportuniza problematizar, refletir e propor alternativas de agir a partir da colaboração, apontando para uma leitura de mundo que supere a competição e potencialize ações de sustentabilidade e bem-estar.

5. Metodologia

- 5.1. O Programa Cooperativa Mirim tem como finalidades metodológicas a prática pedagógica, a vivência do cooperativismo e de seus valores, bem como a formação de futuras lideranças cooperativistas e empreendedoras.
- 5.2. A proposta metodológica do Programa Cooperativa Mirim contém diferentes etapas a serem desenvolvidas, ora pelas cooperativas do Sicoob, ora pela comunidade educativa. Contudo, todos os envolvidos serão demandados a refletirem, analisarem, planejarem e executarem conjuntamente decisões protagonizadas por crianças e jovens, no convívio escolar e/ou social. Cada etapa pressupõe ações a serem desempenhadas por facilitadores do Sicoob, educadores/professores orientadores, e por crianças e jovens.
- 5.3. As etapas que compõem a metodologia foram inspiradas no 5º (quinto) princípio do cooperativismo – *Educação, Formação e Informação* – e constituem as linhas orientadoras, pelas quais as instituições parceiras levarão à prática os valores cooperativos. Elas possuem natureza e finalidade diversas, e podem ser sintetizadas da seguinte forma:
- a) *Informação*: ações de sensibilização da comunidade. Realização de contatos da cooperativa do Sicoob com a Secretaria Municipal de Educação ou escola/instituição educativa, para a apresentação do programa e dos conceitos que sustentam a proposição das cooperativas mirins, de modo a apresentar objetivos, estrutura e metodologia para sensibilizar a comunidade envolvida e favorecer a adesão institucional ao Programa Cooperativa Mirim. A etapa Informação é desdobrada em três ações:
 - a.1) *reunião de sensibilização*: apresentação do Programa Cooperativa Mirim para parceiros, como secretarias municipais, equipe diretiva, representantes de Associações de Pais e Professores, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e de professores da escola/instituição educativa. A ação obrigatória tem como objetivos sondar o interesse do parceiro por um projeto da natureza do programa e avaliar as condições para sua execução;
 - a.2) *apresentação geral para a equipe educativa*: adesão ao programa para estudantes, famílias, educadores e demais trabalhadores da instituição, além de gestores e outros parceiros. A ação é facultativa e tem como objetivos: apresentar, para os diferentes segmentos da comunidade, os benefícios do Programa Cooperativa Mirim, seja em relação a valores cooperativistas capazes de orientar a vida comunitária ou em relação a práticas coletivas para promover democracia, cidadania, sustentabilidade e protagonismo; e anunciar a intenção de estabelecer parceria para a promoção de ações cooperativas na vida cotidiana da instituição e a criação de cooperativas mirins, que demandarão envolvimento, participação e cooperação de todos. Além disso, deve-se referendar a escolha de professores orientadores (titular e dois suplentes). Para consolidar a decisão do coletivo escolar, será interessante que, no fim dessa

reunião, a cooperativa e a comunidade educativa assinem o *Termo de Parceria e Cooperação*, o que ratificará a parceria e a indicação do compromisso de realizar ações compartilhadas em prol do desenvolvimento de uma educação voltada para a cooperação e a criação de cooperativas mirins na escola/instituição, além do repasse de instruções para a formação *on-line* dos professores que serão envolvidos na metodologia;

- a.3) *habilitação e registro do programa*: postagem da ação no Sistema do Instituto Sicoob (SINS). Sob a responsabilidade da cooperativa singular, essa ação obrigatória consiste no registro e envio, por meio do SINS, do *Termo de Parceria e Cooperação* devidamente assinado pela Secretaria de Educação ou instituição de ensino, a cooperativa singular e a cooperativa central. A realização dessa etapa é essencial para a efetivação do contrato, da regulamentação da prática metodológica e da liberação de acesso para os professores à trilha *on-line* do programa;
- b) *Formação*: ações de preparação pedagógica; instrumentalização de professores para a difusão de valores, princípios e práticas cooperativistas pelo acesso aos fundamentos e à metodologia do Programa Cooperativa Mirim, pelo desenvolvimento de competências socioemocionais que habilitam crianças e jovens a serem protagonistas, tanto na sala de aula quanto na comunidade próxima – especialmente pelos estudantes que formarão as cooperativas mirins. A etapa Formação é desdobrada em quatro ações:
- b.1) *Palestra Cooperativismo & Educação*: fomento ao cooperativismo e ao fortalecimento da cultura cooperativista, bem como do desenvolvimento sustentável das comunidades para professores orientadores, suplentes, demais educadores interessados e equipe diretiva da instituição parceira. Essa ação é facultativa e tem como objetivos: dar a conhecer conceitos, princípios e valores relacionados à cooperação e ao cooperativismo, explorando-os em sua função socioeducativa, para inserir o público a quem se destina no universo cooperativista; e problematizar valores cooperativos e ações coletivas, posturas e atitudes benéficas a todos – em especial, às crianças ou aos jovens que compartilham o espaço de aprendizagem –, a fim de que aprendam a ser protagonistas, autônomos e cidadãos;
- b.2) *formação inicial*: capacitação de professores orientadores, suplentes, demais educadores e gestores da instituição parceira, bem como dos demais interessados em conhecer melhor a metodologia do Programa Cooperativa Mirim. A ação obrigatória ocorre por meio da plataforma de trilha *on-line* e visa estabelecer nexos entre o sistema cooperativista e a prática educacional cooperativa, de modo que os conhecimentos construídos embasem o fazer pedagógico do coletivo de educadores e potencializem o enraizamento da cooperação no ambiente de aprendizagem, promovendo a experimentação de atitudes e práticas que conduzam uma sociedade mais solidária, a ser concretizada na sala de aula e na criação de cooperativas mirins. A formação inicial

- deve ocorrer antes do processo de constituição da cooperativa mirim e é uma oportunidade de aproximar conteúdos relacionados ao sistema cooperativista da prática educativa, de modo que os professores visualizem suas implicações na educação de crianças e jovens, e estabeleçam relações entre eles e os saberes curriculares;
- b.3) *integração*: assistência e orientação a professores orientadores suplentes, demais educadores e gestores da instituição parceira. Essa ação obrigatória deve ocorrer junto ao período de formação inicial do professor, momento ideal para oportunizar reflexão a respeito da transposição didática de conceitos ministrados na formação inicial da metodologia e auxiliar no entendimento prático do conteúdo;
- b.4) *oficinas contínuas*: cooperação e cooperativismo em ação. A ação tem como público-alvo professores orientadores, suplentes e demais educadores e gestores da instituição parceira atuantes na metodologia do Programa Cooperativa Mirim. A ação obrigatória tem como objetivos promover o desenvolvimento contínuo do profissional atuante na metodologia do programa e favorecer a troca de conhecimentos entre os integrantes, além de corroborar, a partir de boas práticas, formas inovadoras de aprender e empreender na ação educativa de crianças e jovens. As oficinas contínuas devem ocorrer após o processo de constituição da cooperativa mirim, dado que a agenda é uma oportunidade de valorizar as experiências em curso ou já consolidadas, considerando a eficácia e eficiência das ações, e destacando pontos positivos e outros que possam exigir mais investimento ou reflexão;
- c) *Educação*: ações de transformação de conhecimentos e integração de crianças e jovens à prática cooperativista de forma ativa, reconhecendo-os como protagonistas da aprendizagem e responsáveis pela dinâmica de criação de cooperativas mirins, incentivando o empreendedorismo e a liderança comunitária. A etapa Educação é desdobrada em seis ações:
- c.1) *apresentação e adesão*: tem como principais atividades a difusão dos conceitos cooperativistas, a roda de conversa sobre o Programa Cooperativa Mirim, o início dos trabalhos metodológicos com o *Guia do Associado Mirim* e a elaboração do contrato de convivência. O público-alvo dessa ação são crianças e jovens matriculados na instituição de ensino que demonstrem interesse em fazer parte do Programa Cooperativa Mirim e tenham disponibilidade para comparecer aos encontros nos horários programados previamente, além de contarem com a adesão familiar. A ação visa apresentar o programa (o que é, como funciona, seus objetivos, onde será desenvolvido e as características das atividades a serem implementadas, com ênfase na participação e no trabalho coletivo para desenvolver a cooperação), o cooperativismo e o funcionamento de uma cooperativa, bem como listar os estudantes interessados em participar das cooperativas mirins, organizar contrato de convivência com os alunos, e recolher o Termo de Adesão assinado pelas crianças e o documento oficial assinado pelos pais/responsáveis;

- c.2) *execução da metodologia*: oficinas para a constituição da cooperativa mirim com estudantes que voluntariamente demonstrarem interesse em criar a cooperativa mirim na escola/instituição. A execução da metodologia perpassa na reflexão sobre a estrutura organizacional da cooperativa mirim e as áreas de ação na comunidade, a elaboração do estatuto social, o mapeamento dos interessados à ocupação dos cargos, a concepção do anteprojeto e a publicação do edital de convocação;
- c.3) *assembleia de fundação*: a constituição da cooperativa mirim pelos estudantes da escola/instituição parceira. O objetivo da ação é realizar a Assembleia Geral de Constituição da cooperativa mirim, aprovar Estatuto Social e o anteprojeto de ação, bem como eleger os membros que ocuparão os cargos sociais (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal);
- c.4) *resultado e registro da ação*: postagem da ação no SINS. Depois de fundada a cooperativa mirim, é de responsabilidade da cooperativa singular do Sicoob, obrigatoriamente, efetuar o registro e o envio, por meio do SINS, dos resultados alcançados pela metodologia, assim como os documentos comprobatórios da ação. A realização dessa etapa é essencial para a validação da efetivação do programa pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Os dados imputados no SINS alimentam indicadores do investimento social estratégico do Sicoob e de seu impacto nas comunidades, a partir dos quais é possível monitorar, analisar e avaliar as metodologias. Os dados registrados devem ser legítimos e íntegros, apresentando confiabilidade e consistência nas informações;
- c.5) *manutenção e monitoramento*: ação de acompanhamento das atividades de pós-constituição da cooperativa mirim. Trata-se da continuidade ao programa por meio das reuniões dos associados mirins e dirigentes eleitos, das oficinas de aprendizagem e da apresentação da cooperativa à comunidade;
- c.6) *fórum ou seminário regional/estadual*: evento facultativo, destinado aos associados de cooperativas mirins já consolidadas pela participação no Programa Cooperativa Mirim, acompanhados de professores orientadores, suplentes, representantes das escolas e instituições parceiras, bem como de diretorias das cooperativas. Os objetivos da ação são proporcionar o intercâmbio de experiências vinculadas ao cooperativismo e incentivar a comunhão de ideias, de modo que as cooperativas mirins vivenciem a intercooperação de forma protagonista e autônoma, além de destacar conquistas, desafios e boas práticas de cooperativismo mirim. O intercâmbio de experiências juvenis promove o desenvolvimento da sociabilidade e precisa ser constantemente incentivado, pois potencializa a experimentação coletiva de atitudes cooperativas, participativas, solidárias e responsáveis, dá transparência às ações empreendidas pelos cooperados mirins e proporciona a vivência de valores e princípios cooperativistas.

- 5.4. As etapas que caracterizam a metodologia do Programa Cooperativa Mirim são interdependentes, tendo em vista que os pilares Informação, Formação e Educação constituem um mesmo processo – o qual prevê, simultaneamente, formar professores para promover o cooperativismo, e formar crianças e jovens para a criação de cooperativas mirins.
- 5.5. O sucesso do programa está atrelado a ações de sensibilização e formação eficazes, e deriva de uma concepção cooperativa de educação que fundamenta uma prática educacional inclusiva, refletida, democrática, contextualizada, problematizada, ética e planejada. Tais pressupostos concorrem para o desenvolvimento pessoal e social de todos os envolvidos, além de oferecerem instrumentos para compreender a complexidade da vida em comunidade e a forma como se articulam com o contexto contemporâneo.
6. Avaliação e Acompanhamento
- 6.1. Para garantir qualidade, efetividade e objetividade do projeto desenvolvido pelas cooperativas singulares do Sicoob, o Instituto Sicoob realiza a avaliação e o acompanhamento por meio de pesquisas com os públicos envolvidos, bem como pelos registros das atividades realizadas. A seguir, são ressaltados os impactos almejados:
- a) aos associados mirins:
 - a.1) maior conhecimento sobre os princípios e as práticas do cooperativismo;
 - a.2) valorização da coletividade e desenvolvimento de postura colaborativa;
 - a.3) maior protagonismo na construção da sua trajetória de vida;
 - a.4) melhora das habilidades de comunicação;
 - b) aos professores orientadores:
 - b.1) ampliação do repertório e da prática técnica e pedagógica;
 - b.2) ampliação do senso de coletividade e de postura propositiva.
- 6.2. Os impactos listados devem contribuir para a Teoria de Mudança do Programa, que, a longo prazo, possui o objetivo de empoderar crianças e jovens com valores cívicos e de participação social, para que sejam promotores do cooperativismo, por meio da formação de professores e orientadores, bem como da criação de cooperativas mirins.
- 6.3. Além disso, é enviado, anualmente, questionário de avaliação ao professor orientador, com o intuito de obter a análise do programa a partir do profissional que o acompanha *in loco* e possui os subsídios necessários para avaliar o desenvolvimento dos alunos alinhados aos objetivos do programa.

7. Equipe técnica

- 7.1. Representante da cooperativa singular do Sicoob – indicado pela cooperativa singular, tem como competência: realizar planejamento das atividades com a instituição beneficiada; identificar instituições com interesse e potencial para executar o programa; mobilizar e articular todos os envolvidos para que o programa esteja alinhado à metodologia; acompanhar estrategicamente para a manutenção da cooperativa mirim; oferecer assessoria pedagógica especializada; monitorar o tempo, para que as atividades propostas sejam desenvolvidas; realizar o diagnóstico situacional, mapeando cronograma e plano de ação da cooperativa mirim em conjunto com o professor orientador e os associados mirins; dar suporte técnico e metodológico a todas as ações desenvolvidas pela cooperativa mirim; identificar e estabelecer parcerias institucionais; realizar interlocução entre cooperativa e as instituições que desenvolvem o programa; dar conformidade às estratégias de implementação do programa; garantir a qualidade na execução da metodologia do programa; comunicar, de forma proativa, ao Instituto Sicoob, pontos para o aprimoramento da metodologia existente e o desenvolvimento de novas propostas; apoiar a execução das etapas da metodologia dentro das cooperativas mirins; e postar ação no Sistema do Instituto Sicoob.
- 7.2. Voluntários Transformadores – podem contribuir ao: indicar possíveis parceiros locais interessados na execução e na participação no programa; sensibilizar possíveis parceiros interessados na execução metodológica; incitar o Programa Cooperativa Mirim na região de atuação da cooperativa do Sicoob; realizar palestras sobre Finanças, Cooperativismo ou/e Educação Empreendedora para crianças e adolescentes, corpo docente da instituição parceira, pais, responsáveis e familiares; aplicar oficinas/*workshops* para crianças e adolescentes sobre Liderança, Empreendedorismo, Comunicação e *Marketing*, Oratória, Redes Sociais e outros temas que conversem com o dia a dia da cooperativa mirim e o domínio do voluntário; orientar e acompanhar as crianças e os adolescentes na organização de eventos e assembleias; auxiliar na organização e no acompanhamento de visitas das cooperativas mirins em cooperativas do Sicoob ou cooperativas parceiras de outros ramos; conceder suporte no acompanhamento de reuniões da diretoria e cooperados mirins; comunicar, de forma proativa, sobre pontos de aprimoramento de relacionamento entre cooperativas do Sicoob e instituições parceiras; relatar possíveis oportunidades dentro da metodologia do programa; apoiar as oficinas de produção dos objetos de aprendizagem; assessorar na realização de eventos e excursões educacionais; colaborar com a coleta de dados e de documentações comprobatórias que fazem parte do programa; efetuar registros fotográficos e/ou audiovisuais da ação; auxiliar na manutenção e inspeção das redes sociais da cooperativa mirim; e auxiliar na manutenção das finanças da cooperativa mirim.
- 7.3. Diretor(a) ou Responsável pela Instituição Beneficiária – a participação da direção e de sua equipe técnica, desde o início das ações, cria condições e viabiliza o desenvolvimento do programa como prática educativa suplementar. Cabe à direção/equipe diretiva de cada instituição prover condições, espaço e tempo para o planejamento, a implementação e avaliação das ações.
- 7.4. Professor(a) Orientador(a) – após formação que o(a) habilite a assessorar a organização e o funcionamento das cooperativas mirins em cada escola/instituição educativa, o(a) professor(a) orientador(a) é responsável por: participar de formações conforme o calendário proposto pela cooperativa Sicoob; mediar a

aprendizagem e proporcionar condições favoráveis à construção do conhecimento entre os associados mirins; organizar roteiros de pesquisa; apoiar os participantes na elaboração de planejamentos e estimular o trabalho em equipe; desenvolver a prática de ações para concretizar os objetivos do programa; assessorar a organização e o funcionamento da cooperativa mirim em seu dia a dia; contribuir para a construção de um ambiente colaborativo e com relações horizontais; fomentar o diálogo e o espírito empreendedor e cooperativista entre os associados mirins; promover a revisitação do projeto pedagógico para fundamentar cada processo realizado pelos associados mirins; garantir permanente convívio, estabilidade e lealdade a valores e princípios do programa em todas as reuniões da cooperativa mirim; compreender e propagar a todo o corpo docente da instituição de ensino em que será implantada a cooperativa mirim; utilizar um caderno de registro contendo a memória do Programa Cooperativa Mirim e o percurso de aprendizagem dos associados mirins para subsidiar a reflexão sobre a própria prática; promover aprendizagens contextualizadas a partir de uma experiência teórica e prática; propor estratégias que facilitem a aprendizagem em interação e desenvolvam habilidades socioemocionais; promover rodas de conversas que originem o olhar crítico de cada associado mirim; e por realizar o preenchimento da Avaliação do Programa Cooperativa Mirim no fim de cada ano de atividade.

- 7.5. Coletivo de Professores – após reflexão a respeito dos pressupostos da educação cooperativa, toda a equipe buscará favorecer seus efeitos na prática pedagógica cotidiana, seja tratando de assuntos que otimizem as ações dos cooperados mirins – como elaboração de atas e cálculos para definir custos – ou para abordar aspectos do cooperativismo/da cooperação que estão presentes na prática educativa e nas formas de construção de aprendizagens, atitudes que colaboram para incentivar a adesão e legitimar o Programa Cooperativa Mirim.
- 7.6. Consultorias terceirizadas – condicionadas à aprovação prévia da cooperativa parceira e do Instituto Sicoob, especialistas em educação e cooperativismo poderão contribuir com o aprofundamento das questões colocadas ao longo do processo formativo.
- 7.7. Pessoas da Comunidade Próxima – consultadas como pessoas-fonte ou beneficiárias indiretas das ações, elas viabilizarão que as cooperativas mirins enxerguem as necessidades e potencialidades do contexto próximo, e ofereçam elementos para avaliar a eficácia das ações empreendidas. Podem ser representantes do poder público, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), moradores do entorno ou um segmento da comunidade (crianças, idosos, pequenos produtores, comerciantes, catadores etc.).
- 7.8. Associados mirins – principais beneficiários do programa e protagonistas da organização das cooperativas mirins, eles são responsáveis por: exercitar a prática do cooperativismo, mediante ações empreendedoras e colaborativas; observar e praticar os conceitos aprendidos ao longo do programa; manter a comunidade escolar informada sobre as ações da cooperativa mirim; e participar das atividades propostas e definidas em grupo.

8. Ferramentas

8.1. Visando fortalecer e disseminar a metodologia do Programa Cooperativa Mirim em todo o país, o Instituto Sicoob lançou a linha editorial da coleção *Trajetórias Cooperativas*. O conjunto pedagógico tem como objetivo divulgar os valores e princípios do cooperativismo entre crianças, adolescentes, professores e pais, os quais terão a oportunidade de vivenciar tanto a teoria quanto a prática do programa. A coleção é composta por:

- a) *Guia Metodológico*: contém informações, referências teóricas, conceitos e metodologia para a aplicação do programa;
- b) *Guia do Professor Orientador*: destinado aos professores/educadores sociais, traz subsídios para o exercício de educar cooperativamente, sugestões para reflexão acerca das aprendizagens que se deseja promover e orientações práticas para o processo de criação das cooperativas mirins;
- c) *Guia do Associado Mirim – De 8 a 12 anos*: material didático que apresenta conteúdos relacionados ao cooperativismo e temas transversais abordados de forma pertinente à faixa etária, de modo a concretizar uma proposta pedagógica que valoriza o respeito mútuo, a solidariedade, a igualdade, a cooperação e o desenvolvimento da autonomia para a realização de objetivos comuns;
- d) *Guia do Associado Mirim – De 13 a 17 anos*: aborda temas alinhados com a metodologia do programa, traz conteúdos e atividades práticas que conduzem a fundação das associações de estudantes para que desenvolvam atividades econômicas, sociais e culturais que beneficiem os associados mirins;
- e) *Guia de Atividades – Pós Constituição*: material orientativo que tem como objetivo auxiliar na condução de ações que abordam temas importantes e contribuem para a perenidade da cooperativa mirim, seja em encontros presenciais, *on-line* ou no modelo “tarefa de casa”, para situações em que o aluno não consiga estar presencialmente;
- f) *Guia de Execução*: elaborado a partir da *Coleção Trajetórias Cooperativas* no intuito de apoiar as cooperativas Sicoob que tenham firmado o *Termo de Adesão ao Instituto Sicoob*, durante o processo de implementação da metodologia com as instituições de ensino parceiras. O caderno é destinado a Pessoas de Desenvolvimento Estratégico (PDEs), Pessoas de Apoio Estratégico (PAEs), Voluntários Transformadores, gestores e dirigentes do Sicoob, demais colaboradores do Sicoob, bem como profissionais terceirizados que desejem aderir e executar o Programa Cooperativa Mirim em sua comunidade local, viabilizando o estímulo à cultura da cooperação e à criação de cooperativas mirins atentas a condições e potencialidades de seu entorno;
- g) *trilha on-line de formação*: com fundamentação teórico-metodológica, a plataforma *on-line* de formação visa disponibilizar recursos, ferramentas e oportunidades de aprendizado para apoiar o desenvolvimento profissional dos educadores dentro da metodologia do Programa Cooperativa Mirim, fornecendo-lhes acesso a uma ampla gama de conteúdos e atividades

educacionais relevantes, que podem ser acessados a qualquer hora e em qualquer lugar com conexão à internet;

- h) *materiais complementares*: outros instrumentos úteis para a implementação do programa são disponibilizados para uso pelo Instituto Sicoob. Eles são constituídos por: apresentações conteudistas diversas com temas que se relacionam com a metodologia; e sugestões de calendários e atividades para inclusão no plano de ação, bem como outras ferramentas que possam auxiliar todas as pessoas envolvidas na gestão do programa.

9. Responsabilidades

- 9.1. Instituto Sicoob – responsável pelo desenvolvimento e repasse da metodologia do programa, e pelo acompanhamento e monitoramento das atividades. Além disso, é responsável por elaborar e revisar os documentos normativos relacionados ao programa. Por fim, o instituto deve proporcionar ferramentas para acompanhamento, controle, geração de indicadores e disseminação da metodologia.
- 9.2. Cooperativa central do Sicoob – responsável por: orientar a cooperativa singular; disseminar as práticas, a análise de viabilidade de implementação, o acompanhamento e a distribuição de materiais; e promover a capacitação das PAEs, de professores orientadores e de representantes das cooperativas singulares.
- 9.3. Cooperativa singular do Sicoob – responsável por: executar e fazer a gestão do programa e das atividades propostas pela metodologia do Instituto Sicoob; promover visitas a cooperativas de crédito do Sicoob e outras do mesmo segmento; possibilitar intercâmbios com outras cooperativas mirins e em casos de viagens nacionais – quando se tratar da participação dos associados mirins nos fóruns estaduais, atividades de intercâmbio e outras ações, a cooperativa deverá realizar a contratação de transporte para locomoção e, de acordo com o trajeto, a contratação de seguro de vida para viagem –; designar profissional da equipe técnica para acompanhar e desenvolver, de forma efetiva, o Programa Cooperativa Mirim; e identificar voluntários dentro da cooperativa que possam contribuir com a execução da metodologia.
- 9.4. Instituição de ensino beneficiária – responsável por: apoiar a participação da direção e de sua equipe técnica, desde o início das ações; criar condições e viabilizar o desenvolvimento do programa como prática educativa suplementar; prover condições de espaço, materiais e tempo para o planejamento, implementação, execução e avaliação das ações; além de possibilitar estrutura mínima para a execução do programa, como uma sala onde possam ser realizadas as atividades da cooperativa e um espaço para guardar todos os materiais e documentos produzidos. Ademais, deve assentir pelo funcionamento do programa em contraturno escolar; promover, facilitar e incentivar a participação do educando no Programa Cooperativa Mirim e em visitas ou viagens de intercâmbio; comunicar sobre a metodologia para funcionários da escola/instituição educativa e familiares ou responsáveis pelos alunos; e disponibilizar, no mínimo, três professores ou educadores sociais, sendo um titular e dois suplentes, para serem formados com

Portfólio do Instituto Sicoob – 1ª Edição

as competências necessárias e atuarem como professores orientadores da cooperativa mirim.

10. Macroprocessos do Programa Cooperativa Mirim:

Macroprocessos Programa Cooperativa Mirim					
	Adesão	Preparação	Termo de parceria	Execução	Acompanhamento
Instituto Sicoob	Disponibilizar Metodologia.	a) disponibilizar documentos; b) disponibilizar a <i>Coleção Trajetórias Cooperativas</i> para impressão, e outros materiais de apoio.	Disponibilizar documento.	Disponibilizar ferramentas habilitadas para capacitar professores, PDEs e PAEs.	a) conduzir avaliação de impacto; b) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; c) SINS – avaliar e aprovar ações submetidas pelas cooperativas centrais.
Cooperativa central	a) avaliar a estrutura da cooperativa para a realização do Programa; b) SINS – elaborar Plano de Ação.	Acompanhar a reunião de apresentação do programa para Instituições de Ensino.	a) imprimir o Termo de Parceria; b) coletar assinaturas na cooperativa central; c) anexar termo assinado entre as partes no SINS; d) arquivar a via da cooperativa central.	a) SINS – acompanhar o registro da execução no Cadastro de Ações; b) preparar e coordenar eventos regionais; c) disponibilizar o material pedagógico da <i>Coleção Trajetórias Cooperativas</i> para alunos e professores; d) acompanhar a execução do programa com as cooperativas singulares.	a) dar suporte à PAE nas demandas de execução do programa; b) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; c) SINS – avaliar e aprovar ações submetidas pelas cooperativas singulares; d) SINS – submeter para a aprovação do instituto.
Cooperativa singular	a) mapear escolas; b) verificar o interesse das escolas; c) comunicar à cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa; d) SINS – elaborar o Plano de Ação.	a) agendar visita às instituições de ensino; b) realizar a reunião de apresentação do programa; c) verificar o interesse das instituições de ensino; d) verificar o Interesse de três educadores pela Cooperativa Mirim.	a) coletar assinaturas na instituição de ensino e na cooperativa singular; b) encaminhar a via da instituição de ensino; c) encaminhar a via da cooperativa central; d) arquivar a via da cooperativa singular.	a) SINS – registrar a execução no Cadastro de Ações; b) acompanhar a capacitação de professores; c) ministrar ou acompanhar o curso aos alunos; d) acompanhar e apoiar a elaboração de documentos para a realização da assembleia; e) acompanhar e apoiar a realização da Assembleia de Constituição da Cooperativa Mirim; f) registro audiovisual.	a) dar suporte à Cooperativa Mirim em todas as etapas de execução do programa; b) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; c) SINS – submeter para a aprovação da cooperativa central.

Título 3 – Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo
Capítulo 2 – Programa Concurso Cultural

Programa Concurso Cultural		
<p>Objetivo</p> <p>Envolver escolas, alunos e a comunidade no fortalecimento da cultura da cooperação, proporcionando a produção de conhecimentos a respeito da realidade próxima, apoiados em ações cooperativas, indutoras do cooperativismo e incluídas no cotidiano da sala de aula, de modo a incrementar o debate a respeito do tema e qualificar a produção de textos para o Concurso.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) secretarias de educação; b) escolas públicas ou privadas; c) cooperativas educacionais; d) comunidade.</p>	<p>Documentos</p> <p>São materiais que subsidiam a prática operacional e educativa do Programa Concurso Cultural:</p> <p>a) Guia Metodológico; b) Guia do Professor; c) Guia do Estudante; d) Guia da Cooperativa do Sicoob; e) materiais complementares.</p>
<p>Produto</p> <p>Produções textuais nas categorias: desenho, crônica narrativa, poemas e tiras em quadrinhos.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) adesão do programa pela instituição de ensino; b) inscrição de participação; c) cumprimento do calendário de execução do ano; d) abordagem do tema estabelecido no ano; e) produção textual, por parte dos alunos; f) recolhimento e avaliação das produções textuais, em níveis local, regional e nacional; g) premiação dos vencedores de cada etapa; h) registro das ações correspondentes no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).</p>	<p>Canais</p> <p>Plataforma digital, disponível para acesso em: concursocultural.institutosicoob.org.br.</p> <p>A plataforma digital consiste em uma página para divulgação e inscrição no Concurso Cultural.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Estudantes do 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental, regularmente matriculados em escolas da rede pública, privada e em cooperativas escolares, convidadas por cooperativas Sicoob locais e professores das turmas convidadas, mediante as condições necessárias oferecidas pela escola, para o desenvolvimento das sequências didáticas sugeridas.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. O Programa Concurso Cultural explicita a intenção do Instituto Sicoob de fomentar o cooperativismo em escolas do ensino fundamental, promovendo a construção de conhecimentos geradores de práticas mais cooperativas, aprendidas e vivenciadas com base em valores e princípios cooperativistas, durante as atividades escolares.
- 1.2. As instituições de ensino são compreendidas como espaços estratégicos para a experimentação e o desenvolvimento da cultura cooperativista de forma local, potencializando o tratamento de temas transversais e contextualizados, o que justifica escolhas metodológicas e determina alguns conceitos estruturantes alinhados a diferentes faixas etárias e anos escolares.
- 1.3. Além de difundir ideais cooperativistas entre as comunidades escolares das redes pública, privada e cooperativas escolares que atendem estudantes do ensino fundamental, o concurso se desenvolve anualmente em torno da proposição de um

tema que favoreça a problematização de conhecimentos sobre o mundo/a realidade próxima. A cooperação é o recurso privilegiado para propor estratégias educativas que coloquem o tema em debate, instrumentalizando os professores para orientarem os estudantes a buscarem conteúdo para a produção, o planejamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento coletivo dos textos que serão objeto do concurso.

- 1.4. Ao recorrer a um olhar diferenciado para um lugar próximo, buscando conteúdo para a produção, a cooperação é fortalecida e proporciona o debate acerca do tema anual.
 - 1.5. O concurso adota metodologia que fundamenta a produção dos textos requeridos e a prática da apreciação coletiva do que for elaborado individualmente, nas diferentes etapas. Essas estratégias de aprendizagem estão apoiadas na ação coletiva, capaz de:
 - a) incrementar conhecimentos sobre o tema;
 - b) experimentar formas de se reportar a ele, em textos verbais ou não verbais;
 - c) desenvolver competências pessoais e de socialização, tendo em vista a qualificação do processo de produção do texto e do produto final;
 - d) favorecer a participação em práticas coletivas, indutoras da cultura da cooperação.
 - 1.6. Ao mesmo tempo, essa prática impulsiona a vivência do 5º (quinto) e do 7º (sétimo) princípios do cooperativismo – *Educação, Formação e Informação e Compromisso com a Comunidade* –, visto que incentiva, desde o início da vida escolar, a busca de informações e a construção coletiva de conhecimentos sobre demandas e sonhos de uma comunidade.
 - 1.7. O cooperativismo tem potencial para ocupar lugar de destaque no processo educativo escolar, uma vez que propõe a busca de objetivos comuns, a interação pautada no trabalho colaborativo, como se espera que ocorra na escola, considerando-se a natureza social da aprendizagem e o modo cooperativo de construir conhecimentos.
 - 1.8. Assim, a cooperação assume caráter prático, que existe apenas na ação conjunta, por meio da mútua ajuda. Quando agem cooperativamente, crianças e adolescentes percebem que a disposição para ouvir o outro, produzir junto ou compartilhar ideias possibilita ir além do que poderiam fazer se estivessem sozinhos. Isso modifica a relação com o saber e desperta o compromisso social, que fundamenta a participação e a cidadania.
2. Objetivo
 - 2.1. Envolver escolas, alunos e a comunidade no fortalecimento da cultura da cooperação, proporcionando a produção de conhecimentos a respeito da realidade próxima, apoiados em ações indutoras do cooperativismo incluídas no cotidiano da

sala de aula, de modo a incrementar o debate a respeito do tema e qualificar a produção de textos para o concurso.

3. Objetivos específicos

- 3.1. Oferecer sugestões de sequências didáticas que orientem os professores a implementar ações capazes de oportunizar o conhecimento da realidade próxima e qualificar a produção textual dos alunos participantes do concurso.
- 3.2. Relacionar as sequências didáticas sugeridas na BNCC para os diferentes anos de escolaridade objeto do concurso – em especial, no que se refere às competências da área de linguagens –, para estimular o desenvolvimento da cultura da cooperação na sala de aula e qualificar a participação dos estudantes.
- 3.3. Oportunizar a produção de diferentes textos que decorram de processos coletivos de reflexão e ação a respeito do tema do concurso.

4. Público-alvo

4.1. O programa tem dois destinatários principais:

- a) estudantes do 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental, regularmente matriculados em escolas da rede pública, privada e em cooperativas escolares, convidadas a participar da iniciativa pelas cooperativas singulares do Sicoob;
- b) professores das turmas convidadas, mediante as condições necessárias oferecidas pela escola, para o desenvolvimento das sequências didáticas sugeridas.

5. Metodologia

- 5.1. Como programa complementar à escola, o Concurso Cultural leva em conta os pressupostos da educação nacional e os diferentes contextos em que se realiza, como forma de contribuir, antes de tudo, com o desenvolvimento das gerações em formação. É o que orienta o art. 205 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), quando considera que a educação também é dever da família (matricular e acompanhar a vida escolar) e da sociedade civil (promover, incentivar e colaborar para a realização do direito à educação).
- 5.2. Coerentemente com o sétimo princípio do cooperativismo (*Interesse pela Comunidade*), iniciativas cooperativistas são capazes de promover uma educação de qualidade. Para isso, comprometem-se com aprendizagens significativas, que tenham valor para a vida prática, além dos muros da escola, e que aconteçam em colaboração, tomando como contexto o entorno escolar, a vida no bairro, na comunidade e na cidade – todos vistos como espaços educadores. Quando isso ocorre, a aprendizagem adquire finalidade aplicada, favorecendo que os estudantes participem de um projeto de sociedade e desenvolvam competências, aplicando-as em projetos de vida comprometidos com o bem comum.

- 5.3. O interesse pela comunidade no Programa Concurso Cultural, manifestado pelo Instituto Sicoob em diferentes programas educativos, privilegia a produção textual dos estudantes, considerando as recomendações da *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, documento que indica o âmbito de ação da educação básica brasileira.
- 5.4. A BNCC é um documento normativo para diferentes redes de ensino e suas instituições, referência obrigatória para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas para a educação básica no Brasil.
- 5.5. Desde 2018, o documento sugere formas de desenvolvimento de competências e habilidades, em diálogo com a educação integral e com o projeto de vida dos estudantes, apoiado em diferentes temas e objetos do conhecimento. Além disso, suas inovações e estratégias metodológicas colaboram para o trabalho integrado e contextualizado das áreas do conhecimento, e oferecem exemplos de objetivos de aprendizagem.
- 5.6. Diferentes formatos e gêneros textuais ganharam destaque na BNCC, valorizando aqueles que passaram a fazer parte do nosso dia a dia e dão dinamicidade à produção de textos na escola. Com vistas a contemplar o que a BNCC aponta, os textos a serem produzidos para o concurso cultural estão apoiados em indicações nela referidas:
- a) os alunos do 3º (terceiro) ano produzirão desenhos que expressem o tema do concurso. Como indica a BNCC, uma das competências a ser desenvolvida no 3º (terceiro) ano do ensino fundamental é a que oportuniza

experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais (EF15AR04);
 - b) os alunos do 5º (quinto) ano produzirão crônicas (texto narrativo), privilegiando e valorizando sequências de eventos e imagens que sustentem relação próxima entre o tema do concurso e a realidade local. Como indica a BNCC, uma das competências a ser desenvolvida no 5º (quinto) ano do ensino fundamental é a que oportuniza “criar narrativas ficcionais, com certa autonomia, utilizando detalhes descritivos, sequências de eventos e imagens apropriadas para sustentar o sentido do texto, e marcadores de tempo, espaço e de fala de personagens” (EF35LP25);
 - c) os alunos do 7º (sétimo) ano produzirão poemas compostos por versos livres ou de estrutura fixa, utilizando recursos visuais, semânticos e sonoros da linguagem, e que viabilizem a compreensão do tema do concurso. Como indica a BNCC, uma das competências a ser desenvolvida no 7º (sétimo) ano do ensino fundamental é a que oportuniza “criar poemas compostos por versos livres e de forma fixa (como quadras e sonetos), utilizando recursos visuais, semânticos e sonoros, tais como cadências, ritmos e rimas (...)” (EF67LP31);
 - d) os alunos do 9º (nono) ano produzirão tiras em quadrinhos com texto crítico-reflexivo construído a partir do tema do Concurso. Como indica a BNCC, uma

das competências a ser desenvolvida no 9º (nono) ano do ensino fundamental é a que oportuniza “inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.” (EF69LP05).

5.7. Para viabilizar a aplicação da metodologia, são sugeridas diferentes etapas, desenvolvidas de modo semelhante em todos os anos escolares abrangidos pelo Programa Concurso Cultural. As etapas possibilitarão que os estudantes:

- a) reflitam sobre a realidade próxima;
- b) analisem colaborativamente o contexto observado;
- c) planejem, com o auxílio do professor, alternativas de abordagem do tema que se beneficiem das observações realizadas no ambiente próximo;
- d) construam conhecimentos relativos aos gêneros textuais requeridos em cada ano escolar;
- e) sejam críticos e criativos ao produzir textos a respeito do tema do concurso.

5.8. Cada etapa detalhada a seguir pressupõe ações a serem desempenhadas por professores e estudantes, com vistas a, simultaneamente, atender ao objetivo do concurso e contemplar expectativas de desenvolvimento de conhecimentos e competências previstos pela BNCC para cada ano escolar. Elas caracterizam o trabalho como processo apoiado em procedimentos de ação-reflexão-ação refletida:

- a) *preparação*: pressupõe a sensibilização dos estudantes para o tema e o gênero de texto demandado. Envolve a observação da realidade próxima, o levantamento de conhecimentos prévios sobre o tema e o gênero a ser produzido, tal como a busca de conteúdos que aprofundem o conhecimento do tema, o debate, a produção oral e registros parciais das reflexões;
- b) *ação*: tomada de decisão individual a respeito do que registrar e para quê – os alunos realizam o projeto inicial e o desenvolvimento da primeira versão da produção textual. Em seguida, há a análise coletiva das obras e, a partir da reflexão provocada pelo debate entre pares sobre a ação inicial, levando em conta o objetivo do concurso, os estudantes produzem individualmente a versão final, considerando correção linguística, clareza e coesão, tratamento do tema etc. O professor, por sua vez, orientará a reescrita individual e apresentará situações que possam ainda qualificar o texto final. Dessa forma, cada estudante fará os ajustes finais a partir da mediação do professor e transferirá sua produção para a folha oficial do concurso cultural;
- c) *conclusão*: ao finalizar a etapa de produção, os trabalhos são encaminhados para a avaliação local do concurso cultural, sob a responsabilidade do professor da turma.

- 5.9. Os trabalhos finais resultam do desenvolvimento de uma sequência didática que envolve aquisição de conhecimentos sobre o tema e o gênero de texto a ser produzido, etapas de produção (ação-reflexão-ação refletida) e finalização do processo em sala de aula, bem como origem do processo avaliativo.
- 5.10. Avaliar, no âmbito do Programa Concurso Cultural, significa analisar os textos produzidos, com base em critérios previamente definidos, que constituem um conjunto de padrões a serem aplicados igualmente para todos os participantes. É preciso estar atento a cada critério, considerando-se que os mais importantes dizem respeito à adequação ao tema e ao gênero de texto, sem desconsiderar as marcas de autoria, como a originalidade, ou as convenções da escrita. Por exemplo, mais do que a beleza de um desenho, interessa observar o quanto ele se refere à realidade e faz pensar.
- 5.11. Os trabalhos inscritos no Programa Concurso Cultural 2023 serão submetidos à análise por diferentes comissões avaliadoras, representativas da instituição de ensino de realização e dos âmbitos local, regional e nacional do Sicoob, como detalhado a seguir:
- a) *escolar*: responsáveis por selecionar três produções de cada categoria participante, desenvolvidas pelos estudantes matriculados na instituição e inscritos no Programa Concurso Cultural. Serão considerados vencedores os autores dos textos selecionados pela Comissão de Avaliação Escolar, segundo os critérios estabelecidos pelo concurso. A lista dos vencedores será encaminhada à cooperativa singular do Sicoob parceira, conforme o cronograma anunciado anualmente;
 - b) *local*: responsáveis por selecionar e premiar três produções de cada categoria participante. Serão considerados vencedores os autores das três melhores produções, de cada categoria participante, selecionadas pela Comissão de Avaliação da cooperativa singular do Sicoob, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa Concurso Cultural. A lista dos vencedores da etapa local será encaminhada à cooperativa central. A premiação ocorrerá conforme o cronograma anunciado anualmente;
 - c) *regional*: responsáveis por selecionar e premiar uma produção de cada categoria participante. Serão considerados vencedores os autores da melhor produção de cada categoria participante, selecionados pela Comissão de Avaliação da cooperativa central do Sicoob responsável, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa Concurso Cultural. Também serão destacados os professores das turmas desses estudantes. A lista dos vencedores da etapa regional será encaminhada ao Instituto Sicoob. A premiação ocorrerá conforme o cronograma anunciado anualmente;
 - d) *nacional*: responsáveis por selecionar e premiar uma produção de cada categoria participante. Serão considerados vencedores os autores da melhor produção de cada categoria participante, selecionados pela Comissão de Avaliação do Instituto Sicoob, segundo os critérios estabelecidos pelo Programa Concurso Cultural. Também serão premiados os professores e as instituições de ensino dos estudantes vencedores. A lista dos vencedores da etapa nacional (professores e instituições de ensino) será publicada pelo

Instituto Sicoob, em suas redes sociais, *sites* e/ou na imprensa local. A premiação ocorrerá conforme o cronograma anunciado anualmente.

5.12. Os prêmios entregues aos alunos, na etapa local e regional, e na etapa nacional, são definidos pelo Instituto Sicoob, buscando uniformidade de tratamento. O custeio dos prêmios local e regional são de responsabilidade das cooperativas centrais e singulares do Sicoob. Os professores responsáveis pelos alunos vencedores na etapa regional também são premiados, conforme prêmio definido pelo Instituto Sicoob previamente. Os resultados da etapa nacional são divulgados no *site* e nas redes sociais do Instituto Sicoob. Para a etapa local e regional, compete às cooperativas definir os melhores meios de divulgação dos resultados, para que haja transparência.

5.13. Finalizadas as etapas metodológicas do Programa Concurso Cultural, a ação deve ser postada pela cooperativa singular no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).

6. Avaliação e acompanhamento

6.1. A avaliação e o acompanhamento do programa acontecem por meio de pesquisas com os públicos envolvidos, bem como pelos registros das atividades realizadas.

7. Equipe técnica

7.1. Representante da cooperativa singular do Sicoob – indicado pela cooperativa singular, tem como competências realizar:

- a) o planejamento da ação, a sensibilização, o convite e o apoio na inscrição das escolas;
- b) a tabulação dos dados de inscrição;
- c) a distribuição dos materiais para as escolas;
- d) a execução das atividades com alunos e professores;
- e) a condução da realização dos trabalhos pelos alunos, respeitando os critérios do regulamento;
- f) a coleta dos trabalhos desenvolvidos e a lista de presença para o envio à cooperativa central correspondente;
- g) a postagem da ação no SINS.

7.2. Voluntários Transformadores – podem contribuir ao indicar possíveis parceiros locais interessados na execução e participação no programa; visitar e sensibilizar possíveis parceiros interessados na execução metodológica; incitar o Programa Concurso Cultural na região de atuação da cooperativa do Sicoob; apresentar o Instituto Sicoob e o Sicoob aos professores, pais e responsáveis dos alunos. Além disso, os voluntários são responsáveis por realizar palestras sobre o cooperativismo para crianças e adolescentes, o corpo docente da instituição parceira, pais, responsáveis e familiares. Não obstante, devem realizar palestras sobre o tema anual do Programa Concurso Cultural, amparar as escolas na

realização de inscrições, auxiliar com a organização e validação das inscrições, apoiar a entrega de fichas e a coleta dos trabalhos realizados e listas de presença, assessorar na seleção dos melhores trabalhos em nível local e efetuar registros fotográficos e/ou audiovisuais da ação.

- 7.3. Diretor(a) ou Responsável pela Instituição Beneficiária – a participação da direção e de sua equipe técnica, desde o início das ações, cria condições e viabiliza o desenvolvimento do programa como prática educativa suplementar. Cabe à direção/equipe diretiva de cada instituição prover condições, espaço e tempo para o planejamento, a implementação e a avaliação das ações.
- 7.4. Professor – orientado pelo *Guia do Professor*, estará habilitado a assessorar a organização e o funcionamento das atividades, viabilizando meios que assegurem a prática de ações para concretizar e difundir os objetivos do programa, orientando, organizando e coordenando as atividades que as crianças farão no dia a dia de seus estudos.
- 7.5. Estudantes – principais beneficiários do programa, são convidados a pensar sobre valores e atitudes, questionar ideias, participar de atividades coletivas que vivenciam a cooperação e produzir trabalhos de acordo com a categoria referente ao seu ano letivo.

8. Ferramentas

- 8.1. Os materiais do programa pretendem instrumentalizar os professores para o desenvolvimento de práticas que dirijam o olhar dos estudantes de 3º, 5º, 7º e 9º anos do ensino fundamental para questões presentes em seu entorno, favorecendo a problematização do real a partir de valores do cooperativismo, tais como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, transparência e sustentabilidade.
- 8.2. Esse procedimento visa incrementar reflexões e ações cidadãs dos estudantes, conforme a BNCC recomenda, concretizáveis tanto na vida da comunidade quanto na qualificação da busca de conteúdo para a produção dos textos a serem inscritos no programa. A seguir, são apresentados os materiais e suas caracterizações:
 - a) *Guia Metodológico*: apresenta a forma como o programa será desenvolvido, seus objetivos e os materiais que o constituem. Refere-se também aos responsáveis pela implementação do programa, à constituição das comissões avaliadoras, às categorias e aos âmbitos do Programa Concurso Cultural. Contém, ainda, o detalhamento dos seus conceitos estruturantes, da apresentação dos trabalhos e dos critérios de avaliação;
 - b) *Guia do Professor*: orienta, do ponto de vista pedagógico, os professores que implementarão o programa nas escolas, com destaque para as ações com potencial cooperativo, capazes de construir competências socioemocionais. O guia desenvolve uma metodologia de produção de textos adequada a cada gênero objeto do programa e conduz a um modo cooperativo de aprender. Por meio dela, aborda valores do cooperativismo e conduz os alunos a olhar para o seu cotidiano, colhendo conteúdo para a produção de textos (desenho, crônica, poema e tira em quadrinhos);

- c) *Guia do Estudante*: orienta os estudantes a olharem para o seu lugar, observando aspectos relacionados com o tema do concurso anual. Simultaneamente, proporciona que reflitam sobre valores e atitudes, para que questionem ideias, participem de atividades coletivas e vivenciem a cooperação, ações valorizadas pelo cooperativismo. Oportuniza, ainda, que aprendam a construir diferentes gêneros de textos para expressar o que pensam sobre a sua realidade, bem como sobre as transformações que possam almejar por meio da cooperação;
- d) *Guia da Cooperativa do Sicoob*: detalha o processo de realização do Programa Concurso Cultural, bem como seus objetivos, caracterizando diferentes atividades de implementação. Trata-se do relacionamento continuado com as escolas, da formação das comissões, dos critérios de avaliação do concurso e de outros aspectos que possam favorecer a otimização de todo o processo, além de difundir princípios e valores do cooperativismo;
- e) *Caderno Temático*: explora o tema do ano, considerando seu interesse social, econômico, ambiental, entre outros que bem realizem os princípios cooperativistas, pautados pelo interesse pela comunidade. Destina-se a estudantes e demais pessoas que estejam envolvidas com o Concurso, e pretende fornecer conteúdos que permitam problematizar o tema, orientar a observação da realidade próxima e, por consequência, dar mais consistência aos textos que serão produzidos;
- f) *materiais complementares*: outros instrumentos úteis para a implementação do programa são disponibilizados para uso pelo Instituto Sicoob. Eles são constituídos por apresentações conteudistas diversas, com temas que se relacionam com a metodologia, bem como sugestões de calendários e atividades para inclusão no plano de ação, e outras ferramentas que possam auxiliar todas as pessoas envolvidas na gestão do programa;
- g) *regulamento anual*: conjunto de normas, regras e diretrizes estabelecidas para orientar o funcionamento da edição e cada ano do Concurso. Ele define as condições, os critérios e procedimentos que devem ser seguidos pelos participantes. O regulamento visa garantir a transparência, equidade e justiça no desenvolvimento e na execução das atividades, estabelecendo as bases para a participação e as condições para o alcance dos objetivos propostos;
- h) *site de inscrição*: oferece formulário eletrônico para que as instituições de ensino possam preencher e cadastrar a sua participação na edição do ano do Programa Concurso Cultural, além de disponibilizar, em formato digital, para leitura e *download*: o regulamento em vigência do ano; o *Guia Metodológico*; o *Guia do Professor*, e o *Guia do Estudante*. Não obstante, o *site* possui um acesso administrativo para as cooperativas do Sicoob, a fim de centralizar e simplificar o gerenciamento das inscrições. Isso ajuda a garantir o bom funcionamento, a segurança e o sucesso contínuo do programa.

9. Responsabilidades

- 9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia e os materiais utilizados no Programa Concurso Cultural; realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades em parceria com as cooperativas centrais; definir os prêmios para as três etapas; elaborar e revisar os documentos normativos; formar a comissão avaliadora e a comissão organizadora; e premiar os trabalhos em âmbito nacional.
- 9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por replicar a metodologia e distribuir os materiais do Programa Concurso Cultural para as cooperativas singulares, além de promover a capacitação da metodologia, formar a comissão avaliadora, premiar os trabalhos em âmbito regional, e encaminhar os desenhos e redações selecionados para o Instituto Sicoob, para concorrerem à premiação nacional.
- 9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por implementar o Programa Concurso Cultural em parceria com escolas públicas e privadas da sua área de atuação, executando os processos estabelecidos no regulamento de cada ano. Deve, ainda, identificar e capacitar voluntários que possam contribuir com a multiplicação do conteúdo, bem como formar a comissão avaliadora, premiar os trabalhos em âmbito local, e encaminhar a lista de presença de todos os participantes e os desenhos e as redações selecionados para a cooperativa central, para concorrerem à premiação regional.
- 9.4. *Instituição beneficiária*: escolas públicas ou privadas. Para o melhor desenvolvimento das etapas propostas na metodologia, tornam-se necessários a ciência e o apoio da equipe diretiva e pedagógica, bem como de professores para a execução da proposta de trabalho do Programa Concurso Cultural. Os profissionais da escola também são responsáveis por colher a assinatura dos participantes na lista de presença, a fim de corroborar o número apresentado na inscrição. O envolvimento dessa equipe se faz imperioso, ainda, para a seleção e o encaminhamento dos trabalhos desenvolvidos.
- 9.5. *Comissão Avaliadora*: encarregada de avaliar os trabalhos elaborados por alunos matriculados na escola parceira, inscritos no Concurso, e selecionar os melhores projetos em cada categoria. As comissões avaliadoras são estabelecidas em cada fase de premiação – local, regional e nacional –, levando em consideração as particularidades de cada localidade. Recomenda-se a composição da comissão por um número ímpar de membros, geralmente entre três e cinco pessoas.
- 9.6. *Comissão Organizadora*: responsável por divulgar, acompanhar e apoiar a comissão avaliadora. A comissão é composta por um representante da Área de Cidadania e Sustentabilidade, um representante da Área de Controles e um representante da Área Jurídica – todos pertencentes ao Centro Cooperativo Sicoob, o CCS. Essa comissão será acionada em caso de dúvidas ou para avaliação de situações de empate e desqualificações. As decisões da Comissão Organizadora são soberanas e inapeláveis.

10. Macroprocessos do Programa Concurso Cultural:

Macroprocessos Programa Concurso Cultural					
	Adesão	Preparação	Termo de parceria	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	a) desenvolver o regulamento, materiais e o processo classificatório; b) definir premiação.	a) disponibilizar o regulamento e materiais para impressão; b) acompanhar a implementação do programa.	Disponibilizar o documento.	a) disponibilizar materiais audiovisuais e de apoio para execução; b) acompanhar a implementação do programa.	a) seleção dos melhores trabalhos enviados pelas cooperativas centrais; b) entrega da premiação nacional; c) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; d) SINS – avaliar e aprovar ações submetidas pelas cooperativas centrais.
Cooperativa central	a) verificar interesse das cooperativas singulares; b) SINS – elaborar o Plano de Ação; c) apresentar metodologia para as cooperativas singulares.	a) providenciar a impressão de materiais para a divulgação do Concurso Cultural; b) encaminhar materiais para as cooperativas singulares.	a) imprimir o Termo de Parceria; b) coletar assinaturas na cooperativa central; c) anexar o termo assinado entre as partes no SINS; d) arquivar a via da cooperativa central.	a) SINS – registrar a execução no Cadastro de Ações; b) verificar a quantidade de materiais por número de escolas participantes e providenciar a impressão; c) encaminhar materiais impressos e audiovisuais para as cooperativas; d) dar suporte à cooperativa singular nas demandas de execução do programa.	a) seleção dos melhores trabalhos enviados pelas cooperativas singulares; b) envio dos trabalhos selecionados ao Instituto Sicoob; c) entrega da premiação regional; d) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; e) SINS – avaliar e aprovar as ações submetidas pelas cooperativas singulares; f) SINS – submeter para a aprovação do Instituto.
Cooperativa singular	a) SINS – elaborar o Plano de Ação; b) mapear escolas; c) verificar o interesse das escolas; d) comunicar à cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa.	a) definir a quantidade de materiais para a divulgação do concurso cultural; b) fazer visitas e entregas dos materiais; c) acompanhar a inscrição das escolas.	a) coletar assinaturas na instituição de ensino e na cooperativa singular; b) encaminhar a via da instituição de ensino; c) encaminhar a via da cooperativa central; d) arquivar a via da cooperativa singular.	a) SINS – registrar a execução no Cadastro de Ações; b) distribuir materiais para as escolas participantes; c) executar o concurso nas instituições de ensino por meio da PAE e voluntários; d) registro audiovisual.	a) seleção dos trabalhos enviados pelas escolas; b) envio dos trabalhos selecionados à cooperativa central; c) entrega da premiação local; d) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; e) SINS – submeter para a aprovação da cooperativa central.

Título 3 – Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo
Capítulo 3 – Programa Conexão Sicoob

Programa Conexão Sicoob		
<p>Objetivo</p> <p>Disseminar educação empreendedora, intraempreendedora e cooperativista aos jovens.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) Organizações da Sociedade Civil (OSC);</p> <p>b) instituições de ensino;</p> <p>c) enfim, as diversas entidades que integram a comunidade nas quais as cooperativas do Sicoob estão inseridas.</p>	<p>Documentos</p> <p>a) Guia de Execução do Conexão Sicoob;</p> <p>b) apresentação comentada, em formato de apresentação de <i>slides</i>, a ser utilizada na facilitação do Laboratório de Inovação.</p>
<p>Produto</p> <p>Este produto pode ser executado em duas fases:</p> <p>a) <i>Trilha de desenvolvimento</i>: trilha educacional gratuita com duração de 8 horas, oferecida por meio de uma plataforma digital;</p> <p>b) <i>Laboratório de Inovação</i>: experiência presencial, com duração aproximada de 8 horas, oferecida por cooperativa do Sicoob. A execução do Laboratório de Inovação pela cooperativa do Sicoob é facultativa.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) voluntários aptos e competentes para conduzir o <i>Laboratório de Inovação</i>;</p> <p>b) divulgação da Plataforma Conexão Sicoob pelas cooperativas do Sicoob.</p>	<p>Canais</p> <p>Plataforma digital, disponível para acesso em: conexaosicoob.com.br.</p> <p>A plataforma digital consiste em trilha <i>on-line</i> interativa, com emissão de certificado após a conclusão.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Pessoas físicas, de 15 a 29 anos.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. O Programa Conexão Sicoob iniciou sua trajetória em 2017, com a intenção de promover conteúdos sobre cooperativismo, cooperativismo de crédito, negócios conscientes, entre outros assuntos, para o público jovem, sendo uma ferramenta de posicionamento e compromisso social do Sicoob com a comunidade jovem, por meio da educação. E, a longo prazo, o programa visava rejuvenescer a base de cooperados e contribuir com a perenidade do sistema.
- 1.2. O projeto cumpre a tarefa de aproximar o Sicoob e o cooperativismo do público jovem. O Instituto Sicoob acredita e valoriza o protagonismo desse público; com isso, no fim de 2021, o Programa Conexão Sicoob foi incorporado ao *Portfólio do Instituto Sicoob*.
- 1.3. Em geral, os jovens são considerados mais flexíveis a mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos. As gerações Y e Z cresceram em meio aos avanços tecnológicos e isso faz com que desenvolvam novas ideias sobre trabalho e negócios.

- 1.4. É extremamente importante encontrar formas de desenvolver ou aprimorar a comunicação com os jovens. Alinhados à importância de cultivar esse público para a manutenção e expandir o impacto na sociedade, por serem considerados o “futuro da geração”, os jovens são oriundos de uma geração extremamente conectada a novas tendências e interessada em desafios, o que possibilita inovação e promove novas oportunidades.
 - 1.5. Os jovens são potenciais protagonistas de ação nas comunidades em que vivem, podendo construir e transformar uma nova realidade mais justa, sustentável e colaborativa. Por isso, é fundamental a existência de fontes de conhecimento, projetos, ações, plataformas e incentivos que ofereçam oportunidades que conversem diretamente com esse público, com a linguagem desse público, seja por meios digitais, temas específicos, entre outros.
 - 1.6. Ensinar sobre empreendedorismo e intraempreendedorismo durante o processo de formação, aplicado aos conceitos do cooperativismo, contribui para o desenvolvimento da geração que será responsável pelas transformações a médio e longo prazos, desenvolvendo pensamento crítico e consciente, ajudando no crescimento das suas próprias ideias e desejos, ou apostar também em empresas que acredita.
 - 1.7. Com isso, o Programa Conexão Sicoob tem o propósito de contribuir com essa formação de jovens empreendedores e intraempreendedores, capazes de promover a cooperação e o desenvolvimento de suas comunidades. O programa faz parte do Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo do Instituto Sicoob, unindo forças para contribuir com a difusão da cultura e valores cooperativistas, bem como desenvolvendo o espírito empreendedor e de cooperação junto aos jovens.
2. Objetivo
 - 2.1. Disseminar conceitos de empreendedorismo, intraempreendedorismo e cooperativismo, contribuindo para a formação de jovens líderes capazes de promover cidadania, colaboração e desenvolvimento de sua comunidade.
3. Objetivos específicos
 - 3.1. Estimular o desenvolvimento de competências de negociação, coordenação, pensamento crítico, criatividade e liderança.
 - 3.2. Aumentar o engajamento dos jovens pelos conceitos do cooperativismo, para promover cuidado com o ambiente, com o bem-estar da coletividade e com a qualidade de vida do ser humano.
 - 3.3. Incentivar e contribuir para a formação de líderes jovens, para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras e inovadoras.
 - 3.4. Difusão de cultura e valores cooperativistas, disseminando os princípios da democracia, da solidariedade e da autonomia, bem como desenvolvendo o espírito empreendedor e de cooperação entre os diversos públicos envolvidos.

4. Público-alvo:

- a) pessoas físicas, de 15 a 29 anos;
- b) universitários, estudantes de curso técnico, pessoas concluindo o ensino médio, realizando curso pré-vestibular, e empreendedores com vontade de inovar e atuar como protagonistas do desenvolvimento em suas vidas e em suas comunidades;
- c) cooperativas que buscam aprender e incentivar uma maior comunicação a respeito de empreendedorismo e cooperativismo, focada no público jovem.

5. Metodologia

5.1. O Instituto Sicoob é responsável por gerir o conjunto do programa e desenvolver a metodologia, com a elaboração do material instrucional. Outra função é manter, com o apoio da área de TI do Sicoob, a plataforma de fácil acesso atualizada e acessível para pessoas de todas as classes sociais.

5.2. O Conexão Sicoob pode ser executado em duas etapas principais, que consistem em:

- a) trilha de desenvolvimento;
- b) laboratório de inovação.

5.3. A Trilha de Desenvolvimento é uma plataforma *on-line*, gerenciada pelo Instituto Sicoob, com conteúdo de Empreendedorismo e Cooperativismo. Os jovens terão acesso aos demais conteúdos e acumularão pontos na plataforma, ao passo em que concluírem a visualização dos vídeos teóricos da plataforma.

5.4. O Laboratório de Inovação consiste em uma experiência presencial, proporcionada por uma cooperativa do Sicoob, aos jovens que alcançaram maior pontuação na Trilha de Desenvolvimento. O Laboratório de Inovação propõe a resolução de um desafio prático a partir dos conceitos que são abordados na Trilha de Desenvolvimento. A execução do Laboratório de Inovação por uma cooperativa do Sicoob é facultativa; aquelas cooperativas que desejarem executar o Laboratório de Inovação contarão com curso e material didático disponível no Sicoob Universidade.

6. Avaliação e acompanhamento

6.1. A plataforma utilizada para o Programa Conexão Sicoob oferece os resultados de alcance e o perfil dos jovens participantes, atendidos por meio de mecanismo de coleta de dados. Além disso, o programa é utilizado como espaço para a coleta da percepção dos jovens em relação ao conteúdo e à ferramenta apresentados no Programa, que são utilizados para o seu aprimoramento.

7. Equipe técnica

7.1. Pessoa de Apoio Estratégico (PAE) – tem como competências:

- a) realizar o planejamento da ação e sua sensibilização;
- b) indicar e visitar parceiros estratégicos para a apresentação do programa, incentivando a divulgação pelo parceiro para maior participação dos jovens;
- c) definir cronograma, local, materiais, refeições, premiações e demais itens para a execução da etapa presencial (Laboratório de Inovação), caso esta etapa seja executada pela cooperativa;
- d) facilitação do conteúdo;
- e) postagem da ação no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).

7.2. Voluntários Transformadores – podem contribuir ao:

- a) indicar possíveis parceiros locais, visitando e sensibilizando, jovens e parceiros para participar no Programa Conexão Sicoob na região de atuação da cooperativa Sicoob;
- b) apresentar o Instituto Sicoob e o Sicoob;
- c) realizar palestras sobre Empreendedorismo e Cooperativismo para jovens;
- d) facilitar o conteúdo proposto na etapa presencial do programa (Laboratório de Inovação), caso esta etapa seja executada pela cooperativa;
- e) amparar as cooperativas na realização de inscrições;
- f) auxiliar com a organização do Laboratório de Inovação;
- g) apoiar a recepção e a agenda da etapa presencial do programa (Laboratório de Inovação);
- h) efetuar registros fotográficos e/ou audiovisuais da ação.

7.3. Banca Avaliadora – composta de três ou cinco pessoas, escolhidas pela cooperativa (podendo ser funcionários, diretores, conselheiros das cooperativas do Sicoob e parceiros), para a avaliação e pontuação da atividade proposta na etapa presencial (Laboratório de Inovação), caso esta etapa seja executada pela cooperativa; também é responsável por definir o grupo vencedor da premiação do Laboratório de Inovação, a partir da avaliação, seguindo critérios estabelecidos, e por conduzir o discurso de premiação.

8. Ferramentas

8.1. Guia de Execução – material *on-line* disponibilizado às cooperativas do Sicoob em formato PDF, com sugestões e subsídios para o desenvolvimento e a execução do Programa Conexão Sicoob.

8.2. Trilha de Capacitação – conteúdo *on-line*, no formato de trilha, com vídeos divididos em módulos, para apresentar o programa e seus conceitos, assim como orientações sobre como implementá-lo de maneira eficaz.

8.3. Apresentação em *Slides* – arquivo disponibilizado para utilizar na facilitação do Laboratório de Inovação. A apresentação apresenta comentários para auxiliar o responsável pela facilitação.

9. Responsabilidade

9.1. Instituto Sicoob – responsável por:

- a) desenvolver a metodologia, a formação e os materiais utilizados,
- b) realizar o acompanhamento e o monitoramento das atividades;
- c) elaborar e revisar documentos normativos relacionados ao programa;
- d) administrar a plataforma e todo o conteúdo disponibilizado em seu pleno funcionamento, conforme a metodologia do programa.

9.2. Cooperativa central do Sicoob – responsável por:

- a) promover condições para a realização do programa com as cooperativas singulares;
- b) replicar a metodologia e os materiais necessários;
- c) acompanhar e execução o programa;
- d) promover a capacitação de PAEs e Voluntários Transformadores.

9.3. Cooperativa singular do Sicoob – responsável por:

- a) executar e fazer a gestão do programa e das atividades propostas pela metodologia do Conexão;
- b) executar a etapa presencial do programa, respeitando a metodologia estabelecida;
- c) divulgar o programa;
- d) identificar instituições com interesse e potencial em receber e promover o programa;
- e) identificar organizações parceiras e voluntários que possam contribuir na multiplicação do conteúdo e dos materiais desenvolvidos.

10. Macroprocessos do Programa Conexão Sicoob:

Macroprocessos do Conexão Sicoob				
	Adesão	Preparação	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	Disponibilizar materiais metodológicos e de apoio.	a) disponibilizar materiais para impressão e em canais digitais; b) disponibilizar plataforma em pleno funcionamento para a execução e o andamento do programa; c) oferecer oportunidades de capacitação para voluntários que queiram executar etapas do programa, respeitando cronograma estabelecido.	Não se aplica.	a) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS); c) analisar dados coletados por meio da plataforma digital.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares na execução deste programa; b) apresentar a metodologia e os materiais de apoio às cooperativas singulares do Sicoob; c) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).	Promover a capacitação de voluntários sobre a metodologia do programa em comento.	Cooperativa poderá executar o Laboratório de Inovação, etapa presencial do programa, caso tenha interesse.	Analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).
Cooperativa singular	a) verificar voluntários aptos para executar o programa; b) comunicar à cooperativa central sobre a intenção de implementar o Programa; c) identificar possíveis entidades parceiras para a execução do programa; d) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no Sistema do Instituto Sicoob (SINS); e) registrar ações executadas no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).	a) articular a realização do programa; b) habilitar profissionais responsáveis para a execução do programa; c) solicitar materiais à cooperativa central, sempre que necessário.	Executar o programa em conformidade com as diretrizes do Guia Metodológico e este documento, referente às etapas de execução. Poderão contribuir na divulgação do programa ou na execução da etapa presencial do Conexão.	Registrar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).

Título 4 – Eixo Cidadania Financeira

1. Cidadania Financeira é o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. O desenvolvimento da cidadania financeira se dá por meio de um contexto de inclusão financeira, de proteção ao consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro¹.
2. Nesse mesmo sentido, Educação Financeira é a ferramenta que desenvolve cidadãos mais conscientes para tomar decisões econômicas. O assunto está presente na vida de toda a população, afetando o bem-estar físico, psíquico e até a produtividade no trabalho do indivíduo, além de afetar sua família e toda a nação.
3. A pauta da Educação Financeira tornou-se mais conhecida nos últimos anos, mas não pode se tornar uma tendência que em algum momento deixará de ser relevante; pelo contrário, esse é um tema que precisa entrar no dia a dia de todos, pessoas físicas e jurídicas, como já acontece nos países desenvolvidos, que possuem iniciativas voltadas para disseminar essa cultura entre sua população, desde a tenra idade.
4. Cada vez mais, os países, independentemente de seu grau de renda e de desenvolvimento social, têm implementado estratégias de educação financeira ou avançado em projetos relacionados a esse tema, o que demonstra uma preocupação global com o assunto, cuja conscientização da população e cujo envolvimento de vários atores nacionais e internacionais contribuem para a melhoria da vida das pessoas. O assunto também está na agenda de organizações multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o G20, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais (Banco Central dos Bancos Centrais) – em inglês, *Bank for International Settlements (BIS)* – e a Organização Internacional de Valores Mobiliários – em inglês, *International Organization of Securities Commissions (IOSCO)* –, entidade que congrega as Comissões de Valores Mobiliários dos países. Essas organizações reconhecem a importância dos esforços nacionais de educação financeira, no seu sentido mais amplo, para sustentar a estabilidade econômico-financeira e o desenvolvimento social inclusivo.
5. Por ser de importância estratégica, o governo brasileiro instituiu, desde 2010 (Decreto nº 7.397, de 22/12/2010), a Estratégia Nacional de Educação Financeira, aperfeiçoada em 2020, pelo Decreto nº 10.393, de 9/6/2020, com a finalidade de promover a educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária, com forte envolvimento dos reguladores do Sistema Financeiro Nacional (SFN).
6. Ainda, para dar efetividade a essa agenda, o Banco Central do Brasil (BCB) divulgou, por meio do Comunicado nº 34.201, de 12/9/2019, os princípios norteadores “para a promoção da Educação Financeira por parte das instituições financeiras”, pois a Autoridade Monetária defende que a sua promoção contribui para a solidez e a eficiência do SFN, além de trazer benefícios para a condução

¹ Como definido no relatório *Cidadania Financeira, 2021*, publicado pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 10 jan. 2023.

das atividades das instituições que atuam no setor financeiro e para o cidadão. Com esse entendimento, o BCB direciona suas recomendações no sentido de que as entidades por ele reguladas assumam crescente responsabilidade pela promoção de ações efetivas de Educação Financeira, para que seus clientes e usuários gerenciem adequadamente seus recursos, em alinhamento ao conceito de Cidadania Financeira, considerando nossa capacidade de comunicação, capilaridade e o conhecimento dos clientes. Assim, segundo o BCB, as instituições contribuem para a formação da poupança, a organização do orçamento pessoal e familiar, bem como para a compreensão e o uso consciente de produtos e serviços financeiros, incluindo o crédito.

7. No mesmo sentido, a Superintendência de Seguros Privados, por meio do Ofício Circular nº 6/2020, de 13/10/2020, divulgou “os princípios para a promoção da Educação Financeira por parte das sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar”, pois

considera que a promoção da Educação Financeira no país contribui para a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional, do qual os mercados de seguros, de previdência complementar aberta e de capitalização fazem parte, bem como para a condução das atividades das instituições que integram tais mercados – em alinhamento aos princípios de ética, responsabilidade, transparência, diligência, lealdade, probidade, honestidade, boa-fé objetiva, livre iniciativa e livre concorrência – promovendo o tratamento adequado do cliente e o fortalecimento da confiança no sistema de seguros privados.

- 7.1. Vale lembrar que o Sicoob atua nesse segmento do mercado tanto com o Sicoob Seguradora quanto com a Fundação Sicoob, o que reforça a importância de ter uma agenda voltada para atender as expectativas do regulador no que tange ao compromisso do Sicoob com a Educação Financeira, bem como com ações efetivas para integrar os programas desenvolvidos por meio do Instituto Sicoob.
8. Diante desse quadro, o Eixo Cidadania Financeira torna-se ferramenta fundamental nas ações do Instituto Sicoob, contribuindo para atender a convocação dos reguladores, para que as cooperativas sejam os agentes dessa transformação em nosso país, presente o entendimento de que uma sociedade bem-sucedida que contribui para negócios bem-sucedidos. Não obstante, o Instituto Sicoob quer impulsionar esse ciclo virtuoso, contando com a efetiva participação de dirigentes e colaboradores, que atuam como Voluntários Transformadores, preparados para executar as metodologias dos programas do portfólio do instituto, para compartilhar seus conhecimentos sobre a gestão dos recursos financeiros das pessoas, e disseminando práticas saudáveis em relação ao dinheiro, em uma eficiente jornada financeira.
9. Todos os programas seguem metodologia baseada no *Guia Sicoob para a Cidadania Financeira*, que tem como premissas a educação financeira, o senso de comunidade e o autoconhecimento. As premissas nasceram de uma construção com a efetiva colaboração de diversos especialistas no tema Cidadania Financeira e, muito particularmente, em Educação Financeira – todos empregados de cooperativas do Sicoob e do Centro Cooperativo Sicoob (CCS).

10. As premissas direcionam todos os programas de Cidadania Financeira do Instituto Sicoob e são guia para ações do Sicoob com seus cooperados no trabalho de disseminação da Cidadania Financeira, contribuindo para a educação de cidadãos conscientes, que pensam coletivamente e tomam decisões financeiras autônomas, responsáveis por contribuem para o bem-estar individual e coletivo.
11. É preciso que a cidadania financeira possa levar o cidadão a:
 - a) ter mais clareza e autoconhecimento a respeito da própria situação e das possibilidades econômicas;
 - b) saber a dimensão da sua participação na comunidade econômica;
 - c) reconhecer os impactos coletivos das próprias decisões financeiras individuais.
12. Programas:
 - a) Clínicas Financeiras;
 - b) Se Liga Finanças;
 - c) Financinhas.

Título 4 – Eixo Cidadania Financeira
Capítulo 1 – Programa Clínicas Financeiras

Programa Clínicas Financeiras		
<p>Objetivo</p> <p>Oferecer orientação financeira individual e gratuita para pessoas físicas e microempreendedores individuais.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>Pessoas físicas;</p> <p>a) microempreendedores;</p> <p>b) Organizações da Sociedade Civil (OSCs);</p> <p>c) organizações de classe;</p> <p>d) empresas;</p> <p>e) instituições de ensino;</p> <p>f) as diversas entidades que integram a comunidade na qual as cooperativas do Sicoob estão inseridas.</p>	<p>Documentos</p> <p>São materiais que subsidiam a realização das clínicas financeiras:</p> <p>a) guia de execução;</p> <p>b) guia de bordo;</p> <p>c) ficha de atendimento;</p> <p>d) ficha de avaliação;</p> <p>e) lista de presença;</p> <p>f) materiais complementares.</p>
<p>Produto</p> <p>Este produto é oferecido em duas frentes:</p> <p>a) <i>presencial</i>: evento realizado em locais públicos ou privados, mediante articulação prévia junto aos órgãos competentes, para realização de orientações financeiras individuais e gratuitas oferecidas por voluntários do Instituto Sicoob;</p> <p>b) <i>virtual</i>: Plataforma Clínicas Financeiras Virtuais, ferramenta própria para oferta de orientações financeiras individuais, gratuitas e <i>on-line</i> por voluntários do Instituto Sicoob.</p>	<p>Requisitos</p> <p>Voluntários aptos e competentes para conduzir consultorias financeiras.</p>	<p>Canais</p> <p>Plataforma digital, disponível para acesso em: clnicasfinanceiras.institutosicoob.org.br</p> <p>A plataforma digital consiste em canal para agendamento e realização de consultorias financeiras virtualmente.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Pessoas físicas e microempreendedores individuais.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. O assunto dinheiro ainda é um tabu para muitos brasileiros. A falta de conhecimento e a dificuldade em conversar sobre finanças, muitas vezes, leva a tomada de decisões não condizentes com suas realidades. De acordo com pesquisa realizada pela Serasa,² em parceria com o instituto Opinion Box, em 2022, que apresenta o cenário do endividamento no Brasil, a quantidade de inadimplentes cresce pelo nono ano consecutivo, e ultrapassa a marca de 68.000.000 (sessenta e oito milhões) de pessoas endividadas em 2022. Saber fazer um orçamento, aprender a criar um planejamento financeiro, entender sobre investimentos, as consequências do endividamento e como agir em situação de inadimplência são alguns pontos

² Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>.

essenciais para a mudança de comportamento e a reversão de quadros como o apresentado pela pesquisa.

- 1.2. Diante desse quadro, em 2017, nasceu o Programa Clínicas Financeiras, com o intuito principal de conectar orientadores financeiros voluntários e pessoas que buscam melhorar sua relação com o dinheiro, por meio de consultorias individuais, gratuitas e acessíveis. Parte-se da premissa de que o olhar externo especializado, com empatia e acolhimento, pode ajudar muito.
- 1.3. O Programa Clínicas Financeiras é oferecido em duas frentes:
 - a) *presencial*: trata-se de evento realizado em locais públicos ou privados, mediante articulação prévia em parceria com os órgãos competentes, para a realização de orientações financeiras individuais e gratuitas oferecidas por voluntários do Instituto Sicoob;
 - b) *virtual*: trata-se da plataforma Clínicas Financeiras Virtuais, ferramenta própria para a oferta de orientações financeiras gratuitas, individuais e *on-line* por voluntários do Instituto Sicoob.

2. Objetivo

- 2.1. Oferecer orientação financeira individual e gratuita para pessoas físicas e microempreendedores individuais.

3. Objetivos específicos

- 3.1. Oferecer um espaço de escuta, acolhimento, confiança e informação sobre finanças.
- 3.2. Oferecer amplo acesso à consultoria financeira, seja em locais públicos, privados ou por meio da Plataforma Clínicas Financeiras Virtuais.
- 3.3. Prover informações que contribuam para o exercício da cidadania financeira nos âmbitos individual e social.

4. Público-alvo

- 4.1. Pessoas físicas e microempreendedores individuais.

5. Metodologia

- 5.1. O Instituto Sicoob gerencia a mobilização de voluntários e todas as atividades de planejamento, execução e divulgação. Os atendimentos são gratuitos, assim como todo o material distribuído aos usuários. Os voluntários são capacitados por meio da metodologia desenvolvida pelo Instituto Sicoob com base nas especificidades desse tipo de ação, bem como orientações especiais para o tipo de atendimento a ser adotado.
- 5.2. Há um cuidado especial no ambiente em que a Clínica Financeira é realizada, a fim de garantir a privacidade dos atendimentos. Os voluntários recebem roteiro de

orientação específico para os atendimentos e materiais, como folhetos de orçamento e formulário para registro de cada seção e do perfil de usuários. O sigilo das informações individuais é garantido e cada atendimento deve ter, em média, 30 (trinta) minutos. A quantidade de atendimentos depende do espaço e do número de voluntários disponíveis.

- 5.3. Geralmente, os atendimentos presenciais acontecem em eventos com espaços abertos (como praças públicas) e são adotadas várias estratégias de divulgação, como distribuição de folhetos informativos sobre a ação, divulgação em rádios locais, campanhas em mídias sociais e *e-mail* de *marketing*. No entanto, podem acontecer também na própria cooperativa ou em instituições parceiras.
- 5.4. Na modalidade virtual, os atendimentos são realizados em uma plataforma digital, disponível para acesso no *site* <https://clnicasfinanceiras.institutosicoob.org.br/>. Os interessados em receber consultorias financeiras precisam acessar a página, escolher o(a) orientador(a) de acordo com o tema que melhor se enquadre no seu objetivo e agendar uma conversa. A partir daí, é só entrar na plataforma no dia e no horário marcados para dar início ao processo de transformação financeira e acompanhar os avanços. A plataforma conta com orientadores financeiros qualificados e experientes para prestar atendimento e tirar dúvidas sobre temas como orçamento pessoal, orçamento familiar, endividamento, renegociação, imposto de renda, investimento e empreendedorismo.
- 5.5. O programa segue metodologia baseada no *Guia Sicoob para a Cidadania Financeira*, que tem como premissas a educação financeira, o senso de comunidade e o autoconhecimento. A seguir, separadas por premissa, estão descritas as ações que podem ser realizadas durante uma Clínica Financeira, seja presencial ou virtual, para promover a aplicação da metodologia de cidadania financeira dentro do programa:
 - a) *educação financeira*: proporcionando acesso à educação financeira de forma gratuita e individual, deve acontecer de forma reflexiva, levando o cidadão à compreensão não apenas do funcionamento do sistema financeiro e dos produtos ofertados – como o acesso a cartões de débito e de crédito, empréstimos e investimentos –, mas também compreendendo os benefícios e deveres envolvidos em cada tipo de transação e decisão econômica. O atendimento deve estar de acordo com o contexto social e econômico do atendido. Podem ter continuidade os atendimentos por meio de plataforma virtual para incentivar a prática das lições aprendidas;
 - b) *autoconhecimento*: ainda que pareça um pilar muito filosófico para guiar a cidadania financeira dos brasileiros, a capacidade de entender-se como ser humano em meio ao mundo, reconhecendo os contextos em que estamos inseridos, assim como nossas capacidades, habilidades e fragilidades, é crucial para garantir a melhor tomada de decisões, inclusive financeiras. Ao ser capaz de reconhecer os próprios desejos e propósitos de vida, de compreender como as próprias ações afetam o coletivo que as pessoas passam a conseguir delinear com clareza a própria identidade, o que se quer fazer no mundo e como se relacionar com outros seres vivos e com os recursos do planeta. A tomada de melhores decisões acaba sendo uma

consequência dessa jornada de autoconhecimento. O atendimento deve procurar promover um espaço aberto para reflexão, com temas como o impacto das decisões individuais na comunidade, consumo consciente e testes para identificar perfis de consumo e perfis de investimento;

- c) *senso de comunidade*: assim como os ecossistemas da biologia, o sistema econômico também funciona de maneira cíclica e exige que seus participantes possam observar o todo e atuar com um pensamento direcionado aos impactos do individual dentro do ambiente coletivo. É importante que a Cidadania Financeira incentive, por meio de um pilar – o Senso de Comunidade – que os cidadãos saiam de um pensamento individualista (pensando em “o que eu vou ganhar”) para um modelo mental de comunidade (refletindo sobre “o que vamos ganhar”). Com as Clínicas Financeiras, o Instituto Sicoob consegue estar presente na comunidade com ações periódicas e inserir reflexões de como o indivíduo pode mudar a realidade de onde mora por meio da cooperação.

5.6. O desenvolvimento de um programa com esse enfoque tem como potencial o despertar e o desenvolvimento econômico local. Com essa ação, as cooperativas possuem a oportunidade de aplicar o sétimo princípio do cooperativismo – o *Interesse pela Comunidade* –, tornando-se cada vez mais comprometidas com o desenvolvimento da comunidade. Com a aplicação desta metodologia, entendem-se como benefícios o reforço à Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef) e a disseminação dos conceitos de cidadania financeira, para se ter no presente e no futuro cidadãos conscientes, plenos dos seus direitos e deveres, o que possibilita a conquista de bem-estar e estabilidade financeira.

6. Avaliação e acompanhamento

- 6.1. A avaliação e o acompanhamento acontecem por meio de pesquisas com os públicos envolvidos, bem como pelos registros das atividades realizadas.
- 6.2. A plataforma utilizada para as clínicas financeiras virtuais oferece os resultados de alcance e o perfil dos atendidos, por meio dos dados coletados.

7. Equipe técnica

- 7.1. *Pessoa de Desenvolvimento Estratégico (PDE)*: responsável por promover condições para a realização das Clínicas Financeiras em parceria com as cooperativas singulares, replicar a metodologia e materiais necessários, e promover a capacitação de PAEs e voluntários.
- 7.2. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: responsável por organizar e fazer a gestão dos materiais e dos voluntários. Ela deve identificar instituições com interesse e potencial de receber e desenvolver o programa, bem como realizar a divulgação da Plataforma Clínicas Financeiras Virtuais.
- 7.3. *Voluntário transformador*: responsável por atuar como orientador financeiro ou voluntário de apoio nos eventos. Realiza a divulgação da Plataforma Clínicas Financeiras Virtuais.

7.4. *Profissional contratado*: condicionado à aprovação prévia da cooperativa parceira e do Instituto Sicoob, especialista em Educação Financeira poderá atuar como orientador financeiro.

8. Ferramentas

8.1. *Guia de execução*: contém informações, conceitos e metodologia para a aplicação do programa.

8.2. *Guia de bordo*: contém todas as instruções para navegação na Plataforma Clínicas Financeiras Virtuais, além de orientações de abordagem e referências teóricas.

8.3. *Ficha de atendimento*: funciona como um direcionador, para que o orientador financeiro realize a consultoria.

8.4. *Materiais complementares*: outros instrumentos úteis são disponibilizados para a realização das consultorias e distribuição aos participantes. Eles são constituídos por artes para confecção de tendas, *banners*, panfletos e camisetas. São disponibilizados outros materiais, tais como: planilhas de orçamento pessoal e familiar; formulário de comprometimento; peças para divulgação do programa; e outras ferramentas que possam auxiliar todas as pessoas envolvidas na gestão do programa.

8.5. *Plataforma digital*: canal por onde os orientadores das Clínicas Financeiras Virtuais disponibilizam horários em suas agendas, para que os usuários marquem e realizem consultorias *on-line*.

9. Responsabilidades

9.1. As Clínicas Financeiras têm potencial para serem realizadas em todo o país, por meio das ações das cooperativas do Sicoob, dada a sua capilaridade nacional, como já ressaltou o Banco Central do Brasil, uma vez que o Instituto Sicoob atua em rede com as cooperativas que aderem livremente a seus programas. Para tanto, precisamos ter pessoas capacitadas para exercerem a função de orientador financeiro nos atendimentos individuais, palestrantes para a sensibilização, assim como voluntários de apoio na organização de todo o processo de atendimento, dando apoio para o pré-cadastro dos interessados, organizando o ambiente em que se dá a clínica, efetuando o registro fotográfico e o suporte no decorrer da atividade. Na implementação das Clínicas Financeiras, as responsabilidades se distribuem da seguinte forma:

- a) *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia, a formação e o conteúdo dos materiais utilizados no programa, além de realizar acompanhamento e monitoramento das atividades, bem como elaborar e revisar os documentos normativos. Responsável, ainda, com o apoio imprescindível da Área de TI do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), pela plataforma disponibilizada para os atendimentos das Clínicas Financeiras Virtuais;

-
- b) *cooperativa central do Sicoob*: responsável por promover condições para a realização das Clínicas Financeiras em conjunto com as cooperativas singulares. Também é encarregada de conduzir a organização dos eventos, no seu próprio âmbito, ou apoiar a organização no âmbito das cooperativas singulares. Além disso, deve replicar a metodologia e os materiais necessários para a realização das Clínicas Financeiras, bem como promover a capacitação de PAEs e voluntários;
- c) *cooperativa singular do Sicoob*: responsável por executar e fazer a gestão das atividades propostas pela metodologia do Instituto Sicoob. Também é encarregada de identificar instituições parceiras, organizar os eventos no âmbito da Singular, devendo identificar e, em conjunto com a cooperativa central, capacitar voluntários que possam atuar como orientadores financeiros ou na equipe de apoio das Clínicas Financeiras.

10. Macroprocessos do Programa Clínicas Financeiras:

Macroprocessos do Programa Clínicas Financeiras				
	Adesão	Preparação	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	Disponibilizar materiais metodológicos e de apoio.	a) disponibilizar materiais para impressão e em canais digitais; b) disponibilizar profissionais habilitados para capacitação de multiplicadores e voluntários sobre a metodologia do programa.	Não se aplica.	a) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS); c) analisar dados coletados por meio da plataforma digital.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares na execução do programa; b) apresentar a metodologia e materiais de apoio às cooperativas singulares do Sicoob; c) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS.	Promover a capacitação de voluntários sobre a metodologia do programa em comento.	Não se aplica.	Analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.
Cooperativa singular	a) verificar voluntários aptos para executar o programa; b) comunicar a cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa; c) identificar possíveis entidades parceiras para a execução do programa; d) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS; e) registrar ações executadas no SINS.	a) articular a realização do programa; b) habilitar profissionais responsáveis para a execução do programa; c) solicitar materiais à cooperativa central, sempre que for necessário.	a) executar o programa em conformidade com as diretrizes do documento; b) Código de Ética do Sicoob e Guia Sicoob para a Cidadania Financeira.	Registrar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.

Título 4 – Eixo Cidadania Financeira
Capítulo 2 – Programa Se Liga Finanças

Programa Se Liga Finanças		
<p>Objetivo</p> <p>Oferecer conteúdo gratuito e acessível sobre finanças para pessoas físicas e microempreendedores individuais.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>Pessoas físicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) microempreendedores; b) Organizações da Sociedade Civil (OSCs); c) organizações de classe; d) empresas; e) instituições de ensino; f) as diversas entidades que integram a comunidade na qual as cooperativas do Sicoob estão inseridas. 	<p>Documentos</p> <p>São materiais que subsidiam a realização do Programa Se Liga Finanças:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Guia de Execução; b) caderno do participante; c) apresentação em formato de slides; d) ficha de avaliação; e) lista de presença; f) materiais complementares.
<p>Produto</p> <p>Este produto é oferecido em duas frentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) <i>presencial</i>: workshops Finanças Pessoais, com duração de 4 (quatro) a 8 (oito) horas, e Finanças para MEI”, com duração de 4 (quatro) horas, com conteúdo prático e interativo para pessoas físicas e microempreendedores individuais; b) <i>virtual</i>: plataforma de ensino a distância que dispõe dos cursos Finanças Pessoais e Finanças para MEI, ambos disponíveis para pessoas físicas e microempreendedores individuais, com emissão de certificado de conclusão. 	<p>Requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) voluntários aptos e competentes para conduzir o <i>workshop</i>; b) divulgação da Plataforma Se Liga Finanças ON, pelas cooperativas do Sicoob. 	<p>Canais</p> <p>Plataforma digital, disponível para acesso em: seligafinancas.institutosicoob.org.br.</p> <p>A plataforma digital consiste em trilha <i>on-line</i> interativa, com emissão de certificado após a conclusão.</p> <p>Por meio do canal indicado, é possível acessar dois cursos: Finanças Pessoais e Finanças para MEI.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Pessoas físicas, com idade entre 15 e 29 anos, e microempreendedores individuais.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. Adolescentes e jovens são, em geral, mais flexíveis a mudança de hábitos, atitudes e comportamentos no tocante a dinheiro e consumo. Como estão ingressando ou pretendem ingressar no mercado de trabalho, existe uma excelente oportunidade para fazê-los refletir sobre sua relação com o dinheiro.
- 1.2. A maior parte das empresas em atividade no Brasil é composta por microempreendedores individuais, que geralmente enxergam facilidade no processo de abertura do negócio, mas encontram dificuldades e pouco acesso aos conteúdos educacionais, quando o assunto é gestão financeira. Na pesquisa *Perfil*

do MEI, realizada pelo Sebrae em 2022, quando se questionou em quais áreas o microempreendedor individual mais sente necessidade de capacitação, a maioria apontou controles financeiros e orientação para crédito/financiamento. É imprescindível o conhecimento em finanças para que estes negócios cresçam e contribuam ainda mais para o desenvolvimento do país.

- 1.3. O Instituto Sicoob acredita e valoriza o protagonismo e a transformação por meio da educação financeira. Nesse sentido, lançou, em 2016, com base nas diretrizes emanadas da *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*, o Programa Se Liga Finanças.
 - 1.4. O Se liga Finanças é direcionado para jovens de 15 a 29 anos e microempreendedores individuais, e tem por objetivos mostrar às pessoas os benefícios de uma vida financeira saudável, proporcionada pelo uso consciente do dinheiro, além de conscientizar sobre a importância de uma boa gestão financeira, para a prosperidade dos pequenos negócios. O programa possui as modalidades presencial e virtual. Ambas oferecem conteúdos e atividades que incentivam a interação entre os participantes, de modo a promover a compreensão sobre as consequências advindas das escolhas financeiras.
 - 1.5. Na modalidade presencial, as cooperativas singulares que fazem adesão ao programa têm o papel de recrutar e/ou capacitar educadores financeiros voluntários, ou contratar profissionais que, por sua vez, conduzem, com o público-alvo, *workshops* com duração de 4 (quatro) a 8 (oito) horas, seguindo metodologia e materiais disponibilizados pelo Instituto Sicoob.
 - 1.6. Na modalidade virtual, a Plataforma Se Liga Finanças ON oferece os cursos Finanças Pessoais e Finanças para MEI, que buscam disseminar a cidadania financeira para o mundo virtual de forma gratuita, por meio do [site https://seligafinancas.institutosicoob.org.br/](https://seligafinancas.institutosicoob.org.br/).
 - 1.7. O propósito é mobilizar e integrar as cooperativas de crédito do Sicoob na educação financeira dos jovens e microempreendedores individuais das comunidades em que atuam, de maneira autônoma e com planejamento participativo.
 - 1.8. O programa faz parte das ações contínuas do Eixo Cidadania Financeira e é totalmente gratuito, como todos os demais programas do Instituto Sicoob. Além disso, tem finalidade educativa e visa estar afinado com as expectativas e com o perfil dos públicos a que se destina, buscando, continuamente, avaliar e monitorar as ações com vistas ao aperfeiçoamento e à ampliação de atendimentos.
2. Objetivo
 - 2.1. Oferecer conteúdo gratuito e acessível sobre finanças para pessoas físicas e microempreendedores individuais.
 3. Objetivos específicos
 - 3.1. Mobilizar as cooperativas centrais e singulares para a promoção da educação financeira de pessoas físicas e microempreendedores individuais.

- 3.2. Ampliar a compreensão das pessoas sobre conceitos e produtos financeiros, por meio de ações educativas do Se Liga Finanças.
- 3.3. Oferecer ferramentas que propiciem mudança de atitude e práticas nas escolhas financeira e de consumo, inclusive na modalidade virtual.
- 3.4. Estimular o desenvolvimento de competências para o planejamento financeiro.
4. Público-alvo
 - 4.1. Pessoas físicas, com idade entre 15 e 29 anos, e microempreendedores individuais. No entanto, pessoas de outras faixas etárias e empresas de outros portes também poderão se beneficiar.
5. Metodologia
 - 5.1. Na modalidade presencial, os *workshops* trazem para o debate temáticas que precisam ser devidamente exploradas, tendo em vista que o público-alvo deverá ser estimulado à participação e à construção coletiva do conhecimento. Nesses termos, a metodologia dos *workshops* Se Liga Finanças envolve as seguintes práticas:
 - a) exposição dialogada das temáticas;
 - b) atividades individuais;
 - c) atividades em grupo;
 - d) apresentações orais.
 - 5.2. Para o *workshop* Finanças Pessoais, as diretrizes da *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)* foram consideradas desde a concepção, o desenho dos módulos e conteúdos propostos, como descrito a seguir e disponíveis para acesso no portal ENEF (www.vidaedinheiro.gov.br):
 - a) formar para a cidadania;
 - b) ensinar a poupar e a consumir de modo ético, consciente e responsável;
 - c) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude;
 - d) formar disseminadores;
 - e) ensinar a planejar no curto, médio e longo prazo;
 - f) desenvolver a cultura da prevenção;
 - g) proporcionar possibilidade de mudança da condição atual;
 - h) explorar recursos tecnológicos de maior aceitação pelos jovens;

-
- i) desenvolver valores, conhecimentos e competências importantes para a condução autônoma de uma vida financeira, contribuindo para complementar a formação do jovem.
- 5.3. Na construção da metodologia do *workshop* Finanças para MEI, foram trabalhados referenciais do *storytelling*, considerado uma estratégia muito potente, pois auxilia o participante na criação de conexões entre a sua realidade e o relato utilizado na estratégia de aprendizado. A história criada costuma envolver os participantes, que ficam na expectativa em relação ao desfecho; outro aspecto relevante é que torna o aprendizado mais humanizado, pois, em vez do uso de termos técnicos ou de conceitos para a explicação das temáticas, a aprendizagem é estruturada em situações práticas, do cotidiano dos participantes, envolvendo-os a ponto de opinar na melhor solução.
- 5.4. A metodologia está estruturada em uma crescente de temas e suas complexidades e diversas atividades complementares, para reforçar o entendimento. Todas as atividades foram elaboradas cumprindo o seu propósito na sua aplicação, porém apresentam conexões entre si. O facilitador, a partir do seu conhecimento do tema e da turma, estabelecerá as pontes para a execução do conteúdo.
- 5.5. O *workshop* Finanças Pessoais é composto por 6 (seis) módulos que podem ser executados em sua integridade, com uma carga horária de 8 (oito) horas, ou a aplicação de pelo menos três módulos propostos, customizados de acordo com o público, com uma carga horária mínima de 4 (quatro) horas. O *workshop* Finanças para MEI é composto por 3 (três) módulos e possui carga horária total de 4 (quatro) horas. As cooperativas emitem certificado de conclusão dos *workshops*.
- 5.6. Na modalidade virtual, a Plataforma Se Liga Finanças ON apresenta os cursos Finanças Pessoais e Finanças para ME, no formato *on-line* e gratuito, com atividades práticas que incentivam a interação dos participantes e facilitam a compreensão sobre as decisões financeiras. Os vídeos possuem o formato de *microlearning*, uma metodologia de aprendizado que visa disseminar o conteúdo por meio de uma linguagem simples em um curto espaço de tempo.
- 5.7. O curso Finanças Pessoais é composto por 6 (seis) módulos e o curso Finanças para MEI, por 4 (quatro) módulos, ambos com carga horária total de 8 (oito) horas, considerando o tempo para a visualização das aulas, leitura do material complementar e realização das atividades propostas. Os dois cursos emitem certificado de conclusão na própria plataforma.
6. Avaliação e acompanhamento
- 6.1. No fim de cada encontro do *workshop*, os participantes fazem avaliação detalhada do curso. São organizados encontros anuais pelas cooperativas centrais com os representantes das cooperativas singulares. Nesses encontros, discute-se se as ações e se as metas de atendimento foram alcançadas. São acompanhados os

resultados das ações e levantadas as dificuldades encontradas na implementação do programa.

6.2. A plataforma utilizada para o Se Liga Finanças ON oferece os resultados de alcance e o perfil dos participantes, atendidos por meio de mecanismo de coleta dados.

7. Equipe técnica

7.1. É papel do Instituto Sicoob fazer a gestão do conjunto do programa, desenvolver a metodologia e abordagem pedagógica, e elaborar o material instrucional. Outra função é de manter, com o apoio da Área de TI do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), a plataforma de fácil acesso atualizada e acessível a pessoas de todas as classes sociais, além de acompanhar de perto essas atividades, por meio de monitoramento, encontros de escuta e instrumentos de avaliação.

7.2. *Pessoa de Desenvolvimento Estratégico (PDE)*: responsável por promover condições para a realização do programa em parceria com as cooperativas singulares, replicar a metodologia e materiais necessários, bem como promover a capacitação de Pessoas de Apoio Estratégico (PAEs) e voluntários.

7.3. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: responsável por organizar e fazer a gestão dos materiais e dos voluntários que executarão o programa; certificar-se de que a metodologia proposta está sendo cumprida em sua integridade; identificar instituições com interesse e potencial de receber e desenvolver o Programa Se Liga Finanças. Identifica organizações parceiras e voluntários que possam contribuir na multiplicação do conteúdo e materiais desenvolvidos, e é responsável por reportar as atividades executadas localmente no programa ao Instituto Sicoob.

7.4. *Voluntário Transformador*: responsável por facilitar o *workshop* de acordo com metodologia proposta ou realizar atividades de apoio para que o programa aconteça.

7.5. *Profissional contratado*: condicionados à aprovação prévia da cooperativa parceira e do Instituto Sicoob, especialistas em Educação Financeira poderão facilitar o *workshop*.

8. Ferramentas

8.1. Apresentação em formato de *slides*

8.2. *Guia de execução*: contém informações, referências teóricas, conceitos e metodologia para a aplicação do programa, bem como as apresentações para os *workshops* comentadas.

8.3. *Caderno do participante*: contém as atividades sugeridas nos *workshops*, bem como materiais extras para a organização financeira.

8.4. *Materiais complementares*: outros instrumentos úteis são disponibilizados para a realização dos *workshops* presenciais e distribuição aos participantes. Eles são constituídos por artes para confecção de *banners*, panfletos e camisetas. Também

são compostos por vídeos de educação financeira, caderno de dinâmicas, planilhas de orçamento pessoal e familiar, planilhas de cálculos de juros, peças para divulgação do programa e outras ferramentas que possam auxiliar todas as pessoas envolvidas.

- 8.5. *Plataforma digital*: contém os cursos Finanças Pessoais e Finanças para MEI, usando conceito de *microlearning*, com conteúdo atualizado, atividades interativas, emissão de certificado, planilhas e apostilas de apoio.

9. Responsabilidades

- 9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia e o desenvolvimento de materiais utilizados para o programa, além de realizar acompanhamento e monitoramento das atividades, bem como elaborar e revisar os documentos normativos. É responsável, ainda, pela plataforma, com o apoio da Área de TI do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e todo o conteúdo disponibilizado conforme a metodologia do Se Liga Finanças ON.

- 9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por promover condições para a realização do programa em parceria com as cooperativas singulares, além de replicar a metodologia e materiais necessários, bem como promover a capacitação de PAEs e voluntários.

- 9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por executar e fazer a gestão do programa e das atividades propostas pela metodologia do Instituto Sicoob, identificando as instituições com interesse e potencial de receber e desenvolver o Se Liga Finanças, bem como as organizações parceiras e voluntários que possam contribuir na multiplicação do conteúdo e materiais desenvolvidos.

10. Macroprocessos do Programa Se Liga Finanças:

Macroprocessos do Programa Se Liga Finanças				
	Adesão	Preparação	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	Disponibilizar materiais metodológicos e de apoio.	a) disponibilizar materiais para impressão e em canais digitais; b) disponibilizar profissionais habilitados para capacitação de multiplicadores e voluntários sobre a metodologia do programa.	Não se aplica.	a) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS); c) analisar dados coletados por meio da plataforma digital.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares na execução deste programa; b) apresentar a metodologia e materiais de apoio às cooperativas singulares do Sicoob; c) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS.	Promover a capacitação de voluntários sobre a metodologia do programa em comento.	Não se aplica.	Analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.
Cooperativa singular	a) verificar voluntários aptos a executarem o programa; b) comunicar a cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa; c) identificar possíveis entidades parceiras para execução do programa; d) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS; e) Registrar ações executadas no SINS.	a) articular a realização do programa; b) habilitar profissionais responsáveis para a execução do programa; c) solicitar materiais à cooperativa central, sempre que for necessário.	a) executar o programa em conformidade com as diretrizes deste documento; b) Código de Ética do Sicoob e Guia Sicoob para a Cidadania Financeira.	Registrar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.

Título 4 – Eixo Cidadania Financeira
Capítulo 3 – Programa Financinhas

Programa Financinhas		
<p>Objetivo</p> <p>Disseminar a Cidadania Financeira para crianças e jovens de 6 a 12 anos, abarcando valores como cooperação, participação, autoconhecimento e senso de comunidade.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) instituição de ensino regular, pública ou privada;</p> <p>b) pais e responsáveis;</p> <p>c) cooperativas singulares, na figura do voluntário e PAE;</p> <p>d) cooperativas centrais, na figura da PDE;</p> <p>e) cooperativas educacionais;</p> <p>f) Organizações da Sociedade Civil (OSCs);</p> <p>g) secretarias de educação.</p>	<p>Documentos</p> <p>Manual da Coleção Financinhas;</p> <p>a) Guia Metodológico do Programa Financinhas nas Escolas;</p> <p>b) Guia Pedagógico do Programa Financinhas nas Escolas;</p> <p>c) demais materiais de apoio.</p>
<p>Produto</p> <p>Este produto é oferecido em duas frentes:</p> <p>a) <i>Coleção Financinhas</i>: coleção composta por quatro livros infantojuvenis e duas animações:</p> <p>a.1) <i>Caio achou uma moedinha</i>;</p> <p>a.2) <i>Miguel, Aninha e Dedé ganharam um dinheirinho</i>;</p> <p>a.3) <i>Margô e Davi foram ao mercadinho</i>;</p> <p>a.4) <i>Marina esqueceu de desligar a televisão</i>;</p> <p>a.5) <i>Seu Roberval põe na conta</i> (animação);</p> <p>a.6) <i>Marina esqueceu de desligar a televisão</i> (animação);</p> <p>b) <i>Programa Financinhas nas Escolas</i>: programa de formação de educadores por meio de trilha <i>on-line</i> e acompanhamento presencial da cooperativa do Sicoob responsável pelo termo de cooperação firmado junto à instituição de ensino, como condição para a implementação do programa.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) voluntários e educadores aptos e competentes para conduzir as atividades com os livros e as animações da Coleção Financinhas e/ou o Programa Financinhas nas Escolas;</p> <p>b) observância aos materiais metodológicos do programa;</p> <p>c) assinatura de Termo de Cooperação com instituição de ensino para a implementação do Programa Financinhas nas Escolas.</p>	<p>Canais</p> <p>Livros da Coleção Financinhas para visualização no site do Instituto Sicoob;</p> <p>a) animação e vídeos das histórias em Libras, disponibilizados no canal oficial do Instituto Sicoob no YouTube;</p> <p>b) trilha <i>on-line</i> para formação de professores (Financinhas nas Escolas).</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Crianças e jovens com idade entre 6 e 12 anos, e professores.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. O entendimento do conceito de Cidadania Financeira desde os primeiros anos de vida pode contribuir para a formação de gerações bem-informadas e aptas a tomar decisões conscientes, sustentáveis e derivadas da conscientização que o uso responsável do dinheiro exerce nos processos relativos às finanças.

- 1.2. A *Coleção Financinhas* surgiu com o intuito de levar conceitos sobre educação financeira para as crianças, de forma lúdica e divertida. Os quatro livros e a animação que compõem a coleção são amplamente utilizados como base para diversas atividades, como contação de histórias, roda de conversa, teatrinhos com os personagens, dinâmicas, atividades e exercícios variados.
 - 1.3. A quantidade e diversidade de atividades realizadas com base na *Coleção Financinhas* proporcionou a criação do Programa Financinhas nas Escolas, onde é possível explorar os materiais da coleção de forma adequada às diferentes faixas etárias e aos anos escolares sob a ótica da Cidadania Financeira, com o intuito de ensinar as bases de uma vida financeira sustentável.
 - 1.4. Desenvolvido para alunos do ensino fundamental I, o Programa Financinhas nas Escolas capacita professores e utiliza materiais pedagógicos para favorecer o aprendizado e a integração de crianças de forma cooperativa, desenvolvendo comportamentos que auxiliam a criação de hábitos financeiros saudáveis.
 - 1.5. A *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, homologada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, incluiu a Educação Financeira entre os temas transversais a constarem dos currículos escolares do país, tratando-a como tema interdisciplinar.
 - 1.6. Este é o contexto que dá apoio à criação, pelo Instituto Sicoob, do Programa Financinhas nas Escolas, contemplando a orientação de competências e habilidades necessárias para a realização das ações sobre o tema. Afinal, a Cidadania Financeira não é um conjunto de ferramentas de cálculo, mas uma mudança de comportamento, de planejamento de vida, de prevenção e de realização individual e coletiva. Faz o sentido trabalhar esses conceitos desde os anos iniciais da vida escolar; afinal, é neste espaço em que a criança dá os primeiros passos para a construção de seu projeto de vida.
 - 1.7. A Escola é um ambiente no qual estudantes aprendem não somente os conhecimentos cognitivos, mas também o que lhes proporciona capacidade de administrar sua vida em sociedade, onde possam aprender a fazer escolhas e a sonhar, mas também a descobrir formas de realização desses caminhos que foram traçados.
2. Objetivo
 - 2.1. Disseminar a Cidadania Financeira para crianças e jovens de 6 a 12 anos, abarcando valores como cooperação, participação, autoconhecimento e senso de comunidade.
 3. Objetivos específicos
 - 3.1. Contribuir para o desenvolvimento da cidadania financeira quanto aos ideais cooperativistas, relacionados à aprendizagem apoiada na cooperação.
 - 3.2. Desenvolver gerações bem-informadas e aptas a tomar decisões financeiras conscientes, sustentáveis, derivadas da responsabilidade que o uso adequado do dinheiro exerce nos processos relativos a finanças.

- 3.3. Disseminar a Cidadania Financeira primeiramente para crianças e, conseqüentemente, para suas famílias e comunidades, gerando impactos positivos na relação de todos com o dinheiro.
4. Público-alvo
- 4.1. Crianças e jovens de 6 a 12 anos, e educadores de escolas públicas e privadas que tenham assinado o Termo de Cooperação em parceria com a cooperativa singular do Sicoob, para a implementação do Programa Financinhas nas Escolas.
5. Metodologia
- 5.1. A metodologia articula e potencializa o desenvolvimento da cidadania financeira aos ideais cooperativistas, que estão relacionados com uma concepção de aprendizagem apoiada na cooperação, prática social capaz de gerar mudança de atitudes que tem na sociedade e na escola um lugar de realização.
- 5.2. As atividades relacionadas à *Coleção Financinhas* são baseadas no *Manual da Coleção Financinhas*, um documento que apresenta informações para a identificação das habilidades de leitura das crianças e jovens de 6 a 12 anos, além de contextualização sobre os principais conceitos tratados nos enredos das histórias e sugestões de atividades.
- 5.3. O programa Financinhas nas Escolas foi desenvolvido em conformidade com a BNCC e, por meio da sua metodologia exclusiva, trabalha três temas transversais: cooperação, consumo e cidadania; a partir de três pilares pedagógicos:
- práticas cooperativas;
 - formação integral;
 - desenvolvimento da cidadania.
- 5.4. O professor inicia sua jornada com a trilha *on-line*, que apresenta todos os conceitos que deverão ser trabalhados com os alunos em sala de aula. A trilha é composta por 8 (oito) módulos e com carga de 8 (oito) horas.
- 5.5. Após a conclusão da trilha, o professor participa de um *workshop* promovido pela cooperativa singular parceira da Escola. O momento de interação tem como objetivo a idealização do plano de ação, do qual constarão as atividades (no mínimo, três) que o professor realizará durante o ano letivo.
- 5.6. No fim de cada ano letivo, o professor emite um relatório com os resultados alcançados durante o ano letivo.
- 5.7. A escola tem função social. Ao educar crianças e jovens, seus benefícios podem se estender às famílias e às comunidades onde vivem. O cooperativismo também se interessa pelo bem-estar e desenvolvimento das comunidades em que está presente. Com isso, destaca-se a relevância de apoio a projetos e soluções sustentáveis, do ponto de vista econômico, social ou ambiental, pois o bom uso de recursos financeiros passa pela educação para um consumo responsável e ético.

- 5.8. Com a aplicação da metodologia, entende-se como resultado o desenvolvimento infantil para assuntos inerentes à relação com dinheiro, planejamento financeiro e gerenciamento de recursos para realização de sonhos.
6. Avaliação e acompanhamento
- 6.1. A avaliação e o acompanhamento acontecem por meio de pesquisas com os públicos envolvidos, bem como pelos registros das atividades realizadas.
- 6.2. O desenvolvimento de um programa com essa potencialidade tem como enfoque o despertar e a disseminação de conceitos relacionados à cidadania financeira, com o intuito de criar cidadãos conscientes e plenos dos seus direitos e deveres, com maiores possibilidades de conquistar bem-estar e estabilidade financeira.
7. Equipe técnica
- 7.1. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: indicada pela cooperativa, tem como competência mobilizar, articular todos os envolvidos, subsidiar a aprendizagem de conteúdos referentes ao programa, conduzir e controlar o tempo das atividades propostas para o desenvolvimento das atividades.
- 7.2. *Diretor(a) ou responsável pela instituição beneficiária*: a participação da direção e de sua equipe técnica, desde o início das ações, cria condições e viabiliza o desenvolvimento do programa como prática educativa suplementar. Cabe à direção/equipe diretiva de cada instituição prover condições, espaço e tempo para o planejamento, a implementação e avaliação das ações.
- 7.3. *Professor(a) orientador(a)*: orientado pelo *Guia Metodológico*, estará habilitado a assessorar a organização e o funcionamento das atividades em cada escola/instituição educativa; o professor orientador viabiliza meios que assegurem a prática de ações para concretizar e difundir os objetivos da cidadania financeira, orientando, organizando e coordenando as atividades que as crianças farão no dia a dia de seus estudos, trazendo responsabilidade e consciência financeira.
8. Ferramentas
- 8.1. *Manual da Coleção Financinhas*: material elaborado para Voluntários que desejam ensinar conceitos básicos de Educação Financeira de forma lúdica e efetiva às crianças. O manual é apresentado da seguinte forma:
- a) a importância da leitura para crianças;
 - b) lições importantes de cada edição;
 - c) atividades para cada edição;
 - d) outras atividades de educação financeira.
- 8.2. *Coleção Financinhas*: os arquivos dos quatro livros – *Caio achou uma moedinha, Margô e Davi foram ao mercadinho, Miguel, Aninha e Dedé ganharam um dinheirinho e Marina esqueceu de desligar a televisão* – são disponibilizados para

as cooperativas centrais e singulares realizarem a impressão, conforme as orientações técnicas compartilhadas em normativo próprio do CCS. Os livros em formato digital estão disponíveis para acesso no *site* do Instituto Sicoob e as animações “*Seu Roberval põe na conta*” e “*Marina esqueceu de desligar a televisão*” estão disponíveis para visualização no canal do Instituto Sicoob no YouTube.

- 8.3. *Capacitação em Contação de Histórias: storytelling, a Arte de Contar Histórias – afinal, saber contar uma história é uma arte*, que inclui técnicas de voz, de respiração, postura e gestos que trazem formas de dialogar com os ouvintes. A solução educacional pode ser acessada na Plataforma Sicoob Universidade (ONL 161183).
- 8.4. *Guia Metodológico*: detalhamento da metodologia do Programa Financinhas nas Escolas, que contém proposta de trabalho a ser desenvolvida pelos professores, orientando-os para explorar os livros da *Coleção Financinhas* de forma contextualizada e adequada às diferentes faixas etárias e aos anos escolares de abrangência do programa, na perspectiva da cidadania financeira. Simultaneamente, recorrendo ao que estabelece a BNCC, sugestão de alternativas em diferentes componentes curriculares, de modo a viabilizar a consolidação de aprendizagens relacionadas à cidadania financeira como conhecimento transversal, com o intuito de ensinar as bases de uma vida financeira sustentável.
- 8.5. *Guia Pedagógico de Orientações ao Programa*: o guia se destina aos professores e:
 - a) apresenta subsídios para a promoção da educação e da cidadania financeira, vistas como temas transversais que compõem uma educação integral e se apoiam em pressupostos cooperativistas;
 - b) detalha temas e conteúdo que se refiram a comportamentos importantes para incentivar o uso consciente dos recursos financeiros e competências a serem desenvolvidas com base na *Coleção Financinhas* pelos diferentes componentes curriculares;
 - c) sugestões de atividades relacionadas ao tema transversal educação financeira e ao ano escolar adequado, indicando ações que valorizem o trabalho conjunto e possam ser estendidas à comunidade escolar, como indica a introdução da presente proposta;
 - d) realiza a adequação das atividades propostas pelos livros da *Coleção Financinhas*, possibilitando que, ao ouvirem histórias relacionadas ao tema, as crianças aprendam para que serve o dinheiro e como ele é necessário para viver em sociedade e fazer planos;
 - e) sugere formas cooperativas de participação em reuniões com professores e pais, linguagem pertinente aos diferentes públicos etc.
- 8.6. *Trilha on-line para professores*: curso de formação para professores de escolas que tenham adesão formalizada ao Programa Financinhas. O conteúdo da trilha *on-line* compreende 8 (oito) módulos e tem carga de 8 (oito) horas.

- 8.7. De forma complementar, o Programa Financinhas nas Escolas disponibiliza cartilha voltada para as famílias dos estudantes, a *Cidadania Financeira em Família*, contendo o significado da educação e cidadania financeira, bem como a importância de crianças e jovens aprenderem a tomar decisões sobre o consumo responsável, a reconhecerem alguns serviços como direitos, desenvolvendo competências para a vivência plena da cidadania financeira, com atividades, roteiros e conteúdo que se relacionem às experiências familiares ligadas ao tema.
- 8.8. *Webinário – Como executar o Programa Financinhas nas Escolas*: a gravação pode ser acessada na Plataforma Sicoob Universidade (ONL 187113).
9. Responsabilidades
- 9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia e os materiais utilizados no programa; disponibilizar profissionais para capacitação de facilitadores; além de acompanhar e monitorar as atividades, e os casos em que haja má conduta e desrespeito às normas e regras do programa, proporcionando ferramentas para controle, geração de indicadores e disseminação da metodologia.
- 9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável pela orientação à cooperativa singular, pela disseminação das práticas, pela análise de viabilidade de implementação, pelo acompanhamento e pela capacitação de PAEs, voluntários e professores.
- 9.3. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por executar e fazer a gestão do programa e das atividades propostas pela metodologia. Além disso, deve identificar instituições com interesse e potencial para executar o programa, bem como realizar planejamento das atividades com a instituição beneficiada e identificar voluntários dentro da cooperativa que possam contribuir nas ações.
- 9.4. *Estrutura mínima para execução do programa*: voluntários capacitados, apoio da gestão da Instituição, professores capacitados, sala para a realização das atividades, materiais (impressos ou digitais) necessários para disponibilizar a metodologia a todos os agentes necessários. No caso do Financinhas nas Escolas, é necessário o *Termo de Cooperação* devidamente assinado pelas partes (cooperativa central, cooperativa singular e instituição de ensino).

10. Macroprocessos do Programa Financinhas:

Macroprocessos do Programa Financinhas					
	Adesão	Preparação	Termo de parceria	Execução/acompanhamento	Encerramento
Instituto Sicoob	Disponibilizar materiais metodológicos e de apoio.	a) disponibilizar materiais para impressão e em canais digitais; b) disponibilizar profissionais habilitados para a capacitação de multiplicadores e voluntários sobre a metodologia do programa.	Disponibilizar o Termo de Cooperação para a implementação do Programa Financinhas nas escolas e demais documentos relacionados.	a) avaliar as lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) analisar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).	a) avaliar as lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) analisar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no Sins. c) analisar os dados coletados por meio da plataforma digital.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares na execução deste programa; b) apresentar a metodologia e os materiais de apoio às cooperativas singulares do Sicoob; c) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINSs.	Promover a capacitação de voluntários sobre a metodologia do programa em comento.	Assinar o Termo de Cooperação para a implementação do Programa Financinhas nas Escolas e demais documentos relacionados.	Analisar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.	Analisar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.
Cooperativa singular	a) verificar voluntários aptos para executar o programa; b) comunicar a cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa; c) identificar possíveis entidades parceiras para a execução do programa; d) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS. e) registrar as ações executadas no SINS.	a) articular a realização do programa; b) habilitar profissionais responsáveis para a execução do programa; c) solicitar materiais à cooperativa central, sempre que for necessário.	a) preencher e assinar o Termo de Cooperação para a implementação do Programa Financinhas nas Escolas e demais documentos relacionados; b) coletar assinatura dos representantes legais da instituição de ensino que deseja implementar o Programa Financinhas nas Escolas.	a) executar o programa em conformidade com as diretrizes do documento; b) Pacto de Ética do Sicoob e Guia Sicoob para a Cidadania Financeira.	Registrar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.

Título 5 – Eixo Desenvolvimento Sustentável**Capítulo 1 – Apresentação**

1. Diante da missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, o Instituto Sicoob objetiva estimular o crescimento econômico, descentralizar conhecimento e cultura, bem como conservar os recursos naturais para as gerações futuras. Para isso, é necessário que haja harmonização entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a justiça social, a qualidade de vida e o uso racional de recursos naturais.
2. O Eixo Desenvolvimento Sustentável atua com programas e projetos que estimulam e fomentam o desenvolvimento de uma sociedade sustentável por meio da educação, formação, cooperação e participação ativa de diversos atores sociais, além de reconhecer iniciativas que contribuem para a construção de soluções coletivas que promovam o bem comum e o desenvolvimento sustentável.
3. Programas:
 - a) Selo Instituto Sicoob;
 - b) Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável;
 - c) Incentivo à Doação – Coopera.

Título 5 – Eixo Desenvolvimento Sustentável
Capítulo 2 – Selo Instituto Sicoob

Selo Instituto Sicoob		
<p>Objetivo</p> <p>Mapear e reconhecer os projetos desenvolvidos pelas cooperativas centrais e singulares do Sicoob, e que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades, a formação de líderes cooperativistas e a difusão da cultura cooperativista.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) cooperativas centrais; b) cooperativas singulares; c) parceiros envolvidos nos projetos.</p>	<p>Documentos</p> <p>a) regulamento vigente do programa; b) Guia de Aplicação do Selo Instituto Sicoob.</p>
<p>Produto</p> <p>Concessão do Selo Instituto Sicoob aos projetos aprovados conforme os critérios estabelecidos pelo regulamento vigente do programa.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) publicação de CCI que divulga o regulamento do programa; b) os projetos cadastrados devem atender aos critérios do regulamento do programa; c) divulgação do resultado dos projetos aprovados por meio de CCI; d) projetos aprovados devem usar o selo de acordo com as orientações do regulamento do programa e do <i>Guia de Aplicação do Selo Instituto Sicoob</i>.</p>	<p>Canais</p> <p>SINS.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Todas as cooperativas centrais e singulares, desde que tenham aderido formalmente ao Instituto Sicoob, por meio da assinatura do Termo de Adesão.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. As cooperativas atuam comprometidas com o sétimo princípio do cooperativismo (*Interesse pela Comunidade*); por isso, desenvolvem iniciativas de responsabilidade social para atender as necessidades das localidades em que estão presentes.
- 1.2. O Instituto Sicoob reconhece que existem projetos desenvolvidos pelas cooperativas que não são contemplados em seu portfólio, os quais são de extrema relevância no que diz respeito ao impacto social das comunidades. Dessa forma, o Selo Instituto Sicoob foi implementado para reconhecer o desenvolvimento de projetos extra portfólio e valorizar a singularidade de cada cooperativa no desenvolvimento de iniciativas que atendem aos interesses particulares das comunidades em que estão inseridas.

2. Objetivos

- 2.1. Mapear e reconhecer os projetos desenvolvidos pelas cooperativas centrais e singulares do Sicoob, bem como que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades, a formação de líderes cooperativistas e a difusão da cultura cooperativista.

3. Objetivos específicos

- 3.1. Mapear projetos desenvolvidos pelas cooperativas centrais e singulares do Sicoob.

- 3.2. Reconhecer projetos desenvolvidos pelas cooperativas centrais e singulares que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades em que o Sicoob atua.
- 3.3. Sensibilizar as cooperativas para o conceito de investimento social estratégico.
- 3.4. Incentivar as cooperativas a implementarem projetos de forma planejada e monitorada.
4. Público-alvo
 - 4.1. Todas as cooperativas centrais e singulares, desde que tenham aderido formalmente ao Instituto Sicoob, por meio da assinatura do *Termo de Adesão*.
5. Metodologia
 - 5.1. Os projetos cadastrados pelas cooperativas são avaliados conforme os critérios do regulamento.
 - 5.2. Para os projetos aprovados, o selo é válido por dois anos, e os critérios para a apresentação de novos projetos e projetos revalidados são definidos no regulamento vigente.
 - 5.3. A marca do selo é exclusiva para o projeto que a recebeu, não podendo ser usada em outras iniciativas desenvolvidas pela cooperativa – mesmo que tenham objetivos e processos semelhantes aos da que obteve o Selo.
6. Avaliação e acompanhamento
 - 6.1. As cooperativas centrais e singulares devem acompanhar a execução dos projetos aprovados.
7. Equipe técnica
 - 7.1. Equipe técnica do Instituto Sicoob que, em parceria com empresa especializada em análise de projetos sociais, compõe a comissão avaliadora do programa, responsável por realizar a avaliação e a aprovação dos projetos propostos ao Selo pelas cooperativas, na etapa de análise e avaliação.
8. Ferramentas
 - 8.1. O Sistema do Instituto Sicoob (SINS) é a ferramenta utilizada para o cadastro dos projetos.
9. Responsabilidade
 - 9.1. *Instituto Sicoob*:
 - a) elaborar e publicar o regulamento do programa;
 - b) estabelecer o cronograma e disponibilizar a funcionalidade Selo do SINS, para receber os cadastros de projetos;

- c) contratar fornecedores;
- d) divulgar o resultado dos projetos aprovados;
- e) disponibilizar enxoval de comunicação.

9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por informar as cooperativas singulares sobre o lançamento do regulamento, o cadastro de projetos no SINS e a divulgação para os colaboradores, cooperados e parceiros envolvidos do resultado dos projetos aprovados. Além disso, deve acompanhar os projetos aprovados durante a validade do Selo Instituto Sicoob.

9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por cadastrar projetos que atendam o regulamento do Programa, divulgar para os colaboradores, cooperados e parceiros envolvidos sobre o projeto aprovado; e acompanhar os projetos aprovados durante a validade do Selo Instituto Sicoob.

10. Macroprocessos do Selo Instituto Sicoob:

Macroprocessos do Selo do Instituto			
	Instituto Sicoob	Cooperativa central	Cooperativa singular
Preparação	a) desenvolver o regulamento do Programa; b) elaborar as peças de comunicação.	Divulgar o regulamento e incentivar a participação das cooperativas.	Acessar o regulamento do programa.
Adesão	a) lançar o programa por meio da publicação do regulamento; b) divulgar o período de cadastro de projetos para as cooperativas.	Mapear, entre os projetos desenvolvidos pela cooperativa, aqueles que estão de acordo com os critérios do regulamento.	Mapear, entre os projetos desenvolvidos pela cooperativa, aqueles que estão de acordo com os critérios do regulamento.
Execução	a) acompanhar o cadastro dos projetos no SINS; b) avaliar os projetos cadastrados.	Cadastrar no SINS projetos desenvolvidos pelas cooperativas que atendam aos critérios do regulamento do programa.	Cadastrar no SINS projetos desenvolvidos pelas cooperativas que atendam aos critérios do regulamento do programa.
Encerramento	a) publicar, por meio de CCI, o resultado dos projetos aprovados; b) disponibilizar enxoval de comunicação.	a) acompanhar e divulgar os projetos aprovados; b) aplicar o Selo nas peças do projeto.	a) acompanhar e divulgar os projetos aprovados; b) aplicar o Selo nas peças do projeto.

Título 5 – Eixo Desenvolvimento Sustentável
Capítulo 3 – Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável

Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável		
<p>Objetivo</p> <p>Promover projetos nas áreas de cultura, esporte, saúde, infância e adolescência e idoso, por meio das leis de incentivo, e, assim, incentivar o desenvolvimento sustentável e os princípios do cooperativismo na comunidade.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) cooperativas centrais; b) entidades do Sicoob; c) organizações envolvidas nos projetos.</p>	<p>Documentos</p> <p>a) regulamento vigente do programa; b) Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991); c) Lei de Incentivo ao Desporto (Lei nº 11.438/2006, alterada pela Lei nº 14.439/2022); d) Fundo do Idoso (Lei nº 12.213/2010); e) Fundo para a Infância e Adolescência – FIA (Lei nº 8.069/1990); f) Pronon e Pronas/PCD (Lei nº 12.715/2012, alterada pela Lei nº 14.564/2023).</p>
<p>Produto</p> <p>Destinação de patrocínio e doações incentivadas pelas entidades do Sistema Sicoob aos projetos aprovados pelo Regulamento vigente do Programa.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) publicação de CCI que divulga o regulamento do programa; b) os projetos cadastrados devem atender aos critérios do regulamento do programa; c) análise dos projetos cadastrados pela equipe técnica do Instituto Sicoob; d) a divulgação do resultado dos projetos aprovados por meio de CCI, conforme a data prevista no cronograma do programa; e) os projetos aprovados para receber o patrocínio devem atender o regulamento do programa.</p>	<p>Canais</p> <p>SINS.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Todas as cooperativas centrais do Sicoob.</p>		

1. Justificativa

- 1.1 As leis de incentivo são mecanismos que permitem a renúncia fiscal, por parte do Poder Executivo, de recursos que deveriam ser arrecadados de pessoas e empresas, ou seja, o governo deixa de receber parte dos impostos para incentivar projetos nas áreas cultural, esportiva, social, entre outras.
- 1.2 A proposta das Leis de Incentivo Federais é permitir que empresas e pessoas físicas que declaram o Imposto de Renda destinem parte desses valores para projetos sociais contemplados por essas leis, fortalecendo políticas públicas e levando benefícios para muitas pessoas e comunidades.
- 1.3 O Instituto Sicoob, em conjunto com as cooperativas centrais e entidades do Sicoob, patrocina e destina recursos, conforme a legislação fiscal de destinação de Imposto de Renda, a projetos incentivados, selecionados pelas cooperativas centrais.

- 1.4 Os recursos incentivados são um dos mecanismos utilizados pelo Sicoob para fazer a diferença nas localidades em que está presente e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentável.
2. Objetivo
 - 2.1. Promover projetos nas áreas de cultura, esporte, infância e adolescência e idoso, por meio das leis de incentivo, a fim de promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades onde o Sicoob atua e incentivar a destinação fiscal por parte das entidades do Sicoob.
3. Objetivos específicos
 - 3.1 Incentivar as propostas selecionadas pelas cooperativas centrais do Sicoob mais adequadas às finalidades do regulamento vigente.
 - 3.2 Fazer a distribuição dos valores incentivados, e possível alocação de recursos entre as propostas selecionadas pelas cooperativas centrais, de acordo com a disponibilidade orçamentária advinda da apuração do lucro das entidades do Sicoob.
4. Público-alvo
 - 4.1. Cooperativas centrais do Sicoob.
5. Metodologia
 - 5.1. Os projetos devem apresentar temas transversais aos eixos do Instituto Sicoob, relacionados ao desenvolvimento sustentável das comunidades e que atendam as seguintes áreas de incentivo:
 - a) projetos culturais, aprovados pela Secretaria Especial da Cultura, que estejam desenvolvendo atividades de captação de recursos para sua implementação. Para esse caso, os projetos devem se enquadrar no art. 18 da Lei nº 8.313, de 23/12/1991;
 - b) projetos desportivos e paradesportivos, aprovados pela Secretaria Especial do Esporte, que estejam desenvolvendo atividades de captação de recursos para sua implementação conforme a Lei nº 11.438, 29/12/2006, alterada pela Lei nº 14.439, de 24/8/2022;
 - c) projetos na área da saúde aprovados pelo Ministério da Saúde – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) –, conforme a Lei nº 12.715, de 17/9/2012, alterada pela Lei nº 14.564, de 4/5/2023;
 - d) destinação de recurso para projetos que atuem com crianças e adolescentes, por meio do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), com o monitoramento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme a Lei nº 8.069, de 13/7/1990;

-
- e) destinação de recurso para projetos que atuem com a população idosa, por meio do Fundo do Idoso, conforme a Lei nº 12.213, de 20/1/2010.

5. Avaliação e acompanhamento:

- a) os projetos cadastrados pelas cooperativas centrais devem atender aos critérios do regulamento;
- b) o resultado da avaliação é submetido pelo Instituto Sicoob à decisão de alçada competente no Centro Cooperativo Sicoob (CCS), e divulgado por meio de Carta-Circular (CCI);
- c) o patrocínio e a distribuição dos recursos aos projetos aprovados ocorrem conforme os critérios do regulamento;
- d) as cooperativas centrais devem realizar o acompanhamento dos projetos aprovados e reportar informações ao Instituto Sicoob sempre que for solicitado.

6. Equipe técnica

- 6.1. A comissão avaliadora é composta por membros da equipe técnica do Instituto Sicoob.

7. Ferramentas

- 7.1. O Sistema do Instituto Sicoob (SINS) é a ferramenta utilizada para o cadastro dos projetos.

8. Responsabilidades

- 8.1. *Instituto Sicoob*: responsável por realizar a elaboração e a gestão do regulamento do programa, bem como por avaliar os projetos selecionados e cadastrados pelas cooperativas centrais. Além disso, deve acompanhar a área tributária e as cooperativas centrais no processo de repasse do patrocínio e ser o interlocutor entre as áreas do Sicoob envolvidas no programa de incentivo.
- 8.2. *Entidades do Sicoob*: responsáveis por informar os valores dos patrocínios para cada área de incentivo fiscal (cultura, esporte, saúde, infância e adolescência e idoso) e efetuar o depósito do valor patrocinado ao proponente do projeto, mediante apresentação de recibo.
- 8.3. *Cooperativas centrais do Sicoob*: responsáveis por selecionar e cadastrar projetos conforme os critérios do regulamento, acompanhar os projetos aprovados conforme o seu cronograma de execução e, quando solicitado pelo Instituto Sicoob, apresentar informações sobre o *status* dos projetos.
- 8.4. *Proponentes dos projetos*: responsáveis pelas informações cadastradas dos projetos selecionados pelas cooperativas centrais, além de estar em conformidade com o órgão responsável pela aprovação do projeto e enviar o recibo devidamente preenchido e com os dados corretos, dentro do prazo solicitado.

9. Macroprocessos do Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável:

Macroprocessos do Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável				
	Preparação	Adesão	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	Desenvolver o regulamento do Programa Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável.	a) disponibilizar materiais para engajar as cooperativas centrais na pré-seleção dos projetos e o cadastro no SINS; b) prestar orientações às cooperativas centrais.	a) acompanhar o cadastro dos projetos pré-selecionados pelas cooperativas centrais no SINS; b) analisar e aprovar projetos cadastrados no SINS; c) divulgar projetos aprovados.	Publicar o resultado dos projetos aprovados no SINS.
Cooperativa central	a) divulgar o regulamento com as cooperativas singulares; b) incentivar a participação das singulares.	Mapear, entre os projetos desenvolvidos pela cooperativa central, aqueles que estão de acordo com os critérios do edital Selo Instituto Sicoob.	a) acompanhar a avaliação e aprovação dos projetos; b) solicitar aos proponentes as documentações, como solicitado em regulamento, para o repasse dos patrocínios e das doações aos projetos aprovados.	a) divulgar para os colaboradores, cooperados e parceiros envolvidos sobre os projetos aprovados; b) fornecer informações sobre o <i>status</i> dos projetos.
Empresas do Sicoob	Estar ciente e de acordo com o regulamento vigente do programa.	Informar os valores incentivados pelas empresas por área de lei incentivo: cultura, esporte, saúde, infância e adolescência e idoso.	Repasse dos patrocínios e doações aos projetos aprovados.	Concluir os repasses dos recursos dos projetos aprovados e aptos a receberem incentivos dentro do exercício do ano calendário.

Título 5 – Eixo Desenvolvimento Sustentável
Capítulo 4 – Programa de Incentivo à Doação Coopera

Programa de Incentivo à Doação Coopera		
<p>Objetivo</p> <p>Promover a cultura de doação entre os usuários do Coopera, a fim de incentivar o desenvolvimento de ações sociais em diferentes áreas de atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) áreas CCS envolvidas diretamente na execução do programa;</p> <p>b) cooperativas centrais;</p> <p>c) cooperativas singulares;</p> <p>d) OSCs.</p>	<p>Documentos</p> <p>a) regulamento vigente do Programa;</p> <p>b) Guia do Programa Incentivo à Doação Coopera.</p>
<p>Produto</p> <p>Destinação de doações realizadas pelos usuários do Coopera a OSCs devidamente cadastradas na referida plataforma.</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) divulgação do regulamento do Programa;</p> <p>b) as OSCs cadastradas devem atender aos critérios do regulamento do programa;</p> <p>c) análise das documentações das OSCs cadastradas pela equipe técnica do Instituto Sicoob;</p> <p>d) divulgação do resultado das OSCs aprovadas;</p> <p>e) credenciamento das OSCs e assinatura do Termo de Cooperação;</p> <p>f) OSCs credenciadas participando do Portal Coopera.</p>	<p>Canais</p> <p>a) funcionalidade Coopera/SINS;</p> <p>b) funcionalidade Gestão de parceiros doações/Sisbr;</p> <p>c) Plataforma Coopera.</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Todas as cooperativas centrais e singulares, desde que tenham aderido formalmente ao Instituto Sicoob, por meio da assinatura do Termo de Adesão;</p> <p>Organizações da Sociedade Civil, prestadoras de serviços sociais, legalmente constituídas e em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Programa.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. Disseminar a cultura de doação é uma causa assumida pelo Sicoob e está inerente ao cooperativismo. Compreendemos que o papel da sociedade civil, por meio da atuação das organizações no enfrentamento de causas sociais, ambientais, educacionais, entre outras, é fundamental para o desenvolvimento de nossas comunidades.
- 1.2. O Programa de Incentivo à Doação foi desenvolvido com o objetivo de conectar os usuários da plataforma do *marketplace* do Sicoob, o Coopera, às causas sociais das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), por meio da implementação da categoria *Doação*, que permite aos usuários conhecerem as organizações parceiras e realizarem doações, utilizando pontos e outras formas de pagamento disponibilizados pela plataforma.
- 1.3. Sabemos que é grande a importância de uma OSC para o desenvolvimento dos territórios, e o apoio por meio de doações é fundamental para que possam cumprir seus papéis. Uma sociedade civil forte e autônoma fortalece a democracia, promove o desenvolvimento local e contribui efetivamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. Objetivo

- 2.1. Fomentar a cultura de doação por meio do Cooperera, para conectar as causas das OSCs a potenciais doadores – usuários do Cooperera –, viabilizando recursos por meio da doação de pontos e outras formas de pagamento disponibilizadas pela plataforma.
3. Objetivos específicos
 - 3.1. Promover o diálogo entre cooperativas do Sicoob e OSCs, para que, juntas, possam trabalhar pelo bem comum de suas comunidades.
 - 3.2. Apresentar projetos sociais de organizações do Terceiro Setor, para associados das cooperativas do Sicoob e outros usuários do Cooperera.
 - 3.3. Apoiar o desenvolvimento local, por meio de doações que possam minimizar problemas sociais e ambientais dos territórios em que o Sicoob está presente.
3. Público-alvo
 - 3.1. OSCs, prestadoras de serviços sociais, legalmente constituídas.
4. Metodologia
 - 4.1. As cooperativas centrais, em conjunto com as suas cooperativas singulares, devem seguir as orientações do regulamento em vigência do programa, e, assim, conforme o cronograma definido no documento, realizar a indicação e o cadastro das OSCs no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).
 - 4.2. A equipe técnica do Instituto Sicoob realiza a etapa de análise e avaliação das organizações cadastradas, e deve verificar se as documentações da OSCs cadastradas pelas cooperativas atendem aos critérios definidos no regulamento vigente do programa.
 - 4.3. As OSCs chanceladas seguem para a etapa de credenciamento, na funcionalidade *Gestão de Parceiros OSCs*, em que o time do Cooperera realiza o credenciamento e a assinatura do *Termo de Cooperação*.
 - 4.4. As OSCs chanceladas e credenciadas estão aptas a iniciar sua atuação no programa, por meio do acesso ao Portal do Cooperera e, assim, inserir suas causas, seus projetos e demais informações que contribuam para que os usuários do Cooperera possam destinar doações às organizações.
5. Avaliação e acompanhamento
 - 5.1. O Instituto Sicoob deve acompanhar os relatórios mensais de doações destinadas às OSCs cadastradas no programa, além de colaborar nas estratégias de comunicação e divulgação das organizações na plataforma cooperera.
 - 5.2. A cooperativa responsável pela indicação da OSC no programa deve solicitar, anualmente, a atualização documental e o relatório de doações à organização. Em caso de irregularidades nas informações enviadas pela OSC, a cooperativa deve comunicá-las ao Instituto Sicoob, responsável pela coordenação do programa.

- 5.3. O Instituto Sicoob reserva a si o direito de solicitar informações adicionais para complementar as informações previstas no regulamento do programa, bem como acompanhar os relatórios de doações as OSCs. As cooperativas devem realizar a atualização cadastral das OSCs credenciadas e, em caso de divergência, comunicar aos responsáveis pela coordenação do programa.
6. Equipe técnica
- 6.1. Composta por membros do Instituto Sicoob e do Coopera.
7. Ferramentas:
- a) funcionalidade *Coopera/SINS*;
 - b) funcionalidade *Gestão de parceiros Doações/Sisbr*;
 - c) Plataforma Coopera.
8. Responsabilidades
- 8.1. *Cooperativas centrais e singulares*: são protagonistas em todas as etapas do programa, pois conhecem a realidade de cada comunidade. São responsáveis pela seleção, inscrição na plataforma do SINS, credenciamento na *Plataforma Gestão de Parceiros OSC* (Sisbr), bem como pelo acompanhamento e pela atualização documental, como definido no *Termo de Cooperação das Organizações Chanceladas*.
- 8.2. *Instituto Sicoob*: responsável por coordenar o programa, monitorar, avaliar e chancelar as OSCs cadastradas pelas cooperativas centrais ou singulares, garantindo conformidade aos processos e zelando pelo alinhamento com as diretrizes éticas do Sicoob.
- 8.3. *Organizações da Sociedade Civil (OSCs)*: responsáveis por disponibilizar para as cooperativas centrais e singulares, nas etapas de cadastro e atualização documental, toda a documentação necessária para atestar a idoneidade e prestar todas as informações previstas no regulamento de participação. Além disso, são responsáveis pelo cadastramento no Portal do Coopera, seguindo as instruções do *Guia do Programa Incentivo à Doação – Coopera*.
- 8.4. *Coopera*: responsável por:
- a) analisar e validar as solicitações de credenciamento;
 - b) encaminhar o *Termo de Cooperação* para assinatura das partes responsáveis;
 - c) disponibilizar os acessos para a OSC na plataforma, bem como as informações das causas e os projetos sociais que estarão aptos a receberem doações no *marketplace*;
 - d) realizar o repasse dos valores das doações realizadas na plataforma;

- e) realizar treinamentos para as cooperativas centrais e singulares, bem como para os representantes da OSCs.

9. Macroprocessos do Programa de Incentivo à Doação Coopera:

Macroprocessos do Programa de Incentivo à Doação Coopera			
	Instituto Sicoob	Cooperativa central e singular	Coopera
Preparação	Desenvolver o regulamento do programa.	a) divulgar o Regulamento com as cooperativas singulares; b) incentivar a indicação de OSCs.	Acompanhar e validar o regulamento do programa.
Adesão	a) publicar o regulamento; b) disponibilizar materiais para engajar as cooperativas centrais e singulares na indicação, bem como no cadastro das OSCs na funcionalidade <i>Coopera/SINS</i> e gestão de parceiros; c) doações, no Sisbr.	Mapear as OSCs e as suas causas, a fim de indicar as organizações que estão de acordo com os critérios do regulamento do Programa.	a) disponibilizar a funcionalidade <i>Gestão de Parceiros Doações</i> e o Portal do Coopera para o cadastramento das organizações; b) realizar treinamentos.
Execução	Analisar e cancelar as organizações cadastradas	a) cadastrar as OSCs indicadas pelas cooperativas no SINS; b) acompanhar a análise e cancela das OSCs indicadas; c) solicitar aos proponentes as documentações, conforme regulamento.	a) credenciar as OSCs na funcionalidade <i>Gestão de Parceiros Doações</i> ; b) acompanhar as OSCs no uso do Portal Coopera; c) implementar estratégia de comunicação, a fim de aumentar as doações às OSCs.
Encerramento	c) publicar o resultado das OSCs por meio de CCI; d) solicitar ao time do Coopera relatórios das doações às OSCs; e) fomentar a cultura de doação; f) quando necessário, solicitar às cooperativas os relatórios de atividades das OSCs participantes do programa.	a) acompanhar as OSCs no programa; b) solicitar atualização cadastral anualmente para as OSCs – em caso de alteração ou irregularidade, informar ao Instituto Sicoob.	c) realizar o repasse dos recursos das doações às OSCs; d) emitir relatórios mensais das doações destinadas às OSCs participantes do programa.

Título 6 – Programas e Soluções Transversais
Capítulo 1 – Programa Conhecimento em Foco

Programa Conhecimento em Foco		
Objetivo	Partes interessadas	Documentos
Contribuir para o despertar da importância da educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental dos cidadãos, por meio de palestras, executadas de maneira presencial ou <i>on-line</i>	a) pessoas físicas; b) microempreendedores; c) Organizações da Sociedade Civil (OSCs); d) organizações de classe; e) empresas; f) instituições de ensino; g) enfim, as diversas entidades que integram a comunidade na qual as cooperativas do Sicoob estão inseridas	a) Guia Metodológico; b) Cartilha: Cidadania financeira em família; c) Cartilha: Coopere com seu dinheiro; d) Cartilha: Educação financeira; e) Cartilha da previdência; f) Apresentação: Consumo Consciente; g) Apresentação: Crie seu futuro: use seu dinheiro de forma inteligente; h) Apresentação: Educação financeira – Segurança e Prevenção; i) Apresentação: Educação financeira – Investimentos e finanças sustentáveis; j) Apresentação: Educação financeira em tempos de crise; k) Apresentação: Educação financeira para crianças; l) Apresentação: Educação financeira para produtor rural; m) Apresentação: Educação financeira para público interno; n) Apresentação: Educação previdenciária; o) Apresentação: Elas por elas – Educação financeira e empreendedora para mulheres; p) Apresentação: Investindo no futuro; q) Apresentação: Planejamento financeiro e endividamento; r) Apresentação: Princípios da educação financeira; s) Apresentação: Saúde financeira na prática; t) Apresentação: Educação Financeira para MEI – Aprender é parte do negócio; u) Apresentação: Conceitos do Cooperativismo; v) Apresentação: Negócios conscientes e a relação com o movimento cooperativista; w) Apresentação: Cooperativismo: Desenvolvimento social, econômico e sustentável; x) Apresentação: Brincando de cooperar; y) Apresentação: Cooperação: Como podemos mudar o mundo: a) Apresentação: Valor compartilhado: O cooperativismo, o mundo e eu; b) Apresentação: Negócio de impacto: Cooperativismo e sua relação com o mundo. c) Apresentação: Economia circular e o empreendedorismo consciente

Portfólio do Instituto Sicoob – 1ª Edição

		<p>d) Apresentação: Negócios inovadores e parcerias sustentáveis;</p> <p>e) Apresentação: Empreender é: sonhar e realizar</p> <p>f) Apresentação: Planejar é uma festa</p> <p>g) Apresentação: Empreendedorismo feminino: uma oportunidade de transformação;</p> <p>h) Apresentação: • Empreendedorismo sustentável: Transformando ideias em oportunidades</p> <p>a) Apresentação: O empreendedorismo para além dos negócios;</p>
<p>Produto</p> <p>O Programa Conhecimento em Foco é executado por meio de palestras, realizadas em formato presencial ou <i>on-line</i>. As palestras são apresentações orais, ao vivo, que têm como finalidade expor informações, de maneira objetiva, ou ensinar pessoas a respeito de um determinado assunto. Essa modalidade de evento possui curta duração (entre 30 e 180 minutos), com abertura para os participantes fazerem perguntas durante ou no fim da apresentação.</p>	<p>Requisitos</p> <p>Multiplicadores e voluntários aptos e competentes para conduzir palestras dos temas propostos..</p>	<p>Canais</p> <p>As palestras podem ser realizadas presencialmente ou virtualmente.</p> <p>Em caso de palestras realizadas virtualmente, a indicação do canal ficará a critério da cooperativa, desde que sejam enviados os documentos comprobatórios para o registro da ação no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).</p>
<p>Público-alvo: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, professores, microempreendedores individuais, empresários e cooperados.</p>		

1. Justificativa

1.1. Educação Financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental são conhecimentos que devem ser expandidos a toda a população. Essa inclusão da sociedade é importante, especialmente quanto à sua implementação, para que os temas sejam fortalecidos por meio de ações integradas com a finalidade de mudar o comportamento dos cidadãos, garantindo empoderamento e informação ao fazer escolhas.

1.2. É nesse sentido que o Programa Conhecimento em Foco proporciona reflexões sobre os temas educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental para vários públicos. O Instituto Sicoob oferece diversos materiais para apoiar a execução do programa, como relacionado a seguir:

- a) cartilha intitulada *Cidadania Financeira em Família*;
- b) cartilha intitulada *Coopere com o seu dinheiro*;
- c) cartilha intitulada *Educação Financeira*;

- d) cartilha intitulada *Cartilha da Previdência*;
- e) apresentação para palestra intitulada *Consumo Consciente*;
- f) apresentação para a palestra intitulada *Crie seu Futuro – Use seu dinheiro de forma inteligente*;
- g) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira – Segurança e Prevenção*;
- h) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira – Investimentos e Finanças Sustentáveis*;
- i) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira em Tempos de Crise*;
- j) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira para Crianças*;
- k) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira para Produtor Rural*;
- l) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira para Público Interno*;
- m) apresentação para a palestra intitulada *Educação Previdenciária*;
- n) apresentação para a palestra intitulada *Elas por Elas – Educação Financeira e Empreendedora para Mulheres*;
- o) apresentação para a palestra intitulada *Investindo no Futuro*;
- p) apresentação para a palestra intitulada *Planejamento Financeiro e Endividamento*;
- q) apresentação para a palestra intitulada *Princípios da Educação Financeira*;
- r) apresentação para a palestra intitulada *Saúde Financeira na Prática*;
- s) apresentação para a palestra intitulada *Educação Financeira para MEI – Aprender é Parte do Negócio*;
- t) apresentação para a palestra intitulada *Conceitos cooperativismo*;
- u) apresentação para a palestra intitulada *Negócios conscientes e a relação com o movimento cooperativista*;
- v) apresentação para a palestra intitulada *Cooperativismo: Desenvolvimento social, econômico e sustentável*;
- w) apresentação para a palestra intitulada *Brincando de cooperar*;

- x) apresentação para a palestra intitulada *Cooperação: Como podemos mudar o mundo*;
- y) apresentação para a palestra intitulada *Valor compartilhado: O cooperativismo, o mundo e eu*;
- z) apresentação para a palestra intitulada *Negócio de impacto: Cooperativismo e sua relação com o mundo*;
- aa) apresentação para a palestra intitulada *Economia circular e o empreendedorismo consciente*;
- bb) apresentação para a palestra intitulada *Negócios inovadores e parcerias sustentáveis*;
- cc) apresentação para a palestra intitulada *Empreender é: sonhar e realizar*;
- dd) apresentação para a palestra intitulada *Planejar é uma festa*;
- ee) apresentação para a palestra intitulada *Empreendedorismo feminino: uma oportunidade de transformação*;
- ff) apresentação para a palestra intitulada *Empreendedorismo sustentável: Transformando ideias em oportunidades*;
- gg) apresentação para a palestra intitulada *O empreendedorismo para além dos negócios*.

1.3. O Instituto Sicoob acredita que, além de promover os temas relacionados ao programa, os resultados obtidos refletem diretamente o desenvolvimento local no qual as pessoas que participam das ações estão inseridas, atendendo à convocação dos órgãos reguladores, e contribui diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), tais como: ODS 8 – trabalho decente e crescimento econômico; ODS 10 – redução das desigualdades; e ODS 11 – cidades e comunidades sustentáveis.

2. Objetivo

2.1. Contribuir para o despertar da importância da educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental dos cidadãos, bem como para a criação de um modelo mental e uma mudança de postura perante os aspectos comportamentais que resultem em atitudes adequadas de planejamento e controle financeiro, cooperativismo, empreendedorismo, e consumo sustentável.

3. Objetivos específicos

3.1. Oferecer conteúdo de educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental, a fim de desenvolver comportamentos conscientes sobre esses temas.

3.2. Incentivar e sensibilizar sobre a importância da conscientização dos temas inerentes ao programa para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e melhoria da qualidade de vida.

- 3.3. Criar oportunidade de parceria entre poder público, privado e sociedade civil organizada, para disseminar conteúdos sobre os temas relacionados ao programa
4. Público-alvo
 - 4.1. Todo grupo de pessoas, de qualquer faixa etária, com o objetivo de conhecer mais sobre Educação Financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental.
5. Metodologia
 - 5.1. O Programa Conhecimento em Foco é executado por meio de palestras, realizadas em formato presencial ou *on-line*. As palestras são apresentações orais, ao vivo, que têm como finalidade expor informações, de maneira objetiva, ou ensinar pessoas a respeito de um determinado assunto. Essa modalidade de evento possui curta duração (entre 30 e 180 minutos), com abertura para os participantes fazerem perguntas durante ou no fim da apresentação. O programa contará com *Guia Metodológico* próprio e, nesse sentido, todas as ações do Programa devem ser realizadas em conformidade com as orientações previstas no seu guia.
6. Avaliação e acompanhamento
 - 6.1. A implementação de um programa com esse enfoque tem o potencial de despertar nas pessoas a dimensão da importância da educação financeira, cooperativista, empreendedora, ambiental e o desenvolvimento econômico local. Com essa ação, as cooperativas possuem a oportunidade de vivenciar o quinto e o sétimo princípios do cooperativismo (*Educação, Formação e Informação e Interesse pela Comunidade*, respectivamente), tornando-se cada vez mais comprometidas com o desenvolvimento das localidades de atuação. A avaliação e o acompanhamento acontecem por meio de pesquisas com os públicos envolvidos, bem como pelos registros das atividades realizadas no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).
 - 6.2. No fim das palestras, os participantes respondem uma ficha de avaliação. Por meio dos dados levantados, o Instituto Sicoob, em conjunto com as cooperativas do Sicoob, trabalha para a implementação de melhorias no programa.
 - 6.3. É imprescindível que as ações do Programa Conhecimento em Foco sejam devidamente registradas no SINS.
7. Equipe técnica
 - 7.1. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: indicada pela cooperativa, tem como competência mobilizar e articular todos os envolvidos, subsidiar a aprendizagem de conteúdos referentes ao programa, bem como conduzir e controlar o tempo das atividades propostas para o desenvolvimento das atividades.
 - 7.2. *Voluntários Transformadores*: podem contribuir ao indicar possíveis parceiros locais interessados na execução e participação no programa, sensibilizar possíveis parceiros interessados na execução metodológica, bem como ministrar as palestras e comunicar de forma proativa aos representantes da cooperativa singular Sicoob os pontos para o aprimoramento da metodologia existente e o desenvolvimento de novas propostas.

8. Ferramentas

- 8.1. *Guia Metodológico*: contém informações, referências teóricas, conceitos e metodologia para a aplicação do programa.
- 8.2. *Materiais complementares*: apresentações e cartilhas conteudistas diversas, com temas relacionados à metodologia.

9. Responsabilidades

- 9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia, a formação e os materiais utilizados, além de realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades, bem como por elaborar e revisar os documentos normativos relacionados ao programa.
- 9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por multiplicar a metodologia e os materiais em parceria com as cooperativas singulares, dando suporte e apoio a elas, bem como por promover a capacitação de PAEs e voluntários.
- 9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por executar e fazer a gestão do programa e das atividades propostas pela metodologia do Instituto Sicoob em sua jurisdição. Identificar instituições com interesse e potencial de receber e desenvolver o programa. Nesse caso, a cooperativa também pode lançar mão dos convênios já firmados pelo Instituto Sicoob com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e a União dos Escoteiros do Brasil.

10. Macroprocessos do Programa Conhecimento em Foco

Macroprocessos do Programa Conhecimento em Foco				
	Adesão	Preparação	Execução	Encerramento
Instituto Sicoob	Disponibilizar materiais metodológicos e materiais de apoio.	Disponibilizar materiais de apoio para a execução do programa, tanto em versão para impressão quanto nos canais digitais oficiais.	Não se aplica.	a) avaliar lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; a) analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares na execução do programa; a) apresentar a metodologia e materiais de apoio às cooperativas singulares do Sicoob; b) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no Sistema do Instituto Sicoob (SINS).	Promover a capacitação de voluntários sobre a metodologia do Programa Educação Financeira.	Não se aplica.	Analisar ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.

Portfólio do Instituto Sicoob – 1ª Edição

Cooperativa singular	<ul style="list-style-type: none"> a) verificar voluntários aptos para executar o programa; a) comunicar à cooperativa central sobre a intenção de implementar o programa; b) identificar possíveis entidades parceiras para a execução do programa; c) elaborar o Plano de Ação e registrá-lo no SINS. d) registrar ações executadas no SINS. 	<ul style="list-style-type: none"> a) articular a realização do programa; a) habilitar profissionais responsáveis para a execução do programa; b) solicitar materiais à cooperativa central, sempre que for necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> a) executar o programa em conformidade com as diretrizes deste documento; b) <i>Código de Ética do Sicoob</i>; c) <i>Guia Metodológico do Programa</i>; d) <i>Guia Sicoob para a Cidadania Financeira</i>. 	<p>Registrar as ações correspondentes ao programa em comento, conforme a alçada de aprovação vigente, no SINS.</p>
----------------------	---	--	---	--

Título 6 – Programas e soluções transversais
Capítulo 2 – Programa Voluntário Transformador

Programa Voluntário Transformador		
<p>Objetivo</p> <p>Inspirar dirigentes e colaboradores do Sicoob para que sejam agentes de transformação nas comunidades em que atuam, participando ativamente em atividades voluntárias que respondam às necessidades sociais e que lhes permitam viver os valores do cooperativismo.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>Colaboradores e dirigentes das cooperativas do Sicoob e do CCS.</p>	<p>Documentos</p> <p>a) <i>Manual do Voluntário Transformador</i>; b) <i>Cartilha Proposta de Trabalho VT</i>.</p>
<p>Produto</p> <p>Metodologia para aplicação de voluntariado empresarial nas cooperativas e ferramenta para gestão dos voluntários (SINS).</p>	<p>Requisitos</p> <p>a) PDE e PAE capacitados; b) adesão, por meio do SINS; c) empregados das cooperativas engajados em práticas de voluntariado.</p>	<p>Canais</p> <p>Trilha Voluntário Transformador <i>on-line</i>, no módulo de Educação do Sicoob (<i>Sucess Factors</i>).</p>
<p>Público-alvo</p> <p>Funcionários e dirigentes das cooperativas do Sicoob.</p>		

1. Justificativa

- 1.1. O Instituto Sicoob tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está presente. Nesse contexto, o banco de voluntariado do Instituto Sicoob é formado por dirigentes e colaboradores do Sicoob.
- 1.2. Com a missão de difundir a cultura cooperativista e contribuir para o desenvolvimento sustentável e a cidadania financeira das comunidades, somam-se à equipe do Instituto Sicoob o engajamento, a inspiração e a vontade de transformar dos participantes do Programa Voluntário Transformador.
- 1.3. O Instituto Sicoob acredita que a prática do voluntariado contribui no desenvolvimento de habilidades e atitudes, como respeito às diferenças e à liderança solidária, além de proporcionar a oportunidade de gerar impacto social positivo, que trará benefícios à comunidade, proporcionando satisfação pessoal e de pertencimento ao Sicoob. Segundo um dos levantamentos da *Revista Fortune*, 90% (noventa por cento) das 500 (quinhentas) maiores empresas do mundo adotam programas de voluntariado empresarial. Um estudo da Deloitte constatou que o aumento da habilidade em atrair e reter talentos é um dos benefícios das empresas que adotam programas de voluntariado.
- 1.4. A pesquisa constatou, ainda, que essas empresas conseguem mais produtividade, engajamento e lealdade dos trabalhadores. O Instituto Sicoob também acredita que, fortalecendo o voluntariado, teremos colaboradores alinhados com o propósito da instituição, comprometidos e atuantes na cultura da cooperação.
- 1.5. O Programa Voluntário Transformador foi desenvolvido com o intuito de fazer a gestão do voluntariado no Instituto Sicoob. As ações são coordenadas em um ciclo formado pelas seguintes etapas: sensibilização; adesão; formação; engajamento;

e reconhecimento. Os colaboradores e dirigentes, associados ao Instituto Sicoob, têm a oportunidade de participar ativamente como voluntários do Sicoob, contribuindo com os programas e projetos da organização, otimizando seu desenvolvimento pessoal e, conseqüentemente, construindo um mundo melhor. A instituição responsável pela estratégia, gestão e coordenação do programa, bem como pela definição de suas atividades e seus projetos, é o Instituto Sicoob, como agente responsável pelas ações de investimento social e estratégico do Sicoob.

- 1.6. A gestão do voluntariado é pautada na Lei nº 9.608, de 18/2/1998, que dispõe sobre o voluntariado e determina que o serviço voluntário não pode ser remunerado, não gera vínculo empregatício, tampouco obrigação trabalhista, previdenciária ou afim.
- 1.7. Os voluntários do Sicoob são parte fundamental para o desenvolvimento dos programas, projetos e das ações do Instituto Sicoob, contribuindo também para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) elencados em cada um deles.

2. Objetivo

- 2.1. Inspirar os dirigentes e colaboradores do Sicoob, para que sejam agentes de transformação nas sociedades em que atuam, participando ativamente em atividades voluntárias que respondam às necessidades sociais e que lhes permitam viver os valores do cooperativismo.

3. Objetivos específicos

- 3.1. Promover a cultura e o engajamento do voluntariado.
- 3.2. Contribuir na atuação do voluntariado.
- 3.3. Evidenciar os conceitos de voluntariado, estudos sobre o tema e, principalmente, como desenvolver as atividades propostas pelo Instituto Sicoob.

4. Público-alvo

- 4.1. Podem fazer parte do Programa Voluntário Transformador colaboradores e dirigentes do Sicoob que concluíam a trilha *Voluntário Transformador*, na Universidade Corporativa do Sicoob, e procedam à assinatura do *Termo de Adesão*, por meio do Sistema do Instituto Sicoob (SINS).

5. Metodologia

- 5.1. O detalhamento da metodologia está descrito no manual do Programa Voluntário Transformador, intitulado *Manual do Voluntário Transformador*.
- 5.2. Para que o programa tenha um bom desenvolvimento e todos entendam qual caminho devem percorrer dentro dele, foram criadas etapas que movimentam o ciclo de vida do Programa Voluntário Transformador:
 - a) *sensibilização*: etapa em que acontece a apresentação do programa aos dirigentes e colaboradores do Sicoob, mostrando as vantagens e os

benefícios de ser um Voluntário Transformador e como ele pode se tornar um voluntário;

- b) *adesão*: momento em que a pessoa oficializa sua vontade de contribuir com a comunidade, firmando o *Termo de Voluntário*;
- c) *formação*: oportunidade dada aos voluntários para se capacitarem e se desenvolverem cada vez mais para a sua atuação voluntária, pessoal e profissional;
- d) *engajamento*: após estar apto para desenvolver a ação de interesse, é o momento em que o voluntário vai realizar a ação, colocar em prática o que foi planejado e contribuir na multiplicação dos conceitos de voluntariado com os demais colaboradores e cooperados do sistema;
- e) *reconhecimento*: etapa em que o voluntário é valorizado e reconhecido pelas atividades desenvolvidas.

5.3. Os voluntários podem atuar nos programas que compõem os três Eixos de atuação do Instituto Sicoob (Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e Desenvolvimento Sustentável), bem como em ações de voluntariado propostas pelas cooperativas do Sicoob e/ou pelo CCS.

6. Avaliação e acompanhamento

6.1. Os principais indicadores que demonstram o engajamento e a efetividade do Programa Voluntário Transformador se referem à quantidade de voluntários atuantes no Sicoob *versus* a quantidade de voluntários cadastrados, além das horas dedicadas ao trabalho voluntário e do valor monetário correspondente às horas dedicadas ao trabalho voluntário.

6.2. O programa ainda visa contribuir com os ODS ao engajar cada vez mais pessoas para atuarem nos programas, projetos e nas ações do Instituto Sicoob, contribuindo, assim, com o crescimento do número de beneficiários. Além dos dados quantitativos, o programa almeja contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades pessoais e profissionais dos envolvidos. Uma vez que os voluntários precisam ser participativos, proativos e comunicativos, o Instituto Sicoob promove diversos momentos de formação relacionados ao conteúdo dos eixos de atuação para eles. A mensuração desses resultados será possível a partir de pesquisa aplicada com os voluntários atuantes.

7. Ferramentas

7.1. *Manual do Voluntário Transformador*: responsável por contribuir com a atuação dos voluntários transformadores dentro dos programas e projetos propostos pelo Instituto Sicoob, além de promover a cultura do voluntariado, assim como por evidenciar os conceitos de estudos sobre o tema. O manual apresenta conteúdos a respeito da atuação de práticas voluntárias dentro da comunidade e no meio empresarial; os diferentes tipos de atuação, como voluntário, apoiador, multiplicador e facilitador; e os passos necessários para se tornar um Voluntário Transformador.

7.2. *Cartilha – Propostas de Trabalho VT*: ferramenta com uma breve apresentação dos programas e projetos que compõem o *Portfólio do Instituto Sicoob*. Além disso, traz a listagem das possibilidades de atuações detalhadas para cada programa e dos projetos. Com leiaute atrativo e leve, o arquivo pode ser disponibilizado de forma digital ou impressa.

8. Equipe técnica

8.1. Pessoa de Apoio Estratégico (PAE) – responsável por:

- a) realizar o planejamento das ações, envolvendo as etapas do programa;
- b) incentivar a participação dos funcionários da cooperativa para atuarem como voluntários;
- c) promover capacitações aos voluntários;
- d) gerir o banco de voluntários das cooperativas;
- e) postar a ação no SINS.

8.2. Dirigentes cooperativas: responsáveis por incentivar e engajar a atuação dos funcionários como Voluntários Transformadores, bem como por reconhecer e valorizar as práticas voluntárias.

8.3. Empregados das cooperativas: responsáveis por:

- a) participar das etapas propostas do Programa Voluntário Transformador;
- b) concluir a trilha *on-line* educacional de voluntário, disponível no Sicoob Universidade;
- c) efetuar o cadastro e aceitar o *Termo de Compromisso do Voluntário Transformador*, por meio eletrônico, disponível no SINS;
- d) atuar nas ações promovidas pela cooperativa como voluntário.

9. Responsabilidades

9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia e os materiais utilizados no programa. Além disso, deve: elaborar e revisar os documentos normativos relacionados ao tema; acompanhar os casos em que haja má conduta e desrespeito à política de voluntariado durante as atividades, com orientação à cooperativa central sobre as devidas providências; desenvolver e gerir ferramentas para o controle, a geração de indicadores e disseminação do programa internamente.

9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por multiplicar a metodologia e os materiais em parceria com as cooperativas singulares, bem como por promover a formação da PAE para a gestão do Programa Voluntário Transformador.

- 9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por dar espaço e condição para a realização do Programa Voluntário Transformador, incentivando e reconhecendo os trabalhos desenvolvidos e os que virão a ser feitos. Além disso, é responsável por instituir a PAE, bem como por apoiar o trabalho feito pelo Comitê Transformador e por todos os seus voluntários.
- 9.4. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: responsável por fazer a gestão dos voluntários do comitê transformador e das atividades do Instituto Sicoob desenvolvidas pela cooperativa. Além disso, deve realizar os planejamentos anuais de atividades, bem como participar das capacitações e reuniões propostas pelo Instituto Sicoob.
- 9.5. *Comitê Transformador*: grupo constituído por voluntários representantes, mediante a gestão da PAE. Possui a responsabilidade de discutir, planejar, acompanhar e incentivar as ações de voluntariado da cooperativa; tem papel importante no fortalecimento da cultura do voluntariado dentro da instituição e pode ser propulsor no desenvolvimento de competências do público interno. O comitê possui posição central na disseminação do programa e no engajamento de novos voluntários, além de criar oportunidades para que o trabalho voluntário seja desenvolvido e beneficie comunidades.
- 9.6. *Voluntário Transformador*: dirigente ou colaborador do Sicoob que fez adesão ao Programa Voluntário Transformador, incentivado pelo propósito do cooperativismo e do Sicoob, assim como pela percepção de seu papel como cidadão e agente transformador. Atua em iniciativas que visam beneficiar instituições e comunidades, exercendo sua cidadania e responsabilidade social em conjunto com sua cooperativa.
10. Macroprocessos do Programa Voluntário Transformador:

Macroprocessos do Programa Voluntário Transformador				
	Preparação	Sensibilização e adesão	Formação e engajamento	Reconhecimento
Instituto Sicoob	Disponibilizar Metodologia.	a) análise e assinatura do Termo de Voluntariado; b) disponibilizar materiais áudio visuais, leiaute de brindes e materiais impressos.	a) disponibilizar profissionais habilitados para capacitação de voluntários; b) promover encontros e eventos nacionais para os voluntários.	a) avaliar as lições aprendidas e implementar possíveis melhorias no processo; b) SINS – avaliar e aprovar ações submetidas pelas cooperativas centrais.
Cooperativa central	a) verificar o interesse das cooperativas singulares; b) SINS – elaborar Plano de Ação.	a) capacitar PAEs na metodologia; b) disponibilizar materiais áudio visuais, impressos e brindes.	a) SINS – registrar a execução no Cadastro de Ações; b) promover capacitações nos Programas do Instituto Sicoob para os voluntários;	a) promover e participar da entrega de reconhecimentos; b) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; c) SINS – avaliar e aprovar ações submetidas pelas cooperativas singulares;

Portfólio do Instituto Sicoob – 1ª Edição

			c) promover encontros e eventos regionais para os voluntários.	d) SINS – submeter à aprovação do instituto.
Cooperativa Singular	Comunicar à Central sobre a intenção de implementar o programa; a) SINS – elaborar Plano de Ação.	a) apresentar o programa para funcionários e dirigentes; b) acompanhar e dar suporte aos funcionários e dirigentes na formação e no processo de adesão como voluntário no SINS.	a) SINS – registrar a execução no Cadastro de Ações; b) verificar a disponibilidade dos voluntários; c) divulgar ações de capacitação; d) divulgar a execução dos programas e convidar voluntários; e) promover encontros e/ou eventos locais para voluntários; f) promover a criação do Comitê Transformador; g) realizar a gestão dos voluntários conforme a metodologia.	a) promover o reconhecimento dos voluntários; b) realizar evento de encerramento das atividades anuais e em comemoração ao Dia Internacional do Voluntário; c) realizar evento para a comemoração do Dia Nacional do Voluntariado; d) SINS – registrar a avaliação no Cadastro de Ações; e) SINS – submeter à aprovação da cooperativa central.

Título 7 – Programas e soluções transversais
Capítulo 1 – Prêmio Cooperar para Transformar

Prêmio Cooperar para Transformar		
<p>Objetivo</p> <p>Premiar e reconhecer pessoas que estão transformando as comunidades em que vivem por meio dos programas e das soluções do portfólio do Instituto Sicoob e a partir da prática cooperativa.</p>	<p>Partes interessadas</p> <p>a) pessoas físicas;</p> <p>b) Organizações da Sociedade Civil (OSCs);</p> <p>c) instituições de ensino</p>	<p>Documentos</p> <p>Editais do Prêmio Cooperar para Transformar disponíveis para acesso em https://institutosicoob.org.br/premio.</p>
<p>Produto</p> <p>O Prêmio Cooperar para Transformar é promovido, anualmente e nacionalmente, pelo Instituto Sicoob, em três categorias: Educador Transformador; Voluntário Transformador e Geração Transformadora.</p>	<p>Requisitos</p> <p>Para se cadastrar ao Prêmio Cooperar para Transformar, a pessoa interessada deve se inscrever, exclusivamente por meio do endereço eletrônico https://institutosicoob.org.br/premio e, atender aos requisitos expressos no Edital publicado no mesmo endereço eletrônico.</p> <p>Para divulgar o Prêmio Cooperar para Transformar, as cooperativas do Sicoob e demais partes interessadas contêm com enxoval próprio, disponível para acesso no SharePoint do Instituto Sicoob.</p>	<p>Canais</p> <p>Institutosicoob.org.br/premio.</p>
<p>Público-alvo:</p> <p>a) educadores que tenham executado os Programas Finanças nas Escolas e Cooperativa Mirim;</p> <p>b) Voluntários Transformadores devidamente cadastrados no Sistema do Instituto Sicoob (SINS) e,</p> <p>c) pessoas físicas que tenham concluído os cursos disponíveis nas plataformas dos Programas Se Liga Finanças ON e Conexão Sicoob.</p>		

1. Justificativa

1.1. O Prêmio Cooperar para Transformar, promovido pelo Instituto Sicoob, é uma iniciativa que busca reconhecer e valorizar aqueles que, por meio do cooperativismo, contribuem significativamente para a promoção do desenvolvimento sustentável nas comunidades onde as cooperativas Sicoob estão inseridas. Esta premiação está em total consonância com os princípios fundamentais do cooperativismo – em especial, o sétimo princípio, que enfatiza o interesse pela comunidade – e utiliza como base metodológica o quinto princípio, relacionado à educação, formação e informação.

1.2. O cooperativismo, como um modelo econômico e social, acredita que unir esforços e recursos é uma maneira eficaz de gerar impacto positivo nas sociedades. Dessa forma, a fim de incentivar a disseminação do cooperativismo e inspirar ainda mais indivíduos a se envolverem em ações que contribuam para um desenvolvimento sustentável e comunitário, fortalecendo o compromisso das cooperativas Sicoob com o bem-estar de todos, o Prêmio Cooperar para Transformar se divide em três categorias:

- a) *Categoria Educador Transformador*: visa reconhecer educadores que participam ou participaram ativamente dos programas Cooperativa Mirim e Finanças nas Escolas, que desempenham um papel crucial na formação

de jovens cooperativistas e na disseminação dos princípios cooperativistas em ambiente escolar;

- b) *Categoria Voluntário Transformador*: visa reconhecer colaboradores das cooperativas Sicoob que são inscritos e atuantes no programa de voluntariado empresarial da entidade, destacando seu compromisso com a comunidade e seu esforço em tornar o mundo um lugar melhor por meio de ações solidárias e voluntárias;
- c) *Categoria Geração Transformadora*: visa reconhecer pessoas que participam ou participaram dos programas Conexão Sicoob e Se Liga Finanças ON, premiando aqueles que se destacam por seu engajamento ativo na promoção dos valores cooperativistas e na busca de soluções financeiras sustentáveis para suas comunidades.

1.3. Nesse contexto, o Prêmio Cooperar para Transformar reconhece a importância de envolver os membros da comunidade, educadores e voluntários em ações que promovem o bem-estar coletivo. É uma celebração do espírito cooperativo que não apenas fortalece as cooperativas, mas também inspira ações transformadoras nas comunidades, estimulando o senso de pertencimento, participação ativa e engajamento.

2. Objetivo

- 2.1. O Prêmio Cooperar para Transformar tem como principais objetivos reconhecer e premiar esforços e contribuições notáveis de indivíduos que se destacam na promoção do desenvolvimento sustentável por meio do cooperativismo.
- 2.2. O prêmio busca celebrar aqueles que colocam em prática os valores cooperativistas, demonstrando um compromisso real com as comunidades locais, inspirando outros a seguir o mesmo caminho, incentivando-os na construção de sociedades mais justas, solidárias e economicamente viáveis.

3. Objetivos específicos

- 3.1. Celebrar e destacar práticas exemplares de cooperativismo que resultem em impacto positivo nas comunidades.
- 3.2. Incentivar a disseminação dos valores cooperativistas, inspirando outros a se envolverem em ações transformadoras.
- 3.3. Fortalecer a conexão entre as cooperativas Sicoob e suas comunidades, promovendo um senso de pertencimento e participação ativa.

4. Público-alvo

- 4.1. O Prêmio destina-se a indivíduos que participam ativamente de programas específicos, como educadores envolvidos nos programas Cooperativa Mirim e Financinhas nas Escolas, colaboradores das cooperativas Sicoob engajados no programa de voluntariado empresarial, e participantes dos programas Conexão Sicoob e Se Liga Finanças ON.

5. Metodologia

- 5.1. A metodologia do Prêmio Cooperar para Transformar baseia-se na inscrição, aberta a indivíduos que atendam aos requisitos de elegibilidade, e na seleção de candidatos por meio de um processo transparente e participativo. As categorias são avaliadas por comissões específicas, considerando critérios predefinidos que refletem os valores cooperativistas e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.
- 5.2. Mediante a premiação, o Instituto Sicoob almeja fortalecer os princípios e valores cooperativistas, destacando o papel fundamental que as cooperativas desempenham na edificação de um mundo mais próspero e equitativo.

6. Avaliação e acompanhamento

- 6.1. A avaliação dos candidatos será conduzida por comissões especializadas, levando em conta critérios como impacto coletivo e individual, inspiração e alinhamento com os princípios cooperativistas. O acompanhamento ocorrerá durante todo o processo, garantindo transparência e consistência na seleção dos premiados

7. Equipe técnica

- 7.1. *Pessoa de Desenvolvimento Estratégico (PDE)*: responsável por promover condições para a realização do Prêmio Cooperar para Transformar em parceria com as cooperativas singulares, replicar a metodologia e os materiais necessários, e promover a divulgação da iniciativa.
- 7.2. *Pessoa de Apoio Estratégico (PAE)*: indicada pela cooperativa, tem como competência promover a mobilização e a articulação de todos os envolvidos no processo. Suas responsabilidades abrangem desde incentivar a participação até prestar apoio efetivo na execução do calendário do edital a cada ano.

8. Ferramentas

- 8.1. *Edital anual*: documento oficial que anuncia e estabelece as condições para a realização da edição anual do Prêmio Cooperar para Transformar. Ele detalha as informações essenciais, como os objetivos do prêmio, as regras de participação, os critérios de avaliação, os prazos, os requisitos e outras informações relevantes. O edital serve como um instrumento de comunicação pública, convidando interessados a se candidatarem ou participarem de acordo com as condições estabelecidas.
- 8.2. *Site de inscrição*: é a ferramenta *on-line* central que viabiliza a participação no Prêmio Cooperar para Transformar. Nela, as pessoas elegíveis têm acesso a um formulário eletrônico que possibilita o preenchimento e o cadastro para concorrer à premiação anual. Além disso, a plataforma disponibiliza, em formato digital, o edital em vigência para leitura e *download*. Com intuitiva navegação, a plataforma oferece uma experiência acessível e descomplicada para os participantes.

9. Responsabilidades

- 9.1. *Instituto Sicoob*: responsável por desenvolver a metodologia e abrir as inscrições da edição de cada ano do Prêmio Cooperar para Transformar; realizar o acompanhamento e monitoramento das atividades em parceria com as cooperativas centrais; definir os prêmios para as três categorias; elaborar e revisar os documentos normativos; formar a comissão avaliadora e a comissão organizadora; e premiar os vencedores de cada categoria.
- 9.2. *Cooperativa central do Sicoob*: responsável por replicar a metodologia e divulgar a iniciativa do Prêmio Cooperar para Transformar para as cooperativas singulares.
- 9.3. *Cooperativa singular do Sicoob*: responsável por replicar a metodologia e divulgar a iniciativa do Prêmio Cooperar para Transformar para a comunidade.
- 9.4. *Comissão Avaliadora*: encarregada de analisar e avaliar as inscrições no Prêmio Cooperar para Transformar em cada categoria. As avaliações devem estar em conformidade com o edital vigente da edição e de cada ano, e não poderá haver qualquer interferência do Instituto Sicoob.
- 9.5. *Comissão Organizadora*: responsável pela divulgação, pelo acompanhamento e apoio à comissão avaliadora. A comissão é composta por um representante da Área de Cidadania e Sustentabilidade, um representante da Área de Controles e um representante da Área Jurídica, todos pertencentes ao Centro Cooperativo Sicoob, o CCS. Essa comissão será acionada em caso de dúvidas ou para avaliação de situações de empate e desqualificações. As decisões da Comissões Organizadora são soberanas e inapeláveis.

Título 8 – Referências Bibliográficas

1. Referências:

DOMINGOS, Reinaldo. *Terapia Financeira*. São Paulo: DSOP, 2013.

MARTINS, José Pio. *Educação financeira ao alcance de todos*. 1. ed. São Paulo, São Paulo: Fundamento, 2004.

PERETTI, Luis Carlos. *Educação financeira: gestão empresarial – um guia para ajudar resolver seus problemas*. 1 ed. Dois Vizinhos, PR: Impressul, 2007.

DOMINGOS, Reinaldo. *Terapia financeira*. São Paulo: DSOP, 2013.

MARTINS, José Pio. *Educação financeira ao alcance de todos*. 1. ed. São Paulo, SP: Fundamento, 2004.

Todo o conteúdo foi retirado do livro *Metodologia do Programa Cooperjovem: Educação para a cooperação*. SESCOOP: Brasília, 2013.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. *A educação cooperativa numa perspectiva marxiana*. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/aeducacao-cooperativa-numa-perspectivamarxista.pdf. Acesso em: 17 fev. 2013.

NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Maria. *Guia do Professor Orientador*. Maringá: Instituto Sicoob, 2017.

SCHNEIDER, José Odelso; HENDGES, Margot. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. *Economia Solidária e Ação Cooperativa*, Unisinos, p.33-48, julho/dezembro 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Decreto nº 5.622, de dezembro de 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/Decreto/D5622.htm.

INCLUSÃO Digital Ainda é Desafio Para o Brasil. Meio e mensagem, 3/3/2017. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2017/03/03/inclusaodigital-ainda-e-desafio-para-o-brasil.html>.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL. *Livro verde*. Brasília: Socinfo/MCT, 2000.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. *Educação a distância sem segredos*. Curitiba: Ibpex, 2009.

ALVES, L. *Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

IDIS – INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. *Pesquisa doação Brasil 2020*. Cood. Andréa Wolffenbüttel. São Paulo, 2021. Disponível em:

https://www.idis.org.br/wpcontent/uploads/2021/08/Pesquisa_Doacao_Brasil_2020.pdf.

Acesso em: 10 dez. 2023.

2. Sites:

<http://www.previc.gov.br/regulacao/educacaoprevidenciaria/educacao-financeira-eprevidenciaria/o-que-e-educacao-financeira><https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/>.

[progcidadaniafinanceira.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/progcidadaniafinanceira.asp).

<http://www.previc.gov.br/regulacao/educacaoprevidenciaria/educacao-financeira-eprevidenciaria/o-que-e-educacao-financeira><https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/>.

[progcidadaniafinanceira.asp](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/progcidadaniafinanceira.asp)<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/programa-de-educacaofinanceira-sera-voltado-as-beneficiarias-dobolsa-familia>.

<http://site.cndl.org.br/brasil-fecha-primeirosemestre-com-636-milhoes-de-consumidores-inadimplentes-estimam-spc-brasil-e-cndl/>.

<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/voluntariado-empresarial-desenvolve-competencias-para-profissionais/100452/>.

[Cidadania Financeira \(bcb.gov.br\)](http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/progcidadaniafinanceira.asp).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.430.233/0001-10 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/09/1989
NOME EMPRESARIAL COOPERATIVA DE CREDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SICOOB CONEXAO		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.24-7-03 - Cooperativas de crédito mútuo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 214-3 - Cooperativa		
LOGRADOURO AV PREFEITO SAMUEL BATISTA CRUZ	NÚMERO 2905	COMPLEMENTO *****
CEP 29.900-527	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA DA CONCEICAO	MUNICÍPIO LINHARES
		UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONEXAO.3007@SICOOB.COM.BR	TELEFONE (27) 3264-6920/ (27) 3025-0100	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/04/2024** às **14:46:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.430.233/0001-10

Certidão nº: 28084771/2024

Expedição: 22/04/2024, às 14:51:00

Validade: 19/10/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA DE CREDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.430.233/0001-10**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO
CNPJ: 32.430.233/0001-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:22:09 do dia 22/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/10/2024.

Código de controle da certidão: **FC23.76CB.0665.52C8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.